



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

*Na Abertura da 4.^a Sessão
Legislativa da 48.^a Legislatura*



1990

1

MENSAGEM AO
CONGRESSO NACIONAL

DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA



JOSÉ SARNEY
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

JOSÉ SAULO PEREIRA RAMOS
Ministro de Estado da Justiça

HENRIQUE SABÓIA
Ministro de Estado da Marinha

LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES
Ministro de Estado do Exército

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ
Ministro de Estado das Relações Exteriores

MAILSON FERREIRA DA NÓBREGA
Ministro de Estado da Fazenda

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Ministro de Estado dos Transportes

IRIS REZENDE MACHADO
Ministro de Estado da Agricultura

CARLOS CORRÊA DE MENEZES SANT'ANNA
Ministro de Estado da Educação

DOROTHEA FONSECA FURQUIM WERNECK
Ministra de Estado do Trabalho

OCTÁVIO JÚLIO MOREIRA LIMA
Ministro de Estado da Aeronáutica

SEIGO TSUZUKI
Ministro de Estado da Saúde

ROBERTO CARDOSO ALVES
Ministro de Estado do Desenvolvimento da Indústria
e do Comércio

VICENTE CAVALCANTE FILHO
Ministro de Estado das Minas e Energia

JOÃO ALVES FILHO
Ministro de Estado do Interior

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES
Ministro de Estado das Comunicações

JADER FONTENELLE BARBALHO
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Ministro de Estado da Cultura

DÉCIO LEAL DE ZAGOTTIS
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

RUBENS BAYMA DENYS
Ministro de Estado Chefe do Gabinete Militar

LUÍS ROBERTO ANDRADE PONTE
Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil

IVAN DE SOUZA MENDES
Ministro de Estado Chefe do Serviço Nacional de Informações

VALBERT LISIEUX MEDEIROS DE FIGUEIREDO
Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

JOÃO BATISTA DE ABREU
Ministro de Estado Chefe da Secretaria do Planejamento e Coordenação

Posição em 31 de dezembro de 1989

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

*Na Abertura da 4.^a Sessão
Legislativa da 48.^a Legislatura*



1990

Brasil. Presidente, 1985-1990 (J. Sarney)

Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 4.^a sessão legislativa da 48.^a legislatura. Brasília, Presidência da República. 1990.

306 p. (Documentos da Presidência da República. Mensagens ao Congresso Nacional. 1990)

ISSN 0102-9878

CDU 354(81)(087.2)

1. República Federativa do Brasil — Mensagens Presidenciais, 1990. I. Série. II. Título.

SUMÁRIO

I — INTRODUÇÃO	XI
II — POLÍTICAS GLOBAIS	1
1. A Política Macroeconômica e a Economia Brasileira	3
2. Política Social	13
3. Política Regional	17
4. Política Ambiental	19
III — POLÍTICAS E AÇÕES SETORIAIS	23
Ministério da Justiça	25
Ministério da Marinha	30
Ministério do Exército	38
Ministério das Relações Exteriores	47
Ministério da Fazenda	65
Ministério dos Transportes	96
Ministério da Agricultura	113
Ministério da Educação	119
Ministério do Trabalho	132
Ministério da Aeronáutica	140
Ministério da Saúde	150

Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio	163
Ministério das Minas e Energia	178
Ministério do Interior	204
Ministério das Comunicações	226
Ministério da Previdência e Assistência Social	236
Ministério da Cultura	252
Ministério da Ciência e Tecnologia	255
Estado-Maior das Forças Armadas	271
Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presi- dência da República	276
Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional ..	291
IV — APÊNDICE ESTATÍSTICO	299

I — INTRODUÇÃO

Senhores Congressistas,

Envio ao Congresso Nacional a última mensagem do meu mandato.

Renovo, mais uma vez, minha homenagem a esta instituição, coração e alma do sistema democrático.

Lanço os olhos no tempo. Recordo a manhã de 15 de março de 1985. Com a doença, e depois a morte de Tancredo Neves, coube-me dirigir a Nação no seu período mais difícil, porque mais cheio de cobranças políticas, em toda a nossa História.

Somavam-se esperanças e dificuldades. As liberdades, até então represadas, explodiam em reivindicações e gestos de intolerância. A ânsia de mudanças atropelava os fatos. Tive a tarefa gigantesca e quase impossível de administrar e dar equilíbrio a uma aliança de forças heterogêneas que fora construída, em precária engenharia política, para possibilitar a travessia do regime autoritário para o pleno estado de direito.

Há um tempo de semear e um tempo de colher. É possível que o tempo de colher seja mais glorioso. Mas é o tempo de semear que determina o que se vai colher. Num período de múltiplas transições internas e externas, que vivemos nos últimos cinco anos, coube-me plantar e poucas vezes colher.

Plantei o exemplo da paciência política, essencial à convivência democrática.

Plantei os ventos da liberdade que varreram o País inteiro.

Plantei as modificações institucionais promovidas sem hesitação.

De logo, toda a legislação autoritária foi revogada, restabelecendo-se ampla liberdade política e de associação sindical. Realizávamos a primeira eleição: de prefeitos das capitais e nos municípios de segurança nacional. Os partidos com estigma de clandestinos vêm à luz da legalidade, grupos e facções que operavam fora da lei são cooptados pelos novos tempos e exercitam suas idéias dentro do sistema partidário, sem medo e sem restrições. Acabam-se as discriminações, criam-se novos partidos. Registram-se centenas de novos sindicatos. As grandes centrais operárias se organizam e se legalizam. A imprensa falada e escrita adquire total capacidade de ação. Vivifica-se o tecido social e estimula-se o poder criativo de uma sociedade verdadeiramente livre e aberta.

Semeiei o exemplo de respeitar, até o limite dos exageros, a liberdade de imprensa, do rádio e da televisão, porque entendo que a prática da liberdade corrige os excessos. Não apenas nos veículos de comunicação, mas em todo o processo de circulação de informações da sociedade. Nunca usei do direito legal de medidas judiciais. A Presidência tem um poder que não deve ser usado como força inibidora da crítica, nem para intimidar, promover a autocensura, policiar consciências, discriminar veículos.

Paciência e liberdade.

Semeiei a conciliação e a tolerância políticas na busca da mais ampla convivência democrática. Os poderes da Presidência foram contidos para que maior fosse o poder do povo. A sociedade libertou-se do medo, e está pronta para exercitar seu direito de opinião e de crença.

Semeiei o exemplo da paciência, da tranquilidade e da compreensão como antídoto às paixões deflagradas. Preferi ser injustiçado a cometer injustiças; silenciar, a fazer calar. E hoje me orgulho de ter contribuído, através de meu comportamento pessoal, para que o País reencontrasse, na paz, o caminho da reconciliação de uma sociedade dividida pelo ódio, pelo ressentimento, pela amargura e pela prepotência. O Presidente da República devia ser o árbitro e não o protagonista. O que a muitos parecia fraqueza, na verdade era a força da coragem para esta radical mudança na vida nacional, cuja consciência vivia submetida e entorpecida pelo receio da tutela.

A diretriz era a de, sob qualquer sacrifício, criar uma sociedade verdadeiramente democrática, e não um simples exercício simulado de elites.

Tornava-se necessário abrir espaços para a maioria desprotegida e pobre. Para que ela não somente tivesse o voto formal, mas também o poder de opinar, de participar, de decidir.

Inicia-se um novo tempo. O fim de uma era do monopólio dos privilegiados. Os trabalhadores organizam-se e têm liberdade para reivindicar de maneira firme. Deflagram-se mais de dez mil greves. O Governo absorve até mesmo os ataques mais violentos, as injustiças de que é alvo, sabendo que fazem parte de um momento de travessia. Os dissídios nunca mais serão caso de polícia: resolvem-se pela via do entendimento ou pelo julgamento superior da Justiça. Nenh-

ma prontidão militar, nenhum ruído quanto a hierarquia e a disciplina. Nenhuma manifestação terrorista conspiratória. Nenhuma violência. Os militares profissionalizam-se, modernizam suas Forças. O Presidente da República exerce em plenitude o Comando Supremo, consciente de que entre suas atribuições está a de zelar pelo prestígio dos comandados. Estes cumprem seu dever constitucional de garantir a transição, e exercem sua missão com impecável lealdade à Nação.

Em 1986, realizam-se eleições para governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Novos quadros participam da política nacional. Concomitantemente, a democracia se derrama por um sistema de capilaridade irreversível a todos os setores. O povo se organiza. Associações são criadas: de bairro, de donas de casa, de moradores, religiosas, de lavradores, de operários, comerciantes, de pequenas indústrias, patronais, de produtores, de profissionais liberais, de estudantes, de intelectuais. Surgem milhares de novos sindicatos. Enfim, todos buscam participar. É a democratização da sociedade.

Mas, para que esse processo possa fluir livremente, é indispensável a liberdade. E a liberdade existe, não é retórica. Ela dá força, conteúdo, base, e permeia o processo. A união, a consciência da cidadania, dos direitos, são exercidos, e começa a pertencer a todos o poder político, que é a síntese de todos os poderes, e não a democracia formal e sem povo.

O grande ideal da República, de integração do povo, que há cem anos perseguimos, começa a se concretizar. Para muitos, esse panorama em ebulição é a anarquia, a debilidade, a exigir a força da autoridade. Para os verdadeiros democratas essa paisagem e essa efervescência constituem afirmação de vitalidade e mutação, e não manifestação patológica.

Compreender esse fenômeno é compreender a formação histórica. Estamos ainda muito próximos dos fatos, para visualizá-los em profundidade. Nós somos parte dos próprios fatos, protagonistas, participantes, atores e público, sujeito e objeto deles, como um todo. Deles não participei passivamente. Eu tinha consciência de que somente essa postura transformaria a sociedade. Outra atitude levaria ao confronto, à violência, à derrota da democracia.

A absoluta atmosfera de liberdade que respiramos sepultou o tempo dos temores, dos truncamentos institucionais, das ameaças de golpes, das conspirações, das fraudes, das interferências governamentais para influenciar e deformar a vontade do povo, das baixas práticas eleitorais, do subdesenvolvimento político, das manobras para a continuidade no poder.

E essa conquista a sociedade deve encará-la com equilíbrio e naturalidade, sem cair no fosso de um desencanto insatisfeito nem subir à euforia de quem acha que tudo foi alcançado.

Em nenhuma das eleições realizadas durante meu mandato houve qualquer arguição de interferência do Governo. Nenhuma denúncia de manipulação, nenhuma querela eleitoral. E tivemos cinco eleições: 1985, 1986, 1987 e duas em 1989.

Sei que é difícil ver esse trabalho com isenção, porque ele não se insere no rol dos bens materiais. É uma obra política e, portanto, impalpável. E a memória política vive do instante, das luzes momentâneas das vitórias ou da escuridão solitária das derrotas. Ela não tem a perpetuidade e a neutralidade do mármore.

A liberdade que conquistamos prova que viramos a vertente da História. E a História não fala somente daqueles que construíram estradas, levantaram templos ou monumentos; ela acolhe principalmente aqueles que criaram sistemas, apontaram caminhos, guia-

ram com probidade sua conduta de governo, edificaram e consolidaram as instituições democráticas e respeitaram os direitos do Homem.

Democracia sem recessão.

O Brasil saiu de longa noite sem os olhos vermelhos dos pesadelos. Traz hoje nos lábios o sorriso aberto da confiança na liberdade. Entender e caminhar não são debilidade e omissão, e sim, conduta de um efetivo e firme exercício de governo, eficiente para afastar violências e exorcizar traumatismos, consolidar o caminho da liberdade, e assegurar o respeito aos direitos humanos.

Optamos, em caráter irreversível, pela democracia e contra a recessão. Preferimos crescer e defender o trabalho e o emprego, afastando toda medida que representasse ajustes desumanos. O desemprego liquidada toda força de expansão do movimento trabalhador. Seu poder de participar das decisões é nulo. Com ele não há transformações políticas importantes e todas as decisões ficam com o capital. Não é por acaso que a maior liberdade no País, que é esta que vivemos, corresponde à menor taxa de desemprego aberto de nossa história.

O caminho do desenvolvimento passa pela democracia. É difícil, penoso, mas capaz de dar sentido ao direito de viver. Prestei uma contribuição valiosa, em nome de nosso País, para que este ideal fosse conquistado, também, no Continente. É latino-americana a maior onda de democratização que o mundo conheceu desde o último pós-guerra. Fui um dos que mais batalharam por esta causa. É necessário agora que os valores democráticos que contruímos sejam capazes de responder às questões do sofrimento, miséria, pobreza, desigualdade, exploração e violência que se integram em nosso cotidiano.

Que esses nobres valores da democracia dêem esperança a essa juventude faminta e desprotegida da América, presa fácil da vida da morte das drogas — a antívida —, versão atual da adolescência miserável que perpassa pelas páginas mais tristes de Charles Dickens, Victor Hugo e Dostoievsky.

A economia é o efêmero. É um dado momentâneo que atinge o presente, está em constante mutação e pode ser corrigida.

Já a liberdade é presente e é futuro, e quem perde a liberdade perde o futuro no flagelo da autodestruição, do desencanto, do pessimismo, do niilismo, da sedução permanente do terror contra a escravidão. A liberdade, com seu poder criativo ilimitado, tem asas para voar o infinito.

Gandhi, o Mahatma, disse que a missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. Passamos a construir nossas aspirações sob o império da lei. Como intelectual e político, vivi a angústia entre o ideal e os meios. O intelectual é o homem da justiça absoluta; já o político é aquele que busca a arte do possível, com os instrumentos da contingência. Mas quem governa vive suas circunstâncias. Não decide sobre abstrações, mas sobre fatos. Minha opção foi esta: Governo de liberdade.

Apesar de todas as limitações, não descuidamos dos problemas conjunturais. O Brasil, que vinha de uma recessão, cresceu nestes cinco anos 25%, e o produto per capita expandiu-se em 12%, vindo de uma redução de 10,8% no período anterior. Em nenhum ano tivemos crescimento negativo. Abrimos o País para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, dos materiais supercondutores,

das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo inteiro. Defendemos a universalização dos saberes, que não podem ser monopólio de poucos países ricos. Batalhamos pela transferência de tecnologia e acesso aos domínios da ciência. Registramos progressos notáveis em biotecnologia e manejo de solo, com aumento de produtividade, que nos deram força para colhermos as três maiores safras agrícolas de nossa história. Semeei a mística da irrigação, hoje, uma consciência nacional, irreversível, com frutos visíveis e programas de grande êxito.

Técnicas de marketing nos fizeram assegurar a presença brasileira no mundo inteiro, garantindo grandes saldos comerciais, obtendo depois do Japão e da Alemanha Ocidental, o terceiro superávit mundial. Passamos do oitavo para o sétimo lugar no produto industrial do Ocidente.

Nossas reservas internacionais são altas e os estoques estratégicos de alimentos, outrora quase nulos, vão hoje a mais de dez milhões de toneladas de grãos.

A capacidade de energia elétrica instalada no País era de 41.600 megawatts. Passa para 54.790 megawatts, isto é, cresceu 31%. E as linhas de transmissão são ampliadas em 57%. Em nenhum período presidencial houve avanço tão expressivo num setor fundamental ao desenvolvimento econômico.

As empresas, com saudável liquidez e capitalizadas, mostram a estrutura poderosa da economia, mesmo em tempos de crise, e estão prontas a retomar os investimentos em larga escala, logo que sejam resolvidos os desequilíbrios do setor público endêmicos desde o Império.

Os programas sociais são consequência e extensão das diretrizes da democratização. Oito milhões de litros de leite são distribuídos diariamente às crianças

carentes, dentro de um programa de suplementação alimentar apontado pela Organização Mundial da Saúde como o mais importante do mundo e modelo a ser seguido por países que tenham elevadas taxas de desnutrição. A mortalidade infantil caiu mais de 30%. Dez milhões de crianças, gestantes e nutrizes recebem suplementação alimentar. A taxa de analfabetismo baixou. Interiorizamos o ensino técnico, através de dezenas de grandes estabelecimentos disseminados no País inteiro. Milhares de creches atenderam mais de 2 milhões 200 mil crianças. Centenas de centros de convivência de idosos se espalham pelo Brasil inteiro. A estas ações da Legião Brasileira de Assistência somam-se 70 milhões de atendimentos sociais:

- semeamos o seguro-dêsemprego;
- o salário móvel adotado em todas as políticas salariais destes anos;
- a valorização do salário mínimo;
- o vale-transporte;
- a universalização da saúde, que passou a ser direito de todos, e muitas outras decisões que modificaram as relações de trabalho, em favor dos mais pobres.

A Secretaria de Habitação e Ação Comunitária beneficiou mais de 50 milhões de brasileiros, com 26 milhões de pessoas atendidas por 52 mil pequenos projetos de mecanização, telefonia, postos médicos, agrícolas. Criam-se mais de um milhão de pequenas e microempresas e empresas artesanais.

A política indigenista sofreu radical tratamento: demarcamos mais de 30 milhões de hectares de terras indígenas, fazendo em cinco anos duas vezes mais do que foi feito em 75 anos, o tempo de existência do Serviço de Proteção ao Índio, iniciado em 1910.

Ao Governo deve-se o primeiro passo no sentido de adotarmos uma política independente de proteção e

gestão dos recursos naturais e defesa do meio ambiente. Nestes últimos anos, a política ambiental ganhou no País identidade própria, sem qualquer ingerência externa, e firmou diretrizes que se fundam na preservação de ecossistemas essenciais para a sobrevivência humana, na face da Terra, a fauna e a flora. A defesa do meio ambiente no Brasil é ato de soberania a ser resolvido dentro de nossas fronteiras, pelos brasileiros. Repelimos ingerências e resistimos a grandes pressões que se desencadearam contra o Brasil, com o objetivo de criar organismos supranacionais e, assim, abrir a porta à internacionalização da Amazônia, há tantos anos objeto de cobiça externa.

A Lei nº 7.505/86, a Lei Sarney, constitui o instrumento mais produtivo e eficaz da promoção intelectual. Em três anos, ela é a base de um renascimento cultural. Cadastraram-se entidades de investimentos, com milhares de projetos na área artística: cinema, música, teatro, artes plásticas, edições, restaurações e proteção do Patrimônio Histórico. Essa política faz com que a sociedade industrial passe a colocar os valores espirituais entre seus objetivos.

Na área das contas públicas existe total transparência. Hoje, sabe-se o que é o Orçamento. Ele mostra claramente o que se arrecada e o que se paga, sob a autorização do Congresso Nacional e fiscalização do Tribunal de Contas da União. Fruto do esforço imenso de racionalização e de redução de gastos, inédito na história administrativa do Brasil. Só em 1989 o déficit do Tesouro Nacional cai, em termos reais, em 34%.

Mas não podemos falar somente do que se conseguiu fazer, mas também da frustração por não se ter podido fazer.

Confesso, com humildade, que não alcançamos êxito nas tentativas heróicas para mudar a economia.

Não me faltou nem vontade nem coragem. Faltou-me a colaboração de algumas forças sociais que colocaram seus interesses acima da coletividade, forças dos que se favorecem da miséria coletiva. Não conseguimos ganhar a batalha contra essa manifestação anti-patriótica do egoísmo. Setores que se beneficiaram nesse período nos negaram apoio na hora das dificuldades. Os problemas estruturais de nossa economia são grandes e têm causas que escapam da nossa decisão. Dentre eles, está a dívida externa, a maior do mundo.

Sem apoio, tivemos que enfrentar nossos credores, e o fizemos com coragem e sem concessões. Na moratória, isolados, sofremos sanções e combate, sem o necessário respaldo interno.

Cercados, ilhados, enfrentamos o boicote da comunidade financeira internacional, a suspensão de investimentos. Resistimos. Não entregamos um milímetro da soberania e do interesse nacional, como contrapartida para qualquer negociação.

A inflexível postura do mundo desenvolvido em face da dívida é preocupante. O remédio por eles proposto até hoje tem melhorado a saúde financeira dos credores. Para os devedores, uma receita de estagnação e empobrecimento. Sem a retomada do crescimento nenhuma solução é leal, e não é possível crescer quando se remete para o exterior, todos os anos, cerca de um terço da poupança interna.

Sem desenvolvimento não há solução, e não se pode pagar a dívida com a desgraça do povo.

Em todos os organismos internacionais levantei a tese, hoje aceita, do tratamento político da dívida, solução que até agora não veio.

Em meio a estas dificuldades convivíamos com a crise do Estado. Sua força debilitada, a União recebendo maiores encargos e menores receitas. Com o

novo sistema tributário, tivemos uma sangria de 3,5% do Produto Interno Bruto. Reconheço que o problema do Estado é grave. Não é para nós um problema ideológico, mas a constatação fria da realidade. Minha experiência me faz afirmar que Estado fraco é fonte de instabilidade e ingovernabilidade. O Estado deve ser o regulador das atividades produtivas, árbitro de redistribuição de rendas na sociedade. No Brasil, ele desempenhou papel decisivo na transformação do País e em sua formação econômica, em nossa fase industrial e na criação de sua infra-estrutura. Não pode ser julgado sectariamente, pela simples denúncia, nem pela realização imperfeita dos seus objetivos.

O Plano Cruzado, embora não tenha alcançado seus fins, foi um marco econômico e político em nosso País.

Foi a primeira grande redistribuição de renda. O povo brasileiro, em movimento inédito, assumiu seus direitos, sentiu sua força, até mesmo para condenar.

Ele será objeto e análise de historiadores e cientistas econômicos e políticos.

Sem dúvida, na história do Brasil, raríssimas vezes tivemos um movimento de massa, da consciência nacional, de tamanha profundidade. A partir daquele momento, o povo descobriu sua força e passou a exercer seus direitos e viver a cidadania.

Renovei o seu objetivo nos Planos chamados Bresser e de Verão. Muitas vezes senti o travo da solidão na crença de seus êxitos. Mas perseverarei no desejo de acertar.

Paguei custos políticos de grande envergadura pela ausência de resultados no combate à inflação e tornei-me o mais agredido e combatido Presidente do Brasil.

Mas, em benefício da transição, resisti a tudo e busquei forças no cumprimento do dever, na austeridade pessoal e no respeito aos meus concidadãos.

Fui severo com abusos, distorções e corrupção. Nenhuma denúncia deixou de ser apurada, remetida à polícia e entregue à Justiça, único poder constitucional capaz de julgar alguém culpado. Temos, como exemplo, um doloroso e lamentável balanço nos inquéritos, nas demissões, nos processos.

Não há governo que mais tenha punido a improbidade.

A conduta de severidade na administração pública está expressa pelo seguinte número: em 1985 tínhamos 710.832 servidores — em dezembro de 1989 este número estava reduzido para 694.764. Extingui, com vagas ocorridas e cargos não preenchidos 358.918 cargos. Nas estatais, em 1985 tínhamos 608.072 empregados e em 1989 o número era de 598.455, já incluídas as contratações previstas na Constituição de 1988.

Encontrei em 85 um mundo de conflito ainda dilacerado pelas fronteiras ideológicas. Em 90, temos uma paisagem transformada. Mudanças nunca imaginadas se processam. O mundo renuncia à política da força e busca os caminhos do diálogo. Não há mais lugar para radicalismos, embora esteja longe o tempo de um mundo sem angústia, tensões e medo.

Nestes cinco anos, a política exterior do Brasil alcança um momento marcante em nossas relações internacionais. Fomos protagonistas de decisões importantes e participamos ativamente do debate dos grandes problemas mundiais.

A zona de paz do Atlântico Sul, a abertura de novas formas de cooperação, sem preconceitos ideológicos, com o Leste europeu e com países de nosso porte, como a China e a Índia. Não ficamos prisioneiros das grandes potências nem de pequenos conflitos.

Coube-me semear e colher os primeiros frutos de uma política de integração com a América Latina, participando da fundação do Grupo dos Oito, promovendo uma diplomacia presidencial com nossos vizi-

nhos, leal e objetiva, lançando as bases do Mercado Comum. Vivi e tornei-me andarilho desta causa, com grande paixão.

Desejo ressaltar, pela sua importância histórica, que transcende nossos dias para projetar-se no futuro, termos acabado com uma espécie de guerra fria, que jogava nações irmãs como a Argentina e Brasil numa disputa inútil. Afastamos qualquer sombra de competição na área nuclear.

O Brasil, antigamente de costas para os vizinhos, assume nova postura e dá as mãos para a tarefa fraterna e solidária de vencer o subdesenvolvimento, a fome, a pobreza, a miséria, a quarentena da História.

Em 1987 e 88, vivemos a Assembléia Nacional Constituinte. Ela já encontra a sociedade brasileira livre. Milhões de pessoas pressionam em favor de seus direitos. Assegurei todas as condições ao seu pleno funcionamento. Algumas vezes questionei suas decisões, até mesmo a governabilidade, mas o fiz no exercício do direito de discordar, direito exercido no Parlamento, casa em que durante mais de 20 anos aprendi a ouvir e a opinar, a respeitar o debate, o direito de dizer. A contradição tão salutar dos plenários legislativos.

A Constituição incorporou avanços importantes. Tive, como Presidente, o encargo de viabilizá-los. Direitos sociais e fortalecimento do Congresso. Não há democracia sem Congresso forte. Não há democracia com injustiças sociais. Tudo o que é injusto é uma aberração, e perece.

A Constituinte foi a primeira na história republicana que não anunciou um estuário de confronto. Em 1824, termina na dissolução do Parlamento. Em 1891, desemboca na espada de Floriano. Em 1934, cai no Estado Novo. Em 1946, cria a clandestinidade para as esquerdas. Hoje, abre-se no estuário da Liberdade. O

Presidente da República nunca confundiu a História com o seu destino pessoal.

Vivemos grandes transformações, a que me orgulho de ter presidido. Elas marcam este sofrido mandato.

Em 1988 — eleições para prefeitos e vereadores. Surge a democratização dos instrumentos da cidadania. Oitenta milhões de eleitores, a terceira democracia do mundo ocidental, uma modernização de procedimentos e rotina, que é um avanço fantástico.

Em 1989 — eleições para Presidente da República, as mais livres, mais amplas, mais democráticas da História do Brasil.

O País viveu uma festa, a festa da liberdade. A transferência do poder se processa com normalidade, civilidade e educação política inéditas.

Chegamos ao fim de mandato. Os espaços foram abertos. Os trabalhadores chegam a dois palmos do poder, eles que outrora não alcançavam dois passos na esfera das decisões.

O povo escolhe, decide, manda.

Sob meus ombros pesaram, solitariamente, os fardos das dificuldades desse processo. Todas as culpas, todos os agravos. Mas nada ficou. Meus olhos, que eram de ontem quando assumi em tempo de tragédia, hoje são olhos do amanhã. De confiança no futuro.

Atravessamos o desafio institucional. Agora é ordenar e construir o processo de crescimento.

Dentro de 30 dias terá o País um novo Presidente da República.

Volto à minha casa de cabeça erguida. Lamento não ter podido fazer mais e melhor. Ter governado num tempo de imensas limitações e dificuldades. Cheguei à Presidência sem qualquer ambição de poder. A ela fui alçado no bojo de grave crise nacional. Busquei

exercê-la com grandeza e respeitá-la nos menores atos e em todas as circunstâncias, com dignidade, com os olhos no futuro do País. A todos ouvi, espírito aberto, com deferência e sem preconceitos. Posso afirmar «que nunca, por meu desejo, cravei espinho algum no peito de ninguém».

Tenho certeza de que prestei relevantes serviços à minha Pátria.

Tempos de mudanças. Os valores materiais se sobrepõem aos valores morais e espirituais. A sociedade permissiva e concessiva. A violência, a corrupção e o respeito se diluem na efervescente queima das transformações.

Eu acredito que a História, no seu conjunto, busca o racional, embora nem sempre pelos caminhos sensatos. A aceleração da História no rumo da democracia representativa, a que assistimos em poucos meses, em vários países, tornou obsoletas cristalizações ideológicas que truncaram, durante largo tempo, o caminho para a racionalização de muitos problemas econômicos. O mundo abre-se hoje à universalização dos mecanismos econômicos. A humanidade vislumbra caminhos que há menos de um ano pareciam vedados ou temerários.

O Brasil, estou certo, saberá inserir-se nesta nova conjuntura internacional que elimina preconceitos e idiossincrasias.

Não ignoro, nem subestimo as conseqüências de algumas decisões, sobretudo na área econômica, que fui obrigado a tomar. Por todas elas sou responsável, dentro das minhas circunstâncias.

Mas ninguém governa abstrações. E cada país tem de atravessar etapas. Tenho a consciência das que atravessamos. O passo adiante só pode ser dado porque o gargalo institucional foi transposto.

Nenhum outro governante precisará operar com a carga de preconceitos e de desconfianças com que tive de me haver.

Relembro Lincoln: «... no fim, quando estiver retirado das rédeas do poder, mesmo tendo perdido todos os amigos da Terra, ainda tenho um amigo, e este estará dentro de mim».

Sei que, no exemplo de São Paulo, combati o bom combate, e guardei a minha fé. Conforta-me saber que maldito é o homem que, na face da Terra, recusa a companhia de Deus.

Meu mandato tem o valor da vida e de amarga luta.

Deixo o País em paz, a transição concluída, mas, infelizmente, vivendo uma grave crise econômica e do Estado.

Agradeço ao Congresso Nacional o apoio recebido nas horas difíceis. Se não foi total, foi o necessário e patriótico para chegar até aqui.

Creio, porque nele vivi, que no Congresso está uma grande reserva de valores cívicos que nos momentos críticos encontra, com patriotismo, solução para os anseios de nossa Nação, para que ela continue o seu caminho e ocupe o lugar que lhe está reservado no mundo.

Desejo renovar minha homenagem ao Poder Legislativo, afirmando que nestes anos, juntos, lançamos a base fundamental da sociedade democrática brasileira, o governo da liberdade! Os historiadores dirão sobre este tempo.

Ele será um instante solar das instituições democráticas, porque «todo poder humano é um conjunto de tempo e paciência», como dizia Balzac.

A democracia, hoje, não é a planta tenra de que nos falava Otávio Mangabeira, mas o carvalho, de

*Rui Barbosa, a cuja sombra espero que nos deixem
perpetuamente elaborar e cumprir os roteiros de sal-
vação do povo secularmente sofrido deste País.*

Brasília, 15 de fevereiro de 1990.

JOSE SARNEY
Presidente da República

O QUADRO

Em 1984 era o Brasil um país em busca de seu caminho.

Vivíamos um período de recessão grave; o desemprego atingia taxas elevadas; mais de 10 milhões de brasileiros estavam na condição de subempregados, aviltava-se o poder de compra dos salários; as altas taxas de mortalidade infantil refletiam as duras condições de vida das camadas menos favorecidas; no campo, quase seis milhões de trabalhadores não tinham terra nem emprego; as finanças públicas viviam em desordem, Estados e Municípios praticamente falidos; a dívida externa ultrapassava a casa dos 95 bilhões de dólares; as instituições políticas encontravam-se enfraquecidas; o povo, desalentado.

Recebemos um legado de problemas sem paralelo na História do Brasil.

A insatisfação reinante ganhou voz e corpo no extraordinário movimento popular conduzido pela Aliança Democrática, que resgatou a esperança e iluminou os rumos do País.

Não se poderia permitir que o trauma causado pela morte de Tancredo Neves ameaçasse o florescimento da de-

mocracia, a recuperação econômica, o desenvolvimento social, a prática das liberdades e a implantação do pleno estado de direito.

Assumi com obstinação o dever de assegurar estabilidade ao Governo que se iniciava e manter inarredáveis os compromissos firmados pela Aliança Democrática.

Não tem sido amena essa travessia institucional. Mas, apesar das dificuldades conhecidas de todos, os avanços e resultados obtidos reconfortam minha consciência de homem público, face à História e à Nação. Tenho a certeza de que a posteridade verá, nos duros sacrifícios e esforços de hoje, os sólidos esteios da moderna democracia de amanhã.

A esta altura muitos já não lembram o quanto avançamos em conquistas institucionais. Por já estarem incorporados ao cotidiano, esquecemos os avanços que, a duras penas, vencendo resistências e ao mesmo tempo preservando o diálogo, consolidamos sem traumas em curto espaço de tempo.

Área Política

Obriguei-me ao compromisso de propiciar, no meu mandato presidencial, o reencontro do Estado com a vontade popular.

Logo no primeiro mês de governo, restabeleci as eleições diretas, livres e com sufrágio universal, em todos os níveis, inclusive para Presidente da República, e em todo o território nacional, mesmo nas áreas de segurança nacional.

Promovi ampla reforma na legislação eleitoral, para permitir a plena liberdade de organização partidária e o acesso democrático dos partidos políticos ao rádio e à televisão.

Aboli completamente a censura: a sociedade ganhou total liberdade de comunicação e expressão.

Em 1985, convoquei a Assembléia Nacional Constituinte, passo indispensável para o Brasil ingressar no mundo da cidadania plena e atravessar as portas da modernidade e da democracia.

Foi com grande satisfação que vi cumpridos, já em 1987, todos os compromissos assumidos pela Aliança Democrática. Também em 1987, a renovação política chegou aos Estados, com a posse dos governadores eleitos diretamente no ano anterior. Em 1988, houve eleições para prefeitos e vereadores.

Encerrada a missão da Assembléia Nacional Constituinte — etapa importante para a consolidação das instituições democráticas —, o Brasil elegeu, no ano do Centenário da República, com total liberdade e pelo voto popular e direto, o Presidente para um mandato de 5 anos (1990/95). Somos a terceira democracia do Oriente, com mais de 80 milhões de eleitores.

Com paciência e determinação, restaurei em todo o país o império da lei e da liberdade; ninguém mais pode ser ameaçado ou punido em razão de ideologia ou convicção; todos podem expressar livremente suas opiniões; é pleno o exercício dos direitos da cidadania; não há censura; não há discriminação.

As instituições políticas encontram-se revigoradas e atuantes; o pluripartidarismo está consolidado; o Congresso Nacional detém poderes jamais conquistados desde a Independência e com a República; o Poder Judiciário funciona na plenitude de suas funções e tem garantia de sua completa independência; há ampla autonomia sindical e eliminou-se a prática autoritária de intervenção nos sindicatos; foram criadas grandes centrais sindicais e milhares de sindicatos rurais e urbanos por todo o País.

Graças à significativa reforma política empreendida, desde 1985, os problemas que nos afetam podem ser debatidos em qualquer lugar, por toda a sociedade.

Somos hoje um povo motivado a participar ativamente da vida nacional, nas ruas, nas associações, nos bairros, no campo e na cidade; em toda a parte vemos a liberdade prosperar e produzir seus frutos benfazejos.

A sociedade assume a consciência de suas próprias responsabilidades e, ao mesmo tempo, exerce um papel de crítica.

Obrigado a administrar uma situação de superposição de crises, nunca me afastei do compromisso de garantir à nação brasileira o bem-estar e a paz social. Na busca desse ideal, minha política de governo não se inspirou em teorias imediatistas que prometem ao povo, irresponsavelmente, os sonhos fáceis de riqueza e felicidade. Ao contrário, sempre recorri a soluções realistas, levando em conta as graves limitações existentes, tanto externas, quanto internas.

Meu Governo optou agir de maneira inequívoca para assegurar aos menos favorecidos defesa contra os ventos de uma economia em tempestade. E para trilhar esse caminho, tive que contrariar interesses e enfrentar obstáculos.

O sentimento de justiça nos impede de esquecer os mais pobres, a maioria, num mundo em que o poder se concentra nos mais ricos, a minoria.

Crescimento

Jamais admiti a adoção de políticas recessivas como solução dos problemas nacionais. Os efeitos perversos da depressão econômica recaem principalmente nos mais desfavorecidos, nos mais pobres, naqueles que menos dispõem de meios para se protegerem das adversidades.

Nesses cinco anos, o Brasil aumentou seu Produto Interno Bruto Real em quase 25%, atingindo a 364 bilhões de dólares. Nos anos anteriores, de 1981 a 1984, o PIB brasileiro teve um decréscimo da ordem de 2,5%. Do mesmo modo, o produto *per capita* expandiu-se 12% em meu Governo, contra uma diminuição de 10,8% no período anterior.

O grande reflexo desse desempenho verificou-se no emprego. Iniciamos o Governo com taxas de desemprego de quase 8% da população economicamente ativa; em dezembro de 1989 foi de 2,36%. Durante todo o período de Governo, o nível de desemprego manteve-se baixo, registrando-se os índices mais expressivos da década.

Consolidamos nossa posição de sétimo produto industrial do Ocidente. Somos a grande nação industrial do Hemisfério Sul. O Brasil responde por quase 37% de todo o PIB latino-americano.

Produzimos desde os produtos mais simples até os equipamentos mais sofisticados, dominando e desenvolvendo tecnologias complexas.

Ao longo desses cinco anos, a economia brasileira vem demonstrando seu dinamismo. Pelo segundo ano consecutivo, ultrapassamos o patamar de 30 bilhões de dólares de exportações (US\$ 34 bilhões, em 1989). Geramos o terceiro saldo comercial do mundo. O Brasil coloca-se definitivamente entre os grandes exportadores mundiais. Hoje, mais de 60% das vendas externas são de produtos industrializados.

Temos as maiores safras agrícolas de nossa história e já pelo terceiro ano consecutivo superamos o patamar de 70 milhões de toneladas de grãos. Antes de 1985, o Brasil marcava passo, cada ano, no nível das 56 milhões de toneladas de grãos. O crescimento da produção agrícola no quinquênio 85-89 foi de 18%, graças aos avanços tecnológicos, principalmente nos setores da biotecnologia, manejo de solos e irrigação. Sobressai também a enérgica política que empreendemos para recuperação dos preços agrícolas e adequada oferta de crédito, do que é exemplo a criação da caderneta de poupança rural.

Desempenho Econômico

Os resultados alcançados pelos diversos setores da economia nacional nos enchem de confiança no futuro do País.

A produção nacional de petróleo aumentou de 565 mil barris/dia, em 1985, para 700 mil barris/dia, em 1989, ou seja, um crescimento de 24%. Mais relevante ainda foi o crescimento das reservas nacionais conhecidas de hidrocarbonetos, que evoluíram de 2,5 bilhões de barris equivalentes de óleo, em dezembro de 1984, para 3,5 bilhões de barris, em dezembro de 1988. Computando-se as reservas dos campos de Marlim e Albacora — os primeiros campos gigantes de petróleo no País — nossas reservas alcançaram 8 bilhões de barris, mais do que triplicando o nível de dezembro de 1984.

A Petrobrás já está explorando óleo em profundidade de 492 metros de lâmina d'água, no campo de Marimba, na Bacia de Campos, indicando um desenvolvimento tecnológico sem similar no mundo. As seis plataformas para os campos de Carapeba, Pargo e Vermelho, na Bacia de Campos, foram totalmente projetadas no País, utilizando-se programas de computação desenvolvidos internamente. A exploração do petróleo em águas profundas assumiu um cunho estratégico que hoje envolve cerca de 50 entidades brasileiras, entre centros de pesquisa, universidades, empresas de engenharia e indústrias de bens de capital. É uma demonstração inequívoca da capacidade de desenvolvimento tecnológico, com reflexos favoráveis no aumento da competitividade da indústria nacional.

Nossas reservas de gás natural foram ampliadas de 92,7 bilhões de m³ para 112 bilhões de m³.

O Brasil passou a ser o maior produtor mundial de estanho, com produção superior a 400.000 toneladas/ano.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) encontra-se hoje entre os principais exportadores mundiais de minério de ferro. Sua produção de minério cresceu de 69,3 milhões de toneladas para 85,9 milhões de toneladas, enquanto que a produção de minério pelletizado passou de 15,9 para 17,9 milhões de toneladas.

Em meu Governo, a produção de manganês cresceu quase quatro vezes, passando de 210 mil para 810 mil toneladas anuais.

Na área das comunicações, os resultados são expressivos. Nos últimos cinco anos, o número de telefones passou de 10,5 milhões para 13,5 milhões; os terminais telefônicos, de 6,6 milhões para 8,8 milhões; os telefones públicos quase triplicaram, passando de 87.300 para 230.000; o número de localidades atendidas, de 7.995 para 13.430, e os terminais de telex de 69.500 para 135.000. Os investimentos feitos e a confiabilidade do serviço permitiram que o tráfego postal evoluísse de 2,8 bilhões objetos por ano, no início do Governo, para 3,6 bilhões atualmente; o número de agências e postos do Correio aumentou de 7.246 para 12.930, privilegiando a área rural.

Em 1985, quando assumi o Governo, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil era de 41.600 megawatts. Hoje o País dispõe de uma capacidade de geração da ordem de 54.790 megawatts, o que representa aumento de 31%. As linhas de transmissão foram expandidas em 57%, atingindo a mais de 17.000 quilômetros. Iniciativas como a linha de transmissão entre Tucuruí e Presidente Dutra e as hidrelétricas de Itaparica e Xingó permitiram afastar a ameaça de racionamento de energia no Nordeste.

Em 1985, o setor siderúrgico estatal acusava profundo desequilíbrio nas finanças das empresas. Os estudos que determinei realizar resultaram no Plano de Recuperação da Siderurgia, prevendo as seguintes medidas: capitalização de parte da dívida do sistema; adoção de uma política de preços adequados à cobertura de custos e à remuneração do capital investido; e aumento gradativo da eficiência operacional e do nível de competitividade, mediante esforço permanente de atualização tecnológica.

Já em 1986, o grupo SIDERBRÁS, responsável pelos aços planos, foi o segundo maior grupo do mundo (em 1985, era o quinto), com a produção de 13,8 milhões de toneladas.

Dei continuidade à execução de projetos importantes, como o estágio III da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), além de expansões na COSIPA e na USIMINAS. Implantei também a metalúrgica da AÇOMINAS, que havia entrado em operação em 1986; a Fase I do projeto da Cia. Siderúrgica de Tubarão; e o Terminal de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole, no Espírito Santo.

Em 1984, a nossa produção de aço era de 18,4 milhões de toneladas. Em 1989, foi de 25,1 t. Indicadores significativos do desenvolvimento, estes números caracterizam o esforço realizado.

Quanto aos transportes, foi predominante a visão social nos deslocamentos de passageiros e, nos transportes de carga, privilegiou-se a integração intermodal, procurando-se conferir prioridade às ferrovias e hidrovias, nos corredores de alta densidade.

Em que pese a falta de recursos, cumpre destacar as seguintes realizações: restauração de 11.700 quilômetros de rodovias; conservação preventiva de 7.510 quilômetros, e conservação rotineira em toda a malha rodoviária; implantação de 2.750 quilômetros de estradas e pavimentação de 2.524 quilômetros, sendo executados aproximadamente 18 mil metros de obras-de-arte especiais; pavimentação de 4.508 quilômetros de estradas vicinais e execução de mais de 7.100 quilômetros de revestimento primário.

Para melhorar a segurança de nossas estradas, foram feitas sinalização horizontal em mais de 37.000 quilômetros, e vertical, em 27.100 quilômetros. Foram também eliminados centenas de «pontos negros» — locais onde a frequência de acidentes era muito elevada.

No setor ferroviário, assinalo a inauguração e entrada em operação do trecho Jeceaba/Volta Redonda, da Ferrovia do Aço, com 310 quilômetros de extensão, aumentando em 50% a oferta de transporte ferroviário de carga no triângulo Belo Horizonte/Rio de Janeiro/São Paulo, no qual se concentram 40% da população do País e se localizam 60% da renda interna brasileira. Essa nova ferrovia irá transportar, inicialmente, 20 milhões de toneladas de carga por ano, constituídas fundamentalmente de minério de ferro, produtos siderúrgicos e cimento.

Destaco também a remodelação de 610 quilômetros de ferrovias, nos corredores de Goiás/Minas Gerais e do Paraná. Na área de engenharia, a remodelação de mais de 1.000 quilômetros de linhas e a revisão total em cerca de 15.700 quilômetros de trechos da malha. Fruto desse trabalho anônimo, meu Governo obteve a redução, em 28%, do número de acidentes de tráfego ferroviário, e a diminuição, em 32%, na ocorrência de acidentes de trabalho.

A Rede Ferroviária Federal (RFFSA) registrou, em 1986, um recorde histórico, atingindo a produção de 38,8 bilhões de toneladas-quilômetros úteis, correspondendo a uma movimentação de 85,7 milhões de toneladas de carga geral. É importante registrar que tais níveis de produção foram obtidos sem aporte tradicional de meios, mas sim com um aumento de 17% na produtividade.

Além disso, enfatizo a construção da Ferrovia Norte-Sul, futura via de integração nacional, com seus primeiros 107 quilômetros já em operação, ligando Imperatriz à Estrada de Ferro Carajás e, por ela, ao Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão.

Iniciei o progresso de concessão de trechos ferroviários, para construção e operação pela iniciativa privada, envolvendo a Ferrovia Leste-Oeste, a Ferrovia da Produção e um sistema ferroviário de alta velocidade, no trecho Rio de Janeiro/São Paulo/Campinas. Realizei também a modernização dos trens urbanos do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belo Horizonte.

No que tange ao setor hidroviário, procurei imprimir ações de caráter social, objetivando melhorar o transporte interior de passageiros, em especial para atendimento às populações ribeirinhas da bacia Amazônica. Foram executadas obras, serviços de manutenção e melhoramentos nas principais bacias hidrográficas. Ressalto a Bacia do São Francisco, na qual o tempo de viagem de Pirapora a Juazeiro/Petrolina foi reduzido em 30%, as obras realizadas nos rios Tietê e Paraná, que asseguraram àquela hidrovia a capacidade efetiva de 17 milhões de toneladas/ano; e as eclusas de Tucuruí, tão importantes para a implantação da hidrovia Tocantins-Araguaia.

Lembro igualmente a ampliação do porto de Porto Velho, em Rondônia, parte integrante do «corredor de transporte da Amazônia» e solução do escoamento dos produtos da região, dentre os quais a soja, em quantidade superior à 3 milhões de toneladas/ano. Outra obra, de fundamental importância, é o porto de Ladário, em Mato Grosso do Sul, destinado à movimentação de minério de manganês para exportação.

As ações no setor de transporte hidroviário interior permitiram alcançar, nos últimos cinco anos, um aumento de 12% na carga transportada.

Graças ao programa de modernização de nossos portos, em particular ao seu reaparelhamento e à construção de terminais especializados, foi possível atingir, em meu

Governo, o nível de 355 milhões de toneladas de movimento global de mercadorias, representando acréscimo de 12% em relação a 1985.

Nosso desenvolvimento científico permitiu-nos alcançar o domínio da tecnologia necessária ao enriquecimento isotópico do urânio; desenvolvemos o projeto do reator nuclear de pequeno porte, com aplicação na propulsão de submarinos bem como na geração de energia elétrica em áreas remotas; estamos construindo, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o primeiro submarino brasileiro; e é digna de destaque a recente aceitação do Brasil como membro consultor do Tratado Antártico, fruto de intenso e profícuo trabalho de pesquisas realizadas naquele continente, abrindo amplas perspectivas para aproveitamento dos recursos minerais lá existentes.

Buscamos aumentar o nível de operacionalidade de nossas Forças Armadas, visando a um alto nível de eficiência, baseados na produção nacional de material bélico e na formação de recursos humanos qualificados, competentes e motivados. Desenvolvemos propelentes de alto teor energético; sistema despistadores de mísseis; equipamentos de contramedidas eletrônicas; sistemas de armas míssil solo-ar e solo-solo; equipamentos para visão noturna; sistema de direção de tiro computadorizado para artilharia de campanha; carro de combate sobre lagartas e sistemas de guerra eletrônica. Hoje, somos a oitava indústria aeronáutica do mundo com cerca de 4 mil aviões produzidos, e a primeira da América do Sul.

De 1985 a 1989, a utilização da capacidade instalada na indústria nacional manteve-se quase sempre acima de 80%, contrastando com os baixos níveis verificados no início da década.

Área Social

Em todos os momentos sempre apontei o desenvolvimento social como o primeiro compromisso de meu Governo. E, de fato, o desempenho dos programas sociais exhibe resultados expressivos, como os seguintes: criação do Seguro-Desemprego, antiga reivindicação trabalhista, que

já proporcionou 2,8 milhões de benefícios; criação do Vale-Transporte que, em 1987, tornou-se obrigatório; modernização e simplificação do Programa de Alimentação do Trabalhador, concessão aos trabalhadores rurais do auxílio-reclusão e do auxílio-doença, e extensão, às suas famílias, dos benefícios decorrentes de acidente de trabalho; extinção da contribuição previdenciária dos inativos; elevação da massa de aposentados e pensionistas da previdência social, registrando-se atualmente cerca de 11,5 milhões de benefícios em manutenção; e realização, anualmente, de 230 milhões de consultas médicas, 12 milhões de internações hospitalares e 130 milhões de exames de diagnóstico e serviços terapêuticos de apoio.

Determinei a implantação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde-SUDS, em 1987, possibilitando a redefinição das atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, dentro do princípio de atendimento universalizado e equânime em todo o território nacional. Promovi a transferência das unidades próprias de atendimento do INAMPS para as Secretarias Estaduais de Saúde, reforçando o objetivo de dotar de comando único o SUDS, em cada esfera de Governo.

Além disso, o Programa de Suplementação Alimentar distribuiu cerca de 580 mil toneladas de alimentos, beneficiando, anualmente, 10 milhões de crianças, gestantes e nutrízes, em 3.500 Municípios; o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos, em áreas de baixa renda, comercializou, a preços reduzidos, 346 mil toneladas de alimentos; o Programa de Vacinação contra a Poliomielite permitiu a redução do número de casos, devendo registrar-se neste ano de 1990 a erradicação da doença em todo o território nacional; no caso da tuberculose, a proteção da população atinge hoje a 96%, abrangendo 87% dos Municípios brasileiros.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) dá atendimento integral às crianças de 3 meses a 6 anos de idade, em creches, beneficiando mais de 2 milhões de crianças. A merenda escolar atinge 95% das escolas da rede oficial. Em 1984, eram servidas merendas durante 180 dias por ano; atualmente, em 260 dias por ano. O Programa Nacional do

Leite atende diariamente a quase 8 milhões de crianças carentes, com distribuição gratuita de 38% da produção nacional do leite pasteurizado tipo C. O Programa de Mutirão Habitacional beneficiou 2,8 milhões de pessoas e o Programa de Ação Comunitária, voltado para a construção de escolas, creches, postos médicos, hortas e pomares, favoreceu mais de 26 milhões de pessoas.

De tudo isso resulta a informação mais relevante: a mortalidade infantil foi reduzida em 1/3 em relação à taxa observada em 1984.

O Sistema Educacional brasileiro comporta, atualmente, 32 milhões e 500 mil alunos, matriculados nos três níveis de ensino regular (fundamental, médio e superior). Absorvemos, no último quinquênio, aproximadamente 3 milhões e 400 mil novos alunos, 84,8% dos quais no ensino fundamental, que abriga hoje 84,6% das crianças na faixa de 7 a 14 anos de idade.

No período 1985/1989, a taxa de analfabetismo foi reduzida de 21% para 17%. Em 1989, os programas federais de erradicação do analfabetismo e de atendimento aos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade própria beneficiaram clientela de 2.230.000 pessoas.

Todos os problemas da área social foram atacados pelo Governo, que fez um esforço significativo de modo a manter o direcionamento dos recursos públicos para esses setores.

Cultura, Ciência e Tecnologia

Dediquei especial atenção à preservação do patrimônio cultural brasileiro, com o duplo objetivo de democratizar o acesso à cultura nacional e estimular a criatividade artística do nosso povo.

A Lei nº 7.505/86, a Lei Sarney, através de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas, tem possibilitado a promoção e realização de importantes projetos culturais. Temos hoje mais de 4.400 entidades cadastradas para a execução de investimentos nas diversas formas de criação artística, e mais de 1.300 projetos realizados.

Ciência e Tecnologia são tão ou mais importantes no processo produtivo contemporâneo quanto os recursos naturais, os equipamentos industriais ou a própria mão-de-obra. O cenário emergente do século XXI será marcado, fundamentalmente, não por uma divisão entre ricos e pobres, mas entre os que dominam o conhecimento especializado e aqueles que não o dominam.

Fiel a essa filosofia, no período 1985-1989 determinei que fossem dados aumentos reais para o orçamento federal de Ciência e Tecnologia.

Desde a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, até 1984, foram concedidas 90.408 bolsas para estudantes de pós-graduação, no Brasil e no exterior. Nos cinco anos de meu Governo, foram concedidas 113.356 bolsas, um verdadeiro recorde, além de ter sido elevado substancialmente o valor médio dessas bolsas de estudo, destinadas a formar especialistas, internamente e nos grandes centros de pesquisa do mundo.

O Laboratório Nacional de Luz Síncroton, implantado em 1986, é o maior dessa natureza no Hemisfério Sul e permitirá o desenvolvimento de tecnologia de materiais inorgânicos, cobrindo todo o espectro de isolantes, semicondutores e metais, cuja utilização fortalecerá a produção industrial nacional nos setores de metalurgia, informática e química.

Inaugurei o Centro de Rastreo e Controle de Satélites da Missão Espacial Completa Brasileira, cumprindo mais uma etapa do processo que prevê a construção e o lançamento, pelo Brasil, de quatro satélites desenvolvidos com tecnologia nacional.

Em fase adiantada de obras, com inauguração prevista para o próximo ano, está o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, que irá revolucionar a previsão do tempo no País. A atenção que o Governo dedicou às empresas de tecnologia de ponta, como as do setor de informática, permitiu um crescimento médio anual de 27%, em termos de faturamento, no período 1985/1989. No segmento industrial, as empresas brasileiras de capital nacional

elevaram sua participação no mercado, passando de 33% do faturamento bruto total, em 1980, para um valor da ordem de 67%, já em 1988.

Meio Ambiente, Questão Indígena e Reforma Agrária

O debate acerca da problemática ambiental perdurará no futuro. Meu Governo tem assumido atitudes firmes e demonstrado grande determinação na implantação de uma efetiva política de proteção ambiental, respeitada integralmente a soberania nacional.

A Constituição de 1988 incorporou em seu texto inovadoras disposições a respeito do tema e, hoje, poucos países têm uma legislação tão moderna. Nenhum grande projeto se implanta no Brasil sem que seus impactos sobre o meio ambiente sejam avaliados obrigatoriamente.

Entre parques nacionais, reservas e estações biológicas e ecológicas, áreas de proteção ambiental e florestas nacionais temos hoje mais de 120 unidades, superando a 21 milhões de hectares. Lancei, em 1988, o Programa Nossa Natureza, destinado a preservar os ecossistemas fundamentais à sobrevivência da fauna e da flora, de modo que o processo de desenvolvimento ocorra sem colocar em risco a qualidade de vida das gerações futuras. Como reconhecimento mundial desse esforço empreendido, o Brasil sediará, em 1992, a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Muito se fala sobre a questão indígena brasileira e o assunto, pela sua legítima relevância, desperta mesmo a atenção mundial. Meu Governo, entretanto, tem-se preocupado, como nenhum outro, com a proteção e defesa da terra indígena do País.

Desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, até 1984, as áreas indígenas ocupavam 12 milhões de hectares. No meu Governo, as demarcações de áreas indígenas foram acrescidas em cerca de 30 milhões de hectares, ou seja, em cinco anos se fez mais de duas vezes e meia de tudo o que foi feito em 75 anos. Modernizamos a Fundação Nacional do Índio, fortalecendo-a em recursos huma-

nos e financeiros; com isso, asseguramos às populações indígenas aproximadamente 5% de todo o território nacional, propiciando-lhes condições adequadas de vida em seu meio natural.

No que tange à Reforma Agrária, foram desapropriados, neste Governo, 4,5 milhões de hectares de terras, além de ter sido promovida a regularização fundiária de 4,3 milhões de hectares, o que representa 10 vezes mais do que havia sido feito nos 21 anos anteriores. Mais de 200 mil famílias de camponeses já foram beneficiadas com o programa da Reforma Agrária.

Finanças Públicas

Grandes e profundas modificações foram adotadas na área das finanças públicas.

O planejamento e o controle dos financiamentos e dos gastos públicos experimentaram contínuo aperfeiçoamento, mediante a criação de mecanismos institucionais voltados para assegurar maior transparência na alocação de recursos públicos e possibilitar a efetiva participação da sociedade no processo orçamentário, através de seus representantes no Congresso Nacional. Antecipei-me inclusive, aos postulados da nova Constituição, quando tomei a iniciativa de abrir mão da capacidade que o Executivo detinha de aprovar gastos sem a participação do Legislativo.

Determinei o congelamento da conta de movimento do Banco Central no Banco do Brasil, corrigindo uma grande distorção das contas públicas, pela qual o Tesouro Nacional, o Banco Central e o Banco do Brasil funcionavam como se fossem uma única Instituição, dificultando a compreensão da situação financeira do Governo. Determinei, também, a unificação total do Orçamento Geral da União (OGU), com a inclusão de todas as despesas de natureza fiscal, inclusive as realizadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, como as operações de crédito rural.

Criei a Secretaria do Tesouro Nacional, órgão que centraliza a administração financeira do Governo Federal, e consolidei o sistema de caixa único do Tesouro, aumentando a disciplina fiscal do próprio governo.

Modernização do Estado e da Economia

Uma das características mais marcantes do processo de desenvolvimento brasileiro foi o papel desempenhado pelo Estado na economia, de importância fundamental para a construção do nosso parque industrial, concedendo incentivos fiscais e subsídios creditícios; provendo a infraestrutura básica, sob a forma de investimentos em estradas, energia elétrica, comunicações; e até mesmo participando diretamente das atividades produtivas, por intermédio das empresas estatais.

Reconheci, desde o momento de minha posse, que a situação mudou. Há claros sinais de esgotamento da capacidade do Governo de criar meios para o financiamento de todas as atividades que foi assumindo ao longo do tempo. É inadiável a tarefa de modernização do estado e da economia. Tenho afirmado, em diversas oportunidades, que a liberdade política é indissociável da liberdade econômica, cuja expressão mais legítima é a economia de mercado. Portanto, deve caber à iniciativa privada o papel de agente dinâmico do desenvolvimento do País. A liberdade de empreender deve ser plena.

O Governo definiu uma nova política industrial, explicitando mecanismos para desregulamentação dos processos de comando sobre a iniciativa privada e criando instrumentos, como as Zonas de Processamento de Exportações, tudo visando a disseminar entre os agentes econômicos o conceito de competição, de modo a preparar trabalhadores e empresários para a já evidente nova fase da economia mundial, na qual apenas os mais eficientes terão como participar.

De outro lado, o Programa Federal de Desestatização permitiu a privatização de 17 empresas e 15 estações de rádio; a alienação, pelo BNDES, de participações acionárias minoritárias; o encerramento das atividades de quatro empresas inviáveis economicamente; e a transferência, aos governos estaduais, da responsabilidade sobre 14 centrais de abastecimento.

Encaminhei ao Congresso Nacional propostas de atos legais para alienação dos imóveis funcionais de propriedade

da União, inclusive residências de ministros de Estado e dirigentes de estatais; identificação das empresas passíveis de privatização imediata e daquelas que não seriam privatizáveis; alienação de imóveis cadastrados na Secretaria do Patrimônio da União. Igualmente propus ao Congresso a privatização das exportações de açúcar e a redução de vários incentivos fiscais.

Em meu mandato, não ocorreu expansão de contratações na administração pública direta, autarquias e fundações: em dezembro de 1985, tínhamos pouco mais de 710 mil servidores; em dezembro de 1989, esse contingente estava reduzido a menos de 695 mil. E pela primeira vez na história foram extintos quase 360 mil cargos e empregos vagos na administração federal, com o que se impediu o crescimento do funcionalismo, conforme decisões tomadas em 1988 e 1989.

Valorizei o funcionário público; criei a Escola Nacional de Administração Pública, para aprimoramento dos recursos humanos; instituí sistemas de carreira, como as de orçamento e de finanças e controle; autorizei o pagamento do 13º salário ao servidor público; estabeleci o cadastro nacional de pessoa civil; determinei a aplicação de programas de racionalização administrativa, dentre tantas outras medidas voltadas para melhoria da carreira.

Em que pese todas essas iniciativas, a modernização do Estado ainda exige muito por fazer, o que irá requerer o decidido apoio do Congresso Nacional.

Ação Regional

Sempre estive com a atenção voltada para as regiões menos desenvolvidas, que mais precisam da ação do Governo, como o Nordeste e a Amazônia.

Os recursos federais para o Nordeste, em meu Governo, multiplicaram-se por oito; determinei que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento fossem empregados na Região; fortaleci essa importante agência de desenvolvimento que é o Banco do Nordeste; determinei a atualização monetária dos recursos do FINOR; fortaleci a

SUDENE, que foi transformada em autarquia especial. Em cinco anos, a SUDENE aprovou 562 projetos, gerando 150 mil empregos diretos, dos quais mais de 80% no setor industrial. Aprovei inúmeros programas de desenvolvimento para o meio rural nordestino, como o Programa São Vicente e o Projeto Padre Cícero, beneficiando milhares de famílias de pequenos produtores.

O Programa de Irrigação do Nordeste, que lancei em julho de 1985, está promovendo a mais ampla e revolucionária modernização da agricultura nordestina de que se tem notícia. A área total irrigada do Nordeste foi mais do que duplicada em meu Governo, favorecendo a multiplicação de projetos de construção de barragens, eletrificação rural, perfuração de poços, aquisição de equipamentos modernos de pivôs-centrais, tratores e implementos, dentre outros.

Na Região Norte, a SUDAM e a SUFRAMA aprovaram, nos últimos cinco anos, mais de 500 projetos, que estão permitindo a criação de aproximadamente 100 mil empregos diretos. Foram impulsionados também as atividades para o zoneamento econômico e ecológico da Amazônia.

Relações Exteriores

A política externa brasileira manteve intocáveis os princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção.

O Brasil assumiu posição de destaque nos esforços para a integração latino-americana.

A percepção dos benefícios da economia de conjuntos levou-nos a apoiar as bases do Mercado Comum Latino-Americano, a partir do Programa de Integração com a Argentina e o Uruguai. Promovemos, também, iniciativas bilaterais com os países amazônicos, para a defesa do meio ambiente. Temos participado ativamente do Grupo dos Oito, que trata principalmente de examinar os estrangulamentos externos que bloqueiam o esforço de desenvolvimento dos países do nosso continente.

Defendi nas Nações Unidas o tratamento político para o problema da dívida externa. Conclamei os líderes das na-

ções industrializadas a uma ação política conjunta, mostrando que, fora de uma reformulação profunda das estruturas econômico-financeiras internacionais, não haveria solução para a dívida dos países em desenvolvimento. Tenho defendido também, com veemência, um comércio internacional mais justo e menos protecionista. Reatamos relações com Cuba. Identificamos, em parceiros como a União Soviética e a China, oportunidades de cooperação em setores de tecnologia avançada. Intensificamos nossas relações com a África, particularmente com as nações irmãs de língua portuguesa. Cabe destacar a importância do Encontro de São Luís, em que reunimos todos os Presidentes dos países lusófonos para fundar o Instituto da Língua Portuguesa.

Repudiamos o *apartheid*, e toda e qualquer forma de discriminação. Aderimos à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.

Por decisão minha, o Governo desenvolveu importante iniciativa diplomática que resultou, em 1986, na aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas da resolução que estabelece a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que servirá a uma aproximação ainda maior entre latino-americanos e africanos.

Após vinte anos de ausência, o Brasil assumiu uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, o que permite ao nosso País participar mais ativamente dos esforços pela paz mundial. Com serenidade, mas com determinação, o Brasil tem defendido a implantação de uma ordem internacional mais justa e democrática.

Inflação e Dívida Externa

Remanescem, no entanto, dois graves problemas: o da inflação e o da dívida externa.

O crônico e agudo processo inflacionário que atinge a economia brasileira, bem como as nações do Terceiro Mundo, tem punido duramente a sociedade, em particular os assalariados.

No princípio de 1985, diante de um quadro nitidamente recessivo, com margem de ociosidade elevada na econo-

mia e queda dos salários reais, a opção do Governo, em perfeita sintonia com os compromissos da Aliança Democrática, foi retomar o crescimento econômico e recuperar o poder de compra dos salários, ao mesmo tempo que se adotavam medidas para fazer reverter as expectativas inflacionárias.

Quanto à inflação, meu Governo jamais poderá ser acusado de ter-se omitido na tentativa de enfrentar esse mal maior da economia brasileira. Nos momentos de deterioração de expectativas, quando o risco de desorganização do sistema de preços estava presente, não hesitei em adotar medidas drásticas e inovadoras.

Em fevereiro de 1986, o Governo decidiu atuar diretamente sobre os mecanismos de propagação do processo inflacionário, utilizando-se fundamentalmente da reforma monetária, do congelamento de preços e da desindexação dos ativos financeiros e das rendas. Procurava-se apagar a memória inflacionária dos agentes econômicos. Era o Plano Cruzado.

O êxito do Plano Cruzado foi inegável. Recuperaram-se as dimensões de uma economia voltada à produção e ao emprego produtivo. Somente na indústria paulista, àquela época, a massa salarial aumentou 25%. Em 1986, foram criados, no País, mais de dois milhões de empregos. Operou-se significativa transferência de renda para os segmentos mais carentes.

Ao Plano Cruzado seguiram-se o Plano de Controle Macroeconômico de 1987, chamado Plano Bresser, e o Plano Verão, de 1989.

Os três planos de estabilização foram fundamentados na constatação de que a inflação brasileira é, em grande parte, movida por expectativas e causas inerciais, além do desequilíbrio das finanças públicas e do baixo grau de competitividade da economia nacional. Assim, procurou-se, em maior ou menor grau, combinar medidas heterodoxas (congelamento, desindexação) com medidas ortodoxas de política econômica (fiscais e monetárias).

Não advogaria para o Governo a perfeição gerencial na condução desses planos. É claro que foram cometidas

falhas operacionais, em boa parte decorrentes do ineditismo das medidas neles contidas. Não obstante, há de se reconhecer também as dificuldades para a concretização de um grande acordo político que possibilitasse a aprovação legislativa das medidas que buscavam atenuar o desajuste das finanças públicas, especialmente as relacionadas com a privatização das empresas estatais, demissão de funcionários não-estáveis e extinção de órgãos públicos.

Na área fiscal, foram tomadas decisões que bem caracterizam o esforço do Governo para combater o déficit público.

Os subsídios e incentivos fiscais e creditícios foram reduzidos ao seu menor nível na história do País. Cito exemplos: a extinção do crédito subsidiado à agricultura; a eliminação do subsídio à conta trigo; a significativa redução nos subsídios à exportação; a eliminação do incentivo ao Fiset-Turismo e ao Fiset-Reflorestamento; a redução do incentivo dado às pessoas jurídicas para aplicação no FINOR e no FINAM; a eliminação do incentivo para subscrição de ações da EMBRAER; a eliminação da quota de exaustão incentivada destinada às empresas de mineração; a eliminação das alíquotas especiais do imposto de renda para as concessionárias de serviços públicos e empresas de transportes coletivos.

Além disso, determinei uma profunda reformulação do imposto de renda, que possibilitou a redução de carga tributária sobre o trabalho, compensada por um aumento da carga tributária sobre o capital; a implantação definitiva do sistema de bases correntes para a cobrança do imposto das pessoas físicas; e uma grande simplificação na sistemática de cobrança do tributo, com a redução do número de alíquotas e do número de contribuintes — 5,3 milhões de pessoas foram dispensadas de qualquer ônus tributário, mas sem redução significativa na arrecadação fiscal.

Implantei, ainda, um programa de modernização tecnológica do sistema arrecadador federal visando a adequado acompanhamento do cumprimento das obrigações tributárias e à simplificação de procedimentos para os contribuintes.

A forte contenção de despesas levada a efeito pelo Governo possibilitou, em 1989, redução real de cerca de 34% no déficit do Tesouro Nacional, em relação ao ano anterior, apesar da queda de 8% nas receitas tradicionais, em larga medida decorrente das novas normas constitucionais.

Considero importante registrar que não permiti, em nome da luta antiinflacionária, a materialização de uma política de arrocho salarial. Pelo contrário: criei a escala móvel dos salários, no Plano Cruzado, posteriormente aprimorada até alcançar o atual sistema de reajuste automático, que opera todas as vezes que a inflação excede a 5%; sucessivamente encurtei os períodos de reajuste, para acompanhar o ritmo de crescimento dos preços; e dei início à política de recuperação do valor real do salário mínimo.

Os salários que, quando assumi, eram corrigidos semestralmente, passaram a ser aumentados trimestralmente e, depois, mensalmente.

Senhores Congressistas,

Meu Governo tem empreendido um esforço sem precedentes para superar as restrições externas ao crescimento da economia.

Quando assumi, a dívida externa bruta, deduzidas as reservas internacionais — ou seja, a dívida líquida — representava 37,5% do Produto Interno Bruto brasileiro. Agora, esse indicador é de 24,8%. O Governo não aumentou a dívida externa que, em dezembro de 1984, era de 95,6 bilhões de dólares e, hoje, está em 98,7 bilhões de dólares, devendo-se esse crescimento basicamente à desvalorização internacional do dólar frente às demais moedas, o que em parte anulou o esforço de amortização realizado pelo País.

A transferência de recursos ao exterior, a título de amortização e juros, alcançou 71,3 bilhões de dólares nos últimos cinco anos, em contrapartida a ingressos de 19,4 bilhões de dólares, colocando o Brasil, como de resto os demais países endividados do Terceiro Mundo, em posição de exportador líquido de capitais. Trata-se de uma sangria de recursos intolerável.

Isso tem levado à intensificação do esforço exportador, notando-se que, no período 1981-1984, 70% do valor das exportações, em média, eram destinados ao serviço da dívida. Em meu Governo, esse nível de comprometimento das receitas externas foi reduzido para 50%.

No sistema internacional, os fluxos de recursos novos estão praticamente paralisados. Visando a não comprometer o desenvolvimento interno, o Brasil decretou a moratória em fevereiro de 1987, somente revogada em setembro de 1988, com o fechamento do acordo para renegociação plurianual da dívida.

Entretanto, as dificuldades internas no combate à inflação e a não obtenção da totalidade dos recursos previstos para 1989 impossibilitaram o cumprimento integral do acordo. As conversões e os reembolsos foram suspensos em razão de controle monetário e os pagamentos de juros ao exterior foram condicionados à proteção do nível das reservas cambiais. O novo Governo encontrará uma posição confortável no que se refere às reservas, facilitando a implementação do seu próprio programa de renegociação da dívida.

A posição do Governo brasileiro, em todos os fóruns internacionais, em todo o meu mandato, foi defender com veemência uma negociação da dívida externa em termos políticos, que vislumbre a possibilidade de formas não-convencionais de pagamento.

Senhores Congressistas,

O Brasil é, hoje, uma nação em paz. Trabalha e produz dentro de uma sociedade democrática pluralista, consciente de seu processo de modernização, de sua importância no cenário internacional, administrando seus conflitos com as armas do diálogo e da conciliação.

Tenho consciência de que nenhuma área do Governo ficou desguarnecida; lutei em todas as frentes; enfrentei todos os desafios desta que está sendo a guerra mais difícil da história do Brasil moderno.

Eu e meus auxiliares diretos temos a consciência de haver cumprido o dever de atravessar, com coragem e determinação, o mar de tormentas desses anos de crises e limitações.

Muitas vezes incompreendidos, enfrentando com paciência o revide implacável dos interesses parciais contrariados; porém sempre conciliando, negociando e dialogando; eis a via-sacra que percorremos.

A maior glória foi sem dúvida tornar realidade, trazer para o duro terreno da realidade, o sonho de milhões e milhões de brasileiros que reclamavam por liberdade e democracia nas praças e ruas, no campo e nas cidades de todo este Brasil, imenso e esperançoso.

As vitórias alcançadas são em parte, fruto da férrea determinação do Presidente da República de cumprir o programa pactuado pelas forças vivas da sociedade, unidas na Aliança Democrática.

E os avanços obtidos muito devem também à maturidade e ao senso de responsabilidade social demonstrados pelas lideranças deste País.

Neste novo Brasil, os conflitos se expressam e se contraditam pela palavra, pelo saudável e civilizado debate de idéias entre partes que se dividem em questões setoriais mas que são solidárias no mesmo e grandioso projeto de construção do progresso e do bem-estar para todos os brasileiros, em clima de liberdade e paz social.

As instituições funcionam. A economia está preparada para um novo ciclo de desenvolvimento. Nunca o setor privado exibiu tamanha folga de liquidez. As sementes para a modernização do Estado foram lançadas. Os princípios básicos para a reestruturação das finanças públicas estão definidos. Os ventos da liberdade e da democracia percorrem o Brasil. A dignidade nacional está preservada.

A Nação está em paz.

II — POLÍTICAS GLOBAIS

1. A POLÍTICA MACROECONÔMICA E A ECONOMIA BRASILEIRA

Ao iniciar o Governo da Nova República, o País já vinha de um penoso processo de ajustamento à brusca ruptura das condições que viabilizaram a expansão econômica das décadas anteriores. De fato, no triênio 1981/1983, o produto *per capita* se reduziu à média anual de 4,6%, como resultado da adoção de políticas de estabilização de cunho recessivo, determinadas pela desestruturação do padrão de financiamento da economia brasileira e pela agudização do processo inflacionário a ela associada.

Ocorre, porém, que o fracasso dessas políticas em reverter a aceleração inflacionária contingenciou fortemente a execução da política econômica da Nova República. Com efeito, durante todo o período do atual Governo, o Executivo se viu obrigado a intervir drasticamente no funcionamento da economia, em geral, e no sistema de preços em particular, com o objetivo de estancar o crônico e instável processo inflacionário.

Uma característica comum a todas estas intervenções foi o diagnóstico sobre o caráter predominantemente inercial da inflação brasileira. Esse diagnóstico resultou da constatação da existência de um processo de ampliação e sofisticação dos mecanismos de convivência com altas taxas de inflação, traduzido na generalização da indexação

pela inflação passada e no encurtamento gradativo dos prazos de correção de preços e salários. Nestas circunstâncias, todo e qualquer esforço de controle inflacionário centrado exclusivamente em medidas ortodoxas, além de inútil como o demonstrava a história recente, acarretaria custos sociais e econômicos insuportáveis para o País, então em plena transição política.

A alternativa, neste caso, era a adoção das chamadas medidas heterodoxas (que implicavam geralmente no congelamento de preços e salários), uma vez feita a opção, pelo novo Governo, pela sustentação do crescimento e pela recuperação dos salários reais profundamente deteriorados na recessão de 1981 a 1983.

Um primeiro ensaio desta postura da política econômica governamental se deu ainda em 1985, quando foram estabelecidos rígidos controles sobre os preços — notadamente sobre as tarifas públicas — pelo curto período de três meses, ao mesmo tempo em que a condução da política monetária se pautou pela preocupação com a compatibilização entre a liquidez global da economia e a trajetória expansiva que então se iniciava, através da redução das taxas de juros domésticos.

Em consequência, a economia brasileira registrou, em 1985, uma taxa de crescimento real de 8,3%. Ao contrário do ano anterior, quando as exportações foram o principal fator determinante, esta expansão foi embasada, preponderantemente, na reativação do dinamismo da demanda interna associada ao revigoramento do mercado de trabalho, que acusou significativos aumentos no salário real médio e no nível geral de emprego, consoantes com as diretrizes básicas da política governamental.

Não obstante este bom desempenho da economia brasileira, ao final de 1985 a inflação apresentava-se em níveis extremamente elevados, impulsionada pela aceleração dos preços agrícolas — em função da quebra de safra devido à seca que atingiu algumas das principais regiões produtoras —, do início da generalização da trimestralização dos reajustes de salários, que até então eram corrigidos semestralmente, além das próprias expectativas dos agentes econômicos em relação à evolução do processo inflacionário.

Diante desse quadro o Governo lançou, logo no início de 1986, o Plano Cruzado, o mais audacioso programa de estabilização já implementado pela política econômica até então. Diagnosticando a inflação como fundamentalmente inercial, buscou-se, através da reforma monetária, do congelamento de preços e da desindexação dos ativos financeiros e das rendas, apagar a memória inflacionária dos agentes econômicos.

Nos primeiros meses de implementação das novas medidas, os índices mensais de inflação foram praticamente nulos. A relativa estabilidade de preços induziu a uma maior retenção de moeda por parte dos agentes econômicos, o que permitiu a remonetização da economia através do resgate de títulos da dívida pública, cujo saldo ao final do ano experimentou redução de 20,3% em termos reais.

O esvaziamento dos circuitos de especulação financeira e a eliminação das incertezas que acompanham níveis elevados de inflação abriram espaço para uma intensificação das atividades produtivas. O crescimento do emprego e a nova elevação dos salários reais conduziram à rápida expansão do consumo, levando ao esgotamento da capacidade ociosa em muitos setores da economia, particularmente daqueles produtores de bens intermediários. Esta situação de aquecimento da demanda agregada passou, portanto, a colocar em risco, a partir de meados de 1986, a estabilidade de preços e o equilíbrio das contas externas.

Muito embora tivesse o Governo adotado diversas medidas complementares para reduzir a demanda e aumentar a oferta interna (empréstimos compulsórios, elevação de impostos indiretos, correção de algumas tarifas públicas e aumento das importações), a economia retornou à rota da aceleração inflacionária.

Em meados de 1987, o vigor do processo inflacionário, reflexo dos desequilíbrios interno e externo então presentes, provocou a exacerbação das incertezas dos agentes econômicos, ameaçando conduzir a economia à estagnação e à desorganização da atividade produtiva. Face a este quadro, em junho daquele ano o Governo lançou o Plano de

Controle Macroeconômico, com o objetivo fundamental de retomar o controle sobre o processo econômico e eliminar a ameaça de hiperinflação.

Para tanto, foi decretado um novo congelamento de preços e salários pelo prazo inicial de três meses e adotadas medidas de controle da demanda agregada, voltadas principalmente para a redução substancial do déficit público. Ao mesmo tempo, foi implementada uma política cambial mais realista, objetivando a recuperação dos saldos comerciais, de modo a viabilizar a suspensão a curto prazo da moratória externa declarada em fevereiro daquele ano, com vistas à retomada das negociações com os credores internacionais.

A execução do Plano desdobrou-se em três fases, sendo a primeira delas baseada no congelamento geral de preços e salários para reduzir drasticamente a taxa de inflação, que perdurou até fins de agosto. Na fase seguinte, teve início o processo de flexibilização de preços através de um sistema disciplinado de reajuste de preços e correções mensais de salários, de acordo com a Unidade de Referência de Preços (URP), criada no bojo do programa. E, finalmente, na terceira e última fase, foram liberados os preços visando promover o retorno da economia às condições de mercado.

Logo após a implementação do Plano de Controle Macroeconômico, o País viveu período de sensível redução das taxas de inflação e do grau de incerteza antes verificado. No entanto, passada a fase inicial, a inflação voltou a se acelerar e, já ao final do ano, a taxa mensal alcançava 15%, tornando bastante concreta a possibilidade de desorganização definitiva do processo econômico.

O desgaste político da alternativa heterodoxa de estabilização, juntamente com o desenvolvimento de mecanismos de defesa contra eventuais congelamentos de preços por parte dos agentes econômicos dominados pela incerteza, impuseram a adoção de uma estratégia de ataque frontal ao processo inflacionário, diferenciada das demais. De fato, a política econômica em 1988 se pautou pela implementação de ações corretivas voltadas para a drástica re-

dução do desequilíbrio do setor público. Tais ações foram norteadas pela necessidade de estabelecer, preliminarmente, condições objetivas para o pleno sucesso de um novo programa de estabilização, à luz das duas tentativas anteriores.

Neste sentido, a execução da política fiscal naquele ano, ainda que preservando ao máximo a demanda privada, teve um caráter nitidamente restritivo, tendo em vista o pressuposto de que o reequilíbrio das finanças públicas era condição absolutamente necessária, ainda que não suficiente, para a obtenção de resultados efetivos no combate à inflação. Assim, por meio de um amplo elenco de medidas foi programada a redução à metade do déficit operacional potencial do setor público não financeiro, inicialmente previsto em 8% do PIB.

Entretanto, apesar do sucesso dessa estratégia não só do ponto de vista fiscal — o déficit operacional global em 1988 foi de 4,2% do PIB — como também das contas externas, cujo desempenho viabilizou a suspensão da moratória externa e a retomada das negociações com os credores, a reaceleração inflacionária observada no segundo semestre e a estagnação das atividades produtivas evidenciaram a necessidade de ajustes adicionais, que contemplassem o aprofundamento do esforço de redução do desequilíbrio das finanças públicas e uma nova política de rendas, de modo a evitar o aguçamento das incertezas e remover a inércia inflacionária.

Sob essa perspectiva, foi lançado em janeiro de 1989 o chamado Plano Verão que, a exemplo de seus antecessores, teve como objetivo primordial a contenção das taxas de inflação a curtíssimo prazo. Além de identificar o componente inercial do processo inflacionário, este novo programa de estabilização fundamentou-se na tentativa de recuperação da poupança doméstica, mais particularmente do setor público, premido por um lado pelos elevados níveis de endividamento interno e externo e, por outro, pelas demandas por maiores gastos públicos na infra-estrutura social e econômica, várias das quais consubstanciadas no novo texto constitucional promulgado em outubro de 1988.

A partir desta orientação, a política fiscal do Plano Verão foi concebida de forma a proporcionar o reequilíbrio das finanças públicas, mediante ações de amplo espectro, a exemplo das medidas adotadas já a partir de meados do ano anterior, como a chamada «Operação Desmonte» e a definição de critérios mais rigorosos para a rolagem da dívida dos Estados e Municípios.

Adicionalmente, foram incorporadas à proposta do Orçamento Geral da União para 1989 uma série de providências visando a elevação da receita fiscal, como a redução e até diminuição de vários incentivos, a elevação da alíquota de alguns impostos, a antecipação do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Renda, a criação da contribuição social sobre o lucro para o financiamento do sistema de seguridade, além da intensificação do esforço de fiscalização e cobrança da dívida ativa.

Quanto às despesas, foi proposta uma ampla reforma administrativa visando o enxugamento da máquina governamental e as despesas com pessoal ficaram submetidas ao teto constitucional de 65% das receitas correntes. Complementando essas medidas, foi condicionada a realização de despesas à existência prévia de disponibilidades de caixa e limitada a emissão de títulos da dívida pública.

No que tange às empresas estatais, foi proposto um amplo programa de privatização dos ativos não operacionais, direcionando-se os recursos assim obtidos para a expansão real então prevista dos investimentos dessas empresas em 1989. Além do impacto positivo sobre o déficit público, estas medidas estavam voltadas para a redução da intervenção do Estado no processo econômico, potencializando o desenvolvimento mais acelerado da iniciativa privada.

Encerrando o elenco de medidas de caráter restritivo no campo da política monetária, a taxa real de juros foi fixada em patamares bastante elevados nos primeiros meses de execução do Plano e foram estabelecidos, através da Resolução nº 1.566 e da Circular nº 1.418 do Banco Central, tetos para a expansão do crédito do sistema financeiro.

Ademais, foram reduzidos os prazos do crédito ao consumidor e aumentados os valores da amortização mínima do cartão de crédito. Finalmente, foram temporariamente suspensas as operações de conversão de dívida externa e *relending*, fatores que condicionavam fortemente a execução da política monetária.

No que tange à política de rendas, além do realinhamento da taxa de câmbio, os salários, aluguéis e outras rendas foram convertidos pelo valor médio real de 1988 e posteriormente congelados, objetivando remover a memória inflacionária dos agentes econômicos. Neste mesmo sentido, foram adotadas diversas medidas visando a desindexação da economia, de modo a eliminar os mecanismos de proteção e propagação das inevitáveis variações de preços relativos, mecanismos estes que conferem ao processo inflacionário no Brasil fortes imunidades às terapias convencionais de estabilização.

Nos primeiros meses de sua implementação, os resultados obtidos pelo Plano Verão em termos de arrefecimento do processo inflacionário foram bastante satisfatórios, uma vez que, extrapolada a tendência dos últimos meses de 1988 e de janeiro de 1989, era iminente o descontrole dos patamares mensais da taxa de inflação.

Entretanto, ainda que satisfatória se comparada à alternativa imediata, a inflação residual induziu à reindexação da economia, em um prazo menor que o observado na época do Cruzado. Em essência, o resíduo inflacionário decorreu da grande dispersão dos preços relativos, decorrente em parte das estratégias de prevenção contra um congelamento geral de preços adotadas por diversos segmentos formadores de preços, do realinhamento de algumas tarifas públicas e do câmbio quando da edição do Plano Verão, além das imperfeições naturais do sistema de controle de preços.

Por outro lado, além da prática de taxas de juros reais mais elevadas do que aquelas previstas originalmente, ao longo do primeiro semestre de 1989, várias das propostas de reforma estrutural na área das finanças públicas como a Operação Desmonte, a privatização e extinção de empresas

e a demissão de funcionários sem estabilidade foram rejeitadas pelo Poder Legislativo. Uma vez que o reequilíbrio do setor público era um dos pilares do novo programa de estabilização, as incertezas quanto ao seu êxito aumentaram e se refletiram rapidamente no sistema de preços da economia já reindexada, inclusive com uma nova política salarial ainda mais rígida que a anterior, baseada nas URPs.

O governo, no entanto, manteve sua diretriz básica de controlar as necessidades de financiamento do setor público, adotando medidas que compensaram parcialmente a não concretização das metas previstas para a política fiscal, através do rígido controle da execução financeira da União, do orçamento das operações oficiais de crédito e da eliminação do déficit das empresas estatais — não obstante algumas frustrações de receitas destas entidades. Desse modo, estima-se que o déficit do setor público não financeiro deverá se situar no presente ano em 3,9% do PIB, patamar inferior aos 4,2% do PIB observados no ano anterior, apesar de todas as adversidades já mencionadas e do fato de o impacto do novo texto constitucional ter se concretizado, em sua maior parte, no exercício de 1989.

Cumpre salientar que o caráter restritivo das políticas fiscal e monetária e a própria rescisão inflacionária dos últimos meses não reverteram a recuperação econômica observada em 1989. Com efeito, estimativas preliminares indicam um aumento do grau de utilização da capacidade instalada em relação a 1988 e um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem de 3,5%, com o que o período de governo da Nova República se encerra com um incremento da renda *per capita* acima de 10%.

O bom desempenho da economia brasileira em 1989 se refletiu com nitidez no comportamento do mercado de trabalho, que acusou a menor taxa de desemprego de toda a década, abaixo inclusive do período de vigência do Plano Cruzado, ao mesmo tempo em que salários reais no setor formal mantiveram a trajetória ascendente que marcou todo o período do atual Governo, com a única exceção de 1987.

O fortalecimento do mercado interno proporcionado pela evolução positiva da massa real de salários não com-

prometeu o desempenho do setor externo da economia brasileira neste último ano. Apesar da redução verificada no superávit comercial devido fundamentalmente ao aumento das importações de bens de capital e insumos intermediários visando à expansão da oferta doméstica de bens e serviços, a diminuição do volume de transferências ao exterior a título de serviço da dívida externa e a condução criteriosa da política cambial permitiram o incremento do estoque de reservas internacionais, o que contribuirá, sem sombra de dúvidas, para fortalecer a posição negociadora do próximo Governo junto aos credores externos.

Finalmente, cumpre destacar, à guisa de conclusão, um outro precioso legado do Governo que se encerra, ao seu sucessor, que é a reestruturação do setor agrícola brasileiro e sua reintegração como pólo dinâmico da economia nacional.

Durante os últimos cinco anos, este setor veio acumulando sucessivos recordes de produção, graças não só às condições climáticas razoavelmente favoráveis mas também, e principalmente, à execução de uma política agrícola adequada e consistente com a realidade do País. De fato, a produção física de grãos, que girava em torno de 53,9 milhões de toneladas em 1984, atingirá cerca de 73,2 milhões de toneladas na safra 1989/1990, o que implicará uma expansão média anual de 6,3% durante todo o quinquênio e um crescimento de quase 10% em relação à safra anterior.

Este desempenho, além de facultar a manutenção dos diversos programas de assistência social em curso, deverá ampliar consideravelmente a margem de manobra do próximo governo na definição da futura estratégia de combate à inflação, uma vez assegurado o abastecimento interno em condições plenamente satisfatórias.

2. POLÍTICA SOCIAL

A construção de um País moderno, democrático, progressista, requer combater a fome e a miséria, reduzir as desigualdades da distribuição da renda e da riqueza, estancar a deterioração das condições de vida nas cidades, eliminar os bolsões de pobreza no campo, dar oportunidade a todos para que se eduquem e se profissionalizem de modo a almejar emprego digno e estável, assistir às populações mais vulneráveis e propiciar o acesso universal à saúde e tranquilidade aos idosos e aposentados. É responsabilidade do Estado não só promover as condições de crescimento econômico como garantir a cada um dos brasileiros o exercício da sua condição de cidadão.

É certo também afirmar a indissociabilidade entre as políticas econômica e social na compreensão de que, para que sejam eficazes, necessariamente se interdependam.

A ação do Governo na área social pautou-se no período por perseguir objetivos de mudanças, articulados nas seguintes diretrizes de políticas:

- refutar ao extremo a opção de recessão econômica pelo seu custo social, num país com extensas manchas de pobreza e problemas sociais decorrentes;

- avançar em algumas políticas redistributivas, como a progressiva recuperação dos salários dos mais pobres, a

implementação da reforma agrária e a intervenção sobre os problemas de pobreza no Nordeste rural; e,

- buscar a recuperação dos níveis do gasto público na provisão de benefícios e serviços e na infra-estrutura pública de natureza social, tidos como requisitos para alargamento da cidadania.

Embora as dificuldades vividas, exemplificadas pelas tentativas de programas de estabilização com seus êxitos e malogros, tenham impossibilitado o Governo de atingir expressivamente o seu desiderato, resultados importantes foram obtidos no campo dos chamados setores sociais. Entre estes cabe ressaltar pela significação humanística o declínio da mortalidade infantil em cerca de 1/3 da taxa observada em 1984.

O desempenho do Governo Federal nos programas sociais acumulou expressivos resultados no quinquênio, que podem ser observados nos destaques seguintes:

- o progresso da negociação coletiva no campo das relações de trabalho foi estratégia prioritária e não ocorreu nenhuma intervenção governamental nos sindicatos;

- implantou-se o Programa de Seguro-Desemprego, antiga reivindicação trabalhista, que atingiu 2,8 milhões de benefícios entre 1986/89;

- o Programa de Alimentação do Trabalhador foi desburocratizado e modernizado com a participação dos trabalhadores e empregados na sua gestão, beneficiando, no período, a média anual de 3,8 milhões de trabalhadores, o que representou um dispêndio com incentivos fiscais, entre 1986 e 1988, da ordem de NCz\$ 756 milhões a preços de maio/89;

- elevação dos pisos dos benefícios de duração continuada (aposentadoria, auxílio-doença, pensão e auxílio-reclusão) para 95% do salário mínimo;

- concessão aos trabalhadores rurais do auxílio-reclusão e do auxílio-doença e extensão às suas famílias dos benefícios decorrentes do acidente de trabalho;

- extinção da contribuição previdenciária dos inativos, resultando em um aumento real entre 3,5% a 5% nos valores das aposentadorias e pensões;

— elevação da massa de aposentados e pensionistas da Previdência Social, que atingiu em 1988 cerca de 11,5 milhões de benefícios em manutenção;

— implementação das diretrizes da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, com a implantação do Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS), em 1987, possibilitando a redefinição das atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, dentro dos princípios de solidariedade e complementariedade e de atendimento universalizado e equânime pela saúde em todo o território nacional;

— implementação do SUDS que viabilizou a criação de sistemas integrados de alta tecnologia, articulando agências federais de saúde com instituições de alta competência, destacando-se o Sistema Integrado de Assistência Cárdio-Vascular (SICV), com base no INCOR/SP; o Sistema Integrado de Assistência Renal Crônica e de Transplante Renal (SICTRANS), com base na Escola Paulista de Medicina; e o Sistema Integrado de Reabilitação, Traumatologia e Ortopedia (SIRTO), com base no SARAH/Brasília;

— transferência das unidades próprias de atendimento do INAMPS para as Secretarias Estaduais de Saúde, reforçando o objetivo de dotar de comando único o SUDS, em cada esfera de Governo;

— realização em cada ano do período, de 230 milhões de consultas médicas, em média, 12 milhões de internações hospitalares e 130 milhões de exames de diagnóstico e serviços terapêuticos de apoio;

— implantação do Programa de Auto-Suficiência Nacional em Imunobiológicos que já viabilizou o atendimento de toda a demanda nacional de vacinas contra o sarampo, contra a meningite meningocócica do tipo C, vacina anti-rábica humana e canina e 80% da demanda mundial da vacina contra a febre amarela. Foi iniciada a produção de vacinas contra a hepatite B e poliomielite e dos reagentes para diagnósticos da leptospirose e AIDS. Foram aperfeiçoadas, ainda, as técnicas de produção das vacinas tríplice — DPT e do anatox tetânico;

— continuação da implementação do PRÓ-SANGUE, que passou a contar com 26 hemocentros, 4 centros regionais e 48 centrais sorológicas, possibilitando a realização de 612 mil coletas de sangue e 600 mil transfusões;

— desenvolvimento do Programa de Suplementação Alimentar do INAN, beneficiando, anualmente, cerca de 10 milhões de crianças, gestantes e nutrízes de famílias de baixa renda;

— combate às endemias, realizando-se no período 2 milhões de borrifações intradomiciliares no combate à malária; 2,9 milhões de borrifações no combate à doença de Chagas; 60 mil tratamentos de criadouros com moluscicida no combate à esquistossomose e 15,5 milhões de borrifações em prédios no combate ao *Aedes aegypti*;

— continuidade do incremento das atividades de vacinação em massa contra a poliomielite e o sarampo, possibilitando a redução para menos de 50 casos de poliomielite em 1989 e perspectiva de sua erradicação em 1990, bem como a redução da incidência notificada de sarampo;

— dinamização das ações da LBA, que permitiu a expansão do atendimento de crianças em creches para cerca de 2,2 milhões de crianças em 1989.

Ao levar em consideração o quadro de dificuldades que apresentou a economia brasileira no período, ressalta-se o satisfatório desempenho do Governo no campo das ações de proteção social, cujos resultados estão detalhados nos espaços setoriais desta Mensagem.

3. POLÍTICA REGIONAL

O enfrentamento das disparidades regionais do País foi sedimentando, ao longo da gestão 85/89, uma visão estratégica mais compreensiva acerca de seus instrumentos e de seu significado, inclusive por sua estreita correspondência com a prioridade maior da redução das nossas desigualdades sociais.

Desde a Emenda Constitucional nº 27/85 até as reformas tributárias incorporadas na Constituição de 5.10.88, a descentralização federativa afirmou-se como um princípio central para a redemocratização. Novos parceiros ingressam em cena na composição de forças da política regional de desenvolvimento, exigindo que o perfil compensatório da alocação federal se amplie à totalidade de seus recursos. É nesse sentido que se deve entender a inovação constitucional das regionalizações orçamentárias.

Na mesma linha, apenas os incentivos fiscais de cunho regional foram preservados das revisões impostas pela crise fiscal da União. Por iniciativa do Executivo, o elenco desses instrumentos estará ampliado com as Zonas de Processamento de Exportações, os leilões de conversão de dívida e os subsídios creditícios. É sobre esse diferencial abrangente de estímulos de natureza global e setorial que se poderá alavancar uma participação mais expressiva do empresaria-

do nacional, como do estrangeiro, no soerguimento econômico das regiões deprimidas.

No campo social, ao tempo em que o Ministério do Interior acrescentava novas funções assistenciais ao leque de suas atribuições de planejamento do desenvolvimento regional, as áreas da Saúde e da Educação se viram cada vez mais envolvidas na regionalização de suas atividades setoriais.

A influência dessas orientações colima para a confirmação de um novo estilo de planejamento, onde o corte setorial clássico se complementa matricialmente com o corte regional. Toda a legislação complementar requerida pela Constituição converge para essa concepção, seja na regionalização do plano plurianual, seja nas formas de cooperação intergovernamental, seja na compatibilização do planejamento nacional e regional do desenvolvimento sócio-econômico e de ordenação territorial. Essa conquista tornou-se irreversível e foi inteiramente gestada na administração da transição democrática do País.

4. POLÍTICA AMBIENTAL

A atualidade da questão ambiental tem exigido, nos últimos anos, especial atenção na ação do Governo, demandando uma postura que compatibilize os processos de planejamento e decisão com o necessário cuidado com seus reflexos sobre o meio ambiente.

Houve necessidade de se estabelecer, em caráter permanente, a premissa de que em todos os planejamentos sejam consideradas opções para a conservação do meio ambiente de modo a que os recursos naturais, que hoje se encontram à disposição das atuais gerações, não sejam comprometidos, e não ponham em risco a qualidade de vida das gerações que nos sucederem.

Em 1988, o Governo lançou o Programa Nossa Natureza que, além de responder aos mais justos anseios de toda a sociedade brasileira, procurou estabelecer diretrizes para o estabelecimento das bases de uma Política Nacional de Meio Ambiente adequadas às realidades nacionais, que assegurasse as condições essenciais para um desenvolvimento sustentado, aliado à integridade dos ecossistemas e voltado, prioritariamente, para as necessidades da Amazônia Legal.

Em 1989 foram consolidados os mecanismos administrativos e institucionais que o setor demandava ao mesmo

tempo em que formulou e propôs ao Congresso Nacional projetos de lei destinados a estabelecer uma legislação moderna e relevante, fruto dos estudos e levantamentos realizados pelos técnicos e demais membros da sociedade civil no âmbito do Programa Nossa Natureza. Tais projetos discutidos amplamente pelos representantes dos diversos segmentos de nossa sociedade, após aprovados pelo Poder Legislativo e promulgados pelo Poder Executivo, passaram a constituir o arcabouço legal da Política de Meio Ambiente do Brasil.

Hoje, pode a nação brasileira orgulhar-se de possuir um dos mais modernos programas para o meio ambiente elaborado a partir da mais estreita participação da sociedade civil e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Dentre as principais bases do programa nacional do meio ambiente podemos destacar:

— os Diplomas Legais, destinados a proteger a cobertura florística, por intermédio de adequação do Código Florestal, incluíram a elaboração de uma Política Florestal para a Amazônia, a ordenação do consumo de matéria-prima florestal criando a obrigatoriedade de apresentação do Plano Integrado Floresta-Indústria. Disciplinaram, também, todos os créditos oficiais, incentivos fiscais e outros investimentos para a Amazônia Legal. Além disso, proibiram a exportação de madeira sob forma de toras;

— o uso de substâncias químicas e processos inadequados na mineração foram disciplinados por intermédio de leis e regulamentos que incluíram o uso dos agrotóxicos, a recuperação de áreas degradadas pelo garimpo, a comercialização e uso do mercúrio e das substâncias necessárias à preservação de madeira;

— foi instituído o Programa de Educação Ambiental no Ministério da Educação;

— foi criada a Comissão Coordenadora de Pesquisas da Região Amazônica destinada a ordenar, estimular e incrementar a pesquisa em áreas do conhecimento que atendam os reais interesses do País;

— foi criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente destinado a dar o suporte financeiro às ações e projetos voltados à conservação do meio ambiente;

— os trabalhos de Zoneamento Ecológico-Econômico estão se desenvolvendo no sentido de se implementar a Ordenação Territorial;

— a Política Nacional do Meio Ambiente indicou e foi instituído o Conselho Superior do Meio Ambiente, encarregado de formular as diretrizes governamentais, a nível de Presidência da República;

— foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Outras ações na área executiva que deram curso à Política Nacional do Meio Ambiente dignas de destaque foram:

— a criação de Unidades de Conservação;

— os programas de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), o de Controle de Poluição (PRONACOP) e o Programa de Apoio a Projetos de Meio Ambiente (PAMA).

— o programa emergencial de proteção florestal e defesa das unidades de conservação;

— os programas ou projetos de financiamento externo: o Programa de Controle de Poluição do Estado de São Paulo (PROCOP), o Projeto Ferro Carajás, o Projeto de Irrigação do Baixo São Francisco, o Projeto de Reassentamento de Itaparica e o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

Todas essas medidas inseriram-se na necessidade de controlar e conservar os ecossistemas nacionais que, numa primeira fase, demandaram uma firme atuação governamental, em prol do desenvolvimento da Região Amazônica, executado a partir do uso sustentado de seus recursos naturais.

No entanto, é importante ressaltar que o Programa é de âmbito nacional e a continuidade dessas medidas deverá ser objeto de atenção especial do Governo no sentido de fortalecer e agilizar os vários segmentos da administração pública no que diz respeito a esse grande desafio da humanidade que é a questão ambiental.

III — POLÍTICAS E AÇÕES SETORIAIS

2

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça tem, como área de competência, os assuntos relativos à ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, segurança interna, polícia federal, administração penitenciária e documentação, divulgação, publicação e arquivo dos atos oficiais.

As diretrizes da gestão ministerial orientaram-se no sentido do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, anterior e posterior ao processo de elaboração constitucional; do aprimoramento do processo político, especialmente quando foram escolhidos os integrantes da Assembléia Nacional Constituinte e se elegeram, por voto direto, os governadores estaduais e, posteriormente, os prefeitos, vereadores e no pleito para a Presidência da República; da criação, reorganização, modernização e consolidação de legislação e órgãos voltados para a proteção e promoção das liberdades individuais e dos direitos fundamentais do cidadão; ao combate à violência e à criminalidade; da prevenção e combate ao crime organizado e ao tráfico e uso de drogas; do acréscimo de vagas no sistema penitenciário e do aperfeiçoamento das legislações penal, processual-penal e penitenciária; da geração de conhecimentos e instrumentos necessários à elaboração da Política Nacional de Estrangeiros; e, ainda, da criação dos instrumentos legais ne-

cessários à definição de programa de segurança de trânsito, com vistas a reduzir o número de acidentes e de vítimas e o furto e roubo de veículos.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

O Ministério determinou a revisão de toda a legislação de caráter autoritário, implementando as normas relativas à segurança nacional, greve, liberdade de expressão, resguardo da privacidade do cidadão, estrangeiros etc. Além disso, conferiu-se relevo aos estudos e debates da «Comissão Afonso Arinos». Após a promulgação da Carta Constitucional vigente, foi elaborado exaustivo trabalho identificando a legislação decorrente — complementar e ordinária — culminando com a nomeação de comissões de juristas para a preparação de anteprojetos relativos aos seguintes temas:

- defesa do consumidor;
- repressão ao abuso do poder econômico;
- greves nos serviços essenciais;
- juizados de paz;
- serviços notariais e de registro;
- organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis;
- Código do Processamento Administrativo;
- proteção da infância e da juventude;
- letra de câmbio e nota promissória;
- organização, funcionamento e fiscalização das sociedades cooperativas;
- regulamentação de desapropriação para fins de reforma agrária;
- reestruturação das Polícias Rodoviária e Ferroviária Federais; e
- lei antidrogas.

Foram elaborados, dentre outros, os seguintes Projetos de Leis:

- criando o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas;

-
- dispondo sobre a organização e o funcionamento do Conselho da República;
 - criando o Fundo Penitenciário Nacional;
 - instituindo a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público;
 - prescrevendo normas gerais para a Organização da Defensoria Pública nos Estados;
 - dispondo sobre os crimes hediondos;
 - dispondo sobre a prisão temporária; e,
 - Anteprojeto de Lei Complementar instituindo a Advocacia-Geral da União.

Foi reativada e reestruturada, a partir de 1985, a promoção e defesa dos direitos da cidadania e reinstalado, no 1º ano do atual governo, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, durante as comemorações do 37º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No mesmo ano foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, encarregado de zelar pela promoção e defesa dos direitos femininos.

Na Constituição de 1988, foi extinta a censura das diversões públicas e de qualquer atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Foi extinto o Conselho Superior de Censura e criado, para substituí-lo, o Conselho de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, integrado por representantes de entidades governamentais ligadas à arte e à cultura.

Foi criado e instalado, também, o Conselho Nacional de Segurança Pública que, sob a presidência do Ministro da Justiça e a participação das Secretarias de Segurança dos Estados e do Distrito Federal, iniciou a sistematização de intercâmbio de informações criminais e cooperação no combate integrado ao crime.

O Ministério da Justiça promoveu amplo debate nacional sobre os níveis alarmantes dos índices de violência e criminalidade, urbana e rural, articulando esforços dos governos estaduais e combinando-os com as iniciativas comunitárias emergentes, buscando soluções para o problema, que transcende a capacidade isolada do poder público.

A primeira ação estratégica na área de justiça e segurança pública foi feita através do programa «Vamos viver sem violência». Fugindo às propostas múltiplas e, às vezes, difusas, ensejando, portanto, a pulverização dos recursos disponíveis, o programa «Vamos viver sem violência» teve seus objetivos orientados para reverter o quadro de redução da capacidade de atuação das organizações policiais, pela diminuição efetiva de meios operacionais. Assim, a modernização e reequipamento das polícias civis e militares, especialmente nas ações voltadas para a prevenção de delitos e a interiorização progressiva da segurança pública, passaram a constituir prioridades do programa. Foram incorporadas às frotas policiais 4.708 viaturas, representando um incremento de 85% da frota de 1985.

O combate ao tráfico e o uso de drogas mereceu atenção especial do governo. Encontra-se em elaboração o anteprojeto de lei que moderniza a legislação existente. Iniciaram-se os leilões dos bens, vinculados ao tráfico de drogas e declarados perdidos pela justiça, cujas rendas constituem o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB), criado pela Lei nº 7.560/86. As ações repressivas executadas pelo DPF, tiveram como resultado imediato a destruição de 28 laboratórios usados no refino de cocaína, a apreensão de 5,5 toneladas da droga, a destruição de 14,4 milhões de pés de epadu, além da apreensão de 478 mil litros de éter e acetona, bem como 12.600 toneladas de maconha.

Na administração penitenciária, a ação do Ministério da Justiça se orientou no sentido do aperfeiçoamento das legislações penal, processual-penal e penitenciária. Para tanto, o atual governo investiu NCz\$ 185,4 milhões (a preços de maio de 1989) do Orçamento Fiscal e liberou empréstimos aos Estados, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS). Com o objetivo de agilizar procedimentos e tornar mais eficaz e humana a administração da pena, observando os direitos do condenado, foi implantado, parcialmente, o Programa de Informatização do Sistema Penitenciário, interligando as unidades prisionais às Secretarias de Justiça e Varas de Execução Penal.

Quanto aos acidentes de trânsito, as estatísticas revelam um quadro assustador: 50 mil pessoas são mortas por ano e 350 mil pessoas/ano ficam feridas. Para enfrentar essa realidade, foi criado o Programa Nacional de Segurança do Trânsito (PRONAST), representado por ações, medidas e procedimentos articulados e complementares. Dentre elas, destacam-se:

- projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, transformando de contravenção em crime a direção perigosa e a direção sob efeito de bebidas alcoólicas ou de substâncias entorpecentes/estupefacientes;

- projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, alterando o Código Nacional de Trânsito, para, dentre outras medidas, modificar a composição e o funcionamento do CONTRAN e instituir o selo anual e obrigatório de licenciamento dos veículos automotores;

- elevação do valor das multas de trânsito em todo o Território Nacional;

- instituição do ano de 1989 como o «Ano Brasileiro de Segurança no Trânsito»;

- campanha de educação para o trânsito através do rádio e da televisão; e

- informatização do Sistema Nacional de Trânsito dentro dos Projetos RENAVAL — Registro Nacional de Veículos Automotores e RENACH — Registro Nacional de Carteiros de Habilitação.

Em 1988, foi criado e instalado por Portaria Interministerial (Justiça, Relações Exteriores, Fazenda, Transportes e Planejamento), o Comitê de Segurança nas Estradas, com o objetivo de estudar, propor e coordenar medidas de prevenção e de repressão do furto e roubo de caminhões e cargas, em estradas brasileiras.

No que tange aos assuntos relacionados com os estrangeiros, foi promovido pelo Ministério, em 1987, o recadastramento dos 703.589 estrangeiros regulares no País, com o objetivo de levantar dados e colher subsídios para a formulação de nova política de estrangeiros que afirmasse a tradição e o interesse nacionais sobre a matéria.

O Arquivo Nacional ofereceu valiosa contribuição para os eventos comemorativos do bicentenário da Independência, centenário da Proclamação da República, da Bandeira Nacional e bicentenário da Revolução Francesa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

A Marinha, dentro de sua destinação constitucional, assumiu a missão de orientar o preparo e a aplicação do poder marítimo e preparar e aplicar o poder naval, a fim de contribuir para a consecução dos objetivos nacionais.

Em que pese o quadro geral de escassez de recursos, que veio se acentuando nos últimos anos do período governamental, fruto de fatores econômico-financeiros conjunturais em nível nacional e internacional, a Marinha, através de planos e programas priorizados e perfeitamente caracterizados, pode manter em limites mínimos, aceitáveis, o nível de adestramento e prontificação das Forças Navais para o cumprimento adequado de sua missão constitucional.

Desta forma, alguns empreendimentos de vulto podem ser ressaltados pelo êxito obtido, fruto da competência e do esforço empreendido.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Sem abrir mão de princípios básicos tais como a nacionalização e o desenvolvimento autóctone de novos meios, sistemas e equipamentos, a substituição de unidades obsoletas ao cumprimento das tarefas impostas à Marinha, sejam no âmbito estritamente militar quanto àquelas relacionadas aos interesses marítimos e mesmo outros interesses nacionais mais amplos e abrangentes no campo da tecnologia de ponta, a Marinha Brasileira levou a efeito diversas realizações, dentre as quais, destacam-se:

— o domínio da tecnologia necessária ao enriquecimento isotópico do urânio, com ampla aplicação fora da área militar;

— o desenvolvimento do projeto de reator de pequeno porte, tanto aplicável à propulsão nuclear de submarinos, como na geração de energia elétrica em áreas remotas;

— o desenvolvimento de propelente de alto teor energético;

— o desenvolvimento de despistadores de mísseis;

— o desenvolvimento de minas de fundo;

— o desenvolvimento de equipamentos de contramedidas eletrônicas;

— a aquisição de um submarino convencional de origem alemã;

— o início da construção do primeiro submarino convencional brasileiro, de uma série de três, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;

— o lançamento ao mar de duas corvetas, de projeto nacional, pelo Arsenal de Marinha e em construção duas da mesma classe, por estaleiro privado;

— a aquisição de 4 fragatas da Classe Garcia e de um navio de desembarque doca no exterior;

— a construção de 4 lanchas-patrolha de 50t destinadas à polícia naval, no estaleiro Ebin-Só;

— o início de construção de 2 navios-patrolha de 200t no estaleiro Mauá; e,

— o início de construção de um navio tanque, para apoio à Esquadra, no estaleiro Ishibrás, além de inúmeros outros projetos de menor repercussão.

Visando o aprimoramento do nível de adestramento e a obtenção da prontificação das Forças Navais, foram conduzidas através de exercícios de âmbito regional, nacional e internacional, durante os anos de 1985 a 1989, as seguintes operações:

— operações Unitas — realizadas em conjunto com as marinhas amigas da Argentina, EUA e Uruguai, em águas do Atlântico Sul, com a participação da Força Aérea Brasileira;

— operações Fraterno — conduzidas em conjunto com a Armada da República Argentina;

— operações Readex/Fleetex — exercícios navais realizados na área do Caribe, em conjunto com as marinhas dos EUA e de outras nações amigas;

— operações Venbras — conduzidas em conjunto com a Armada da República da Venezuela;

— operação Ibéria — exercícios navais realizados com as marinhas da Espanha e Portugal, a partir de 1989;

— operações Ninfa — realizadas na região fronteira do pantanal mato-grossense com a participação da Força de Defesa Fluvial do Paraguai (em 1986 e 1988);

— operações Dragão — exercícios de Assalto Anfíbio, realizados nas costas brasileiras;

— operações Interforças — Combinex e Guavira — exercícios conjuntos envolvendo meios da Marinha, Exército e Aeronáutica; e — Jogos de Guerra — exercícios que utilizam simuladores, com a participação dos Estados-Maiores das três Forças Armadas;

— operações Antártica — realizadas em apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) que se destina a promover e desenvolver pesquisas científicas naquele continente; e,

— Operatlan — jogo de guerra naval que simula a participação brasileira em conflitos hipotéticos e visa obter subsídios para planejamentos estratégicos.

Em relação à estrutura operativa e de apoio em terra, a administração naval procurou evitar a expansão em novas organizações, buscando a economia de recursos humanos e materiais. Entretanto, determinados órgãos tiveram que ser criados em benefício da segurança da navegação, da segurança nacional, do apoio aos meios navais, e do desenvolvimento tecnológico.

Assim, em 1985 foram criados o Serviço de Sinalização Náutica da Barra do Norte do Rio Amazonas, em Santana (AP); o Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste, em São Luiz (MA); o Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus (AM); o Centro de Apoio a Sistemas Operativos,

na Ilha de Moncaguê (RJ). Ainda neste ano, foi ampliado o cais da Base de Submarinos e terminada a construção do Centro de Adestramento da Esquadra (ambos em Mocanguê), do Destacamento Aéreo da Flotilha de Mato Grosso do Sul (MS) e do Ambulatório Naval de Salvador (BA).

Em 1988, prosseguiram as obras nas instalações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, visando capacitá-lo para a construção de submarinos e a Base Naval de Val-de-Cães, em Belém (PA), passou a contar com moderno pier e respectivas instalações, construído com recursos do Programa Calha Norte.

Como resultado de um convênio entre a Marinha e a Petrobrás, encontra-se em operação, desde fevereiro de 1989, o Centro Hiperbárico, no Complexo Naval de Mocanguê, que propiciará a simulação de condições de mergulho pelo homem até 500 metros de profundidade e de experimentos de engenhos submarinos até 1000 metros.

Como consequência da nova Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a plataforma continental do País poderá vir a atingir, em alguns trechos, uma largura superior a 350 milhas náuticas. Disto resultou a necessidade da determinação do limite exterior de nossa plataforma continental, sempre que a mesma se estender além de 200 milhas. Para execução de tal tarefa, que se configura gigantesca em face do nosso imenso litoral e da complexidade da técnica envolvida para a coleta dos dados necessários, o Ministério da Marinha aparelhou-se com os meios flutuantes adequados e desenvolveu o Programa de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, com expressivos trabalhos realizados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e pela Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Na área de Recursos do Mar, foi aprovado o II Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) com a participação da comunidade científica dos setores de oceanografia, meteorologia e da área de interação oceano-atmosfera. Tal plano vem procurando otimizar a utilização dos recursos disponíveis, assim como promover a integração de várias pesquisas numa mesma instituição, através de incentivos à elaboração de projetos integrados multidisciplinares.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), através do emprego de Navios Oceanográficos, continua realizando pesquisas nos campos de oceanografia física, química e biológica, na costa brasileira, em colaboração com outras entidades nacionais e internacionais.

Na área de Biologia, o fator básico de pesquisa permanece sendo o fenômeno de ressurgência para o estudo dos recursos vivos do mar.

Com a adoção, a partir de 1985, de valores atualizados na Tarifa de Utilização de Faróis (TUF), paga pelos navios estrangeiros que visitam os Portos Nacionais, o serviço de Sinalização Náutica pode adquirir a dimensão reclamada por navegantes, armadores e marítimos em geral. Tais recursos vem possibilitando a manutenção e a ampliação de sinais no litoral e nas vias fluviais navegáveis.

Em virtude da especial importância, cabe mencionar a continuidade do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), tendo o Navio de Apoio Oceanográfico «Barão de Teffé» realizado operações anuais de pesquisa e apoio logístico à Estação Comandante Ferraz. Participaram, ainda, em duas operações, os Navios Oceanográficos «Almirante Câmara» e «Almirante Álvaro Alberto». As realizações levadas a efeito garantiram a aceitação do Brasil como membro consultor do Tratado Antártico.

As atividades de Ciência e Tecnologia desenvolveram-se, no período, através de projetos de longa maturação, caracterizando-se por uma procura constante dos objetivos determinados, o que dificulta uma divisão no tempo. De uma forma global, temos:

- na Construção Naval, sobressaem os estudos de capacitação tecnológica para o projeto e construção de submarinos, além da construção de Corvetas a partir de projeto nacional, por estaleiros nacionais;

- na área de energia nuclear, com progressos em diferenciados setores, destaca-se a tecnologia de enriquecimento do urânio, com a conclusão da primeira etapa da Usina de Demonstração Industrial de Enriquecimento Isotópico de Urânio, no Centro Experimental de Aramar, em 1988;

— na área de Oceanografia, o fator principal de pesquisa é o desenvolvimento de modelos de previsão de camada de mistura e de propagações eletromagnéticas, visando às Operações Navais;

— no setor de Eletrônica e Comunicações, desenvolveram-se vários projetos de detecção, bloqueio, despistamento de radares, defesa anti-missil e de simuladores, entre outros; e,

— na área de Armamento e Comunicações, sobressaem os pirotécnicos e propelentes, entre estes, os sólidos do tipo «composit», as minas e, concluídos em 1986, os foguetes anti-submarino.

No que diz respeito às atividades relacionadas com o pessoal, a Marinha continuou a incentivar a formação, a constante atualização profissional e o aperfeiçoamento de seus quadros.

O Ensino Profissional Marítimo ministrado pelos Centros de Instrução, Capitânicas dos Portos, suas Delegacias e Agências, contribuiu para intensificar e acelerar o processo de desenvolvimento nacional, na medida que assegurou a formação e o aprimoramento do homem da Marinha Mercante, permitindo sua progressão social, cultural e técnica.

No setor de Saúde, a Marinha ofereceu aos seus servidores, pensionistas e dependentes, um atendimento médico-odontológico eficaz e moderno, cabendo registro a efetiva assistência prestada, em 1987, às vítimas do acidente radioativo de Goiânia, prestada pelo Hospital Naval Marcílio Dias.

Merece registro, ainda, a participação das unidades navais, alocadas às Forças Distritais, em apoio às populações ribeirinhas, através da realização de atividades de assistência médico-social, que certamente tem contribuído para a preservação da integridade nacional e o minoramento das carências assistenciais nas regiões mais remotas do território nacional. A intensa atividade dos navios de assistência hospitalar, conveniados com os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e a Legião Brasileira de Assistência, têm realizado um abrangente trabalho de

apoio às populações dispersas e desassistidas da região amazônica, atingindo significativa média anual de 50.000 atendimentos.

Como contribuição ao desenvolvimento econômico do País, a Marinha participou da manutenção e operação de sinais náuticos, imprescindíveis para navegação segura em nossas águas. Os levantamentos hidrográficos de regiões prioritárias para o desenvolvimento nacional, como a barra norte do Rio Amazonas, o Rio Paraguai, o Rio Trombetas e o acesso à região do Projeto Jari, além de portos como Santarém, Manaus, Porto Velho, Tabatinga e Itaquí, são os eventos mais destacados neste setor da atividade hidrográfica.

Cabe ainda destacar que, com a recente aceitação do Brasil como membro consultor do Trabalho Antártico, fruto de intenso e profícuo trabalho de pesquisas realizado naquele continente, foram abertas perspectivas amplas de um futuro aproveitamento dos recursos minerais lá existentes, que em muito poderá contribuir para a recuperação econômica do País.

**Recursos Totais Aplicados — Principais Programas,
Projetos e Atividades por Exercício (*)**

Programa	1985	1986	1987	1988	1989
A — Defesa Naval					
1. Ampliação das OM de Apoio	12.769.752	14.086.768	42.714.070	49.973.763	11.634.371
2. Renovação e Reaparelhamento	354.273.792	408.508.393	475.014.715	552.214.711	218.252.965
3. Desenv. Projetos Especiais	0	0	50.376.367	51.405.898	33.557.848
4. Combustíveis e Lubrificantes	39.975.923	29.288.242	21.228.480	14.724.910	26.852.607
5. Oper. e Adest. Forças Navais	70.500.711	35.706.567	54.964.168	94.237.555	88.954.563
6. Patrulha Costeira	0	0	34.139.968	20.442.500	24.005.934
7. Alimentação de Pessoal	114.262.819	105.151.409	73.616.474	72.515.321	92.653.134
8. Outros	709.250	8.759.662	12.901.650	11.201.578	14.025.267
SUBTOTAL	592.492.247	601.501.041	764.955.892	866.716.236	509.936.689

Programa	1985	1986	1987	1988	1989
B — Coordenação e Manutenção					
9. Serv. Adm. e Apoio Forças Navais	16.985.696	90.157.763	105.143.028	85.310.283	90.977.338
10. Ensino Básico e Profissional	529.279	4.148.510	5.108.021	2.284.378	5.361.706
11. Serviços de Saúde	1.709.766	637.643	457.229	765.638	330.130
12. Serv. Proteção Navegação	19.126.434	1.571.438	2.868.702	3.447.628	1.984.778
13. Outros	787.733	71.554	1.958.409	22.226.968	77.640
SUBTOTAL	39.138.908	96.586.908	115.535.369	94.034.895	98.731.592
C — Ciência e Tecnologia					
14. Progr. Setorial Recursos do Mar	2.791.285	5.599.332	9.580.086	3.664.705	2.319.343
15. Missão Antártica	7.604.045	4.505.558	11.648.394	17.141.534	7.145.490
16. Delimit. Margem Continental	0	0	571.536	707.471	1.127.365
17. Pesquisas e Desenvolvimento	3.481.262	17.926.905	39.563.202	10.109.869	7.078.101
18. Outros	35.724.114	1.743.225	179.262	1.134.027	2.007.273
SUBTOTAL	49.600.706	29.775.020	61.542.480	32.757.606	19.677.572
D — Saúde					
19. Atendimento Médico-Hospitalar	0	1.608.918	1.686.031	2.125.655	4.861.750
SUBTOTAL	0	1.608.918	1.686.031	2.125.655	4.861.750
E — Ensino					
20. Melhoramento na Rede	159.233	7.641.665	10.513.445	436.110	26.450
21. Outros	4.834.837	1.229.714	6.817.200	6.815.640	6.925.003
SUBTOTAL	4.994.070	8.871.379	17.330.645	7.251.750	6.951.453
F — Assistência					
22. Assistência Social a Servidores	102.513	222.944	88.098	229.365	178.625
SUBTOTAL	102.513	222.944	88.098	229.365	178.625

Programa	1985	1986	1987	1988	1989
<i>G - Programação Especial</i>					
23. Ações Integ. Faixas Fronteiras	99.832	2.339.622	5.081.445	6.470.863	2.043.500
SUBTOTAL	99.832	2.339.622	5.081.445	6.470.863	2.043.500
TOTAL OCC EXCETO ENC. DÍVIDAS	686.428.276	740.905.832	966.219.980	1.009.586.370	642.381.181
Encargos da Dívida Interna e Externa	172.255.735	246.182.684	340.015.339	417.718.178	226.746.173
TOTAL OCC	858.684.011	987.088.516	1.306.235.319	1.427.304.548	869.127.354
Pessoal e Encargos Sociais	1.166.103.331	1.238.166.670	1.328.100.371	1.852.993.870	2.095.578.817
TOTAL GERAL	2.024.787.342	2.225.255.186	2.634.335.690	3.280.298.418	2.964.706.171

(*) Valores corrigidos para maio/89.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

O Ministério do Exército tem como atribuição principal o preparo da Força Terrestre para o cumprimento de sua missão prevista no art. 142 da Constituição Federal.

É de sua competência, ainda, a participação na defesa das fronteiras marítima e aérea, bem como no preparo e execução da mobilização e desmobilização, além de supervisionar atividades da Indústria de Material Bélico do Exército e da Fundação Habitacional do Exército.

No período 1985/89, o Exército brasileiro buscou o aumento gradativo dos níveis de operacionalidade das Brigadas existentes, pela execução de programas de complemento, transformação e criação de novas organizações militares.

Objetivou alcançar, ainda, um alto nível de eficiência, tendo como base a formação de recursos humanos qualificados, competentes e motivados.

Na área de material, procurou-se assegurar a qualidade pela continuada modernização dos equipamentos e pela adoção das seguintes ações:

- desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma doutrina própria e adequada, particularmente a estratégia de emprego;

- estímulo à indústria nacional, particularmente à indústria bélica;

- estímulo ao desenvolvimento de tecnologia autóctone que permitisse o atendimento das necessidades atuais e futuras do Exército.

As principais ações e medidas de racionalização adotadas foram:

- reorganização da estrutura básica do Exército;

- desburocratização, modernização administrativa e informatização visando dinamizar o processo decisório;

- transferência, transformações, extinções ou desativações de organizações militares obsoletas ou fora da estrutura doutrinária; e,

- máximo emprego do pessoal de carreira na atividade-fim e do pessoal civil na atividade-meio.

A orientação prioritária dos investimentos direcionou-se para a atividade-fim do Exército, ou seja, a elevação dos níveis de operacionalidade da Força Terrestre e sua evolução.

Um amplo intercâmbio com as demais Forças Singulares (Marinha e Aeronáutica) foi desenvolvido mediante a realização de planejamento no âmbito dos Grandes Comandos Operacionais Combinados, além de exercícios e manobras envolvendo operações conjuntas.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Estruturação e Adequação da Força Terrestre*

No período considerado, foi instituída uma nova organização territorial para o Ministério do Exército e, tam-

bém, levada a efeito a reestruturação dos comandos de artilharia de costa e antiaérea.

O completamento do equipamento básico já permite o emprego das unidades existentes em melhores condições.

Foi iniciada a implantação da Aviação do Exército, destacando-se a criação do 1º Batalhão de Aviação com a aquisição de cinquenta e dois helicópteros.

Deu-se início à implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, em Brasília, salientando-se a aquisição de dois Módulos Básicos Experimentais de Guerra Eletrônica, os quais servirão como meios auxiliares na formação dos recursos humanos.

2.2. Profissionalização e Evolução Qualitativa

O ensino de Pós-Graduação foi enriquecido com a criação do curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Foi organizada a Escola de Administração do Exército e criado o quadro complementar, compensando a atividade-fim.

Tais melhoramentos, junto com a ampliação da Academia Militar das Agulhas Negras e somadas à revisão dos currículos em bases científicas, deixa o Exército aparelhado para atender suas necessidades de formação de recursos humanos, habilitando-os à ocupação de cargos e ao desempenho das funções previstas na sua organização.

2.3. Nacionalização

Mesmo com ligeira desvantagem inicial no preço, foi dada prioridade à aquisição de material produzido no País. Em virtude disto, podem ser considerados como auto-suficientes os setores de viaturas de emprego militar, todo o armamento leve e sua munição, conjuntos rádio de campanha para as ligações até o nível Divisão de Exército e detectores de minas.

No âmbito das organizações militares subordinadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia, foram conduzidos pro-

jetos de modernização, nacionalização e desenvolvimento de tecnologia autóctone e de aproveitamento do material existente.

2.4. Racionalização

Visando à estruturação de uma Força moderna, caracterizada por administração racional, foram desenvolvidos estudos obedecendo metodologia própria, estabelecendo um modelo teórico para uma nova Organização Básica. Foi iniciada também a implantação de uma base física de informática para atender às ações de informatização visualizadas para o período de 1985/95.

Merece destaque a transformação de uma Brigada Hipomóvel em Brigada Mecanizada e a desativação dos Colégios Militares de Salvador, Recife, Belo Horizonte e Curitiba.

2.5. Aptidão para o Emprego Combinado

O período foi marcado por importantes exercícios conduzidos pelos Comandos de Área, merecendo destaque a «Operação Centauro», no Comando Militar do Sul, e a «Operação Guavira», no Comando Militar do Oeste, constituindo, este, o maior exercício combinado com a efetiva participação das três Forças Singulares.

Significativos resultados foram obtidos no período, cumprindo destacar:

- conclusão da organização da 5ª Companhia Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- início do funcionamento de dois Grupos de Artilharia Antiaérea, em Brasília-DF e em Sete Lagoas-MG, como parte integrante do Sistema de Defesa Aérea Brasileira (SISDABRA);
- criação da Diretoria de Material de Aviação;
- início das seguintes ações:
 - organização de dez unidades — 3 Batalhões Logísticos de Brigada, 1 Regimento de Cavalaria Blindado, 5 Companhias de Engenharia de Combate, e 1 Esquadrão de Cavalaria Mecanizado;

- transformação de dezesseis unidades — 3 Regimentos de Cavalaria Hipomóvel em Regimentos de Cavalaria Mecanizados, 7 Batalhões de Infantaria, 1 Regimento de Cavalaria Mecanizado e 2 Grupos de Artilharia de Campanha, do tipo II para o tipo III e 3 Batalhões de Infantaria do tipo I para o tipo II;

- transferência de cinco organizações militares — 2 Comandos de Brigada, 2 Regimentos de Cavalaria Mecanizados e 1 Batalhão de Infantaria Blindado;

- melhoramento em seis Estabelecimentos de Ensino — Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas, Escola de Material Bélico, Escola de Comunicações, Escola de Saúde do Exército e Escola de Instrução Especializada;

- complemento do equipamento básico de quarenta e cinco unidades; e

- organização do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica;

- organização do 1º Batalhão de Aviação do Exército, em Taubaté-SP;

- efetivadas as transferências de um Comando de Brigada e de um Batalhão de Infantaria Blindado;

- concluídas as transformações de dois Grupos de Artilharia de Campanha;

- organização de uma Companhia de Comunicações de Selva e a transformação de duas unidades — 1 Regimento de Cavalaria Hipomóvel em Regimento de Cavalaria Mecanizado e 1 Batalhão de Comunicação Divisionária do tipo II para tipo III;

- iniciado o complemento de outras treze unidades;

- efetivada a transferência de um Comando de Brigada e de dois Regimentos de Cavalaria Mecanizados;

- incorporação dos efetivos necessários à transformação dos sete Batalhões de Infantaria. Estas unidades prosseguem recebendo materiais e equipamentos, em particular material bélico;

- efetivada a transformação de três Regimentos de Cavalaria Mecanizados;

- iniciados os melhoramentos de outros dois Estabelecimentos de Ensino — Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro-RJ e da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea — e as adaptações do Colégio Militar de Salvador e do Colégio Militar de Belo Horizonte para sediarem, respectivamente, a Escola de Administração do Exército e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte;

- incorporação de contingentes do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e do 1º Batalhão de Aviação, visando à implantação administrativa das duas unidades, além de prepará-las para o início de suas atividades em 1989;

- criação do Centro de Cartografia Automatizado;

- Prosseguimento da ação de organização e de transformação de unidades, e de melhoramento dos Estabelecimentos de Ensino;

- prosseguimento da ação de complemento do equipamento básico;

- aquisição de equipamentos para o Centro de Cartografia Automatizada e,

- criação da Brigada de Aviação do Exército, por transformação da Diretoria de Material de Aviação do Exército.

Em 1985, foram também criadas a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Centro de Avaliação do Exército.

Cumprе destacar, ainda, a construção da nova sede do Centro de Tecnologia do Exército, em Guaratiba, Rio de Janeiro-RJ, com o aparelhamento de laboratórios para geração de tecnologia autóctone, meta a ser concretizada em 1990. Esse esforço permitirá concentrar todo o Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército no complexo Guaratiba-Marambaia.

Como realizações significativas no período temos:

- revisão e aprovação das Instruções-Gerais do Modelo Administrativo do Ciclo de vida dos Materiais de Emprego Militar;

— realização de projetos e estudos de P & D, sendo os principais:

- sistemas de armas; míssil solo-ar e míssil solo-solo;
- propagação de ondas eletromagnéticas na Amazônia;
- equipamentos para visão noturna;
- sistema de direção de tiro computadorizado para artilharia de campanha;
- carro de combate sobre lagartas;
- capacitação tecnológica do pessoal nos campos da teledireção de mísseis e de optrônica e,
- sistema de guerra eletrônica.

A pesquisa no campo do pessoal persegue a otimização da inter-relação do homem com a doutrina e o material. O levantamento dos dados antropométricos do combatente brasileiro permitirá a adequação do material ao homem e, em consequência, o aumento de sua eficiência operacional.

Os investimentos realizados pela IMBEL tiveram como escopo a modernização e a expansão do seu parque industrial, com a finalidade de elevar o perfil qualitativo da produção e ampliar as possibilidades de exportação. Dentre outros, podem ser citados:

- Unidade de Nitroglicerina e Dinamite (1985/86);
- Unidade de Nitroglicerina (1986/88);
- Unidade de Pólvora Base Simples e Base Dupla (1985/89);
- Tratamento de efluentes (1985/89) e,
- Implantação e melhoramento de Laboratórios (1986/89).

2.6. Realizações na Fundação Habitacional do Exército (FHE)

A FHE pautou sua atuação pelo não-comprometimento de recursos do Tesouro Nacional. Estes recursos representaram, historicamente, menos de 5% do total dispendido a

cada ano pela FHE e, em 1988, a instituição passou a prescindir de qualquer importância proveniente dos cofres públicos.

2.6.1. Comercialização de Unidades Habitacionais Produzidas em Empreendimentos da FHE

<u>1985</u>	<u>1986</u>	<u>1987</u>	<u>1988</u>	<u>1989</u>
1.454	132	179	88	87

A FHE desenvolve, com grande receptividade, o programa de Financiamento Imobiliário Simples, complementar ao crédito normatizado pelo SFH. Os registros de operações desta modalidade são:

<u>1985</u>	<u>1986</u>	<u>1987</u>	<u>1988</u>	<u>1989</u>
219	625	224	780	1.541

Destaque-se, ainda, a relevante atuação da FHE na estimulação de Planos de Seguros para os militares, decorrentes de estudos por ela desenvolvidos, dos quais resultaram a criação do Fundo de Apoio à Moradia (FAM) e um plano de seguros vinculado a um processo de formação de poupança. As excelentes características desta modalidade podem ser inferidas pela adesão de um contingente de segurados que se aproximava da casa de 39.000, em outubro de 1989.

2.7. Projeto Especial Calha Norte

Através do Projeto Calha Norte, o Ministério do Exército participa do desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Foram desenvolvidas, no período, as seguintes ações:

— organização do Comando de Fronteira do Rio Negro, com a criação do 5º Batalhão Especial de Fronteira, por absorção da 5ª Companhia Especial de Fronteira;

— organização dos pelotões especiais de fronteira de lauretê-AM, Querari-AM, São Joaquim-AM e Surucucu-RR;

- implantação de 21km da BR-307, trecho Cucuí—São Gabriel da Cachoeira-AM e de 4km da BR-156, trecho Calçoete—Oiapoque-AP;

- implantação das ligações BR-210-Maturacá-AM e Ipanoré-Urubuquara-AM;

- conservação e melhoramento em trechos das BR-156, BR-307 e BR-401;

- aquisição de materiais e equipamentos destinados às unidades organizadas.

Durante o período 1985/89, foram aplicados recursos no montante de NCz\$ 262,8 milhões, a preços de maio/89. Deste montante, merecem destaque as aplicações realizadas no reaparelhamento da Força (NCz\$ 108,3 milhões) e na IMBEL (NCz\$ 93,2 milhões).

3. PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Buscando a consecução dos objetivos de curto prazo, o Exército orientou o seu planejamento visando:

- a conclusão da organização e transformação das unidades iniciadas no período 1985/89;

- o prosseguimento das ações relacionadas com a Aviação do Exército, Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, Centro Tecnológico do Exército e Estabelecimentos de Ensino;

- o prosseguimento do completamento do equipamento básico das unidades integrantes das Brigadas prioritárias;

- o prosseguimento na informatização do Exército;

- a implantação do Centro de Cartografia Automatizada;

- a implementação gradual da nova Organização Básica do Exército;

- o prosseguimento da recuperação e modernização do parque industrial da IMBEL; e

- o prosseguimento das atividades na área de Ciência e Tecnologia, em especial da pesquisa aplicada.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Na área internacional, desenvolveu-se uma ação continuada no sentido de promover a afirmação e defesa de interesses e objetivos nacionais e de contribuição para a edificação de uma sociedade mais justa e democrática.

Em três sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro apresentou irrestrito apoio à busca concentrada de soluções para problemas de conflitos e crises localizadas e regionais através de foros multilaterais. Na terceira Sessão Especial sobre desarmamento, enfatizou-se que o processo de decisão sobre o assunto não pode ficar restrito às superpotências ou a um pequeno grupo de atores, mas do interesse de toda a humanidade, devendo contar com a participação de todos os países.

No campo econômico que se tem caracterizado pela diminuição de investimentos e fluxo financeiro para os países em desenvolvimento e pelas restrições impostas ao acesso à tecnologia avançada, e à falta de vontade política para o adequado tratamento da dívida externa, o Brasil teve atuação diplomática num esforço continuado para a criação de condições e de estrutura voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social do País e estabelecimento de uma ordem social mais justa. Quanto à dívida externa, manifestou-se a convicção de que deve prevalecer o enfoque político.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A prioridade atribuída à América Latina mereceu ênfase especial e ganhou extraordinário impulso nos últimos cinco anos, através de criação e consolidação de mecanismos de integração e concentração política, graças inclusive, à condução de uma diplomacia ágil e flexível, de frequentes visitas e encontros entre os Chefes de Estado da Região. Pelo seu alcance e conteúdo e pelas perspectivas que se abrem no âmbito regional, cabe menção especial a iniciativa concernente à integração com a Argentina. Esse proces-

so iniciado a partir da Declaração de Iguaçu de 1985 culminou com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, subscrito em Buenos Aires em 29.11.1988 e ratificado por unanimidade pelos parlamentares dos dois países.

O referido programa, que propiciará gradual abertura e complementação das duas economias, inclui uma gama variada de projetos destacadamente nos setores de energia nuclear e convencional, biotecnologia, construção aeronáutica, informática e transporte.

O Uruguai, cujo Presidente, desde 1986, esteve presente a todos os encontros dos seus colegas do Brasil e Argentina, participa do programa de integração nos campos do transporte terrestre, administração pública, comunicações e biotecnologia, e já manifestou a intenção de associar-se ao citado Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

Da mesma forma, foram colhidos resultados francamente positivos nos contatos freqüentes, substanciosos e do mais alto nível, havidos com o Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, tanto no plano bilateral, quanto na esfera do tratado de Cooperação Amazônica (do qual também é parte a Bolívia), que se consolida como marco básico para a cooperação e é responsável pelo estabelecimento de uma autêntica solidariedade entre os países-membros.

No ano de 1989, verificou-se troca de visitas presidenciais com a República Corporativista da Guiana e o Suriname. Com ambos, foram firmados programas de trabalho onde estão previstas as modalidades da cooperação brasileira. O relacionamento com a Guiana Francesa tem por foro principal o Grupo de Consulta Regional, com reuniões alternadas em Caiena e Brasília.

Quanto à América Central, palco de confrontos persistentes e de grande complexidade, o Brasil, na condição de membro do Grupo de Apoio a Contadora, procurou colaborar, na medida de suas possibilidades e quando instado, com o processo de pacificação regional, além de prestar ajuda técnica e econômica a diversos países. No Grupo dos Oito, participamos, em 1989, das decisões tomadas em função do agravamento da crise no Panamá.

Em outubro de 1989, foi instituído o «Plano Piloto de Cooperação Brasil-Costa Rica», cujo objetivo é estabelecer um programa integrado de cooperação, a ser posteriormente estendido aos demais países da mesma região. Coincidentemente, os integrantes da Comunidade do Caribe (CARICOM) começam a demonstrar interesse em intensificar as relações com a América Latina, o que poderá favorecer uma maior presença brasileira naquela área.

Em 25 de junho de 1986, deu-se o reatamento de relações diplomáticas com Cuba. Desde então, verificou-se a rápida consolidação dos vínculos nas áreas política, econômica-comercial e da cooperação científica e técnica.

As tradicionais relações com os Estados Unidos continuaram a ocupar a mesma posição de proeminência, que sempre lhes foi reservada pelo Brasil.

A cooperação entre os dois países, rica e multifacetada, acusou, no mesmo período, resultados dos mais positivos, em vários aspectos, embora tenham intervindo certas dificuldades, nascidas primordialmente de atitudes protecionistas, em matérias econômicas e comerciais, da parte de setores da administração anterior daquele país.

Ao mesmo tempo, entrou em funcionamento mecanismo bilateral de diálogo regular e informal, sobre matérias econômico-comerciais, o qual tem servido, de parte a parte, para a veiculação de propostas e preocupações.

Um fato muito importante foi a Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, de que tratou o XIV Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, que teve curso em 1985, em Cartagena das Índias, Colômbia.

O Protocolo de Reformas, ratificado pelo Brasil, e que começou a vigorar em novembro de 1988, tornou a Carta mais ágil e apta para responder às necessidades e interesses dos países-membros e da região como um todo, devendo contribuir vigorosamente para o reforço do sistema.

Em 1985, o Brasil assinou a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, tornando-se parte da mesma, ao ratificá-la, em 20 de junho de 1989. Está submetida

ao Congresso Nacional a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José).

No terreno da luta contra as drogas, concluíram-se acordos bilaterais, em 1987, com os Estados Unidos e a Venezuela, e, em 1988, com a Bolívia (Protocolo Adicional ao Acordo de 1977), Guiana, Paraguai, Suriname e Reino Unido. Igualmente, foi subscrito um Memorando de Entendimento com o Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de Drogas, que permitiu a programação de atividades em nosso País, com financiamento do referido órgão.

Em fins de 1988, o Brasil assinou, na Conferência de Plenipotenciários, em Viena, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, o qual depende, ainda, de ratificação.

A situação política na África Austral foi acompanhada com grande preocupação pela Diplomacia Brasileira. As relações com os países de expressão portuguesa mereceram especial consideração, tendo-se intensificado crescentemente o diálogo e a cooperação com os mesmos.

Em vista do seu empenho e convicções pacifistas, o Brasil foi convidado e passou a integrar, desde 1988, a missão de verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), cujo comando está confiado a um oficial brasileiro.

Nos territórios situados nos continentes africano e asiático, as relações mantidas pelo Brasil, sempre em clima de bom entendimento e cooperação, são caracterizadas por sua diversidade e, em muitos casos, por perspectivas favoráveis de expansão.

Com respeito ao Marrocos, maior supridor das importações brasileiras de fosfato, valiosas iniciativas, de parte a parte, foram programadas para próxima execução, objetivando um maior desenvolvimento das relações bilaterais. Na questão do Saara Ocidental, o Brasil tem posição conhecida e, consistentemente, apoiou, no seio da ONU, todas as Resoluções a respeito, nas quais as partes envolvidas são instadas a realizar negociações visando à solução pacífica da pendência.

O Oriente Médio desempenha papel de especial relevo para o Brasil face às afinidades comuns já acima assinaladas e, por serem alguns desses países grandes parceiros comerciais do Brasil.

Como posição de princípio, o Brasil bate-se pela solução pacífica dos conflitos que ali ocorrem, à luz da Carta das Nações Unidas e de suas Resoluções, especificamente neste caso, as de nºs 242 e 338, ambas do Conselho de Segurança. Assim sendo, apóia a criação de um Estado Palestino, independente e soberano, e defende o direito de todos os países da referida região à existência dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e preconizando, ao mesmo tempo, a convocação de uma Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio, sob os auspícios da ONU e com a participação de todas as partes envolvidas, inclusive a Organização de Libertação da Palestina, como representante legítima do povo palestino.

No último quinquênio, tiveram continuidade os encontros anuais da Comissão Mista com o Iraque, em cujo marco foi firmado em 1986, Acordo de Comércio e Cooperação Econômica. Efetuou-se, em 1988, a I Reunião da Comissão Mista com Irã, e foi celebrado Acordo de Cooperação Econômica, Comercial, Industrial, Tecnológica e Financeira, com os Emirados Árabes Unidos.

Para implementar tais objetivos, multiplicaram-se, desde então, os encontros e visitas de autoridades, empresários e técnicos, de parte a parte, visando a identificar e explorar áreas concretas de cooperação. É significativo que, somente em 1988, foram recebidas no Brasil cerca de cem missões diferentes da China.

Em julho de 1988, visando a prosseguir os contatos de alto nível com a República Popular da China, foram assinados vários acordos e convênios, dos quais, pela sua particular relevância, merece destaque o Protocolo sobre Pesquisa e Produção de satélite, para sensoramento de recursos naturais.

Também ingressaram em fase promissora, as relações com a Índia, país ao qual estamos presos por uma série de

afinidades e convergência de posições nos foros internacionais que tratam do problemas de desenvolvimento.

Registre-se, ainda, o magnífico desenvolvimento das exportações nacionais para os chamados «Tigres Asiáticos», assim como as boas perspectivas oferecidas pelos mercados dos integrantes da Associação de Cooperação das Nações do Sudeste Asiático (Tailândia, Malásia, Cingapura, Indonésia, Filipinas e Brunei), onde surge também a possibilidade da participação de empresas brasileiras em projetos locais de infra-estrutura, além do intercâmbio de tecnologia em matéria de produtos tropicais. Com a Coréia do Sul, em particular, foi instituída em setembro de 1989 uma Comissão Mista, cujo raio de ação abrange todas as áreas que exibem maior potencial de exploração. Por outro lado, encontram-se em negociação acordos específicos de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica com o acima mencionado país e com a Malásia, tal como já existe com a Tailândia, que firmou, em 1984, Acordo de Comércio com o Brasil, presentemente sob exame no Senado Federal.

Na região em apreço, são quase centenárias e de grande porte as relações com o Japão, que se erige em um dos principais parceiros internacionais do Brasil no tocante ao comércio, investimentos diretos e financiamentos.

É auspicioso ressaltar que, nos meses finais de 1989, foi aprovada a participação financeira nipônica em projetos prioritários no nosso País, com recursos provenientes do Fundo Especial para as Nações em Desenvolvimento.

Na Oceania, vem-se apurando ultimamente um considerável aumento nas vendas de produtos para o maior mercado daquele Continente, que é a Austrália. Tanto com esse país, quanto com a Nova Zelândia, existe crescente intercâmbio relativo a técnicas para a melhoria qualitativa do setor pecuário.

No período em foco, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República da Mongólia, Vanuatu, Papua-Nova Guiné, Maldivas e Vietnam.

Durante o período 85/89, as tradicionais e diversificadas relações entre o Brasil e a Europa Ocidental foram assinaladas, em todos os níveis, por um diálogo constante e

construtivo, testemunhando o empenho das partes em impulsionar, para tetos ainda mais elevados, as múltiplas modalidades de intercâmbio existentes nos dois sentidos.

A Europa de Oeste detém o primeiro lugar quanto aos investimentos diretos no Brasil, correspondendo-lhe, nesse aspecto, uma participação de 40% do total, incluídos os reinvestimentos. Tomada em conjunto, aquela região encabeça, ainda, a lista dos principais parceiros do comércio internacional brasileiro, com cerca de 30% do movimento global.

Não obstante, o Brasil tem tido de acautelar-se, em diversas ocasiões, contra práticas restritivas às exportações nacionais, impostas, comumente sob forma dissimulada, no círculo da Comunidade Econômica Européia (CEE), que, é oportuno notar, conjuga a condição de maior provedor de capitais, como a de nosso maior sócio comercial, no velho continente.

Com a filiação dos países ibéricos àquele órgão, o Brasil vem procurando projetar as conseqüências do ingresso de Portugal e Espanha, numa perspectiva de possíveis alternativas capazes de assegurar o maior acesso de produtos brasileiros, no mercado comunitário.

Ato de grande transcendência, o Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural Brasil-Itália foi assinado no dia 17 de outubro de 1989, em Roma. Idealizado para dar nova dimensão, compatível com a importância dos dois países, às relações ítalo-brasileiras, o seu texto está submetido ao Congresso Nacional. Sob o seu signo, está sendo negociado, pelos dois Governos, um Protocolo Financeiro, onde se prevê a concessão de vultosos financiamentos e créditos comerciais ao Brasil, para utilização no triênio 1990/1992.

Culminou exitosamente o projeto ítalo-brasileiro, sob a responsabilidade da EMBRAER e de suas similares do país europeu, relativo ao desenvolvimento e à fabricação, em conjunto, do avião militar AM-X, cujas primeiras unidades já começaram a deixar as linhas de produção.

Os Países Baixos continuaram a ser grande escoadouro para os produtos brasileiros, seja para consumo interno,

seja para processamento e posterior reexportação a outros países europeus. Novos investimentos foram realizados por grupos holandeses, sobretudo no setor terciário da economia brasileira.

A partir de 1985, o relacionamento entre o Brasil e o Leste Europeu atingiu novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, graças a toda uma conjugação de fatores favoráveis a nível internacional e na conjuntura interna dos países envolvidos, tais como as transformações de ordem política ocorridas na URSS e, por extensão, nas demais nações do Leste Europeu, em paralelo com as próprias mudanças ocorridas no Brasil.

O excelente nível dos contatos — por ocasião da visita do Presidente do Brasil à União Soviética — mantidos com o Presidente Gorbachev e as altas autoridades soviéticas, e o significativo número de acordos assinados, deram nova dimensão ao quadro das relações políticas entre o Brasil e a União Soviética. Além da importante «Declaração sobre os Princípios da Integração em Prol da Paz e da Cooperação Internacional», documento balizador das relações Leste-Sul, os acordos assinados, que abrangem desde a cooperação no campo da pesquisa espacial até o estabelecimento de condições vantajosas de financiamento para o intercâmbio de máquinas, equipamentos e manufaturados nos dois sentidos, permitem caracterizar essa visita como um marco histórico, que redimensiona os entendimentos do Brasil, não apenas com a União Soviética, como também com os demais países do Leste Europeu.

O Brasil vem realizando significativo esforço para diversificar e ampliar o intercâmbio com a Europa Oriental. Nesse sentido, foram assinados Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica com os Governos da Hungria e Tchecoslováquia, bem como Protocolo de Intenções com os Governos da República Democrática Alemã, União Soviética, e Ajuste Complementar com o governo húngaro, nesses mesmos setores. Acordos para evitar a tributação foram igualmente firmados com os Governos da Hungria e da Tchecoslováquia.

Com vistas ao esforço de aumentar o volume de exportação de produtos industrializados e serviços para os

países do Leste Europeu, foram realizadas, no período de 1985 a 1989, cinco Exposições Industriais do Brasil na União Soviética (EXPOBRASIL), e participação da Feira da Primavera de Leipzig (RDA), bem como das Feiras de Zagreb (Iugoslávia), Poznan (Polônia), Bucareste (Romênia), Budapeste (Hungria), Plovdiv (Bulgária) e Brno (Tchecoslováquia).

Por outro lado, tiveram realização regular as Reuniões de Comissões Mistas com a União Soviética (1986 e 1988), Iugoslávia (1986 e 1988), Tchecoslováquia (1985, 1987, 1989), Hungria (1986 e 1988), Polônia (1987) e Bulgária (1988).

Em decorrência desses esforços de desenvolvimento do comércio do Brasil com o Leste Europeu, começam a surgir as primeiras «joint-ventures» de empresas brasileiras e soviéticas nas áreas de exportação e industrialização de «jeans», café solúvel e concentrado de suco de laranja, bem como de empresas brasileiras e húngaras na área de informática e automação bancárias.

A eleição, em 1987, do Brasil para o Conselho de Segurança da ONU, após ausência de vinte anos, marcou o coroamento da política brasileira no fortalecimento da organização mundial. Em 1988, quando lhe coube o exercício da presidência do Conselho, o País desempenhou papel saliente no encaminhamento de várias questões, entre as quais a cessação do conflito armado entre o Irã e o Iraque.

Presente às 40ª e 44ª Assembléias Gerais das Nações Unidas, a participação do Presidente Brasileiro na Terceira Sessão Especial sobre Desarmamento, em 1988, foi destinada a manifestar o ponto de vista de que tais temas, de transcendência para a paz mundial, não podem ficar circunscritos às discussões pelas grandes potências.

Em 1986, a Assembléia Geral acolheu a iniciativa diplomática brasileira relativa à constituição da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, a qual terá reflexos positivos para o maior entendimento e aproximação entre os povos sul-americano e africano.

O Brasil aderiu à Convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou Penas Cruéis, Desu-

manas ou Depravantes, ratificada em 1989, e foi reeleito por duas vezes como membro da Comissão de Direitos Humanos. Ademais, contribuiu positivamente para a elaboração e aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral, no mesmo ano.

No campo espacial, além da declaração conjunta entre os Presidentes do Brasil e da Argentina, foram firmados Memorandos de Entendimentos entre a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), e a Administração Nacional de Aeronáutica no Espaço (NASA), dos Estados Unidos, assim como Protocolo sobre Cooperação em Pesquisa Espacial e Utilização do Espaço para Fins Pacíficos, com a União Soviética.

Com referência à cooperação no âmbito de organismos especializados, estabeleceu-se maior sintonia com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em matéria legislativa, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) executou diversos projetos de assistência técnica e de desenvolvimento agrícola, com financiamento próprio e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e, a Organização Mundial de Saúde (OMS) beneficiou diversos programas prioritários do Ministério da Saúde, nas áreas da nutrição e saúde materno-infantil, bem como no controle da malária, hanseníase, febre amarela, mal de Chagas e síndrome da imunodeficiência adquirida.

Criou-se, no Itamarati, pela Portaria nº 596, de 15.2.1989, do Ministro das Relações Exteriores, a Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente, em consonância com a grande transcendência de tais assuntos.

Os trabalhos da nova e mais ambiciosa rodada de negociações comerciais multilaterais no âmbito do GATT — Acordo Geral de Tarifas e Comércio —, iniciada em 1986 por inspiração dos países desenvolvidos, colocaram para o Brasil o desafio de fazer com que a criação das novas disciplinas de comércio, de serviços e de propriedade intelectual, reduza e não amplie a distância entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e redunde, antes, no maior acesso destes últimos às novas tecnologias. A Rodada Uruguai deverá ser concluída no final de 1990, pre-

vendo-se uma intensificação das negociações no correr do ano vindouro. A participação brasileira, sob coordenação do Itamarati, exigirá um especial esforço de coordenação e de formulação política.

Diante do quadro de paralisação do diálogo Norte-Sul, nestes últimos anos, os países em desenvolvimento, apesar das dificuldades econômicas enfrentadas, procuraram intensificar a cooperação Sul-Sul, dando-lhe caráter paulatinamente mais concreto. Em 1988, com ampla participação do Brasil, foi assinado o Acordo do SGPC — Sistema Global de Preferências Comerciais, que consagra a concessão de preferências tarifárias entre países em desenvolvimento.

O comércio internacional dos produtos agrícolas temperados tem sido objeto de intenso debate no GATT, onde está em consideração a eliminação total dos subsídios internos e das barreiras ao comércio, o que é de especial importância para o Brasil, que se transformou nos últimos anos em grande exportador de soja e derivados de carne.

A partir da aproximação e da cooperação com a Argentina e o Uruguai, desencadeou-se amplo processo de liberação do comércio do Brasil com os demais países da América Latina e do Caribe, o que intensifica a cooperação política e econômica. Foram ampliados todos os acordos que estabeleceram preferências tarifárias para os produtos brasileiros e dos países vizinhos membros da ALADI e com outros países latino-americanos como Cuba, Costa Rica, Guatemala e Guiana.

No período de 1985/1989, o tema da dívida adquiriu contornos crescentemente políticos, tendo sido aceitas teses defendidas pelo Brasil como a da co-responsabilidades, e crescido enormemente a participação dos governos dos países credores na busca de uma solução para o problema, como comprova o desenvolvimento de esquemas para a redução, tais como os planos Myazawa, Mitterrand e Brady, bem como a crescente participação dos organismos financeiros multilaterais.

O Itamaraty procurou definir uma nova política para orientar as negociações bilaterais do Brasil-credor no senti-

do de atender aos nossos interesses políticos e econômicos na América Latina e na África e às características de sua dívida externa e das relações econômicas desses países com o Brasil.

No que concerne à posição do Brasil como país devedor, o Itamaraty, além de acompanhar e analisar nossas relações com os bancos comerciais, participou, como observador, das negociações brasileiras no âmbito do comitê de Bancos, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e no Clube de Paris. Desempenhou, demais, papel ativo nas negociações para obter novos recursos, resultando na assinatura de acordos com o Japão, Itália e RFA.

No setor de transportes aéreos, destaca-se a conclusão, após sete anos de negociações, do novo Acordo Aéreo com os Estados Unidos da América, firmado em Brasília, a 21 de março de 1989.

A política de transporte marítimo internacional tem-se pautado pela defesa da participação da bandeira brasileira em todos os tráfegos, visando à obtenção de divisas e o indispensável suporte para a expansão do comércio exterior.

No campo do transporte terrestre, as atividades, no período, se concentraram no aprimoramento do tráfego rodoviário e ferroviário, de carga e passageiros, com os países do Cone Sul. Foram, também, negociados os instrumentos preliminares para disciplinar o tráfego internacional terrestre entre o Brasil e os países amazônicos.

Na área das comunicações, merece registro a intensificação das negociações com a Argentina, para o desenvolvimento de redes digitais, serviços telemáticos e sistemas de transmissão.

Com os demais países latino-americanos, o Governo brasileiro vem mantendo entendimentos para a uniformização de padrões e de normas de operação, no interesse da integração regional.

Em propriedade intelectual, o Itamaraty atuou, em instâncias bi e multilaterais, de modo a preservar as convenções internacionais de propriedade intelectual, crescentemente sujeitas à crítica de países tecnologicamente avançados. Buscou, assim, evitar a adoção de padrões de prote-

ção inadequados, por restringirem o acesso de países em desenvolvimento a novas tecnologias e por induzirem a alteração da própria legislação interna desses países, inclusive através de aplicação de sanções comerciais.

O Itamaraty atuou nas negociações na Organização Mundial de Propriedade Industrial (OMPI) e na Rodada Uruguaia do (GATT) sobre novos padrões de proteção da propriedade intelectual, de modo a promover a adoção de medidas condizentes com a legislação nacional e imbuídas da necessária flexibilidade para atender a objetivos de desenvolvimento tecnológico e industrial.

Na área de comércio de bens de alta tecnologia, procurou-se manter abertos os canais para aquisição, no mercado internacional, dos produtos de alto valor tecnológico de que o Brasil necessita para a modernização da economia. Foram mantidos contatos freqüentes com os governos dos países industrializados com o fim de eliminar eventuais obstáculos à venda de produtos de alta tecnologia, em especial de supercomputadores e de materiais para o programa espacial brasileiro.

Foram introduzidas várias medidas de modernização, entre as quais o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados (SPED), que está integrado aos setores de promoção comercial dos postos no exterior, para melhor servir à expansão do comércio internacional brasileiro. Como resultado, tornaram-se mais rápidas e precisas as informações destinadas a exportadores nacionais e importadores estrangeiros, sobre oportunidades de negócios no mercado mundial.

Ao mesmo tempo, prestou-se o devido apoio às empresas de serviços, já atuando ou com planos de concorrer a projetos no exterior, sobretudo na América Latina, África e Oriente Médio.

No setor de Feiras e Exposições, verificou-se a participação brasileira em 278 eventos, rigorosamente selecionados segundo sua potencialidade para as nossas exportações.

De singular importância, foi a criação, no Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, de uma Seção de Captação de Investimentos Estrangeiros, com a mis-

são de facilitar a aproximação de empresas nacionais e estrangeiras interessadas em constituir empreendimentos conjuntos no Brasil. Nesse sentido, promoveu-se um Fórum de Investimento e Tecnologia, em Milão, em outubro de 1989, o qual se mostrou apto para o objetivo em apreço.

No período 1985/1989, o setor de cooperação técnica internacional do Brasil experimentou profunda reformulação, consubstanciada na criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no âmbito do Ministério das Relações Exteriores — Fundação Alexandre de Gusmão.

Como resultado, a cooperação recebida do exterior passou a ser submetida a critérios mais seletivos. Ao mesmo tempo, o Brasil afirmou-se crescentemente como fonte alternativa de tecnologia perante os países em desenvolvimento, de maneira especial da América Latina e África.

Nos setores científico e tecnológico, os acordos de integração com a Argentina abriram campo para ambiciosos programas. Nesse contexto, foram criados o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB) e as Escolas Brasileiro-Argentinas de Informática (EBAI).

Além da assinatura de Acordos Básicos, abrangendo as áreas da ciência e tecnologia com o Japão (1985) e com a Itália (1989), foi igualmente concluído o Ajuste Complementar no Campo da Informática e Computadores (também em 1989), com a União Soviética, por ocasião da visita de representativa missão, encabeçada pelo Presidente da Academia de Ciências daquele país.

Entrou no estágio de aplicação prática o programa denominado Iniciativa em Ciência e Tecnologia Brasil-Estados Unidos, acertado com o presidente Ronald Reagan durante visita do Presidente brasileiro ao citado país, em 1986.

Assinale-se a continuidade dos programas de cooperação com a França e a República Federal da Alemanha, de longa data nossos principais parceiros no intercâmbio científico-tecnológico.

A política cultural do Governo dispensou especial tratamento à América Latina e Caribe. Os pontos principais dessa atividade, com envolvimento da diplomacia brasilei-

ra, podem ser assim resumidos: acordo sobre a livre circulação de bens culturais, sob a égide da ALADI — Mecanismos de Consulta e Concertação Política (Grupo dos Oito); apoio ao Encontro dos Ministros da Cultura da América Latina e Caribe, sob os auspícios do Ministério da Cultura; adesão ao Acordo Constitutivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO); e, assinatura do Protocolo de Integração Cultural com a Argentina.

Na África, onde as prioridades foram os países de expressão portuguesa, mencionem-se as providências relacionadas com a criação dos Centros de Estudos Brasileiros em Cabo Verde, Bissau e Maputo.

Foi realizado em São Luís do Maranhão, em 1º e 2 de novembro de 1989, o Primeiro Encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Nessa reunião — a que concorreram os Chefes de Estado de Portugal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, além de representante especial de Angola — foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com o objetivo precípua de coordenar as políticas atinentes ao idioma comum e às respectivas culturas.

Mencione-se a instituição, pelos Presidentes do Brasil e de Portugal, do Prêmio Luís de Camões no contexto do Acordo Cultural Luso-Brasileiro.

Com vistas à normalização das relações culturais com o Leste Europeu, está em curso a negociação de Acordos Culturais com a República Democrática Alemã, Polônia, Bulgária e Iugoslávia, já tendo sido assinados com a União Soviética e Tchecoslováquia.

No tocante ao Programa de Estudantes — Convênio, os países beneficiados totalizaram 44, após a adição do Marrocos e da Tunísia. O número de vagas, postas à disposição pelas instituições de nível superior, foi em média de 900 por ano, em nível de graduação, e de 100 para pós-graduação.

De 1985 a 1988, o Instituto Rio Branco formou 112 novos diplomatas, afora a turma de 1989, composta de 11 alunos.

No mesmo período, freqüentaram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata 30 bolsistas, além de outros 7 pertencentes à turma de 1989, oriundos de 16 países da África e Américas.

Foram realizados, no último quinquênio, dez Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e o mesmo número de Cursos de Altos Estudos, resultando na aprovação de 82 Segundos Secretários e 51 Conselheiros, respectivamente.

A esses, somaram-se três Cursos de Atualização de Oficiais de Chancelaria, dos quais saíram aprovados 102 integrantes da referida categoria funcional.

No capítulo da cooperação internacional, o Instituto promoveu, no Exterior, com a colaboração de diplomatas brasileiros, as seguintes atividades:

- Curso de Formação e Aperfeiçoamento em Diplomacia, em Guiné-Bissau, para alunos de países africanos de expressão portuguesa;

- Curso sobre Técnicas de Negociação Econômica Multilateral, para diplomatas de países do Caricom, em diversas capitais da região centro-americana e caribenha; e,

- Curso sobre Diplomacia e Cerimonial no Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique, em Maputo, para diplomatas e altos funcionários governamentais daquele país.

Cabe destacar, finalmente, a realização em Brasília, conjuntamente com o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), e em coordenação com o PNUD/CEPAL, de três Seminários Regionais sobre Análise e Formulação de Política Exterior, com a participação de diplomatas pertencentes a quase todas as chancelarias sul, centro-americanas e caribenhas.

A fim de dotar o Ministério das Relações Exteriores de uma estrutura moderna, ajustada às suas novas e acrescidas responsabilidades na coordenação e execução da política exterior brasileira, aquele órgão foi objeto de ampla e

abrangente reforma administrativa, consubstanciada na Lei nº 7.501 e Decreto nº 93.325, respectivamente de 27 de junho e 1º de outubro de 1986.

Nesse contexto, foi procedida a transposição para nível superior da categoria funcional de Oficial de Chancelaria, que passou a integrar, com a Carreira de Diplomata, o serviço Exterior Brasileiro.

A partir de 1985, tiveram início os Cursos de Treinamento, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 91.315, de 5 de junho do mesmo ano, destinados aos servidores não-diplomáticos removidos para o Exterior pela primeira vez. Foi igualmente instituído o Curso de Atualização de Oficiais de Chancelaria, criado para os fins previstos na Lei nº 7.501/86.

Outrossim, foi feita a reclassificação de servidores e funcionários, em consonância com o Decreto nº 2.280 e Lei nº 7.446, ambos de 1985, e equacionado o programa de regularização previdenciária dos Auxiliares Locais e empregados brasileiros a serviço das Repartições no Exterior.

Na área das comunicações, a modernização dos equipamentos e sua disseminação pelas diversas unidades administrativas tornaram possível maior rapidez, eficiência e segurança no trabalho, tanto na Secretaria de Estado, quanto no Exterior, repercutindo favoravelmente para a elevação de padrão dos serviços prestados pelo Itamarati.

Correlativamente, deu-se implantação, total ou parcial, em coordenação com as unidades administrativas interessadas, dos seguintes sistemas previstos no Plano Diretor de Informática: Sistema de Recuperação da Série Telegráfica; Sistema Modular de Automação de Gabinetes e Secretarias; Sistema de Informações Úteis; Sistema de Informação da Promoção Comercial; Sistema de Informações do Cerimonial; Sistema para Cooperação em Ciência e Tecnologia; Sistema de Administração de Pessoal; Sistema de Controle de Material e Patrimônio; Sistema de Controle da Mala Diplomática; e Sistema de Acompanhamento da Gestão Administrativa dos Postos no Exterior.

Além dos acima enumerados, e como parte do futuro Sistema de Informações Consulares e Jurídicas, foi desen-

volvido o Sistema de Acompanhamento Consular (SIAC), já introduzido em 34 postos no Exterior, permitindo a recuperação imediata, em computador, de dados essenciais do movimento consular.

O Itamarati, por intermédio de seu Departamento competente, participou dos trabalhos de reformulação do Estatuto do Estrangeiro, na condição de membro do Conselho Nacional de Imigração.

Nessa mesma área, cabe destacar a conclusão de tratados de Cooperação Judiciária e de Extradicação com a França, Itália e Espanha, além do estabelecimento de Grupos de Cooperação Consular com a França, Bolívia e Venezuela.

Por ocasião das eleições presidenciais, um total de 82 repartições estiveram incumbidas de recolher os votos dos cidadãos brasileiros residentes no Exterior.

Dentro do programa visando a dotar as repartições no Exterior com instalações próprias e adequadas, registraram-se as aquisições de imóveis para sediar as Embaixadas em Harare, Viena e Abidjan; as Chancelarias das Embaixadas no México e Lisboa; os Consulados Gerais em Montevidéu e em Santa Cruz de La Sierra; os Vice-Consulados em Concepción, Iquitos e Encarnación; assim como o prédio onde estão instalados a Residência, a Chancelaria e os apartamentos funcionais em Moscou, além de terrenos em Luanda, Bonn, Bernardo Yrigoyen, Letícia e Paso de Los Libres.

Ao mesmo tempo, foi concluída a construção das Embaixadas em Riade, Bissau e Lagos, das Chancelarias das Embaixadas em Georgetown, Camberra e Buenos Aires, das Residências das Embaixadas em Cabo Verde e Nova Delhi e Centro de Estudos Brasileiros em Bissau. Fez-se, ainda, a instalação da Embaixada em Havana.

Paralelamente, cumpriu-se na Secretaria de Estado a distribuição do espaço e a ocupação do Anexo II, depois da adequação do seu interior, ao mesmo tempo que o Anexo I foi objeto de várias reformas internas, para o retorno gradual às suas disposições originais.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Os sucessivos choques externos adversos dos anos setenta e início dos anos oitenta criaram profundos desequilíbrios na economia brasileira, cuja principal manifestação é a existência de fortes pressões inflacionárias. Conciliar o controle dessas pressões com o crescimento do emprego e da renda nacional, através da utilização dos instrumentos de política de sua competência, tem sido o foco central da atuação do Ministério da Fazenda, durante todo o período do atual governo.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Política Monetária e Creditícia*

A atuação da Autoridade Monetária foi, sempre que possível, no sentido de induzir os agentes econômicos à prática de taxas de juros compatíveis com os propósitos de inibir pressões indesejáveis do lado da demanda e evitar que a oferta de moeda se constituísse em fator de estímulo inflacionário.

Em 1985, foram adotadas medidas visando reduzir a tendência de aceleração dos agregados monetários e, ainda, evitar eventuais instabilidades na liquidez do sistema, cabendo destacar:

- suspensão, pelo prazo de 60 dias, das operações de fomento do Banco Central;
- fixação de limites de expansão das aplicações do Banco do Brasil;
- congelamento, pelo prazo de 60 dias, das operações de fomento das instituições financeiras oficiais;
- redução das taxas de recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo;
- redução das taxas de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista, em especial para os bancos de menor porte, através da criação de classes diferentes de bancos e,

também, da incidência desta taxa sobre a média aritmética dos depósitos à vista, e não mais sobre os saldos de final de mês.

Objetivando dotar o sistema financeiro de maior segurança e liquidez, o Banco Central alterou os limites de endividamento dos bancos comerciais e bancos de desenvolvimento (Res. nº 1.003, de 2.5.85), que passaram a ser de quinze vezes o valor do patrimônio líquido ajustado. No caso dos bancos de investimento, sociedades de crédito e financiamento e sociedades de arrendamento mercantil, o limite passou a doze vezes o patrimônio líquido ajustado.

Outra medida de grande impacto foi concretizada através do Decreto-Lei nº 2.278, de 19.11.85, que estendeu à incidência da correção monetária à totalidade das obrigações das instituições submetidas a regime especial e que visou a desestimular a prática de fraudes e desmandos por parte dos administradores, na medida em que eliminou distorções decorrentes do congelamento das dívidas pelo seu valor nominal.

Finalmente também com o propósito de dar maior segurança ao mercado, foi suspensa a autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, bem como de novas agências e dependências (Res. nºs 1.060 e 1.061, de 19.11.85).

Em 1986, a execução de política monetária esteve influenciada principalmente por alterações adotadas no relacionamento entre o Banco Central, o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, bem como pelo conjunto de decisões que constituiu o Plano Cruzado. Em consequência, todas as operações de interesse do Governo Federal efetuadas pelo Banco do Brasil passaram a ser realizadas com recursos consignados no orçamento fiscal ou com recursos próprios dessa instituição.

Por outro lado, foi eliminado o mecanismo de nivelamento automático das reservas bancárias do Banco do Brasil, através da Conta Movimento, permitindo-se, no entanto, acesso em igualdade de condições com os demais estabelecimentos bancários, ao mecanismo de assistência financeira da liquidez. Foi determinada, ademais, a transferência

diária para o Banco Central do resultado das contas do Tesouro no Banco do Brasil. Com isso, verificaram-se amplas modificações tanto no que se refere aos aspectos contábeis como no próprio modelo da programação monetária, que, em razão da redefinição do conceito de base monetária, passou a mostrar maior similaridade com os modelos aplicados nos países onde prevalece a unidade da autoridade monetária.

Outras medidas adotadas em 1986, com reflexos positivos na condução da política monetária, foram:

- criação do encaixe obrigatório, junto ao Banco Central, sobre os depósitos de poupança das sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos, e sobre os depósitos à vista das caixas econômicas;

- criação do mercado interfinanceiro e do certificado de depósito interfinanceiro, aumentando a eficiência geral do sistema, dada a possibilidade de transferência de excedentes de captação entre instituições;

- criação de empréstimos compulsórios incidentes sobre a venda de automóveis e sobre o consumo de gasolina e álcool carburante, bem como de encargos financeiros na venda de moeda estrangeira e passagens internacionais;

- elevação, de 6% a.a. para 15% a.a., acima da taxa de «over-night», no custo cobrado das instituições financeiras com insuficiência em seus saldos de reservas bancárias;

- instituição para o setor exportador de sistema de depósitos em dólares no Banco Central até o montante do valor vendido por contratos de câmbio de exportação; e

- redução, de 25% para 20%, do encaixe obrigatório relativo aos saldos dos depósitos de poupança captados junto ao público.

Em 1987, a política monetária foi administrada de modo a corrigir desvios surgidos durante a execução do Plano Cruzado. O recrudescimento das pressões inflacionárias ensejou o retorno à prática generalizada da indexação, seguida de um processo de desmonetização da economia e da elevação das taxas de juros. Assim, o controle da liquidez

foi bastante influenciado pelos movimentos de ajuste dos estoques de ativos monetários e não monetários pelo público.

A preocupação em evitar aumentos significativos da liquidez, no conceito restrito de M1, refletiu-se nas seguidas colocações líquidas de títulos públicos federais ao longo do ano.

Adicionalmente às medidas fiscais de contenção, o Banco Central valeu-se dos depósitos compulsórios para controlar a liquidez. Nesse sentido, elevou em 15% a exigibilidade sobre os depósitos à vista e estabeleceu compulsório de 20% sobre os depósitos a prazo. Além disso, foi estendida a incidência do imposto de renda sobre as operações financeiras lastreadas em títulos privados de curto prazo, com o objetivo precípuo de «induzir» o sistema à realização de operações de mais longo prazo.

Dando continuidade às medidas de reordenamento financeiro iniciadas em 1986, o Governo promoveu a incorporação, ao Orçamento Geral da União (OGU), dos encargos relativos ao passivo externo do Banco Central, até então consignados no orçamento monetário. Outrossim, passaram a constar deste último as despesas com aquisição de produtos agrícolas, realizadas com suprimentos específicos do Banco Central, ficando no âmbito do OGU as relativas à armazenagem, transporte e seguro.

Em 1988, a atuação do Banco Central foi orientada de modo a induzir à prática de taxas de juros reais positivas, como forma de assegurar adequada remuneração aos poupadores para desestimular os movimentos especulativos indesejáveis na área do abastecimento interno.

Não obstante a administração das taxas de juros ter se constituído no principal instrumento de política monetária, outras variáveis tiveram importante influência nos resultados de 1988. Dentre elas, cabe destacar as operações com o setor externo, em especial a balança comercial, que apresentou excepcional superávit. Além disso, a persistência do déficit do setor público exigiu a permanente atenção do Banco Central, no sentido de evitar que a oferta de moeda se transformasse em fator de pressão adicional sobre a demanda agregada.

Em 1989, a política monetária colocada em prática ao longo do primeiro semestre esteve associada às diretrizes do Plano de Estabilização Econômica de janeiro. Assim, no primeiro trimestre, foram adotadas várias medidas de caráter restritivo, voltadas para o controle do nível de liquidez da economia, que deveria ser mantido dentro de limites que não prejudicassem os objetivos do Plano. Foram implementados o contingenciamento do crédito, a elevação dos percentuais dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista, sendo, também, realizada revisão da estrutura das taxas de juros para a assistência financeira de liquidez.

Adicionalmente, para controlar a liquidez do mercado, praticou-se política ativa de taxas de juros, como forma de estimular a poupança e coibir o consumo. Assim, a elevação da demanda por moeda, em decorrência de brusca reversão das expectativas inflacionárias, foi contida em níveis aceitáveis no primeiro trimestre do ano, com o grau de monetização situando-se muito abaixo do observado nos planos de estabilização anteriores. Após o segundo trimestre, que se caracterizou por taxas de juros menores, voltou-se a praticar taxas de juros elevadas, como forma de se tentar conter as pressões de consumo e os movimentos especulativos.

• Evolução dos Agregados Monetários

O comportamento dos agregados monetários, ao longo do período 1985/1989, refletiu os freqüentes ajustes na liquidez da economia em função das circunstâncias vigentes no sistema econômico como um todo, em especial aquelas verificadas após a implementação dos planos de ajustamento.

Em 1985, a base monetária, em sua posição de final de período, revelou crescimento de 257%, enquanto pelo critério da média dos saldos diários alcançou 263%. Os meios de pagamento (M_1) registraram taxa de expansão de 304% no ano, com a variação, em termos médios, situando-se

em 305%. Embora as taxas tenham sido superiores às verificadas em anos anteriores, a expansão observada em 1985 situou-se em faixa compatível com a evolução nominal do produto interno bruto, não se verificando, portanto, alteração significativa na relação M_1/PIB .

A diferença observada nos níveis de variação dos meios de pagamento em relação à base monetária foi proporcionada pelo aumento do multiplicador monetário, decorrente dos efeitos da redução da taxa efetiva de recolhimento compulsório, a partir de junho.

Em 1986, com a implementação do Plano Cruzado, verificou-se, de imediato, acentuada monetização do sistema econômico, originando, conseqüentemente, amplos desvios no comportamento dos principais agregados monetários em relação à sua trajetória histórica.

A diminuição do custo de retenção de moeda e a eliminação da correção monetária dos ativos indexados provocaram a substituição de haveres não monetários por depósitos à vista e moeda manual. Assim, os meios de pagamento tiveram sua participação nos haveres financeiros aumentada de 11,1%, em fevereiro, para 17,9%, em março, alcançando 28,3% ao final do ano.

Durante a fase de acelerada monetização, a oferta monetária (M_1) chegou a crescer 80,2% em apenas um mês (março), reduzindo o ritmo de expansão a patamares mais baixos nos meses de abril (19,3%) e maio (15,3%), tendo encerrado o exercício com uma variação acumulada de 307%, muito próxima à verificada em 1985.

Em 1987, com a escalada do processo inflacionário iniciada no final do ano anterior, verificou-se processo oposto. Os meios de pagamento encerraram o ano com uma expansão de apenas 127%, contra uma inflação de 374%, observando-se redução de 29,5% para 15,4% na participação dos ativos monetários no total dos haveres financeiros, patamar médio observado antes do Plano Cruzado.

Em 1988, a política monetária, ao enfatizar a necessidade de controlar a demanda e, por conseguinte, evitar

pressão sobre o nível de preços, resultou em taxas mensais de expansão dos agregados monetários, entre janeiro e agosto, em níveis abaixo da inflação.

A partir de setembro, em virtude da natural necessidade de ajuste na liquidez do mercado, os agregados monetários passaram a crescer de forma proporcional à elevação dos preços. Em dezembro, a aceleração sazonal das transações econômicas resultou em aumento adicional na demanda por moeda, tendo o M_1 crescido 52,8% nesse mês, elevando para 572% a expansão acumulada no ano.

Em 1989, a base monetária apresentou crescimento, até o mês de julho, de 203,0% sobre a posição de dez./88, enquanto a oferta monetária (M_1) cresceu apenas 154%, reflexo da queda do multiplicador de 1,9 em dez./88 para 1,6 em jul./89. Esses resultados refletem, por outro lado, a política de taxas de juros reais positivos que induziu os agentes econômicos à maior demanda por ativos indexados, evitando, dessa maneira, a elevada monetização ocorrida por ocasião da edição do Plano Cruzado.

Analisando-se o comportamento dos meios de pagamento, ao longo do quinquênio 85/89, em seus diversos conceitos, fica evidente que o processo inflacionário exerce forte influência na escolha de ativos financeiros por parte do público. Assim, o conceito mais restrito de meios de pagamento (M_1) somente tem relevância no ano de 1986, coincidindo com a vigência do primeiro plano de estabilização econômica. A agudização do processo inflacionário induziu os agentes econômicos a demandarem ativos como os títulos públicos federais, que reúnem atrativos como liquidez imediata e rentabilidade, fazendo com que pequena parcela dos meios de pagamento ainda se conserve em M_1 (em set./89 a relação M_1/M_4 caiu para 6,9%). Com isso, tornou-se muito restrita a atuação da Autoridade Monetária sobre esse agregado via controle de emissão primária de moeda e recolhimento compulsório sobre depósitos à vista, uma vez que a demanda por moeda se restringiu ao estritamente necessário para as pequenas transações na economia e boa parcela do saldo de depósito à vista deve corresponder a cheques em compensação.

2.2. Política Fiscal

a) Política Tributária

A política tributária durante o período 1985/1989 foi marcada, de um lado, pela necessidade de se reverter a tendência decrescente da arrecadação de impostos federais (exclusive contribuições) que, de 9,5% do PIB em 1970 caiu para 6,9% do PIB em 1984, e, de outro, pelos momentos distintos criados pelos Planos de Estabilização, em especiais o Plano Cruzado e Verão.

A queda na arrecadação de impostos federais tem sido atribuída a:

- desaceleração do crescimento econômico;
- aumento dos incentivos fiscais, principalmente derivado da mudança na composição do PIB, onde o crescimento maior tem ocorrido nos setores que sofrem pouca ou nenhuma tributação (agrícola, exportador e Zona Franca de Manaus);
- crescimento da inflação (efeito Tanzi);
- perda da competência dos Impostos únicos, Imposto sobre Transportes e Imposto sobre Comunicações em favor dos Estados (a partir de 1989); e
- aumento da sonegação fiscal.

Para se contrapor ao efeito Tanzi, as alterações foram direcionadas no sentido de se proteger os níveis reais da arrecadação, seja encurtando os períodos de apuração dos impostos seja indexando o imposto a pagar.

A redução dos incentivos foi outro importante passo nessa linha. O Governo reverteu, no período, a tendência progressiva à concessão nominal de incentivos que até então vinha sendo observada. Entre os estímulos mais importantes que foram reduzidos ou eliminados estão: diminuição do benefício da isenção do IRPJ com gastos de formação profissional e alimentação do trabalhador; eliminação da opção por dedução do IRPJ para o Fiset — Reflorestamento; eliminação da opção de dedução do IRPJ por aplicação em ações da EMBRAER; eliminação da exaustão incentivada para jazidas minerais; revogação da alíquota preferencial

do IRPJ aplicável aos resultados dos concessionários de serviços públicos; eliminação das reduções do IRPJ por aplicações em ações e cadernetas de poupança; eliminação da isenção do IPI concedido aos táxis a álcool etc.

Além disso, outras importantes medidas foram tomadas, criando novas incidências, como a Contribuição Social de 8% sobre o lucro das empresas (12% para as entidades financeiras), ou elevando outras já existentes, como o aumento de 0,5% para 1,0% da alíquota do FINSOCIAL, de modo a assegurar recursos para o financiamento dos novos dispêndios na área da seguridade social criados pela Constituição.

A profunda alteração processada na área do IRPF, ao final de 1988, com vigência a partir de 1989, simplificando a aplicação do imposto, ao extinguir a quase totalidade dos abatimentos e deduções, que caracterizavam a sistemática anterior, foi decisão marcante na área tributária, principalmente do ponto de vista da justiça fiscal. A medida propiciou melhor distribuição da carga tributária entre as diversas classes de contribuintes, suavizando a imposição incidente sobre os extratos de menor nível de renda e, ao mesmo tempo, ampliando significativamente a tributação sobre os ganhos e rendimentos de capital.

As variações negativas de receitas produzidas durante a vigência dos planos de estabilização, por sua vez, foram decorrentes da desindexação geral da economia tentada por esses planos. Porém, à medida em que a inflação reacelerou-se, foi necessária a reindexação dos valores fiscais.

Mesmo levando em conta todas essas providências, estima-se que a participação dos impostos federais no PIB, depois de uma recuperação entre 1985 e 1988, onde alcançou a média de 7,4%, volte a cair para 5,6% em 1989. A razão disso encontra-se, basicamente, na imperfeição do mecanismo de indexação dos impostos, que não defende integralmente a arrecadação da corrosão provocada pela aceleração inflacionária, das transferências de incidências federais para competência dos Estados e da redução da alíquota do IRPJ de 30% para 25%.

Assinale-se ainda que, mesmo que seja adicionada à receita dos impostos, as receitas de contribuições do FINSOCIAL, lucros das empresas, PIS/PASEP e do Açúcar e Alcool, a carga tributária mantém a tendência de queda, evoluindo de 9,2% do PIB em 1985 para 7,4% do PIB em 1989.

Para 1990, conforme determinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Governo encaminhou as seguintes providências, visando restaurar os níveis de arrecadação fiscal:

- projeto de lei dando nova redação ao crime de sonegação fiscal, definindo crime de retenção indevida de tributos e a responsabilidade penal dos envolvidos, objetivando tornar mais efetiva a ação fiscal;

- projeto de lei criando IOF de 1% sobre operações à vista em bolsa de valores;

- revisão da estrutura das alíquotas do IPI com vistas a aperfeiçoar a seletividade de sua aplicação;

- redução de 50% nos incentivos fiscais;

- eliminação da isenção da Contribuição Social sobre o lucro da exportação;

- reestruturação das hipóteses de incidência e da base de cálculo do ITR;

- aumento do Imposto de Renda dos Fundos de Curto Prazo (já transformado na Lei nº 7.856/89);

- reformulação do mecanismo de tributação da renda rural e redução dos incentivos à atividade;

- aumento da alíquota de 1% para 1,2%, no caso do FINSOCIAL, e de 0,35% para 0,50%, no caso do PIS/PASEP;

- aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o lucro das empresas de 8% e 12% para 10% e 14%, para as instituições não-financeiras e financeiras respectivamente (já transformado na Lei nº 7.856/89).

Além dessas medidas, foram implementadas ações administrativas objetivando modernizar a Secretaria da Receita Federal, de sorte a dar-lhe melhores condições de controle da arrecadação e de combate à sonegação fiscal.

Finalmente, destaca-se a elaboração, a partir do exercício de 1989, do Orçamento de Gastos Tributários, atendendo determinação constitucional nessa direção, de modo a permitir uma melhor aferição da distribuição da carga tributária efetiva entre setores e regiões.

b) Execução Orçamentária da União

Antes da completa unificação orçamentária, realizada a partir de 1988, a execução financeira do Tesouro Nacional não refletia todos os gastos efetuados pela União, uma vez que boa parte deles era realizada através do Orçamento Monetário.

Mesmo assim, se utilizado para 1987 o mesmo critério do orçamento unificado vigente para 1988, observa-se que, daquele para este exercício, houve uma redução real do déficit do Tesouro de 31,2% (para os demais períodos anteriores a 1987 a comparação é prejudicada pela impossibilidade de se estabelecer o mesmo procedimento).

De outro lado, até o exercício de 1988, a execução do orçamento era bastante flexível, uma vez que o seu financiamento era realizado pela colocação líquida de títulos que, embora respeitasse os limites de emissão, eram processados de forma irrestrita. Essa flexibilidade, se de um lado permitia que se atendessem com relativa folga as demandas ministeriais por recursos, de outro dificultava o alcance do objetivo de redução do desequilíbrio financeiro do Governo.

Por outro lado, diante do recrudescimento das pressões inflacionárias ao final de 1988, foi editado, ao início de 1989, novo plano de estabilização, que tinha como uma das principais metas a redução do déficit público, apontada como a causa relevante do descontrole dos preços.

Para a consecução desse objetivo foram, dentre outras, fixadas duas regras fundamentais: a que condicionava os gastos ao ingresso efetivo de receitas tributárias e a que limitava a colocação líquida de títulos públicos federais no montante necessário para cobrir os seus encargos e o refinanciamento da dívida externa com aval do Tesouro.

Assim, até outubro de 1989, para receitas de NCz\$ 61,3 bilhões foram realizados gastos de NCz\$ 57,2 bilhões e, para cobertura dos encargos da dívida mobiliária federal e do refinanciamento da dívida externa com aval do Tesouro Nacional, que atingiram NCz\$ 33,7 e NCz\$ 4,9 bilhões, respectivamente, foram colocados NCz\$ 37,0 bilhões em títulos, indicando que as regras estabelecidas vêm sendo cumpridas.

Esse esforço de contenção orçamentária é ainda mais significativo quando se considera que, nesse período, o recolhimento bruto dos impostos apresentou queda real de 11%, em relação ao mesmo período do ano anterior, e que as vinculações de receitas (transferências aos Fundos de Participação, financiamento ao setor produtivo do NO/NE/CO, etc.) cresceram 5%, também em termos reais.

A despeito do maior controle dos gastos e da redução havida nos desembolsos das Operações Oficiais de Crédito (menos 59,4%), o comportamento desfavorável daqueles itens associado à forte elevação dos encargos da dívida mobiliária federal (mais 167,7%), provocou, no período jan./out.-89, um aumento real de 14,3% no déficit do Tesouro, comparativamente a 1988.

Por último, para se medir os reflexos da execução orçamentária no agregado do setor público, em termos de déficit operacional, é necessário alguns ajustes. Os dados nela contidos abrangem repasses para as estatais, estados e municípios e previdência social, que serão computados em seus respectivos déficits. Para se obter o resultado do governo central isoladamente, deve-se desconsiderar essas parcelas, a fim de não incorrer em dupla contagem. Além disso, há que se descontar ainda as amortizações e o crédito ao setor privado.

Feitos os ajustes devidos, nota-se que, nos primeiros dez meses do ano, o déficit no conceito operacional apresentado pelo governo central alcançou 4,8% do PIB como consequência da elevação das despesas com juros.

No conceito primário, nos primeiros dez meses de 1989 registrou-se um superávit da ordem de 0,55% do PIB, enquanto que, no mesmo período de 1988, observou-se um

déficit de 1,57% do PIB, o que reflete o esforço obtido no controle dos gastos com o funcionamento da máquina governamental.

Finalmente, no que tange ao impacto monetário de um déficit de caixa de NCz\$ 34,4 bilhões, apenas NCz\$ 13,5 bilhões foram para o mercado. O restante representa, apenas, transferências do Tesouro Nacional para o Banco Central, não incorrendo em nenhuma pressão adicional sobre os níveis de preços.

c) As Condicionantes da Nova Constituição

Promulgada em outubro de 1988, a Nova Constituição Brasileira impôs alterações importantes às finanças públicas em geral e ao processo orçamentário em particular, tanto para 1989, primeiro ano em que as referidas regras começariam a prevalecer plenamente, como para os anos subseqüentes.

Como resultado da própria mudança da relação funcional entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, o processo de aprovação e execução orçamentária de 1989 registrou um virtual impasse no início do ano. Aprovado pelo Congresso de forma bastante diferente da proposta encaminhada pelo Executivo, o OGU foi, posteriormente, objeto de vários vetos presidenciais, particularmente em função do entendimento do Executivo de que grande parte das despesas criadas ou ampliadas no seu trâmite pelo Congresso tinham como compensação acréscimos de recursos ou cortes parciais e totais em alguns projetos, programas e atividades que, do ponto de vista técnico-normativo e sob o aspecto prático, enfrentavam sérios problemas. Posteriormente, os próprios vetos foram rejeitados pelo Congresso e, assim, o ano de 1989 começou sem se dispor de um orçamento em condições de ser plenamente executado, dificuldade esta que somente veio a ser superada após vários entendimentos entre os dois Poderes no decorrer do primeiro trimestre do ano.

O ponto a destacar, além das dificuldades operacionais, é o novo papel que passou a ser desempenhado pelo Legislativo, anteriormente bastante limitado para analisar e

aprovar os projetos orçamentários encaminhados pelo Executivo. O aprendizado dessa nova relação está ainda sendo objeto de experiência mas, certamente, com duas constatações importantes. De um lado, o Executivo está aprendendo a conviver com um contínuo diálogo com o Legislativo sobre as matérias que são objetos de discussão e aprovação pelo Congresso; de outro, o Legislativo está cada vez mais contando com suporte técnico sobre assuntos ligados a orçamento, finanças públicas e execução financeiro-orçamentária, de forma a mais eficientemente decidir sobre as especificidades envolvendo essas matérias.

Outro condicionante é a questão da nova partilha tributária constitucional, que transfere aos Estados e Municípios uma parcela maior e crescente do total da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e de Produtos Industrializados (IPI), a título do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Financiamento ao Setor Produtivo Regional e parcela do IPI sobre exportação de produtos industrializados. Até a promulgação da Constituição, a União permanecia com 68% do total do IR e do IPI, mas em 1989 este percentual foi reduzido para 57,5% e deverá diminuir anualmente até 1993, quando atingirá 53%.

Ademais, outros tributos deixaram de ser de competência da União em 1989, em obediência a dispositivos constitucionais, como os Impostos Únicos sobre Energia Elétrica, Minerais, sobre Comunicações e Transportes, que agora integram o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), apropriado totalmente pelos Estados e Municípios. Da mesma forma, foi permitido aos Estados criarem adicional de Imposto de Renda, aumentando a autonomia financeira dessas unidades.

Por sua vez, o OGU aprovado para 1989 praticamente deixou de considerar a proposta «Operação Desmonte» apresentada pelo Executivo, que visava a retirada de recursos federais para cobertura de programas, projetos e atividades de interesses dos Estados e Municípios ou consideradas de responsabilidade típica desses dois níveis de governo. Com isto, o efeito final no Orçamento Federal de 1989

foi o enfraquecimento maior da base financeira do Tesouro Nacional.

Um terceiro problema de contingenciamento constitucional, em que pese sua origem na questão da dívida externa e no processo de concessão de aval pela União, é a da rolagem da dívida de Estados e Municípios e suas entidades, que antes era coberta com recursos do chamado Orçamento Monetário e que, desde 1988, integra o Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, aprovado junto com o OGU. Na medida que essa matéria ficou sujeita à discussão e aprovação do Congresso, a proposta de maior rigor para rolagem dessas dívidas, que o Executivo elaborou para 1989, foi muito suavizada pelo Legislativo, e em consequência, nova pressão ocorreu sobre as contas do Tesouro. Como em 1989 não havia qualquer espaço para se utilizar recursos de natureza fiscal para tais rolagens, o resultado foi uma maior pressão sobre o endividamento mobiliário do setor público federal.

d) Evolução da Dívida Interna em Poder do Público

Durante o período analisado, a dívida mobiliária interna colocada junto ao público passou por fases distintas. De 1984 para 1985, aumentou de 6,6% do PIB para 10,4% do PIB. Em 1986, aproveitando o aumento da demanda de moeda, em decorrência da queda da inflação, foram resgatados liquidamente títulos, fazendo com que a relação anterior caísse para 9,3% do PIB.

Em 1987, registrou-se uma pequena elevação para 10,1% do PIB e, em 1988, aumentou para 12,1%. Para 1989, como decorrência da necessidade de se praticar taxas elevadas de juros, para desestimular movimentos especulativos, estima-se que a dívida mobiliária em poder do público alcance cerca de 15% do PIB.

2.3. Setor Externo

a) Política Cambial

No período 1985/1989, a política cambial baseou-se na sistemática de mini-desvalorizações da moeda nacional.

Embora a orientação fosse no sentido de acompanhar as taxas internas de inflação, a desvalorização cambial superou, em alguns anos, o aumento de preços e, em outros, devido basicamente à implementação de programas de estabilização, foi inferior.

Objetivando eliminar a defasagem cambial e, conseqüentemente, recuperar o nível de competitividade das exportações brasileiras, foram implementadas diversas mini-desvalorizações do cruzado. A primeira, em maio de 1987, de 8,5% e a segunda, de 9,5%, em junho do mesmo ano. Com a implantação do Plano de Estabilização Econômica em janeiro de 1989, houve nova desvalorização de 16,4% e, no dia 1º de julho, outra de 12,0%.

A adequação da política cambial tem sido confirmada pelo bom desempenho das exportações. Apesar disso, a escassez de novos recursos externos tem afetado sobremaneira o nível das reservas cambiais do País. Como medida cautelar de proteção a essas reservas, visando a sua manutenção em níveis adequados ao correto gerenciamento dos compromissos externos, o Governo brasileiro vem-se utilizando de instrumentos para regular o fluxo de capitais para o exterior.

Em fevereiro de 1987, foi determinado o depósito no Banco Central das parcelas de juros incidentes sobre os compromissos de natureza financeira, decorrentes de operações com prazo de pagamento superior a 360 dias, registradas no Banco Central. Ao final desse ano, o montante depositado atingiu US\$ 3.428 milhões, que só foram integralmente remetidos ao exterior em novembro do ano seguinte, quando da liberação dos US\$ 4,0 bilhões pelos bancos estrangeiros.

Em janeiro de 1989, foi instituída a centralização, no Banco Central, das transferências para o exterior dos valores em moeda estrangeira, correspondentes à liquidação das operações de câmbio realizadas no mercado de taxas administradas. Essa medida, entretanto, só foi implementada a partir de julho, tendo em vista a aceleração das remessas para o exterior, principalmente as referentes a lucros e dividendos e repatriação de capital estrangeiro.

b) Balanço de Pagamentos

O ajustamento das contas externas do País tem exigido um grande esforço exportador, a fim de gerar superávits comerciais, como forma de compensar a interrupção do fluxo de recursos externos. No período de 1985/1989, o saldo médio da balança comercial situou-se em US\$ 13,4 bilhões, colocando-se entre os maiores do mundo.

As exportações apresentaram taxa média anual de crescimento de 5,8%, situando-se em US\$ 28,4 bilhões, em média, enquanto as importações cresceram à taxa anual de 5,7%, registrando média de US\$ 15,0 bilhões.

Em 1985, a despesa líquida com juros representou 78,3% do total da remessa de serviços. Em 1989, esta relação cai para 64,4%, evidenciando o crescimento da despesa com outros serviços, principalmente a remessa de lucros e dividendos, a partir de 1988.

O resultado do balanço de pagamentos em transações correntes evoluiu de US\$ 0,3 bilhão de superávit, em 1985, para déficits de US\$ 4,9 bilhões e US\$ 0,8 bilhão em 1986 e 1987, respectivamente, voltando a apresentar resultados superavitários em 1988 (US\$ 4,9 bilhões) e em 1989 (US\$ 0,1 bilhão) sendo que o saldo relativo a 1988 gerou, inclusive, transferência de poupança líquida para o resto do mundo (US\$ 4,1 bilhões).

c) Reservas Internacionais

Ao final de 1985, as reservas internacionais do País atingiram US\$ 7.690 milhões e US\$ 10.402 milhões, nos conceitos caixa operacional do Banco Central e liquidez internacional, respectivamente. As reservas no conceito caixa cobriam, naquela época, sete meses de importações.

Em 1986, devido, principalmente, à redução das exportações, observou-se significativa queda nas posições das reservas internacionais, movimento que se estendeu até 1987, quando as reservas no conceito caixa situaram-se em US\$ 3.256 milhões, ao final de junho.

A recuperação do nível das reservas internacionais, iniciada a partir do segundo semestre de 1988, foi neutralizada com movimentos especulativos envolvendo a remessa de capitais estrangeiros, mais acentuadamente a partir do segundo trimestre de 1989. Ao final de julho, já com os efeitos da centralização das operações de câmbio, as reservas voltaram a apresentar valores crescentes, atingindo US\$ 6.519 milhões, no conceito caixa operacional do Banco Central, e US\$ 9.460 milhões, no conceito de liquidez internacional. O nível de reservas (conceito caixa), em julho, correspondeu a 4,9 meses de importação de bens, considerando o valor médio observado nos sete primeiros meses de 1989.

d) Endividamento Externo

A dívida externa brasileira totalizou US\$ 113,3 bilhões em 1988, segundo dados preliminares. Estimativas para o final de 1989 indicam que este saldo se reduzirá para, aproximadamente, US\$ 109,0 bilhões, não considerando o ingresso de recursos novos no valor de US\$ 4.819 milhões, previstos no balanço de pagamentos, sem fontes definidas.

O crescimento da dívida de longo prazo no período dez-84/dez-89 deveu-se, basicamente, à desvalorização internacional do dólar frente às demais moedas, que foi responsável, isoladamente, por um aumento de cerca de US\$ 12 bilhões no saldo da dívida, anulando, portanto, parte significativa do esforço de amortização feito no período.

A dívida não-registrada (de curto prazo) situou em US\$ 10,5 bilhões, em média, durante o período 1985/1989.

O lançamento, em fevereiro de 1988, do Programa Brasileiro de Conversão da Dívida em Investimento permitiu abater, somente no período 1988/1989, US\$ 3,7 bilhões da dívida externa, totalizando US\$ 4,7 bilhões nos últimos cinco anos. Foram também deduzidos, no período 1988/1989, US\$ 3,6 bilhões relativos às operações com pagamento em cruzados (conversão informal).

No período 1985/1989, verificou-se fluxo financeiro negativo de US\$ 53,4 bilhões com o exterior, sendo US\$

34,8 bilhões com os bancos credores privados, US\$ 6,6 bilhões com agências governamentais, inclusive o Clube de Paris, US\$ 6,3 bilhões com as instituições financeiras oficiais e US\$ 5,7 bilhões com os demais credores externos. É de se destacar, neste período, a transferência de US\$ 72,8 bilhões a título de amortização e juros, em contrapartida a ingressos de apenas US\$ 19,4 bilhões. Em suma, nestes cinco anos, o Brasil remeteu 3,8 vezes mais do que recebeu do exterior.

Do total de US\$ 50,5 bilhões, referentes aos pagamentos de juros 73,3% foram pagos aos bancos credores privados que, por sua vez, retornaram com apenas 11% daquele montante na forma de recursos novos.

A transferência de recursos reais para o exterior, definida como superávit nas transações de bens e serviços não relacionados com o pagamento de fatores de produção, alcançou, em 1988, 6,1% do PIB, enquanto a média, no triênio 1985/1987, situou-se em 3,8%.

O superávit comercial recorde, alcançado em 1988, determinou significativo aumento na transferência de recursos reais, cujo montante superou a renda líquida enviada ao exterior (pagamento líquido de serviços relacionados a fatores de produção). Em decorrência, observou-se, pela primeira vez em 20 anos, transferência de poupança líquida para o resto do mundo (US\$ 4,1 bilhões) ou 1,5% do PIB.

e) Renegociação da Dívida Externa

Na impossibilidade de contar com fluxos significativos de financiamentos de fontes oficiais, investimentos diretos e empréstimos voluntários captados no mercado bancário internacional, tornou-se imprescindível uma negociação mais abrangente da dívida externa com os bancos comerciais. Apesar dos esforços junto à comunidade financeira internacional, a negociação plurianual somente teve lugar em setembro de 1988, prevendo refinanciamento de US\$ 61 bilhões e empréstimo de US\$ 5,2 bilhões de dinheiro novo, destinado em grande parte ao pagamento de juros atrasados.

A renegociação plurianual da dívida externa de 1988 envolveu os seguintes aspectos:

- reescalonamento das amortizações do principal da dívida vencida e a vencer até 1993;
- renovação, por dois anos e meio, das linhas de crédito de curto prazo no total de US\$ 14,4 bilhões;
- adequação do esquema de repasse interno dos recursos externos reescalonados às metas de política monetária, através do estabelecimento de cotas mensais e anuais;
- substituição da taxa *prime rate* pela Libor e a redução do *spread* para 0,8125% (1,125% na renegociação anterior);
- ampliação do perfil de pagamento da dívida. Os recursos refinanciados e os novos terão prazo de pagamento de 20 anos com 8 de carência e 12 anos com 5 de carência, respectivamente; e
- modificação, de 3 para 6 meses, na periodicidade de pagamento dos juros.

As dificuldades internas no combate à inflação e a não obtenção dos recursos que estavam acordados para 1989, impossibilitaram o cumprimento do acordo na sua totalidade. As conversões e os empréstimos foram suspensos por razões de controle monetário, e os pagamentos de juros ao exterior foram atrasados para proteger o nível das reservas cambiais.

Em janeiro de 1987, foi concluído acordo formal com os credores governamentais (Clube de Paris), englobando os débitos vencidos em 1985 e 1986, no total de US\$ 3,3 bilhões. O Brasil acertou, em julho de 1988, novo acordo de reescalonamento dos débitos de 1987 a março de 1990 (US\$ 3,9 bilhões) e dos juros relativos a agosto de 1988 a março de 1990. (US\$ 1,1 bilhão).

Com o FMI, o Brasil fechou, em junho de 88, acordo *stand-by*, de 19 meses, no valor de US\$ 1,5 bilhão (paridade de 31.12.87), com pagamento em 12 prestações semestrais de igual valor, no prazo de dez anos, com quatro de carência.

2.4. *Abastecimento e Preços*

Durante todo o período do atual Governo, o Ministério da Fazenda procurou utilizar a política de preços como um instrumento auxiliar de combate à inflação, buscando, além disso, evitar problemas de desabastecimento de produtos essenciais.

No início do governo, visando atenuar as expectativas inflacionárias, os preços e tarifas públicos foram mantidos inalterados durante três meses.

Já em 1986, a ação do Ministério da Fazenda esteve orientada para dar suporte às medidas de tabelamento ou congelamento que acompanharam o Plano Cruzado. De um lado, exigiu-se atuação decisiva por parte dos órgãos fiscalizadores. De outro, reforçou-se o acompanhamento de preços como forma de garantir clara sinalização ao mercado interno.

Esse princípio orientou a elaboração pela SUNAB de três tabelas ao longo do ano, buscando corrigir e administrar os preços de mais de mil produtos, inclusive industrializados. Da mesma forma, a concessão do subsídio ao produtor do leite, determinada em meados do ano, e a majoração de seu preço, no início de 1987, visaram estimular a produção e corrigir defasagens que se acumulavam ao longo do tempo.

A decisão de adquirir gêneros alimentícios de primeira necessidade no exterior, diretamente ou através da iniciativa privada, visou garantir a manutenção dos preços e a disponibilidade dos produtos que compõe a cesta básica de consumo.

Ao final de 1986 e início de 1987, o Governo dispunha de um estoque de 1.050 mil toneladas de arroz e de 3.365 mil toneladas de milho. Esses estoques permitiram compensar os efeitos adversos decorrentes da quebra de safra observada em 1985/86, bem como atender ao significativo aumento do consumo ocorrido em 1986.

Também o abastecimento de leite mereceu atenção especial por parte dos órgãos responsáveis. As dificuldades, já crônicas, enfrentadas pelo setor acentuaram-se ante o

significativo aumento da demanda, agravado pelos programas governamentais na área de alimentação e nutrição. O Governo e a iniciativa privada importaram, durante 1986, cerca de 245 mil toneladas de leite em pó, além de 67,2 mil toneladas de outros produtos lacteos (manteiga e queijo).

Ainda com o intuito de complementar a oferta interna e manter o abastecimento compatível com as necessidades, foram autorizadas importações, pela iniciativa privada, de 49 mil toneladas de batatas, 89 mil toneladas de feijão e 17 mil toneladas de alho. As importações de carne alcançaram cerca de 350 mil toneladas, sendo 300 mil importadas pelo Governo e 50 mil pela iniciativa privada.

Face à aceleração inflacionária que se seguiu ao Plano Cruzado, acirrada no primeiro semestre de 1987, tornou-se inevitável a implementação, ocorrida em 12 de junho de 1987, de um novo conjunto de medidas objetivando reverter o quadro de desorganização da economia, esboçado, principalmente, nos alarmantes índices inflacionários, na queda dos investimentos, no baixo desempenho do setor externo e no desaquecimento da atividade industrial.

O Plano de Controle Macroeconômico, lançado em junho de 1987, trouxe em seu bojo um novo congelamento temporário de preços, após o que os controles seriam gradualmente relaxados, permitindo-se o retorno à livre determinação de preços pelo mercado. Permaneceriam controlados apenas preços de setores oligopolizados, de uns poucos produtos essenciais e algumas tarifas e preços públicos. O Plano foi concebido para ser implementado em três etapas: congelamento/tabelamento; flexibilização e livre mercado.

Nesse contexto, todavia, o abastecimento interno não esteve sujeito aos problemas verificados em 1986. Além das boas safras agrícolas, a estratégia deste plano de estabilização e a forma de sua implementação evitaram problemas de desabastecimento e de cobrança de ágio.

O ano de 1988 apresentou uma produção agropecuária em nível elevado, graças a uma safra recorde no período, para a obtenção da qual muito concorreu a prática de preços devidamente reajustados. Em consequência, tornou-se possível a suspensão das importações de alimentos pelo

Governo e a redução do grau de intervenção no abastecimento interno.

No que concerne aos preços agrícolas, grande destaque deve ser dado à efetiva implantação das chamadas «regras de comercialização» consignadas no Decreto nº 95.457, de 10 de dezembro de 1987, e na Portaria MA nº 36, de 22 de fevereiro de 1988, que determinaram a intervenção do Governo nos mercados agrícolas através da compra e da venda dos estoques governamentais e da liberação das importações, sempre que os preços extrapolarem uma faixa previamente definida.

Essa faixa de livre mercado tem como piso os preços mínimos aprovados para a safra e, como teto, os preços de referência de cada produto, obtidos através da média dos últimos 60 meses de preços reais, ao nível de atacado, contados até noventa dias no início do plantio, acrescido de uma margem percentual de 12% para o arroz e o milho, e de 17% para o feijão.

Em relação aos preços e tarifas do setor público, procurou-se recuperar a defasagem acumulada nos últimos anos, de forma a recompor a capacidade de poupança e investimentos dos setores atingidos e reduzir as pressões sobre o déficit público. Assim, foram concedidos aumentos reais aos preços e tarifas de produtos siderúrgicos, serviços portuários, transportes aéreos, transportes ferroviários, cabotagem, energia, telecomunicações, etc.

Em 1989, foi criada uma nova forma de controle de preços, através da criação das Câmaras Setoriais, onde produtores e fornecedores de insumos, juntamente com o Governo, discutem e fixam as variações de preços a vigorar para cada setor. Na verdade, tais Câmaras devem ser entendidas como um passo inicial em direção à liberdade de mercado, com as seguintes vantagens em relação à antiga sistemática:

— estabelecimento de um referencial compartilhado entre o governo e os empresários, levando a um ordenamento dos reajustes de preços menos vulneráveis a fatores especulativos;

— maior transparência no processo de negociação, visando recuperar a credibilidade e a eficácia da intervenção governamental no controle de preços;

— maior agilidade no processo decisório, pela automaticidade dos reajustes e pelo tratamento conjunto dos vários produtos ligados entre si por relações interindustriais em cada Câmara Setorial.

A política de abastecimento vem sendo ajustada no sentido de minimizar a participação estatal na compra e venda dos produtos e de reduzir o impacto dessas atividades no déficit público.

Entre os programas especiais de abastecimento, resalta-se a normalização das chamadas vendas governamentais realizadas pela CFP, detalhando a formalização dos pedidos e as condições de venda dos produtos destinados a programas sociais.

Em 1989, foi proposta a alternativa de doação de 500 mil toneladas de arroz de sequeiro para a população de baixa renda. A CFP ficou encarregada de coordenar o beneficiamento do produto, enquanto que os órgãos federais de assistência social foram incumbidos da distribuição.

2.5. *Mercado de Capitais*

O mercado de capitais teve comportamento muito irregular no período 1985/1989, como reflexo da aceleração do ritmo inflacionário, das várias tentativas de estabilização econômica e do crescente movimento especulativo nas bolsas de valores, à medida que o mercado de opções com ações passou a ter papel preponderante no volume de transações diárias das principais bolsas brasileiras.

O ano de 1986 retrata bem a instabilidade que caracterizou o mercado no período. Assim, o processo de alta que se iniciaria por volta de 1983 mostrava, no final de 1985, visível arrefecimento em função da conjuntura inflacionária. No início de março, com a decretação do Plano Cruzado, a demanda por ativos indexados transferiu-se, em parte, para o mercado acionário, cujo comportamento se caracterizou por explosivo crescimento, tanto nos níveis de

preços como no volume de negócios. Tal situação, logicamente, não se sustentou por muito tempo e, já ao final de abril, ocorreu uma baixa acentuada, que se manteve apesar de as operações no mercado de opções, paulatinamente, tomarem maior vulto.

A recuperação observada no mercado de bolsas de 1988 é explicada pelo aporte de recursos externos como resultado das operações de conversão da dívida externa, pelo baixo valor das cotações de maioria das empresas em relação ao valor patrimonial dos papéis, além dos negócios com opções. Ainda assim, em termos reais, o volume total de transações, ao longo de 1988, esteve muito aquém do verificado em 1985. O ano de 1989 voltou a apresentar bruscas oscilações no mercado acionário, em função do exacerbado movimento especulativo ocorrido no mercado de opções, que ocasionou a não liquidação de vultosas operações contratadas e, como consequência, um tumulto generalizado no mercado, culminando com a suspensão, por alguns meses, das operações com opções, cujo retorno só foi admitido sob rígidas normas de controle.

No caso específico do mercado primário, o lançamento de novos papéis, como é de praxe, acompanhou a tendência das bolsas, tendo o ano de 1986 apresentado um excepcional volume, apesar de o segundo semestre ter-se caracterizado por persistente baixa nas cotações em bolsa. Nos anos seguintes, essa fonte alternativa de financiamento para as empresas ficou em segundo plano, em razão das baixas cotações, do processo inflacionário e do nível das taxas de juros, conjunto de fatores que estimula a aplicação em ativos financeiros indexados, por oferecerem menores riscos e garantirem, no mínimo, a correção monetária. Em decorrência disso, os valores registrados para as emissões nos anos posteriores são, em termos reais, muito inferiores aos verificados em 1984 e 1985.

O mercado de debêntures mostrou-se pouco atraente para os investimentos nos últimos anos. O expressivo crescimento verificado em 1988 não significou muito em termos de ampliação de mercado, porque cerca de 74% do valor global dos lançamentos referiu-se a uma única emissão por parte de uma empresa estatal.

2.6. Mercado Segurador

Depois de apresentar significativa queda real de receita no período de 1980 a 1984 (queda de 26% em volumes de prêmios), a atividade de seguros mostrou crescimento real em torno de 20% e de 40% em 1985 e 1986, respectivamente, estabilizando-se nos anos de 1987 e 1988.

A partir do início de 1989, a abertura do mercado a novos participantes deverá, a médio prazo, atenuar o atual perfil da alta concentração do setor, além de beneficiar o usuário, propiciando-lhe acesso a um maior número de produtos, cujos preços, estabelecidos em cenário de maior competitividade, tenderão a se reduzir.

Em termos de porte, o mercado segurador nacional pode ser mensurado pelo total de prêmios arrecadados em 1988, de cerca de NCz\$ 801,2 milhões, para um total de reservas técnicas por volta de NCz\$ 581,5 milhões. O patrimônio líquido consolidado do setor alcançou a cifra de NCz\$ 1.638,9 milhões.

2.7. Modernização da Administração Pública

Várias foram as medidas objetivando tornar mais eficiente o funcionamento da máquina governamental, desburocratizar procedimentos e tornar transparente a gestão da coisa pública. Neste sentido, vale destacar:

a) A Unificação Orçamentária e a Criação da STN

Antes de 1985, a execução orçamentária espelhava apenas uma parte reduzida do total dos gastos públicos. A outra era realizada pelo Banco Central, executando gastos de natureza fiscal, contidos no Orçamento Monetário, notadamente com serviço da dívida e com programas de fomento (compra de produtos agropecuários, preços mínimos, etc.).

Do ponto de vista econômico, o resultado perverso desse quadro era que o instrumento da ação fiscal ficava prejudicado, porque o governo não sabia, ou sabia apenas

com atraso, a real dimensão de sua intervenção no campo econômico. Sob a ótica política, resultava que o Congresso somente tinha poder de apreciação de uma parcela dos gastos, uma vez que a restante era de autonomia exclusiva do Poder Executivo.

As principais modificações introduzidas, que em grande medida se anteciparam às determinações contidas na nova ordem constitucional, foram as seguintes:

- incorporação de todos os gastos fiscais no Orçamento Geral da União;

- congelamento da conta movimento do Banco Central no Banco do Brasil, com este último deixando de ser Autoridade Monetária;

- revogação da Lei Complementar nº 12, de 8.11.71;

- transferência para o Ministério da Fazenda (STN) das operações de fomento então conduzidas pelo BACEN;

- criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI);

- transferência da administração da dívida pública mobiliária do BACEN para o Ministério da Fazenda (STN);

- centralização da administração das responsabilidades e haveres do Tesouro Nacional (STN);

- centralização do controle de grau de endividamento dos Estados e Municípios (STN);

- criação da Comissão de Coordenação Financeira (CCF);

- constituição como receita de capital do Tesouro dos resultados positivos do BACEN e da remuneração das disponibilidades de Caixa da União.

b) Programa Federal de Desestatização

Com o advento do Programa Federal de Desestatização, criado pelo Decreto nº 95.886/88, foi intensificado o processo de privatização de empresas, visando reduzir e/ou racionalizar a participação do Estado na economia.

Assim, enquanto no período 81/84 foram vendidas ao setor privado 15 empresas estatais federais; entre 85/89, esse número ascendeu a 17 e, além disso, foram encerradas as atividades de outras quatro e passada a responsabilidade para os governos estaduais de 14 unidades de Centrais de Abastecimento. Ademais, fora do âmbito do Conselho Federal de Desestatização, a RADIOBRÁS privatizou 15 estações de rádio.

Entre as empresas privatizadas, a maioria achava-se sob o controle do BNDES/BNDESPAR.

Com referência à Cia. Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária — INFAZ, ressalta o processo de enxugamento de suas atividades, com o encerramento das operações de todas as subsidiárias externas e redução de 37 para 18 do número de unidades e entrepostagem e armazenamento no País, com a correspondente redução do número de empregados.

Finalmente, deve ser lembrado que o Conselho Federal de Desestatização tem podido atuar tão-somente naqueles casos em que a lei de criação da empresa já lhe emprestava o caráter de transitoriedade e, portanto, continha dispositivo prescrevendo a transferência das ações de propriedade da União para o setor privado, bem como naquelas que, por suas peculiaridades, não necessitam de autorização legislativa.

2.8. Instituições Financeiras sob Supervisão do Ministério da Fazenda

a) Caixa Econômica Federal (CEF)

Atuando como um verdadeiro Banco Social, a CEF, além de gerir recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), coordenar o Programa de Crédito Educativo, explorar e administrar os recursos derivados de prognósticos, passou a administrar também os recursos do FGTS e atuar na execução dos Plano Nacional de Habitação Popular (PLANAHAP) e Plano Nacional de Saneamento Básico — PLANASA.

A administração dos recursos do FGTS decorreu da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH) e da absorção de suas funções pela CEF, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.86.

No período 1985/1989, a CEF, com recursos da caderneta de poupança, concedeu financiamentos no montante de NCz\$ 9,1 bilhões, a preços de maio/89, representando a construção de 364.670 unidades habitacionais, beneficiando um contingente estimado de 1.458.680 pessoas.

Com recursos do FGTS, desembolsou NCz\$ 6,0 bilhões, no mesmo período, representando a construção de 232.981 unidades residenciais, beneficiando um contingente estimado de 1.048.414 pessoas. Ainda com recursos do FGTS, no montante de NCz\$ 7,0 bilhões, foram financiadas obras como sistemas complexos de abastecimento de água, esgotos sanitários, drenagem e outras, e, no montante de NCz\$ 2,7 bilhões, projetos na área do desenvolvimento urbano.

Na área de recursos derivados de concursos de prognósticos, obteve-se uma arrecadação de NCz\$ 1,2 bilhão no período, que foram destinados às aplicações na área social, inclusive através do FAS.

b) Banco do Brasil S.A.

Com as mudanças havidas, visando ao reordenamento financeiro do setor público, o Banco do Brasil deixou de ser autoridade monetária.

Liberado dessa condição o Banco passou a atuar firmemente na captação de recursos junto ao público, viabilizando a substituição progressiva dos aportes do Tesouro Nacional, e mantendo a sua posição de impulsionador da atividade econômica.

A necessidade de competição no mercado levou a que se redesenhasse a instituição, através, principalmente, da criação de novas unidades subsidiárias, como, por exemplo, a BB-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., a fim de atender à diversificação de sua área de atuação.

Ainda assim, o Banco tem preservado a sua função de fomento, priorizando o apoio às atividades produtivas, o que tem resultado em uma diminuição de rentabilidade frente aos demais bancos comerciais. No primeiro semestre de 1989, por exemplo, o Banco tinha quase a metade do total de seu ativo aplicado no setor produtivo, enquanto os dois maiores bancos privados destinavam apenas 10% a tais operações.

Embora tenha perdido sua condição de autoridade monetária, o Banco vem mantendo, devido à capilaridade de sua rede de agências, a sua posição de principal agente financeiro do Tesouro e participando de forma decisiva em Programas como o Polonoroeste, Prohidro, Provárzeas e Estoques Reguladores e linhas do FINAME/BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos industriais.

As transformações institucionais assinaladas, associadas à fuga dos depósitos à vista, levaram a uma acentuada limitação dos recursos disponíveis para empréstimos. Mesmo assim, o Banco ainda representa papel de maior destaque no financiamento da atividade produtiva.

Assim, em 1985 o Banco do Brasil S.A. emprestou à indústria, comércio e serviços, NCz\$ 4,2 bilhões, a preços de maio/89. Em 1986 e 1987, esse valor ascendeu a NCz\$ 8,9 bilhões e NCz\$ 10,1 bilhões, respectivamente; e, em 1988, caiu para NCz\$ 3,8 bilhões. Em 1989, até agosto, foram concedidos créditos no montante de NCz\$ 3,6 bilhões, o que sugere o início de uma recuperação.

Com relação aos créditos concedidos à atividade rural, embora tenha também ocorrido uma forte retração, com os empréstimos passando, a preços de maio/89, de NCz\$ 6,2 bilhões, em 1985, e NCz\$ 13,4 bilhões, em 1986, para NCz\$ 8,9 bilhões e NCz\$ 4,6 bilhões, em 1987 e 1988, respectivamente, registra-se que a participação do Banco no total de crédito rural no País ascendeu de 66,3%, em 1985, para 84,8%, em 1988. Em 1989, até agosto, os créditos concedidos pelo Banco montam a NCz\$ 1,3 bilhão o que representa 35,5% do total do sistema.

Além dessa forte presença como instrumento impulsor das atividades rurais, destaca-se que o Banco tem de-

dicado em torno de 60% do valor total de seus empréstimos aos micro, pequeno e médio produtores.

Neste particular, é importante destacar que grande parte das agências do Banco localiza-se no interior, com a instituição muitas vezes atuando mais pela sua importância econômico-social do que pela rentabilidade das operações ali realizadas. Outro aspecto significativo reside na política de fixação de taxas, onde as cobradas pelo banco acham-se sempre abaixo das pactuadas pelo mercado.

Com relação às exportações, além do oferecimento de sua vasta rede de dependências externas para o desenvolvimento de tais operações, o banco tem apoiado fortemente o setor na concessão de financiamentos, que evoluíram de US\$ 5,8 bilhões, em 1985, para US\$ 7,8 bilhões, em 1988. Em 1989, até agosto, foram concedidos financiamentos de NCz\$ 2,9 bilhões.

c) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
e Banco da Amazônia (BASA)

O BNB e seu congênere BASA tiveram suas vinculações administrativas transferidas do Ministério do Interior para o Ministério da Fazenda, como forma de melhor harmonizar o interesse do Governo Federal na execução de sua política creditícia.

Esses Bancos constituem-se nos braços financeiros das agências regionais de desenvolvimento (SUDENE e SUDAM), operacionalizando a aplicação dos recursos do FINOR e FINAM.

Na área de crédito rural, destaca-se o financiamento do BNB para desenvolver cultura irrigada no semi-árido nordestino, mobilizando recursos próprios e do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e atingindo 80.000 hectares. No âmbito do PROCERA, voltado para o apoio a famílias assentadas em projetos de reforma agrária, as aplicações beneficiaram cerca de 10.500 famílias.

No setor industrial, destaca-se a atuação do BNB com recursos próprios, bem como em programas do FINAME e repasse de recursos do BNDES e BID.

No período analisado, o BASA teve sua atuação voltada para o fortalecimento da infra-estrutura regional. Durante o período 1985/1988, do total das operações contratadas, 67% destinaram-se à infra-estrutura, 16,8% ao setor industrial e 16,2% ao setor rural. Já em 1989, no primeiro semestre, esses números foram de 16%, 33% e 51%, respectivamente.

Tanto o BNB como o BASA contaram a partir de 1989 com os aportes de recursos derivados da determinação contida no art. 159, I, c, da Constituição Federal, que obriga a destinação de 3% da receita do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados para a aplicação no setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesta última região o agente financeiro deve ser, provisoriamente, o Banco do Brasil.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

A política e a ação do Governo Federal na área dos transportes, no período 1985/89, se pautaram por um acentuado cunho social, em meio a inúmeras dificuldades derivadas do contexto econômico do País e a mudanças de caráter institucional.

Em anos recentes, registrou-se uma regionalização da economia em decorrência, sobretudo, do aproveitamento das características e potencialidades das diversas regiões brasileiras e da expansão das fronteiras agrícolas.

Essa situação levou o Ministério dos Transportes a agir no sentido de ampliar a capacidade global e de fortalecer a visão multimodal do Setor, procurando conferir aos modos ferroviário e aquaviário a predominância do transporte nos corredores de alta densidade e naqueles que apresentam o deslocamento, em longas distâncias, de grandes massas concentradas.

Assim, os programas implantados no período 1985/89 foram estabelecidos a partir das diretrizes básicas a seguir discriminadas e dirigidos à necessária recuperação e modernização do Setor, em função do imprescindível aumento de

sua produtividade, tendo em vista, ainda, as reduzidas autonomia e flexibilidade decorrentes da descentralização de recursos fiscais:

- implantação e consolidação de um processo democrático de planejamento de transportes;
- abordagem multimodal sob o enfoque de corredor;
- garantia de financiamento;
- incentivo a maior participação da iniciativa privada;
- restauração e conservação da infra-estrutura de transportes, visando à redução dos custos dos serviços prestados e o aumento da segurança;
- ampliação e adequação de capacidade dos sistemas de transporte de cargas às exigências de expansão das fronteiras agrícolas e do crescimento da economia nacional;
- atendimento social na prestação dos serviços de transportes;
- segurança no tráfego e na prevenção de acidentes;
- preservação do meio ambiente;
- aceleração do processo de modernização institucional, administrativa e tecnológica do Setor.

A política de combate à inflação, através da redução dos gastos públicos, atingiu de modo marcante o Setor Transportes, cuja consequência imediata foi o agravamento dos problemas já existentes, face à escassez de recursos e à consequente postergação de soluções.

O principal deles — deterioração da infra-estrutura básica — afeta indistintamente o patrimônio representado por rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e terminais, acarretando comprometimento dos padrões de serviços e de segurança, e onerando a operação.

Levantamentos efetuados indicavam a existência de cerca de 30 mil quilômetros de rodovias federais (60% do total de estradas pavimentadas sob a jurisdição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER) em condições precárias ou regulares. Em paralelo, outros seg-

mentos demonstravam sinais de saturação, vários pontos indicavam uma frequência anormal de acidentes e algumas ligações apresentavam demanda superior ao padrão de serviço da rodovia existente.

Registre-se, outrossim, que o não atendimento das necessidades de expansão física do sistema tem dificultado a integração de novas regiões ao processo produtivo nacional.

Em decorrência, a prioridade do Ministério dos Transportes foi a implantação de um Programa de Conservação e Restauração de Rodovias com melhoria dos padrões de segurança de tráfego, dentro das limitações orçamentárias da época.

Com a instituição do Selo-Pedágio, objeto de lei aprovada pelo Congresso Nacional, ao final de 1988, iniciou-se um processo de recomposição parcial dos níveis de investimentos no Sistema, suavizando as dificuldades que então se delineavam com a desvinculação total dos recursos da parcela do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos (IUCLG), vinculada ao Fundo Rodoviário Nacional.

O momento atual da realidade rodoviária é de apreensão e expectativa. A apreensão deriva do volume de trabalhos que necessita ser ainda realizado para dotá-la de eficiência e segurança. A expectativa resulta da incerteza relativa às fontes e volume de recursos para executá-los.

Já o sistema de transporte ferroviário indicava a necessidade de um grande esforço para a sua restauração, melhoramento e conservação da infra e da superestrutura. Estimava-se, no início de 1986, a necessidade de restaurar 8.000km de linhas de alta densidade de tráfego e 7.000km de linhas de média e baixa densidade, o que envolvia investimentos elevados.

Além da modernização da malha existente e do material rodante, colocava-se como ponto básico a modernização da cultura preestabelecida nos meios ferroviários, que se apresenta pouco competitiva em termos comerciais. Neste campo reside uma das maiores responsabilidades da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), principal agente da

política ferroviária, já que o Decreto-Lei nº 2.178/84 deu início a um processo que coloca o Governo, através do Ministério dos Transportes, na posição de cobrança de resultados concretos.

As operações da RFFSA têm abrangência nacional, prestando vasta gama de serviços, diretamente ou através de suas empresas controladas, AGEF — Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários; CBTU — Companhia Brasileira de Trens Urbanos e TRENSURB — Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

Em vista deste quadro, o Governo Federal iniciou um processo de redefinição do novo modelo institucional da gestão ferroviária, de modo a colocar em bases efetivamente avançadas, o esquema empresarial da RFFSA.

Balizada por essa orientação e condicionada por restrições de ordem econômica e institucional, que afetaram o seu desempenho (o controle tarifário é um exemplo relevante), a RFFSA venceu mais um estágio de desenvolvimento, no quinquênio 1985-89, cujas características essenciais podem ser assim resumidas:

- especialização do transporte de cargas, transferindo para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) os serviços de transportes de passageiros metropolitanos;

- aumento de produtividade da força de trabalho;

- equilíbrio financeiro corrente, obtido à custa de sacrifício da adequada manutenção do equipamento e das instalações operacionais.

Em que pese o esforço desenvolvido, a Empresa ressentia-se da falta de recursos para a implementação de uma política de investimentos que atenda efetivamente às necessidades de implantação de novas linhas e de modernização dos sistemas existentes, de forma a promover o indispensável aumento da participação da ferrovia no transporte da produção nacional e a elevação dos níveis de qualidade e segurança dos serviços atuais.

O Sistema de Transportes Urbanos sobre Trilhos, que convive com elevado déficit operacional, face ao caráter eminentemente social de que se reveste tal serviço, não

consegue ser adequadamente suprido com dotações do Tesouro, o que impede uma conformação de sua capacidade mais próxima das demandas crescentes, apesar dos esforços dispendidos.

As hidrovias, até recentemente sem dispor de planos nem de estímulos, necessitam de investimentos que permitam aumentar a participação do transporte hidroviário interior na movimentação de cargas do País.

Vários estudos e obras civis foram feitos no período, visando ao desenvolvimento deste segmento, de importância para o deslocamento de cargas a longas distâncias e para grandes volumes de cargas concentradas.

A descapitalização da PORTOBRÁS, holding do sistema portuário nacional, agravada a partir de 1981, quando ocorreu a desvinculação dos recursos da Taxa de Melhoria dos Portos (TMP), resultou no desequilíbrio entre as disponibilidades de instalações e equipamentos e as necessidades decorrentes das exportações dos produtos brasileiros e do próprio abastecimento do mercado interno, além de gerar custos adicionais — *de mouragem* — que atingiram, nos últimos anos, cifras próximas de US\$ 300 milhões anuais, em média.

A reduzida capacidade de investimentos se constituiu, nos últimos anos, no principal obstáculo à reabilitação do setor. Com a criação do Adicional de Tarifa Portuária (APT), aprovado pelo Congresso Nacional, no final de 1988, iniciou-se um processo de recomposição parcial dos níveis de investimentos em portos.

Em que pesem estas dificuldades foi possível adotar, neste período de governo, uma política de modernização do sistema portuário com resultados positivos, decorrentes, principalmente, das ações voltadas à adequação tecnológica e à ampliação da capacidade das instalações físicas dos portos.

Para cumprir papel estratégico no desenvolvimento do País, o Ministério dos Transportes deu atenção especial ao desenvolvimento da Marinha Mercante. Além da elaboração de uma proposta de Política para o setor, reviu-se a

política de fomento. Como consequência, foram editados os Decretos-Leis n.ºs 2.404 e 2.414, de 23.12.87 e 12.2.88, respectivamente, dispondo sobre o financiamento do Setor, através do Fundo de Marinha Mercante. Estes mecanismos já apresentam resultados positivos, proporcionando melhores condições às empresas de navegação, tornando possível a contratação para construção de embarcações mais adequadas ao perfil das cargas voltadas ao comércio exterior.

Outro passo marcante do MT foi a sua ativa participação na implantação do Programa de Integração com a América Latina, através de negociações que resultaram na colaboração de acordos de transportes que irão fomentar o intercâmbio permanente de comércio bilateral e multilateral.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO 1985-1989

No período, o Ministério dos Transportes se empenhou na capacitação do Sistema Nacional de Transportes, de forma a assegurar respostas condizentes com as exigências da demanda, em níveis adequados de eficiência e eficácia.

O Ministério dos Transportes, ao formular a Política Nacional de Transportes, implantou um novo processo de planejamento — integrado, coordenado, participativo e continuado — voltado para os grandes objetivos sócio-econômicos do País, cujo instrumento básico é o Programa de Desenvolvimento do Setor Transportes (PRODEST), com uma visão global e intermodal.

O PRODEST, elaborado sob a coordenação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, congrega as ações de competência dos órgãos vinculados ao Ministério, harmonizando as prioridades dos Governos Federal e Estaduais, num trabalho conjunto, do qual participam, também, setores da iniciativa privada e usuários.

Para alimentar o processo de planejamento, foram elaborados pelo GEIPOT inúmeros estudos e pesquisas, desta-

cando-se os relacionados às áreas de transporte marítimo, de cabotagem, de navegação interior e portos, de transporte ferroviário e rodoviário, de exportação e abastecimento, de políticas de financiamento dos gastos públicos e de revisão do Plano Nacional de Viação.

2.1 Setor Rodoviário

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) realizou, no período, investimentos da ordem de NCz\$ 7.060 milhões, a preços de maio de 1989, no Sistema Rodoviário Federal, conferindo total prioridade aos programas de manutenção da malha, atuando na conservação rotineira, na restauração e até na reconstrução de trechos inteiramente destruídos.

Note-se, porém, que foi pretendida, como meta, a recuperação de 5.000km de estradas anualmente, o que não foi possível atingir em decorrência do contingenciamento financeiro. Alcançou-se, no período, a restauração de 11.700km de rodovias federais, com a aplicação de NCz\$ 2.900 milhões.

Foram ainda realizadas a conservação preventiva — aplicação de lama asfáltica e de capa selante em 7.510km — e a conservação rotineira em toda a malha, dispendendo NCz\$ 866 milhões.

Na expansão do sistema e no aumento da capacidade de trechos saturados, foram executadas obras contemplando todas as Unidades da Federação. No período, foram implantados 2.750km de estradas, pavimentados outros 2.524km e executados 17.858m de obras-de-arte especiais.

Destacam-se o projeto da BR-364, no trecho Porto Velho(RO) — Rio Branco(AC) e da BR-425, no trecho Abunã—Guajará-Mirim, e ainda diversas ligações de contornos, travessias e anéis em grandes centros urbanos.

No que diz respeito ao Programa de Rodovias Vici-nais, em que o DNER é participante com as Unidades da Federação, foram pavimentados 4.508km de vias e executado revestimento primário em 7.138km, contando também com recursos do BIRD e do BNDES.

Na sinalização horizontal e vertical, foram realizados no período: 37.674km e 27.100km de rodovias federais, respectivamente. Foram ainda construídos 25 novos postos de pesagem de veículos e implantados 4.

Estudos realizados pelo DNER identificaram inúmeros pontos negros — locais onde a frequência de acidentes é muito elevada — dos quais a eliminação de 1.848 vêm sendo efetivada à medida em que os trechos são restaurados.

As obras executadas de correção de infra-estrutura e de sinalização de trechos, somados às ações dirigidas à intensificação e reaparelhamento do patrulhamento rodoviário, além de campanhas permanentes de educação para o trânsito, refletem-se positivamente nas estatísticas de acidentes, tendo decrescido o número de ocorrências de feridos e mortos, nas estradas federais, nos últimos 3 anos.

2.2. Sistema Ferroviário

No período 1985-89, a RFFSA aplicou recursos equivalentes a NCz\$ 1.000 milhão, a preços de maio de 1989, objetivando a ampliação da capacidade do sistema sob a sua jurisdição.

A conclusão das obras da Ferrovia do Aço e a implementação do projeto dos Corredores do Paraná e de Goiás/Minas destacam-se como as mais importantes realizações físicas do período de 1985/89, por seu significado em termos de ampliação da capacidade de transporte.

A inauguração e entrada em operação, em maio de 1989, do trecho Jeceaba—Volta Redonda da Ferrovia do Aço, com 310km de extensão, veio aumentar em cerca de 50% a oferta de transporte ferroviário de carga no triângulo Belo Horizonte—Rio de Janeiro—São Paulo, região que concentra 40% da população do País e 60% da renda interna brasileira.

A nova ferrovia transportará, inicialmente, 20 milhões de toneladas de carga por ano, constituída basicamente de minério de ferro, produtos siderúrgicos e cimento.

Nos corredores ferroviários de Goiás/Minas Gerais e do Paraná, foram remodelados 9 trechos, compreendendo

610km de linhas, além da execução de melhoramentos em instalações e sistemas operacionais.

Entre outras importantes obras, merecem referência a Variante Desvio Ribas—Tibagi, com 15km de extensão, no Paraná, aberta ao tráfego em março de 1989, e a construção, em andamento, da Variante Capitão Eduardo—Costa Lacerda, com 87km, na conexão entre as linhas da RFFSA e da Estrada de Ferro Vitória—Minas.

Na área de engenharia, cabe registrar como eventos relevantes: a remodelação de mais de 1.000km de linhas e a execução de serviços de revisão total em cerca de 15.700km de trechos da malha e os lançamentos dos editais de concorrência para a construção do trecho Petrolina—Salgueiro, em Pernambuco, da ferrovia Transnordestina, com 124km de extensão, e da Variante do Paraguaçu, na Bahia, com 76km. Foram elaborados, ainda, diversos projetos de engenharia em várias regiões.

No âmbito da segurança industrial, a RFFSA pode colher expressivos frutos de um trabalho persistente de conscientização, treinamento, elaboração de normas e montagem de sistemas de prevenção e controle. Entre 1985 e 1989, o número de acidentes de tráfego foi reduzido em 28%, enquanto a ocorrência de acidentes de trabalho diminuiu em cerca de 32%, refletindo uma das mais importantes realizações da Empresa no período.

No campo da racionalização operacional, a implantação do Projeto SIGO — Sistema de Gerenciamento Operacional, significou um excepcional marco no processo de modernização empresarial. Seu objetivo básico é o de possibilitar a melhor utilização dos equipamentos ferroviários através de um sistema de gerenciamento informatizado.

Em termos de resultados operacionais, a RFFSA galgou, no período de 1985/89, novo patamar em sua produção de transporte. Obteve, no exercício de 1986, recorde histórico no transporte de carga, atingindo a produção de 38,8 bilhões de toneladas quilômetros úteis, correspondendo a uma movimentação de 85,7 milhões de toneladas de carga geral, estabilizando-se nos anos seguintes.

A estrutura desse transporte apresentou elevado grau de concentração, com um número limitado de mercadorias, destacando-se o minério de ferro, os derivados do petróleo, o cimento e os produtos siderúrgicos, que em conjunto responderam por 63% da produção. Os 10 itens mais importantes da pauta de transportes da RFFSA, incluindo granéis agrícolas, fertilizantes e álcool, corresponderam a 85% do trabalho de transporte.

É importante registrar que os níveis de produção mantidos no período foram obtidos sem qualquer aporte adicional de meios, registrando-se um aumento de 17% na produtividade, medida em toneladas/km de carga por empregado.

A AGEF, atuando com base em política comercial seletiva, dispensando especial atenção à racionalização de suas atividades operacionais e procurando ocupar papel relevante na execução de transporte multimodal de grãos, movimentou em média, no período 1985/89, 5,9 milhões de toneladas de cargas por ano em seus armazéns.

Além das realizações da RFFSA, outras podem ser citadas no Setor, de relevância para o desenvolvimento nacional, sobressaindo-se, entre estas, a construção da Ferrovia Norte—Sul, a cargo da VALEC, com seus primeiros 107km em operação, ligando Imperatriz à Estrada de Ferro Carajás e, por ela, ao Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão.

Há ainda a acrescentar as seguintes decisões do Governo Federal na área:

- concessão para construção e operação pela iniciativa privada da Ferrovia Leste — Oeste (na região central do Brasil) e da Ferrovia da Produção (esta, com participação mínima de capital governamental), nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná;

- início do processo de concessão para a construção e exploração comercial, pela iniciativa privada, de um sistema ferroviário de alta velocidade no trecho Rio de Janeiro—São Paulo—Campinas.

No mesmo período, ações foram encetadas pela CBTU, objetivando o melhoramento do transporte urbano sobre trilhos, destacando-se:

— modernização dos trens urbanos do Rio de Janeiro, com a conclusão da primeira etapa do Centro de Controle Operacional; o alargamento e a eletrificação de trechos atualmente operados em bitola métrica e tração diesel; a construção e recuperação ou a reforma de estações, lavadores de trens, pontos de abastecimento de locomotivas, bem como de obras-de-arte especiais e drenagem da via;

— modernização dos trens urbanos de São Paulo, compreendendo: a remodelação da via permanente, a construção de obras-de-arte especiais, a construção, a recuperação ou reforma de estações, oficinas, abrigos e lavadores de trens; a implantação de sistemas de sinalização e eletrificação de desvios e aquisição de 25 trens-unidades elétricos;

— conclusão do trem metropolitano de Recife, continuação da duplicação da linha Recife—Cabo, em bitola métrica e tração diesel;

— consolidação do trem metropolitano de Belo Horizonte, no trecho de 12,5km, já em operação, e continuação da implantação do trecho restante (25km);

— construção ou adequação de estações, construção, reforma ou reaparelhamento de oficinas; remodelação da via permanente e outros melhoramentos nos sistemas ferroviários urbanos de Maceió, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Salvador.

2.3. Setor Aquaviário

Merece destaque a criação da Comissão Executiva para o Desenvolvimento da Navegação Interior e das Vias Navegáveis (CENAV), através do Decreto nº 94.553, de 6 de julho de 1987, com a participação dos setores interessados, para a formulação da Política Nacional, cuja proposta indica, entre outras ações prioritárias, a criação de um órgão central específico para aquele segmento.

No período, a PORTOBRAS investiu NCz\$ 77,0 milhões, a preços de maio de 1989, no sistema de navegação interior, executando obras em portos fluviais, melhoramentos em vias, construção de eclusas, recuperação de barragens, estudos e projetos.

As principais ações executadas foram:

- aumento da capacidade operacional do porto de Porto Velho;

- construção de um terminal rodo-hidroviário em Aruanã, no rio Araguaia, além de duas rampas de atracação, nas cidades de São Félix(MT) e Araguacema (TO), destinadas, principalmente, à movimentação de cargas na modalidade «ro-ro»;

- execução de um Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento da navegação do rio Araguaia, com conclusão prevista para 1992;

- desenvolvimento do Estudo de Viabilidade Integrada da Hidrovia Paraguai—Paraná. Foram intensificadas as negociações com os demais países da Bacia do Prata objetivando propiciar condições para a utilização mais intensiva da hidrovia;

- conservação e manutenção das vias da Bacia do São Francisco, proporcionando melhores condições de segurança e, sobretudo, reduzindo em 30% o tempo de viagem de Pirapora a Juazeiro—Petrolina;

- execução de obras de canalização nos rios Tietê e Paraná, visando ao seu aproveitamento múltiplo, assegurando à hidrovia a capacidade efetiva de carga de 17 milhões de toneladas/ano. As obras estão sendo concluídas pelo Governo do Estado de São Paulo;

- construção das Eclusas de Tucuruí, no Pará, elemento mais importante para a implantação da Hidrovia Tocantins—Araguaia. As obras das eclusas de Tucuruí, paralisadas em 1985, foram retomadas em 1987;

- recuperação da barragem de Bom Retiro do Sul, no Rio Grande do Sul iniciada em 1987 e concluída em 1989;

- melhoramentos no Porto de Cáceres, através de obras civis de atracação do terminal de combustíveis.

Ações de caráter social foram continuamente desenvolvidas pelo Ministério dos Transportes, objetivando melhorar o transporte hidroviário interior de passageiros de baixa renda, em especial para atendimento às populações ribeirinhas da bacia Amazônica.

No período, executaram-se serviços de manutenção e melhoramentos nas principais bacias hidrográficas e a manutenção dos equipamentos utilizados nos serviços de dragagens.

Não obstante essa atuação em 1989, por insuficiência orçamentária, o programa de manutenção não foi totalmente executado. A paralisação dos serviços de dragagem e derrocamento poderá acarretar sérias implicações na movimentação de cargas em algumas importantes vias hidroviárias.

As várias ações no setor de transporte hidroviário interior, permitiram que fosse possível alcançar um aumento de 11,9% na carga transportada, ao considerar-se os extremos do período 1985/88.

Os investimentos realizados pela PORTOBRÁS no período 1985/89 visaram à modernização do Sistema Portuário (NCz\$ 902,40 milhões).

Os recursos aplicados no Programa de Aquisição e Recuperação de Equipamentos permitiram agilizar a transferência de cargas com melhores índices operacionais e atender a novos fluxos de cargas containerizadas e cargas pesadas.

Paralelamente a este intenso programa de reaparelhamento portuário, foram executadas obras civis, e instalações eletromecânicas destacando-se as realizadas nos portos de Manaus (AM), Vila do Conde (PA), Itaqui (MA), São José do Ribamar (MA), Luís Corrêa (PI), Fortaleza (CE), Natal (RN), Cabedelo (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Salvador (BA), Ilhéus (BA), Praia Mole (ES), Vitória (ES), Sepetiba (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Paranaguá (PR), Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC), Imbituba (SC), Rio Grande (RS).

Apesar da redução de recursos para investimentos, o movimento global de mercadorias, nos portos, em 1988, foi de 355 milhões de toneladas, representando um incremento de 12% em relação a 1985. Estes resultados foram possíveis graças ao programa de modernização executado,

principalmente as adequações tecnológicas e a ampliação de capacidade nas instalações físicas (novos berços e áreas para estocagem), destacando-se a construção de terminais especializados e o reaparelhamento.

2.4. *Transportes Urbanos*

Além das ações da CBTU, na área de transportes urbanos sobre trilhos, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) executou as seguintes atividades:

— conclusão do III Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial (BIRD III), que permitiu a correção e pavimentação de 1.113km de vias em áreas de baixa renda, a construção de 38km de ciclovias, de 65 terminais urbanos e de 2.142 abrigos, além da aquisição de 3 embarcações para o sistema hidroviário, investindo em 179 municípios, através dos Programas de Aglomerados Urbanos (AGLURB) e de Pavimentação de Baixo Custo (PROPAV);

— execução de parte do IV Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial (EBTU IV), tendo sido pavimentados 117km de vias, construídos 3 terminais e 1.069 abrigos, além da realização de diversos estudos;

— início do Programa de Aglomerações Urbanas e Cidades de Porte Médio (PROURB), lançado em dezembro de 1987. Foram identificadas 37 Aglomerações Urbanas, correspondendo a 100 municípios, onde se incluem todas as capitais de Estado e cerca de 300 cidades de porte médio. Cerca de 60 municípios foram contemplados, resultando na pavimentação de 140km de vias, construção de 678 abrigos, 19 terminais e na realização de vários estudos;

— início do Programa Nacional de Transporte de Massa (PNTM), abrangendo as 21 maiores cidades brasileiras, tendo sido iniciados estudos de alternativas tecnológicas e transporte em 10 capitais de Estados, com vistas a equacionar os problemas dos corredores saturados;

— desenvolvimento do Programa de Investimentos em Transporte Urbano (PITU) em 269 municípios, cujas metas físicas no período atingiram a pavimentação de 412km de vias, construção de 12 terminais e 893 abrigos e aquisição

de 2 embarcações, além da realização de estudos de transporte urbano;

— assistência técnica abrangendo desde a organização institucional, o planejamento e a operação do transporte público às 9 Regiões Metropolitanas, a 14 aglomerados urbanos, a todas as capitais de Estados e Territórios e a inúmeros Municípios, totalizando cerca de 250 cidades atendidas;

— desenvolvimento, em conjunto com o GEIPOT, dos estudos que conduziram à criação do Vale-Transporte, beneficiando cerca de 14 milhões de trabalhadores;

— desenvolvimento da tecnologia de utilização de gás natural e biogás para ônibus urbano, em substituição ao óleo diesel;

— apoio ao desenvolvimento, em Belo Horizonte, de sistema de controle de tráfego inteiramente nacional e possuidor de *software* compatível às cidades de grande e médio portes;

— apoio à conclusão dos testes do veículo Aeromóvel, com propulsão pneumática e de tecnologia integralmente nacional, já em operação na Indonésia;

— desenvolvimento do Programa Hidroviário, com o direcionamento de recursos para a reorganização gerencial e operacional dos sistemas de Vitória e Aracaju;

— desenvolvimento do Programa Cicloviário (PROCICLO) que alinhou medidas de ordem legal, gerencial, operacional, educacional e de engenharia, para permitir, com segurança, o uso crescente de bicicletas nas áreas urbanas. Este programa vem sendo desenvolvido nas cidades de São Paulo, Campo Grande, Fortaleza e Recife;

— execução, em 1986 e 1987, de um projeto de desenvolvimento dos transportes urbanos de Lima, no Peru, financiado pelo Banco Mundial e prestação de assistência técnica aos governos da Argentina e da Venezuela. Esta iniciativa deverá ser geradora de novos serviços e transferência de tecnologia brasileira para outros países em desenvolvimento;

— a EBTU participou, ainda, da implantação dos trens metropolitanos. No período, esta participação desenvolveu-se, prioritariamente, no METROREC (Recife), que entrou em operação parcial em março de 1985 e totalmente em setembro de 1987, enquanto que no TRENSURB (Porto Alegre) e no DEMETRO (Belo Horizonte) apoiou a elaboração de estudos de integração multimodal;

— apoio ao fomento da capacitação e aperfeiçoamento do seu corpo de funcionários, dos órgãos locais e das empresas operadoras, totalizando no período 53.619 treinandos;

— apoio ao ensino e à pesquisa, fundamentados em convênios com diversas universidades federais e a implantação, na Universidade de Brasília, do Programa de Pós-Graduação em Transporte Urbano para Países em desenvolvimento, a nível de Mestrado;

— na linha de aproximação comercial e cooperação técnica com outros países, criou condições à vinda de técnicos estrangeiros para treinamento e estágios no Brasil, bem como a ida de técnicos brasileiros a outros países.

Para a execução destas ações foram necessários aportes financeiros da ordem de NCz\$ 354,58 milhões em 1985; NCz\$ 254,70 milhões em 1986; NCz\$ 68,83 milhões em 1987 e NCz\$ 282,73 milhões em 1988.

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

No exercício financeiro de 1990, as ações do Ministério dos Transportes estarão dirigidas à modernização do Sistema Nacional de Transportes, com a execução de obras civis e de medidas de caráter operacional, que objetivem o aumento da capacidade de transportes e maior segurança ao usuário.

As ações a serem executadas pelos órgãos modais foram estabelecidas ao longo do processo de planejamento, cujo instrumento básico é o PRODEST, ciclo 1990/93.

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) prosseguirá na elaboração de novos ciclos do

PRODEST, bem como na execução de estudos e pesquisas de relevância ao planejamento do Setor e de apoio técnico aos demais órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes.

Conforme Proposta Orçamentária da União, para o exercício financeiro de 1990, o DNER será contemplado com recursos da ordem de NCz\$ 570,65 milhões, a serem aplicados no Sistema Rodoviário Federal, nos problemas mais urgentes e imediatos.

Neste total, estão incluídos os recursos que advirão do selo-pedágio, cujo produto de arrecadação está destinado à conservação, restauração, adequação da capacidade e melhoria da operação das vias, procurando atender a um mínimo de problemas cruciais existentes na malha.

O volume de trabalhos que necessitam ser realizados para dotar o Sistema de eficiência e segurança, depara-se, em contrapartida, com a incerteza relativa às fontes e recursos, cujo montante previsto é insuficiente para executá-los.

No que tange ao transporte ferroviário, a ampliação da participação da RFFSA no desenvolvimento nacional, cuja relevância foi evidenciada pela indicação de seu desempenho no período de 1985/89, está vinculada à continuidade de sua estratégia de modernização empresarial.

Para o exercício de 1990, adota-se como meta de produção o transporte de 42 bilhões de toneladas/km úteis de carga, significando um aumento de 9% em relação à realização de 1989.

Um desempenho financeiro satisfatório, além de estar vinculado à concretização do programa de transporte, depende da efetivação de um regime de liberdade tarifária e do maior aporte de recursos do Tesouro a título de ressarcimento pela prestação de serviços de interesse social.

No que concerne a investimentos, cabe ressaltar a continuidade dos projetos dos Corredores de Goiás/Minas Gerais e do Paraná, e a ampliação da capacidade do material rodante da empresa, através da aquisição de 37 locomotivas e 150 vagões, bem como do prosseguimento do programa de redução de imobilização do parque de tração.

Custeados por recursos governamentais, destacam-se, ainda, as obras relativas ao aumento da capacidade da travessia ferroviária de Belo Horizonte, o início da implantação da Variante do Paraguaçu, na Bahia, e a construção da primeira etapa da Ferrovia Transnordestina, ligando Petrolina a Salgueiro, em Pernambuco.

Para a execução destes projetos, a RFFSA conta com a previsão de alocação de recursos da ordem de NCz\$ 235,2 milhões, enquanto que a CBTU deverá receber em 1990, aportes financeiros da ordem de NCz\$ 191,02 milhões para dar prosseguimento aos programas de melhoria dos transportes urbanos sobre trilhos.

A programação da PORTOBRÁS objetiva, sobretudo, a necessária continuidade na modernização do sistema portuário, especialmente, no que tange a terminais especializados, e nas medidas de caráter operacional e gerencial, para atender às crescentes necessidades de movimentação de bens.

Obras civis e ações de caráter operacional deverão ser executadas nas vias navegáveis interiores e em terminais para que o transporte hidroviário passe a ter um papel mais importante no País, integrando-se às outras modalidades.

Os transportes urbanos, a cargo da EBTU, estão contemplados, na proposta orçamentária apresentada pelo Executivo ao Congresso, com recursos para investimentos públicos da ordem de NCz\$ 5,7 milhões para fazer face à continuidade dos trabalhos desenvolvidos e, em especial, daqueles voltados à melhoria dos serviços de transportes prestados ao segmento de baixa renda.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Ministério da Agricultura desempenha numerosas e complexas funções institucionais destacando-se: a definição das diretrizes e das metas relativas à produção e ao abaste-

cimento de alimentos e matérias-primas de origem agropecuária e do extrativismo vegetal e animal; a administração e a conservação dos recursos naturais renováveis; a organização da vida rural e reforma agrária, com vistas à elevação das condições de vida das populações rurais; a formulação e a execução de políticas de estímulos fiscais, financeiros e creditícios referentes ao setor agropecuário; a execução de serviços relativos à meteorologia e à climatologia; a pesquisa, a experimentação e a difusão de tecnologias agropecuárias; a vigilância e a defesa animal e vegetal; e a padronização e a inspeção de produtos vegetais e animais ou do consumo nas atividades agropecuárias.

Com relação às políticas agrícolas, destacaram-se as seguintes orientações:

- Crédito Rural: prática de taxas reais positivas de juros, para manter um nível adequado de investimento e atender às necessidades de recursos para o custeio agrícola;

- Preços: implantação de preços mínimos e VBC plurianuais, com prioridade para produtos destinados ao mercado interno; e,

- Formação e manutenção de estoques estratégicos.

Em termos de infra-estrutura, destacaram-se as seguintes diretrizes:

- agilização de três grandes corredores para escoamento da produção do Centro-Oeste;

- ampliação da capacidade estática de armazenagem; e,

- irrigação de 2 milhões de hectares.

Complementarmente, o Ministério da Agricultura propôs-se a atender a 3 milhões de produtores através dos serviços de extensão rural e implementar 43 programas de pesquisa, envolvendo 3.970 projetos.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A produção agropecuária experimentou crescimento global de 18% no quinquênio 85/89, graças ao excelente desempenho verificado no subsector agrícola.

Efetivamente, no que se refere a grãos-cereais e oleaginosas, o País colheu 71,3 milhões de toneladas em 1989, o que representou crescimento de 20% sobre 1985. Há que se destacar que tal evolução deveu-se principalmente a avanços tecnológicos, que permitiram aumentos expressivos na produtividade das culturas mais importantes do País.

Com relação à produção animal, obteve-se, em 1989, cerca de 5,5 milhões de toneladas de carnes e 14,0 bilhões de litros de leite, respectivamente 17% e 15% superiores ao obtido em 1985.

2.1. Preços Agrícolas

A política de preços agrícolas foi fundamental para o favorável desempenho da produção de grãos. A Política de Garantia de Preços Mínimos amparou, em média, 18 milhões de toneladas de grãos/ano, com os mecanismos de financiamento à estocagem e de aquisição direta da produção pelo Governo Federal. Dessa forma, pôde o Governo contribuir à regulação dos mercados de produtos essenciais ao consumo popular.

A Política de Garantia de Preços Mínimos amparou, em particular, a produção obtida nas áreas interiores do Centro-Oeste e da Amazônia, através de operações especiais de compra.

2.2. Crédito Rural

O Governo Federal procurou garantir a oferta de recursos ao crédito rural através do orçamento das operações oficiais de crédito e de outras formas de captação e aplicação de poupança privada. Esse esforço deparou-se com os limites impostos pelas políticas fiscal e monetária, de sorte que, em termos médios, a oferta real de crédito foi 15 a 20% inferior à do quinquênio 80/84.

Não obstante a política de juros reais no crédito rural, teve o Governo Federal, em várias oportunidades, que prestar socorro financeiro ao setor. Após o Plano Cruzado I, exonerou-se o setor de pagar correção monetária nos sal-

dos de custeio e investimento, com grande impacto sobre o orçamento de crédito. Recentemente, para cobrir o diferencial entre custos na captação e na aplicação de recursos da Caderneta de Poupança, onerou-se novamente o Tesouro Nacional. Ainda, há que destacar que, sobre o Orçamento Oficial de Crédito, repousou, a partir de 1987, mais de 80% do ônus do financiamento à agricultura nacional.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC, após 3 anos consecutivos de comprometimento em sua capacidade operacional, registrou recuperação em 1988 e 1989 com a implantação da Caderneta de Poupança Rural, da Carteira de *Open Market* e com a arrecadação do ITR, tendo-se promovido, ainda, a racionalização administrativa do Banco.

2.3. Armazenamento

O Governo Federal prosseguiu, no quinquênio, com a execução direta de atividades de armazenamento de produtos agropecuários, com vistas a regular o mercado e a atender de forma supletiva e emergencial a áreas não suficientemente servidas por armazenagem privada. A política do Ministério da Agricultura traduziu-se na gradual retirada da CIBRAZEM das atividades coletora e intermediária e na manutenção de sua presença na armazenagem estratégica. Cerca de 285 armazéns e 5 entrepostos pesqueiros foram transferidos para a atividade privada e procedeu-se à reorganização administrativa da CIBRAZEM.

2.4. Abastecimento

Para atender aos consumidores dos bolsões de pobreza, a COBAL desenvolveu, a partir de 1985, o Programa de Alimentação Popular (PAP), que se fundiu, em 1987, com o Programa Rede Somar. Em conjunto com o INAN, a COBAL operou no Nordeste o PROAB — Projeto de Abastecimento de Áreas de Baixa Renda. Os três programas citados chegaram a mobilizar cerca de 12.000 varejistas.

2.5. *Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural*

A EMBRAPA desempenhou, no quinquênio, relevante papel no avanço da produtividade agrícola do País. Entre seus muitos e mais destacados feitos, citam-se: a extensão do cultivo da soja a todo o País, contribuindo para o alcance da expressiva marca de 21,5 milhões de toneladas na safra 88/89, colhidos em 11,5 milhões de hectares, e a racionalização do uso de agrotóxicos nessa cultura, mediante o controle biológico da lagarta da soja; a elevação da produtividade do trigo a 1.674kg/ha em 1988, o que permitiu a produção de 5,5 milhões de toneladas, volume que garantiu o abastecimento interno do País; o desenvolvimento de variedades de milho branco, altamente produtivas e ricas em proteína, aptas para panificação; e as pesquisas com bactérias fixadoras de nitrogênio atmosférico, que possibilitarão expressivos aumentos na produtividade e redução no consumo de fertilizantes na cultura da cana-de-açúcar.

Com relação às atividades de extensão rural, a EMBRATER seguiu proporcionando aos produtores rurais a assistência necessária ao aprimoramento de suas habilidades técnicas e à melhoria do nível de vida das famílias rurais. No período, anualmente, mais de 1,1 milhão de produtores rurais, em 3.200 municípios, tiveram contacto com técnicas de conservação do solo, irrigação e drenagem, métodos de cultivo, beneficiamento e conservação das colheitas e gerenciamento da exploração agropecuária.

2.6. *Reforma Agrária*

No período 85/89, foram declarados de interesse social mais de 4,5 milhões de hectares, com capacidade para assentar mais de 112 mil famílias rurais. Encontra-se, no momento, em tramitação, mais 568 processos de desapropriação, em mais de 5,5 milhões de hectares. Em termos de regularização fundiária, foram expedidos 46 mil títulos de domínio, abrangendo 4,3 milhões de hectares, nos quais se encontram assentadas cerca de 85 mil famílias.

2.7. Defesa Sanitária Animal e Vegetal Inspeção Sanitária de Alimentos e Fiscalização Agropecuária

O rebanho bovino nacional foi objeto de campanhas sanitárias que envolveram 195 milhões de doses de vacina contra febre-amarela, 10 milhões contra raiva e 4 milhões contra o botulismo. Mais de 16 milhões de suínos foram vacinados contra a peste suína.

Destacam-se, entre as ações de defesa sanitária, o combate ao cancro cítrico, respaldando uma expressiva expansão de citricultura numa superfície de 4,8 milhões de hectares; as ações de controle da ocorrência do bicudo do algodoeiro, em cerca de 1.330 municípios e 2,86 milhões de hectares; e o combate à mosca-das-frutas, numa área de 250 mil hectares.

O Serviço de Inspeção Federal efetuou inspeções em 3.024 estabelecimentos, 979 dos quais foram responsáveis pelo abate e processamento de 8 milhões de bovinos, 7,5 milhões de suínos, 750 milhões de aves, 6,6 bilhões de litros de leite e 800 mil toneladas de pescado. O Serviço de Inspeção Vegetal atuou sobre 4.171 estabelecimentos em diversos ramos do processamento de produtos vegetais. Paralelamente, efetuaram-se ações de fiscalização nas áreas de produção de fertilizantes, pesticidas, sementes, mudas e outros insumos, abrangendo-se 7.200 estabelecimentos produtores, 38.000 comerciais, 900 de serviços e 2.100 reprodutores.

2.8. Irrigação e Drenagem

O PROVÁRZEAS — Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis e o PROFIR — Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação, ultrapassaram, desde 1981, a mais de 1 milhão de hectares irrigados e drenados. No período 85/89, incorporaram-se 620 mil hectares, abrangendo 42.458 projetos em todo o País.

Com relação ao PRONI — Programa Nacional de Irrigação, que apoiou-se na CODEVASF, no DNOCS e no DNOS, incorporaram-se no período 29.000ha em 127 projetos públicos situados no Nordeste, com previsão para conclusão de mais 24.000ha em 1989. Foram concluídos 20 projetos de barragens que possibilitaram a acumulação de mais de 5 bilhões de metros cúbicos. O PRONI distribuiu 10.751 conjuntos de irrigação a produtores rurais no Nordeste, o que representou uma capacidade instalada de 32.912ha. Foram implementadas 9.000km de linhas de transmissão de energia elétrica no País, beneficiando 6.400 propriedades.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fiel ao espírito federativo, a Constituição consagra a divisão da educação nacional em sistemas de ensino (Federal, Estaduais e Municipais) autônomos, mas que devem funcionar articuladamente. Cabe ao MEC exercer a articulação dos sistemas de ensino, catalisando a elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação, das diretrizes e políticas públicas de educação e desporto, baseadas em estudos dos Institutos de Pesquisa e Universidades e na participação dos segmentos organizados da comunidade educacional.

Para tornar efetivas as políticas públicas em educação e desporto o MEC tem como instrumentos a organização, financiamento e administração do sistema federal de ensino, a supervisão geral e a avaliação da educação nacional, a assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, a coordenação do desenvolvimento da Pós-Graduação e a celebração de acordos e convênios com organismos internacionais.

As políticas públicas em educação desenvolvidas pelo MEC no período 1985/89 se expressam nas principais diretrizes, assim sintetizadas:

— apoio a programas municipais de educação pré-escolar;

— expansão da oferta de vagas no ensino fundamental, preferencialmente nas regiões mais carentes;

— apoio a programas de eliminação do analfabetismo e de ampliação da oferta do ensino fundamental para jovens e adultos que a ele não tiveram acesso na idade própria;

— promoção da qualidade de ensino pelo apoio a projetos de qualificação e valorização do magistério;

— aperfeiçoamento de processos pedagógicos e de gestão educacional;

— avaliação institucional e de melhoria do ensino e pesquisa nas universidades federais;

— assistência ao estudante do ensino fundamental nas áreas da alimentação, material escolar e didático, saúde e bolsas de estudo;

— expansão do ensino médio, especialmente o técnico profissional;

— atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, aos educandos com problemas de conduta e aos superdotados;

— cooperação técnica e financeira às entidades nacionais de direção dos desportos e aos sistemas de ensino tendo em vista fomentar as práticas desportivas formais de natureza educativa e de alto rendimento;

— realização de estudos visando à implantação do ensino a distância, para ampliação das oportunidades de educação formal e não-formal;

— institucionalização do Programa Nacional de Informática Educativa—PRONINFE;

— desenho das mudanças a ocorrer no processo de planejamento e administração do sistema nacional de educação, que será marcado pela ação articulada dos sistemas federal, estaduais e municipais e pela descentralização das ações;

— realização de estudos e debates tendo em vista a elaboração de anteprojotos das novas leis de diretrizes e bases da educação nacional e do desporto nacional;

-
- avaliação do Sistema Educacional Brasileiro; e,
 - formulação do Plano Nacional de Educação.

O sistema educacional brasileiro comporta, matriculados nos três níveis de ensino regular (fundamental, médio e superior), cerca de 32 milhões e 500 mil alunos. Em 1985, esse quantitativo era de 29 milhões e 100 mil alunos, o que significa uma absorção, no período, de 3 milhões e 400 mil novos estudantes. Desse total, 84,8% destinaram-se ao ensino fundamental.

A questão educacional ganha, hoje, novos contornos à luz dos princípios da Constituição de 1988, que apontam para a desconcentração do poder, para a descentralização das decisões, para o fortalecimento da federação devendo, assim, as esferas do Poder Público atuar de forma concorrente, articulada e cooperativa em matéria de educação e de ensino, compondo um corpo orgânico e funcional que possa garantir o acesso de todos aos serviços educacionais.

Nos diversos setores e níveis, o cenário da realidade educacional pode ser assim visualizado:

Na área de Educação de Jovens e Adultos, o Brasil conta, hoje, com cerca de 15 milhões e 800 mil analfabetos na faixa de 15 anos e mais, com a Região Sul apresentando 10,7% de analfabetos, percentual esse elevado para 36,6% na Região Nordeste, o que demonstra ser o analfabetismo, no Brasil, uma problemática bem localizada.

A busca de atendimento em creches e pré-escolas, por parte das crianças de 0 a 6 anos, começa a exercer sensível pressão sobre as administrações educacionais estaduais e, sobretudo, municipais. Esse fenômeno explica, em grande parte, o crescimento significativo da oferta de pré-escola pública nos últimos anos que atingiu, em 1988, a cifra de 3.420.904 vagas.

O ensino fundamental abriga, hoje, o que equivale a 84,57% das crianças na faixa de 7 a 14 anos de idade, sendo que 80% desse alunos do ensino fundamental são atendidos pelas escolas públicas, assim distribuídos: sistema estadual — 57,3%, sistema municipal — 30,1%; sistema federal — 0,4%.

Existem aproximadamente 4,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, localizadas nas periferias favelizadas das grandes metrópoles, nas fronteiras agrícolas de fluxo migratório intenso e no Nordeste Rural, que detém metade desse déficit. Tratam-se de crianças de famílias de baixa renda, vivendo situação de extrema pobreza. A universalização da educação básica depende de políticas públicas integradas abrangendo a reforma urbana e rural e a distribuição da renda.

Além do déficit, avulta no ensino fundamental público sua baixa qualificação, resultado de escolas com turnos intermediários, com apenas 3 horas diárias de aula e com instalações precárias e sem equipamentos básicos, de professores sem a adequada formação profissional, de currículos e programas também inadequados e de um fluxo escolar estrangulado nas duas primeiras séries (45% do alunado). Apenas a metade do alunado de 1º grau tem vaga em escolas de 8 séries completas.

Na educação especial, situa-se em 3% o atendimento a uma demanda potencial estimada em 10% da população global, das pessoas portadoras de necessidades especiais, incluídas nessa base de cálculo todas as pessoas que apresentem algum tipo de deficiência, mesmo as que não se constituem em clientela do sistema de ensino.

No que se refere ao desenvolvimento do ensino médio pode-se afirmar que é insignificante a sua expansão: em 1985 encontravam-se aí matriculados cerca de 3 milhões e 16 mil alunos e em 1989 a matrícula atingiu o total de 3 milhões e 360 mil alunos, havendo uma concentração de matrícula na Região Sudeste e nas capitais, sendo 34% dessas matrículas atendidas pela rede particular.

Da população brasileira de 15 a 19 anos de idade, demanda potencial teórica para o ensino médio, apenas cerca de 20% encontra-se atendida. Há, portanto, uma clientela reprimida que aumentará à proporção do esperado rendimento do ensino fundamental.

O ensino superior brasileiro vem apresentando um crescimento residual, como consequência de uma decisão do Governo Federal, que a partir de 1981 vem procurando

disciplinar a expansão do sistema, através de sucessivos decretos que, ou sustaram a abertura de novos cursos, ou condicionaram essa abertura ao atendimento de condições estritas de natureza pedagógica, social e financeira. A matrícula atual é de 1.527.577 alunos, com a seguinte distribuição em termos percentuais: no âmbito federal, 21,14%; estadual, 12,69%; municipal, 5,10%; e, particular 61,07%.

O subsistema federal de ensino superior constitui-se de 49 instituições, sendo 35 universidades. Esse complexo que inclui 4 centros de educação tecnológica, deve constituir a espinha dorsal do sistema de ensino superior brasileiro, a partir de um elevado padrão de desempenho capaz de impulsionar a qualidade nas demais instituições.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Cooperação Técnica e Assistência Financeira aos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino*

Nas áreas de educação de jovens e adultos, atendimento em pré-escolar, universalização de ensino fundamental, educação especial e parte do ensino médio, a ação do Ministério se exerce pelo apoio aos sistemas estaduais e municipais de ensino, responsáveis pelo atendimento desses níveis escolares.

Na área de educação de jovens e adultos, o Ministério apoiou programas de erradicação do analfabetismo e de atendimento aos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade própria, estimando-se, em 1989, uma clientela atendida de 2.230.000 pessoas. No período 1985/89, a taxa de analfabetismo foi reduzida de 21% para 17%. O MEC atuou, igualmente, na preparação de recursos humanos para essa área.

Para a pré-escola, o Ministério buscou identificar experiências de atendimento a crianças de 0 a 6 anos para delinear estratégias de ação conjunta com setores e instituições envolvidas. Produziu um programa de capacitação de

professores por televisão e transferiu recursos a Estados e Municípios para construção de salas, capacitação de professores e aquisição de materiais. Para melhor coordenar as ações e definir políticas, criou a subsecretaria do Pré-Escolar.

No ensino fundamental, apoiou a expansão da oferta, com prioridade para as regiões carentes e as primeiras 4 séries, buscando a melhoria da qualidade do ensino pelo incentivo a programas de capacitação e valorização do magistério e ampliação e recuperação da rede física.

Na educação especial, o Ministério apoiou a construção e equipamento de salas de aula, material escolar, elaboração e divulgação de recursos tecnológicos, realização de estudos e desenvolvimento de recursos humanos. Em articulação com a UNICEF apoiou ações comunitárias para integrar os setores de educação, saúde e profissionalização dos alunos com necessidades especiais.

A principal modificação ocorrida na macroadministração da Educação Especial, neste período, foi a transformação do Centro Nacional de Educação Especial CENESP, órgão autônomo, em Secretaria de Educação Especial, órgão da administração direta do MEC. Por meio da cooperação técnica e assistência financeira, o Ministério vem conseguindo aumentar o atendimento às crianças com necessidades especiais. Assim, em 1985, pelos programas coordenados pelo MEC, foram atendidos 48.745 alunos da rede de escolas públicas e 76.414 de escolas particulares. Em 1989, esse atendimento se eleva para cerca de 250 mil.

No ensino médio, o apoio se centrou na revisão dos currículos, qualificação dos cursos de habilitação de professores para o ensino fundamental, realização de estudos sobre o ensino noturno e no desenvolvimento do programa «Ensino de Ciências».

2.2. Desenvolvimento do Ensino Técnico

No ensino técnico, a principal ação do MEC se centrou na melhoria das escolas técnicas industriais e agrotécnicas do sistema federal de ensino por intermédio dos programas

de capacitação de docentes, de empreendimentos conjuntos para a expansão da educação tecnológica e de expansão e melhoria do ensino técnico.

A partir de 1986, o MEC desenvolveu o programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), visando uma permanente melhoria das Escolas Técnicas e a implantação, em convênio com Estados e Municípios, de novas unidades de ensino agrícola de 1º grau e de ensino médio, objetivando o desenvolvimento de cursos na área técnica e agrotécnica e implantou o programa de Empreendimentos Conjuntos para a Expansão da Educação Tecnológica (PROENCO), para oferecer cooperação técnica e financeira aos Estados e Municípios, perseguindo a meta de expansão e desenvolvimento da educação tecnológica por meio de empreendimentos com o setor produtivo.

2.3. *Qualificação do Ensino Superior*

Dentre as ações em desenvolvimento visando à qualificação do ensino superior, por alternativas e experiências, é possível destacar, na linha de desenvolvimento científico e tecnológico e de articulação com o ensino médio, a instituição do programa de Formação Interdisciplinar para Pesquisa e Desenvolvimento (FIPEP), que adota, dentre seus objetivos, o de incentivar a criação de núcleos tecnológicos e implantar e consolidar projetos em áreas estratégicas, modernização de tecnologias tradicionais e tecnologias básicas. Neste programa estão envolvidos, dos cursos de pós-graduação, às áreas de graduação e do ensino técnico de nível médio.

No ensino de graduação, a ação do Ministério privilegiou o Programa Integrado de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Ensino Superior (PIDES), que engloba todas as ações voltadas para a melhoria e avaliação do desempenho do sistema e das instituições e o Programa de Apoio à Melhoria do Ensino Superior (PAMES), que objetiva a melhoria dos cursos das áreas básicas e das licenciaturas de ensino fundamental e médio e das atividades de extensão.

Na área da Pós-Graduação, as linhas de atuação compreenderam o programa de Bolsas de Estudos, com ampliação de oferta de bolsas no país (14.860 bolsas em 1989) e no exterior (2.000 bolsas) e o programa de Apoio Institucional à Pós-Graduação, que apoiou a infra-estrutura e a consolidação dos cursos e a cooperação técnica nacional e internacional.

2.4. Assistência ao Estudante

As ações de Assistência ao Estudante se realizam por intermédio dos programas de Alimentação Escolar, que atende todo o alunado das escolas públicas do ensino fundamental e que buscou universalizar a oferta e implementar a municipalização da merenda escolar; de saúde do escolar, que atende a saúde geral, odontológica e oftalmológica, de bolsas de estudo de 1º e 2º grau e de bolsas de trabalho, de material escolar e de módulos escolares, que garantem aos alunos, professores, e unidades escolares da rede pública do ensino fundamental o acesso a materiais didáticos e pedagógicos imprescindíveis ao ensino e à aprendizagem; do livro didático, que os distribui aos estudantes matriculados nas escolas públicas e comunitárias de 1º à 8ª séries do ensino fundamental de todo o país; e de salas de leitura e bibliotecas escolares, que distribui livros de literatura infanto-juvenil às escolas públicas e bibliotecas municipais.

2.5. Educação Física e Desportos

As questões da educação física e dos desportos foram discutidas, principalmente, nos anos de 1984 e 1985. Diversas propostas foram oferecidas, refletindo diretrizes que foram incorporadas ao programa de Governo, destacando-se a importância atribuída à prática de educação física que deve ser incorporada, de maneira efetiva, à educação geral e o enfoque do desporto como fenômeno de extraordinária significação na sociedade moderna.

Nesta área, o Ministério enfatizou os programas de expansão de educação física, como prioridade para a faixa do

pré-escolar e das quatro primeiras séries do ensino fundamental, que apoiou os sistemas de ensino na aquisição de equipamentos e material didático desportivo; na capacitação de recursos humanos para o ensino especial; em pesquisas em educação física e na aquisição de acervos bibliográficos especializados e editoração de textos e periódicos; e de promoção do esporte escolar e de educação física e esporte não formais.

2.6. Ensino a Distância

É uma linha de trabalho recente marcada pelos estudos e pesquisas que embasam a adoção de estratégias para a área, na perspectiva de que os problemas educacionais estão a exigir soluções variadas que possibilitem a ampliação do ensino formal e não-formal, seja no aperfeiçoamento de professores, seja na capacitação de leigos ou na atualização dos conteúdos curriculares.

2.7. Informática na Educação

É, também, uma linha de trabalho recente, pela qual se pretende o desenvolvimento de pesquisas capazes de subsidiar a acumulação e o repasse do conhecimento técnico-científico necessário à formação e aperfeiçoamento de professores no uso dos computadores.

Já foram implantados 17 Centros de Informática junto a Secretarias Estaduais de Educação; 5 Centros-piloto do Projeto EDUCOM, voltados para a pesquisa e o desenvolvimento de recursos humanos, instalados em Universidades; e formados mais de 200 professores em cursos de especialização em informática educativa.

2.8. Estudos e Pesquisas

Uma das linhas de atuação do Ministério é o incentivo à pesquisa e aos estudos educacionais, como forma de contribuir para a produção de conhecimentos técnicos e científicos, que ofereçam subsídios aos usuários dos órgãos

compromissados com a formulação de políticas públicas em educação e com a avaliação do sistema educacional e o desenvolvimento de informações documentárias e bibliográficas em educação, facilitando a disseminação do conhecimento produzido na área.

O Ministério estimulou o estudo e a pesquisa educacional apoiando e financiando, de 1985 a 1989, 421 projetos aprovados e acompanhados pela Comissão de Avaliação da Política de Pesquisa Educacional do INEP.

Paralelamente, implementou e expandiu o Sistema de Informações Bibliográficas em Educação (SIBE/CIBEL), que se integrou à Rede Latino-Americana de Documentação e Informação em Educação, com sede no Chile, e mantém intercâmbio e colaboração do SIBE com o Boletim Internacional de Bibliografia sobre educação, com sede na Espanha. Igualmente, deu ênfase à divulgação de publicações (periódicas) editadas e distribuídas pelo MEC, num total de 54 números e volumes e 5.810.000 exemplares, além de outras publicações como índices, resumos analíticos em educação, bibliografias, estudos temáticos. Destaque-se, ainda, o trabalho de implantação do programa de Avaliação do Sistema Educacional e a preparação de subsídios para o Plano Nacional de Educação.

3. PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

O Ministério da Educação pretende, até o 1º semestre de 1990, consolidar programas em andamento, cujas ações são consideradas indispensáveis ao efetivo cumprimento das metas estabelecidas para o período 85/90, entre as quais efetivar mudanças demandadas pela nova ordem constitucional.

Nessa perspectiva, destacam-se projetos/ações de apoio aos Estados e Municípios para a erradicação do analfabetismo; de atendimento em pré-escola, com a veiculação do programa de treinamento, via TV, para 50 mil professores, em circuito aberto e fechado; de melhoria do Ensino Fundamental, com a conclusão do estudo conjunto MEC/Secretarias Estaduais/Secretarias Municipais sobre

Conteúdos Mínimos para o Ensino Fundamental; de alternativas pedagógicas para a Educação Escolar Indígena; de melhoria e inovação da Educação nas áreas de Fronteiras; de Educação Ambiental e de expansão de ofertas de vagas no ensino fundamental, visando a sua universalização; e de Desenvolvimento do Ensino Médio, com a continuidade do programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico.

No ensino superior, com a autonomia constitucionalmente estabelecida, o modelo de interação entre o MEC e as universidades deverá assumir outros contornos, a partir da nova forma de alocação de recursos, cabendo à universidade maior responsabilidade na condução de seu próprio destino. O MEC pretende estimular processos de auto-avaliação institucional e de modernização de procedimentos gerenciais.

Na assistência ao estudante, a convicção de que os programas assistenciais de Merenda Escolar, Livro e Material Didático constituem uma das formas de garantir a permanência na escola do aluno do ensino fundamental público, norteia as ações projetadas para 1990.

Orçamento do MEC
Principais Programas de Trabalho
1985-88

Recursos de Todas as Fontes		Em CZ\$ milhões							
Programa/Objeto de Custo	Orçamento Final								Inicial
	1985		1986		1987		1988		1988
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Primeiro Grau	3.456,6	27,2	13.505,1	32,9	36.608,6	23,3	62.758,5		20,6
PES	225,4	3,3	520,9	2,9	1.627,2	2,0	4.477,1		2,3
OCC	3.231,2	55,3	12.984,2	56,8	34.981,7	45,7	58.281,4		52,8
Segundo Grau	720,7	5,7	2.868,8	7,0	10.467,5	6,7	24.149,1		7,9
PES	527,1	7,7	1.425,0	7,8	5.956,6	7,4	15.761,0		8,1
OCC	193,6	3,3	1.443,8	6,3	4.480,7	5,9	8.388,1		7,6
Ens. Superior	7.067,1	55,6	20.487,4	50,0	69.554,8	57,1	187.528,6		61,6
PES	5.426,8	79,0	14.246,7	78,5	64.004,5	79,6	159.094,6		81,9
OCC	1.640,3	28,1	6.240,7	27,3	25.550,3	33,4	28.434,0		25,8
Administração ⁽¹⁾	1.276,6	10,0	3.177,3	7,7	16.364,6	10,4	23.007,3		7,6
PES	655,8	9,5	1.716,7	9,4	7.843,8	9,8	13.206,6		6,8
OCC	620,8	10,6	1.460,6	6,4	8.520,8	11,1	9.800,7		6,9
Outros	198,3	1,5	986,3	2,4	32.900,2	2,5	7.059,5		2,3
PES	37,4	0,5	247,8	1,4	937,7	1,2	1.647,0		0,9
OCC	160,9	2,7	738,5	3,2	2.946,5	3,9	5.412,5		4,9
TOTAL	12.719,3	100	41.024,9	100	156.896,0	100	304.503,0 ⁽²⁾		100
PES	6.872,5	100	18.157,1	100	80.416,0	100	194.186,3		100
OCC	5.846,8	100	22.867,8	100	76.480,0	100	110.316,7		100

Fonte: MEC/SG/SOF/CODESP.

(1) Composto de: Administração, Administração Financeira, Planejamento Governamental e Previdência.

(2) Encargos Gerais da União, sendo: 72.000,00 para recursos ordinários (pes-soal) e 5.050,00 para recursos vinculados/salário-educação.

Orçamento do MEC
Composição Percentual por Área Administrativa
Total dos Recursos

Programa/Objeto de Custo	Em CZ\$ milhões							
	1985		1986		1987		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Administração Direta	1.494,8	11,7	5.205,6	12,7	23.316,8	14,9	46.028,9	15,1
PES	268,1	3,9	718,8	4,0	2.791,8	3,4	8.115,2	4,2
OCC	1.226,7	21,0	4.486,8	19,6	20.525,0	27,0	37.913,7	34,6
Administração Indireta	11.224,5	88,3	35.819,0	87,3	133.579,2	85,1	256.474,1	84,9
PES	6.604,4	96,1	17.438,3	96,0	77.714,2	95,6	186.071,2	95,8
OCC	4.620,1	79,0	18.380,7	80,4	55.865,0	73,0	72.402,9	65,6
Instituições de Ens. Sup.	7.181,8	56,5	19.899,2	48,5	86.274,6	55,0	186.097,2	61,1
PES	5.868,5	85,4	15.518,7	85,5	69.943,5	87,0	168.792,1	86,9
OCC	1.313,3	22,5	4.380,5	19,2	16.331,1	21,3	17.305,1	15,7
Inst. Ens. 1º e 2º Grau	456,0	3,6	1.341,4	3,3	5.450,9	3,5	11.243,3	3,7
PES	362,8	5,3	1.004,0	5,5	4.423,9	5,5	8.266,1	4,2
OCC	93,2	1,6	337,4	1,5	1.027,0	1,3	2.977,2	2,7
FNDE	1.431,1	11,2	5.765,0	14,1	17.160,6	10,9	14.159,1	4,7
PES	23,7	0,3	55,6	0,3	58,9	0,1	214,1	0,1
OCC	1.407,4	24,1	5.709,4	25,0	17.101,7	22,4	13.945,0	12,6
EDUCAR	343,7	2,7	1.204,9	2,9	3.823,2	2,4	6.175,0	2,0
PES	142,4	2,1	391,2	2,1	1.233,9	1,5	1.893,7	1,0
OCC	201,3	3,4	813,7	3,6	2.589,3	3,4	4.281,3	3,9
FAE	1.574,1	12,4	6.979,9	17,0	18.134,0	11,6	30.791,4	10,2
PES	42,4	0,6	95,3	0,5	397,2	0,5	560,3	0,3
OCC	1.531,7	26,2	6.884,6	30,1	17.736,8	23,2	30.231,1	27,4
Outros	237,8	1,9	628,6	1,5	2.735,6	1,7	10.008,1	3,3
PES	164,6	2,4	373,6	2,1	1.656,8	2,0	6.344,6	3,3
OCC	73,2	1,2	255,0	1,0	1.078,8	1,4	3.663,5	3,3
TOTAL	12.719,3	100,0	41.024,6	100,0	156.896,0	100,0	304.503,2 ⁽²⁾	100,0
PES	6.872,5	100,0	18.157,1	100,0	80.416,0	100,0	194.186,4	100,0
OCC	5.846,8	100,0	22.867,5	100,0	76.480,0	100,0	110.316,8	100,0

Fonte: MEC/SG/SOF/CODESP.

(1) Inclui a Funteve, Cenafor e o HCPA.

(2) Foram adicionados em 1988, CZ\$ 77.050.000.000,00 referentes a encargos gerais da União, sendo: CZ\$ 72.000.000.000,00 e CZ\$ 5.050.000.000,00.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

A segunda metade da década de oitenta caracterizou-se por intensos movimentos e mudanças conjunturais no mercado de trabalho brasileiro que, de certa forma, refletem as alterações ocorridas nas esferas econômica, política e institucional.

Com efeito, o País conheceu três políticas salariais oficiais, além de incontáveis variações negociadas no âmbito do setor privado. O processo de negociação coletiva prosseguiu no ritmo crescente verificado desde 1987, agora sem nenhuma intervenção governamental nos sindicatos, gerando como corolário três tentativas importantes de acordos nacionais em torno de salários e preços. Implementou-se o programa do seguro-desemprego, antiga aspiração da classe trabalhadora, e, através da nova Constituição, foram introduzidas mudanças substanciais no campo das relações trabalhistas.

Esse pano de fundo — macroeconômico, político e institucional — fez com que a ação do Ministério do Trabalho estivesse marcada por uma série de redefinições de seu papel em diversas áreas-chave, como a da negociação coletiva, a identificação do trabalhador, a proteção do emprego, a formação profissional e a segurança e saúde do trabalhador.

Nesse contexto, a situação do Ministério do Trabalho se pautou por um esforço permanente de ajustamento às mutações conjunturais e estruturais do mundo do trabalho, quer seja pela revisão dos seus papéis, programas e projetos como pela reestruturação dos seus modos de funcionamento, num incessante esforço de melhoria dos produtos que institucionalmente lhe compete oferecer.

Vale destacar o desencadeamento de ações para fortalecer os órgãos do Ministério do Trabalho, *paripassu* com um esforço de integração de suas ações com outras instituições de forma a ampliar o grau de cobertura da sua clientela.

O expressivo crescimento do produto no biênio de 1985/86 (8,3% em 1985 e 8,2% no ano seguinte) produziu reflexos extremamente positivos sobre os níveis de ocupação no mercado de trabalho. Com efeito, registrou-se elevação ininterrupta dos índices de ocupação nas principais regiões metropolitanas do País, notadamente a partir do segundo semestre de 1985 até novembro de 1986.

O incremento do total de ocupados nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE foi engendrado, em sua maior parte, por uma elevação substancial do nível de emprego no chamado setor formal da economia. Este comportamento da ocupação no período 1985/86 é coerente com o paradigma sobre as relações de subordinação e complementariedade entre os segmentos formal e informal. Assim, de acordo com a PME, a participação relativa dos ocupados com carteira assinada se expandiu significativamente no período, e principalmente, na região metropolitana de São Paulo, onde o nível de ocupação das chamadas atividades informais manteve-se, em 1986, no mesmo patamar de 1985.

Ressalte-se que os dados do Ministério do Trabalho, decorrentes da Lei nº 4.923/65, que mostram a evolução do emprego formal para a totalidade do País, revelam que o volume de postos de trabalhos gerados no setor formal da economia brasileira em 1986, cerca de 1 milhão, foi o mais elevado da década. Além disso, o crescimento de 5,4% do emprego formal foi devido, basicamente, à significativa performance da Indústria de Transformação (9,22%), da Construção Civil (7,9%) e do Comércio (7,3%).

Tais resultados foram condizentes com o panorama macroeconômico, pois a acentuada elevação do consumo doméstico teve reflexos diretos tanto na indústria de transformação, quanto no comércio, que experimentaram uma grande expansão do produto. Por outro lado, o aumento da massa salarial e da renda disponível, o desestímulo às aplicações financeiras ocorridas principalmente durante 1986, com a conseqüente fuga para ativos reais, causou um forte aquecimento no mercado imobiliário que se refletiu em um bom desempenho do emprego formal na construção civil.

O processo de ajuste no nível de emprego iniciado pelas instituições financeiras, núcleo dinâmico do setor de serviços, acabou por implicar na destruição de postos de trabalho neste subsetor da atividade econômica e, por conseguinte, num tímido crescimento do nível de emprego do setor como um todo (3,9% em 1986) *vis-a-vis* os demais setores de atividade.

A taxa de desocupação, que mede a relação entre desocupados e PEA, registrou níveis bastantes baixos, especialmente no segundo semestre de 1986. De fato, a taxa média de desemprego aberto para o conjunto das seis áreas metropolitanas do País, em 1986, foi de apenas 3,6%, sendo que, em dezembro daquele ano, aquela taxa atingiu apenas 2,2%, a menor dos últimos cinco anos.

Em 1987, a economia brasileira entra em uma fase de desaceleração do crescimento do produto e do emprego. Com efeito, constata-se que o nível médio de ocupação teve um crescimento menor que o observado no ano anterior na maioria das regiões metropolitanas. Respondendo ao menor crescimento do PIB (3,6%) neste ano, o emprego formal no País teve uma variação positiva de apenas 2,5%, significativamente menor ao observado em 1986. Nessa medida, foram gerados em 1987 apenas 513 mil empregos formais contra 1 milhão no ano anterior. Este resultado mostra claramente a reversão do dinamismo observado no mercado de trabalho em 1986.

Esta tendência de menor dinamismo do emprego formal manteve-se em 1988. Segundo dados da Lei 4.923/65, o nível médio de emprego formal teve um crescimento de 2,3%, significando a geração líquida de 467 mil postos de trabalho. Estes dados, quando desagregados por setor de atividade econômica, mostram uma tendência de maior crescimento do setor de serviços (3,8%) e na construção civil (7,4%) e de crise na indústria, geralmente associada ao núcleo dinâmico da estrutura produtiva.

No entanto, cumpre observar que, contrariamente ao comportamento do emprego formal, que mostra uma relação direta com o desempenho da economia, os níveis de

ocupação total não parecem apresentar um comportamento pró-cíclico. Isto é, nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, o total de ocupados situava-se em patamares no mínimo 6% superiores à média de 1986. A pesquisa conjunta do SEADE/DIEESE para a Grande São Paulo apresenta crescimento da ocupação total muito semelhante à PME para o biênio 87/88 (6,7% contra 6,2% da PME).

Nesse contexto, pode-se afirmar que diferentemente do observado no ano do Plano Cruzado, quando o crescimento do nível de ocupação foi devido em grande parte à significativa performance do emprego formal, em 1988 — quando o desempenho da economia foi marcado pela estagnação — o elevado ritmo de absorção da mão-de-obra do setor informal foi decisivo para o comportamento favorável do nível de ocupação total.

A conjuntura de 1989 reproduziu, no geral, a tendência de 1988, mesmo levando-se em conta a implementação de um novo plano de estabilização econômica. Observou-se um desaquecimento da geração de novas oportunidades de trabalho em ambos os segmentos do mercado no primeiro trimestre do ano, provavelmente mais em decorrência de fatores sazonais do que como reação ao chamado Plano Verão, que começou a se reverter já a partir de abril, com muito maior ênfase no setor informal. Assim, o período 1985/89 no tocante ao comportamento do mercado de trabalho, caracterizou-se, grosso modo, pela geração de empregos de baixa produtividade e renda, evidenciando, dessa forma, um expressivo crescimento do setor informal relativamente ao segmento organizado da economia.

2. COMPORTAMENTO DAS REMUNERAÇÕES

Ao longo da segunda metade da década, os níveis de salário real constituíram-se variáveis de ajuste, em geral, muito mais sensíveis às oscilações da economia do que os índices de ocupação. O seu comportamento, no entanto, pouca coerência guardou com as variáveis de caráter institucional, notadamente as políticas salariais.

Excetuadas variações sazonais no último bimestre (datas-base importantes e o pagamento do décimo terceiro salário), os rendimentos médios dos ocupados mantiveram-se relativamente constantes ao longo do ano de 1985 para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Em 1986, no Plano Cruzado, as mudanças de preços relativos entre setores oligopolistas e concorrenciais, a elevação da demanda agregada e a escassez relativa de mão-de-obra possibilitaram uma substancial elevação real do rendimento dos ocupados. Segundo a PME/IBGE, os ocupados no trabalho principal auferiram, em média, em 1986, remuneração 33% superiores ao ano anterior em São Paulo e Belo Horizonte. No Rio de Janeiro e Porto Alegre, o incremento dos rendimentos reais foi de cerca de 24%.

Naquele ano, os trabalhadores no setor formal conseguiram aumentos salariais reais muito menos expressivos que os assalariados sem carteira assinada ou os trabalhadores por conta própria. Enquanto em São Paulo, por exemplo, os primeiros elevaram seus rendimentos em cerca de 20%, os trabalhadores por conta própria ampliaram suas rendas em quase dois terços e os assalariados sem carteira, em cerca de 40%.

A derrocada do Plano Cruzado representou, também, a reversão dos ganhos salariais, em um período que se estendeu de novembro de 1986 a junho de 1987. Neste último mês, o processo de aceleração inflacionária fez retroceder os rendimentos dos ocupados em níveis próximos à média de 1985, na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas pela PME. Esta «readequação» dos patamares de remuneração do trabalho foi verificada fundamentalmente no setor formal: os assalariados com carteira assinada em São Paulo, por exemplo, experimentaram uma perda real de 27% durante o realinhamento de preços pós-Cruzado.

A partir do segundo semestre de 1987, a tendência em todos os segmentos do mercado de trabalho foi de uma relativa estabilidade dos níveis de remuneração, em patamares sempre superiores aos praticados em 1985. Tal fato contrasta com o quadro de estagnação econômica e acele-

ração inflacionária já descrito e, no caso do setor formal, com a vigência de políticas salariais que, por si só, produziram efeitos depressivos sobre os salários reais.

Os chamados segmentos informais, por seu turno, têm sido capazes de ampliar inclusive sua massa de rendimentos total, em uma conjuntura altamente desfavorável. Parte da explicação pode ser dada pela possível proliferação de atividades à margem da regulação estatal, com características diversas do setor informal classicamente definido. Tratar-se-ia, na realidade, de pequenas unidades de produção, organizadas em moldes capitalistas, com razoável aporte de tecnologia e, portanto, maior produtividade, que utilizariam como estratégia de sobrevivência o não cumprimento das obrigações com o fisco e com o sistema de seguridade social, entre outras.

3. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Na área de Segurança e Saúde do Trabalhador, foram intensificadas as fiscalizações em estabelecimentos, que passaram de 58.520, em 1985, para 156.000, em 1989, e desenvolvido amplo programa de trabalho centrado em medidas que visaram melhorar o suporte técnico-operacional da ação direta, através da utilização de equipamentos modernos para avaliação ambiental, de audiovisual para o desenvolvimento de atividades educativas, de bibliografia especializada e do treinamento de recursos humanos envolvidos na ação inspeccional.

Outra ação de destaque refere-se à atividade de integração interinstitucional realizada com órgãos de objetivos similares nas esferas estadual e municipal, no intuito de ampliar a cobertura do atendimento para a classe trabalhadora. Nesse mister, foram conveniadas as Prefeituras Municipais de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e de Botucatu.

A ação prevencionista foi contemplada pela realização anual, em cada estado da federação, da Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho, bem como pela introdução na rede pública escolar de conteúdos sobre segurança e me-

dicina do trabalho e da realização de programas específicos para os setores da construção civil, mergulhadores de garimpos de ouro e do beneficiamento do sisal.

Em nível nacional, foi realizado o programa de Prevenção da Pneumoconiose, dirigido a trabalhadores expostos a poeiras de sílica, carvão mineral e asbesto e o programa de Prevenção de Doença Profissional oriunda do uso de mercúrio nos garimpos de ouro.

O Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, que tem por objetivo a aferição do cumprimento da legislação trabalhista e conta com cerca de 3.000 inspetores, fiscalizou anualmente cerca de 506 mil estabelecimentos entre 1985 e 1988.

A exemplo das demais áreas deste Ministério, a fiscalização do trabalho buscou modernizar e agilizar os mecanismos operacionais no que tange à inspeção urbana, marítima portuária, bem como implementou e incrementou a fiscalização rural. Uma das relevantes medidas neste sentido refere-se à atualização dos valores das multas trabalhistas e a ampliação de sua aplicação a outros benefícios trabalhistas (Seguro-Desemprego, Trabalho Temporário, Vale-Transporte etc.), visando assegurar o cumprimento dos dispositivos legais e dar maior credibilidade à fiscalização do trabalho, tornando-a mais eficaz e operante.

Ademais, tal medida desburocratizou a área trabalhista mediante a adoção de uma política de informatização dos sistemas de registro das anotações da CTPS, dentre outros.

É também nesse contexto que se insere a instituição do Cadastro Nacional do Trabalhador (CNT), que tem como finalidade simplificar os mecanismos de identificação do trabalhador e de coleta e tratamento das informações sociais. Além da redução dos custos que a medida envolve no âmbito do governo, o CNT possibilitará a substituição de sete documentos por um único documento — o Documento de Informações Sociais (DIS).

Na área de Formação Profissional, as ações desenvolvidas tiveram uma perspectiva interativa e de racionaliza-

ção dos esforços dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (SINFMO), de forma a propiciar que os programas de formação profissional atendessem às necessidades sócio-econômicas do País.

Incorporando a representação equitativa dos fatores sociais envolvidos no setor, o Ministério do Trabalho concentrou seus recursos, a partir de 1989, em ações e projetos que visavam alterar a concepção e operacionalização da formação profissional, privilegiando o desenvolvimento de quadros nas agências de formação profissional.

Ênfase especial está sendo conferida aos incentivos fiscais concedidos pela Lei nº 6.297/75 àquelas empresas que realizam programas na área. Aqui o objetivo é recuperar a capacidade de coordenação e controle, avaliando, ademais, a congruência dos resultados às intenções da lei.

Entre 1985 e 1989, uma média de 2.600 empresas apresentaram anualmente programas de formação profissional, envolvendo, no período, aproximadamente, 30 milhões de treinandos.

O programa de Alimentação do Trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321/76, beneficiou, no período abordado, a média anual de 3,8 milhões de trabalhadores. Em 1989, o programa foi desburocratizado e modernizado, bem como teve instituída a participação dos trabalhadores e empregadores em sua gestão, conforme estabelece a Constituição.

Desde sua criação até outubro de 1989, dois milhões de trabalhadores foram beneficiados com o seguro-desemprego. O programa vem sendo constantemente modernizado e aperfeiçoado, com vistas à prestação de serviços mais ágeis e eficientes ao trabalhador.

4. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

A exemplo das ações encetadas em 1989, o programa deste Ministério para 1990 tem como tônica a modernização e o aparelhamento de sua ação institucional, de forma a adequá-lo cada vez mais à dimensão que lhe confere a Constituição.

Neste sentido, sua estrutura organizacional deverá ser remodelada garantindo-lhe mecanismos orgânico-institucionais que permitam a perfeita integração dos seus vários subsistemas técnicos e administrativos.

Da mesma forma, deverá ser operacionalizado em novas bases o programa do Seguro-Desemprego, ampliando o valor unitário e o grau de sua cobertura, bem como reciclando profissionalmente os trabalhadores desempregados.

O esforço governamental no campo da Formação Profissional deverá perseguir a articulação de suas ações com o setor produtivo e as entidades representativas dos empresários e trabalhadores, objetivando a melhoria da formação dos trabalhadores e a identificação de demandas no setor primário e na área de saúde, além do apoio ao desenvolvimento de novas propostas de formação profissional adequadas ao perfil do trabalhador frente às inovações tecnológicas.

Ações especiais deverão ser desencadeadas no intuito de melhorar a eficiência e a eficácia das ações na área trabalho, seja através da descentralização de atividades para as esferas estadual e municipal, seja pela modificação dos modos de funcionamento através da desburocratização dos serviços e de sua informatização.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Como integrante das Forças Armadas, a Aeronáutica, no exercício de suas funções específicas, garante a defesa da Pátria e dos Poderes Constitucionais, a lei e a ordem, seja pela participação direta em diversas atividades econômicas e sociais, seja mantendo uma tradição de participar ativamente no processo de desenvolvimento e integração do País.

Neste sentido, procura desenvolver programas, abrangendo os diversos componentes do poder aeroespacial, com aplicação da maior parte de seus recursos na infraestrutura aeronáutica, estando aí incluídas todas as atividades de proteção ao voo e aeroportuárias.

O Ministério da Aeronáutica, cumprindo a sua missão institucional e o desempenho das ações que lhe foram cometidas a partir de 1985, concentrou seus esforços nos quatro grandes segmentos que compõem o Poder Aeroespacial, quais sejam:

- Aviação Militar (Força Aérea);
- Aviação Civil;
- Complexo Científico-Tecnológico; e,
- Indústria Aeroespacial.

Foram traçadas, já no início da atual gestão, as linhas básicas de sua concepção política, cujos pressupostos e objetivos nortearam a elaboração do planejamento estratégico para o período governamental de 1985 a 1990.

Para a Força Aérea, o objetivo foi adequar a estrutura organizacional para uma transição segura da situação de paz para a guerra, sem descuidar, contudo, dos aspectos fundamentais da doutrina e da adequação dos meios. O controle do ar exige estrutura organizacional a fim de promover as ações dentro dos graus de prontidão necessários à Força bem como assegurar o provimento do suporte logístico apropriado ao emprego continuado dos meios aéreos.

A elevação do moral e o espírito combativo foram atendidos por meio do estímulo ao profissionalismo, incluindo-se o aperfeiçoamento sócio-assistencial nos campos previdenciários, habitacional, médico, sanitário e educacional.

Desenvolveram-se projetos no tocante à renovação do material aeronáutico envolvendo aeronaves, sistemas de armas e de navegação, suprimento e serviços. Foi aprimorada a capacidade aeronáutica, a defesa aérea, o patrulhamento aéreo de áreas marítimas e o transporte logístico.

No que respeita à Aviação Civil, com destaque para sua participação no cenário mundial não só pelo ponto de vista da segurança como do desenvolvimento, buscou-se manter sua posição de destaque no âmbito internacional e a garantia das necessidades nacionais do setor e, ainda, a capacitação para a eventual mobilização.

No setor da infra-estrutura aeronáutica, foi assegurado o avanço da moderna tecnologia aeroespacial, observados os compromissos internacionais no campo da aviação civil e, ao mesmo tempo, atendendo a operacionalidade da Força Aérea, tendo como pontos mais significativos:

- aumento da capacidade de desdobramento da Força Aérea;

- nacionalização dos equipamentos necessários à implantação e renovação da infra-estrutura; e,

- otimização da infra-estrutura de material bélico, dando especial ênfase à implantação de seu armazenamento.

O setor do complexo científico e tecnológico voltou-se, basicamente, para a nacionalização dos componentes aeronáuticos e a substituição da importação de equipamentos. Por isso, a estratégia concebida teve por fim o ganho de competência, sendo enfatizados a pesquisa, o desenvolvimento e a incorporação do máximo de tecnologia aeroespacial, de sorte a minimizar o grau de dependência externa.

No campo da indústria aeroespacial, procurou-se estabelecer um plano de carga para a próxima década. O engajamento da indústria nacional no atendimento das necessidades aeronáuticas promoveu sua mobilização permanente, concorrendo, assim, substancialmente, para o fortalecimento do poder aeroespacial.

A importância dos diversos programas do Ministério da Aeronáutica obrigou sua administração a adotar, desde o início do período, uma postura realista quanto aos recursos necessários para concretizá-los. Como consequência, a estratégia foi a de concentrar esforços no sentido de viabilizar recursos que permitissem o atendimento mínimo do programa de trabalho fixado.

Em paralelo, o desenvolvimento de uma ação administrativa consolidou obras em andamento e deu início às previstas no seu planejamento estratégico. Outro aspecto importante foi a manutenção das instalações e equipamentos já existentes.

Dentre os programas levados a efeito, merecem especial citação os seguintes:

— Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEA);

- desenvolvimento da aeronave AM-X;
- construção e reaparelhamento de aeroportos; e,
- pesquisa e desenvolvimento aeroespacial.

A geração considerável de empregos, a gradual substituição de importações e a absorção de novas tecnologias são traços em comum apresentados em relação ao programa citado.

As principais características do Programa SISCEA, são:

- unificação das funções de Controle de Tráfego Aéreo e de Defesa Aérea;
- geração de tecnologia nacional a partir da incorporação de tecnologia externa;
- aumento da segurança na operação das aeronaves civis e militares dentro do espaço aéreo brasileiro;
- considerável economia de combustível e conseqüente redução do custo do transporte aéreo;
- redução dos tempos de espera das aeronaves; e,
- formação e absorção de mão-de-obra especializada.

Quanto ao Programa de Desenvolvimento da aeronave AM-X, as seguintes características podem ser ressaltadas:

- a associação binacional Brasil x Itália para fabricação de aeronaves de combate;
- redução da dependência tecnológica mediante a nacionalização de componentes;
- a incorporação de avançada tecnologia em vários setores de projetos e industrialização das empresas nacionais envolvidas;

- qualificação e absorção de recursos humanos;
- formação de mão-de-obra altamente qualificada;
- realização de grande parte das despesas em moeda nacional; e,

- provável ingresso de capital caso a aeronave obtenha o sucesso previsível.

No que tange ao Programa Construção e Reparcelhamento de Aeroportos, os seguintes benefícios podem ser ressaltados:

- expansão da Aviação Civil para atender à crescente demanda de transporte aéreo;

- integração nacional, assegurando o permanente acesso a diversas localidades de regiões só atingidas, normalmente, por meio aéreo; e,

- absorção de recursos humanos.

Finalmente, para o Programa Pesquisa e Desenvolvimento Aeroespacial, há que se citar os seguintes benefícios:

- absorção de recursos humanos altamente qualificados, evitando-se a evasão de cérebros;

- conhecimento e incorporação de moderna tecnologia;

- possibilidade de crescente nacionalização de bens e serviços; e,

- redução da dependência externa.

Todos esses programas/projetos, à primeira vista, requerem recursos ponderáveis. O valor relativo dos investimentos inerentes, todavia, revela-se pequeno diante dos resultados já obtidos e daqueles previsíveis a curto, médio e longo prazos.

A construção de aeroportos da Região Amazônica, a construção e melhoramento de instalações da aeronáutica e de veículos de superfície e tração mecânica são programas não menos importantes.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

As principais ações desenvolvidas no período de 1985/1989 obedecem a três setores básicos:

- operacional;
- infra-estrutura; e,
- social.

Em 1985, a Administração do Ministério da Aeronáutica, prevendo dificuldades financeiras, traçou linhas de ação que possibilitassem o máximo rendimento dos recursos disponíveis, eliminando os desperdícios e priorizando os projetos sociais.

Feita uma análise da conjuntura, a indicação foi de que a manutenção do patrimônio da Aeronáutica seria mais adequada do que a opção pela realização de obras envolvendo grandes investimentos. Deste modo, as organizações militares, principalmente as Bases Aéreas e Parques de Material, foram beneficiadas com obras de infra-estrutura, desenvolvendo-se um mecanismo ágil de atendimentos emergenciais para correção de danos ou falhas de estrutura não previstas.

Foi desenvolvida, na área operacional, o programa de reequipamento da Força, com a compra de várias aeronaves que, comparadas às frotas existentes, representam um aumento bastante significativo.

Muitas dessas aeronaves foram ou estão sendo aparelhadas com modernos equipamentos, motores ou outros itens essenciais a um melhor desempenho operacional.

Desta forma, essas aeronaves poderão ser empregadas por tempo mais longo, permitindo a manutenção da operacionalidade da Força sem a necessidade de outros dispêndios.

No setor científico e tecnológico, a cada 30 segundos, um dos 4.000 aviões produzidos pela EMBRAER, em seus 20 anos de existência, decola de alguma parte do mundo. Este nível deve crescer com as vendas e opções já firmadas para as aeronaves Brasília, Tucano e o CBA-123, um turbo-hélice de 19 lugares de nova geração, desenvolvido em conjunto

com a FAMO (Fábrica Argentina de Materiais de Aeronáutica) a qual deverá entrar em serviço em 1991.

Foram desenvolvidos e produzidos armamentos e munições de interesse aeronáutico, equipamentos eletrônicos de solo e de bordo, equipamentos para a infra-estrutura da Aeronáutica e avanços no desenvolvimento do veículo lançador de satélites, que é a parte que compete ao Ministério da Aeronáutica relativamente à Missão Espacial Completa Brasileira.

O objetivo do Ministério da Aeronáutica é absorver a tecnologia não existente no País e aplicá-la, obtendo produtos e processos de interesse no Parque Industrial Brasileiro.

O desenvolvimento e a produção de aviões, foguetes, motores, peças e acessórios, bem como serviços de apoio à navegação aérea, de comunicações e aeroportuários, substanciam tipos de atividades que a administração, prioritariamente voltada para o objetivo fim, viu-se na contingência de optar por sua descentralização.

Como consequência, empresas vinculadas ao setor aeronáutico foram emergindo, sendo criadas a EMBRAER, a CELMA, a INFRAERO e a TASA.

Ocupando, atualmente, a 8ª posição na indústria aeronáutica mundial e a 1ª no hemisfério sul, o grupo EMBRAER compõem-se de:

— EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

— ENGEMATIC — Engenharia, Hidráulica e Instrumentação S.A.

— NEIVA — Indústria Aeronáutica Neiva S.A.

— EAC — Embraer Aircraft Corporation.

A Companhia Eletromecânica S.A. (CELMA), vinculada ao Ministério da Aeronáutica pelo Decreto nº 70.731, de 19.6.72, realiza serviços de revisão e reparos de alta tecnologia em motores de aviação, turbinas estacionárias e acessórios em geral. Atualmente engaja-se na produção seriada de modernos motores para atendimento à linha de produção da aeronave AM-X.

A Telecomunicações Aeronáuticas S.A. (TASA), criada pelo Decreto-Lei nº 107, de 16.1.67, prossegue em sua missão de implantação, administração, operação e exploração comercial e industrial das atividades de proteção ao voo, complementando os meios da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (DEPV).

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), criada pela Lei nº 5.862, de 12.12.72, é responsável pela atividade de implantar, administrar, operar e explorar, industrial e comercialmente, a infra-estrutura aeroportuária. No momento, a INFRAERO administra os 62 mais importantes aeroportos do País, cujos exemplos mais expressivos são os Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro, Manaus, Confins e Guarulhos.

Finalmente o homem, como meta essencial e prioritária da administração, tem merecido atenção em todos os campos de atividades — profissional, social e de saúde.

Não se pode prescindir da saúde do homem como elemento fundamental da harmonia e do equilíbrio de qualquer sistema ou instituição. Consciente desta necessidade, procurou-se melhorar todas as áreas relacionadas com a saúde no Ministério da Aeronáutica. Neste sentido, foram reaparelhadas com equipamentos biomédicos, todas as organizações de saúde, investindo-se na manutenção de equipamentos e instalações hospitalares, com vistas à prestação de serviços de alto nível aos integrantes do Ministério e a seus dependentes.

Obras de grande vulto foram empreendidas naquele setor. Cita-se, como exemplo, a construção do Hospital da Força Aérea de Brasília, com a aquisição de toda a infra-estrutura necessária a um hospital deste porte.

Coerentemente com as ações desenvolvidas no Ministério da Aeronáutica, no período de 1985/1989, já descritas, o ano de 1989 foi marcado, no que tange às diretrizes globais de política econômica, pela necessidade imperiosa de rápido reajustamento no seu planejamento. Superando dificuldades, em sintonia com a orientação governamental, o Ministério da Aeronáutica buscou soluções consentâneas e racionais na consecução dos seus objetivos, embora nem sempre na dimensão desejada.

Os resultados obtidos, no período de 1985/88, foram, anualmente, superiores aos que se devem obter ao final do ano de 1989, em razão do Ministério da Aeronáutica não ter outra fonte de receita que não o próprio orçamento fiscal da União.

Assim, destacamos os principais programas e projetos executados, em consonância com os objetivos e metas previstas, cujos recursos totais aplicados foram os destacados no anexo, a preços de maio/89:

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

As iniciativas previstas para 1990 estarão concentradas nos cinco grandes segmentos que compõem o Poder Aéreo Espacial, bem como nos campos profissional, social e de saúde, buscando-se:

- continuar a adequação da estrutura organizacional da força para uma transição segura da situação de paz para a de guerra;

- manter assegurada a continuidade do reequipamento e da modernização do material aéreo;

- equipar e modernizar os terminais de carga, de modo a assegurar a mobilidade da Força e a eficiência do transporte aéreo;

- dotar os aeródromos selecionados de uma infraestrutura básica que permita a operação de Unidade Aérea, desdobrada;

- assegurar a continuidade no programa AM-X, aeronave que representará um poderoso instrumento dissuasório para a Força Aérea;

- continuar a implantação do CINDACTA III que cobrirá toda a área do Nordeste brasileiro e do DACTA Amazônia, que compreende a instalação de radares em áreas preferenciais (cidades de Manaus, Belém e São Luís), e a modernização e ampliação dos equipamentos de comunicação terra-avião e de auxílio à navegação aérea;

- continuar a atualização da capacidade de mobilização da Aviação Civil, como complemento à capacidade de transporte da Força Aérea;

— prosseguir na implantação da rede de aeródromos destinados a atender à expansão da Aviação Civil;

— assegurar a continuidade do programa de Construção de Aeroportos na Região Amazônica;

— continuar incentivando o atendimento de transporte aéreo às pequenas comunidades, facilitando a expansão dos serviços às regiões mais longínquas do território nacional;

— continuar executando projetos e pesquisas científicas e tecnológicas em áreas de tecnologia de ponta ainda não atendidas pelo complexo técnico-industrial brasileiro;

— continuar desenvolvendo programas de cooperação industrial internacional, visando à evolução tecnológica e à penetração em novos mercados;

— continuar valorizando o elemento humano quanto aos aspectos profissional, moral, intelectual, psicológico e físico, através do aperfeiçoamento da infra-estrutura sócio-assistencial nos campos previdenciário, habitacional, médico-sanitário e educacional; e,

— assegurar a participação da Força Aérea Brasileira no desenvolvimento e na integração do País.

Demonstrativo dos Totais de Recursos Aplicados

NCZ 1.000,00

Programas, Projetos e Atividades	1985 Índice: 311.002	1986 Índice: 131.780	1987 Índice: 40.824	1988 Índice: 5.525	1989 Índice: 1.000
Reaparelhamento da FAB/Desenvolvimento do AM-X	34.263.339.141	309.386.254	205.213.828	303.828.338	10.832.288
Construção e Melhoramento das Instalações da Aeronáutica	197.781.104.116	1.383.690	17.431.848	11.602.500	1.237.050
Equipamento de Organizações da Aeronáutica	9.271.835.520	12.599.177	11.045.739	12.156.060	2.663.659
Construção, Reaparelhamento e Melhoramento de Aeroportos	1.711.611.200	3.022.735	—	—	—
Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	1.373.982.266	80.912.920	24.221.205	13.310.542	61.176
Construção de Aeroportos da Amazônia	18.660.120	118.907.068	110.190.821	229.094.683	8.337.570
Pesquisa e Desenvolvimento Aeroespacial	2.251.764.500	1.291.444	10.785.700	10.144.993	311.218
Unidades Habitacionais do Ministério da Aeronáutica	10.795.558.026	12.258.358	—	—	—
Reaparelhamento de Aeroportos	—	9.244	—	—	—
Veículos de Superfície da Tração Mecânica	1.783.689.770	3.689.810	—	—	—
Pesquisa e Desenvolvimento Espacial	—	—	4.572.288	4.729.400	2.692.371
Reparos e Conservação das Unidades Habitacionais — Próprios	—	—	8.355.856	25.785.457	1.539.161
Nacionais Residências	—	—	408.240	3.927.956	2.480.621

MINISTÉRIO DA SAÚDE

A política de saúde vem sendo submetida continuamente a novos princípios de organização democrática, em direção à universalização e à equidade na satisfação das necessidades básicas, em relação às ações de promoção, prevenção e assistência.

Considerando a insuficiência de recursos financeiros e técnicos do setor, tem-se buscado identificar alternativas adequadas e viáveis para enfrentar as crises que periodicamente se apresentam.

Neste sentido, o Ministério da Saúde convocou, em março de 1986, a 8ª Conferência Nacional de Saúde onde, através de um amplo processo de discussão nacional, envolvendo todos os setores da sociedade, foram definidos pressupostos básicos da reestruturação do Sistema Nacional de Saúde.

Com as diretrizes emanadas desta Conferência, os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social embasaram os instrumentos legais de criação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde-SUDS, em julho de 1987.

O SUDS propôs uma clara redefinição das atribuições dos três níveis federativos, dentro dos princípios de solidariedade e de complementariedade, o que exige uma precisa delimitação dos papéis da União, paralelamente a um processo de transferência das ações de saúde para os Estados e Municípios, juntamente com o apoio material, técnico e financeiro.

O SUDS não preconizou tão somente a implementação de mudanças administrativas do setor saúde, mas, principalmente, a necessidade de estabelecimento de um processo que resultasse em mudanças profundas na natureza e na qualidade dos serviços oferecidos, buscando eficácia, eficiência e equidade. Tratou, portanto, de perseguir a definição de novos modelos assistenciais, adequados a cada uma das inúmeras realidades de um País de dimensão continental.

Os princípios indicados para a orientação deste processo envolveram, ainda, a questão da definição de base territorial, a regionalização e hierarquização, com a garantia de acesso da população a todos os níveis de assistência.

Com esse processo, o setor saúde busca, fundamentalmente, a criação de uma identidade recíproca entre serviços e população, onde se promova a mútua transparência, resgatando as pessoas como sujeitos do processo de prestação de serviços de saúde.

A concepção de saúde como direito de todos os cidadãos acelerou o movimento social pela Reforma Sanitária, e criou as bases para a implementação de um Sistema Único de Saúde, descentralizado e hierarquizado.

Este processo histórico culmina com a promulgação da nova Constituição brasileira, em 1988, que define e sanciona estes princípios e estabelece suas bases legais.

Na reestruturação esboçada, está presente uma nova organização dos serviços de saúde, porque, ao invés de reproduzir a clássica dicotomia entre medicina preventiva e curativa, as linhas gerais de ação, como ali estabelecidas, centram-se em programas de atenção integral dirigidos à saúde da população, norteados por critérios sócio-epidemiológicos na definição das prioridades.

Com este enfoque, serão formuladas políticas inter-setoriais, especialmente nas áreas de segurança e saúde no trabalho, alimentação e nutrição, saneamento básico e proteção ao meio ambiente. Tal integração corresponde a uma percepção moderna de saúde, que interliga, em termos efetivos, as ações específicas de saúde com as políticas públicas nas áreas econômica e social.

Na lógica do SUDS, é estabelecida ainda uma nova forma de relacionamento com os subsetores filantrópico e privado, baseado em normas éticas e na exigência de qualidade da prestação de serviços. Não se contrapõem os setores público e privado, mas busca-se uma regra de convivência, cuja essência é a garantia da disponibilidade de serviços, com as qualificações requeridas para o franco acesso dos usuários.

O conceito de seguridade social, estabelecido pela nova Constituição, incorporou a idéia de um orçamento, distinto do fiscal, para financiar os projetos e atividades de saúde, de previdência e de assistência social. O setor saúde ficará suprido com recursos dos orçamentos da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os casos de malária aumentaram para mais de 500 mil por ano (585 mil, em 1988), atingindo uma mortalidade de 1.048 óbitos em 1986, na região da Amazônia Legal, por força das migrações espontâneas, dos projetos de desenvolvimento econômico e da expansão das zonas de garimpo, sem que fossem acompanhadas por equivalente expansão da rede de serviços de saúde ou pela implementação de programas sanitários regulares, capazes de controlar este processo desordenado e acelerado de crescimento econômico. Novas fontes de recursos financeiros (Banco Mundial) e novas programações estão sendo iniciadas com os projetos de Controle da Malária na Bacia Amazônica e de Controle de Endemias no Nordeste.

Ocorreram epidemias localizadas de dengue (1985), após alerta, por parte do Ministério da Saúde, de que a redução dos aportes orçamentários colocaria enormes dificuldades para as ações de controle das grandes endemias.

Por diminuição da cobertura vacinal contra a poliomielite, houve um recrudescimento do número de casos nos anos de 85 e 86, mas com maior intensificação dos esforços de vacinação em massa, sempre em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de saúde, nos anos de 87, 88 e 89, o número de casos voltou a cair, passando de mais de 600 em 85 para 106, em 88, esperando-se menos de 50 casos, em 1989.

No caso das demais doenças controláveis por vacinação e dentro do Programa Nacional de Imunização, verificou-se uma tendência decrescente para o sarampo (76 mil casos, em 85, e 25 mil, em 88), difteria, tétano e coqueluche. Demonstraram tendência estabilizadora a febre tifóide e a tuberculose, enquanto se observou um aumento no número de casos da doença meningocócica nos últimos 3

anos, com surtos epidêmicos localizados em 1988, na grande São Paulo, Linhares-ES, Jataúba-PE, Porto Nacional-TO, Joinville e Blumenau-SC e Aracaju-SE.

A qualidade da atenção e a facilidade de acesso ao sistema de saúde não aumentaram na mesma proporção que a expansão da rede pública de saúde, com a adoção da estratégia da AIS — Ações Integradas de Saúde — e com a criação do programa SUDS — Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. Isto fica evidente quando se constata que, apesar da expansão, continua a existir um déficit estimado em 40% de necessidades de serviços básicos de saúde.

Em relação aos recursos humanos, aumentou, na última década, a tendência concentracionista de médicos nas grandes cidades, principalmente capitais e estados do Sul/Sudeste, e continua baixo o aproveitamento de pessoal não universitário.

As deficiências de infra-estrutura operacional e as divergências na esfera político-administrativa, aliadas aos problemas e questões trabalhistas e funcionais — entre as quais a baixa remuneração do trabalho e dos serviços —, tiveram participação fundamental e contribuíram para a diminuição da eficiência, tanto do setor público quanto do setor privado contratado.

Segundo o Cadastro de Estabelecimentos de Saúde do Ministério da Saúde, até 1987 existiam 30.094 unidades de saúde em todo o Brasil. Desse total, 25% eram de postos de saúde; 21% de centros de saúde; 32% da PAM/POL (postos de assistência médica/políclínicas); 15% de pronto-socorros; 2% de unidades mistas; e 19% de hospitais gerais e especializados.

Das 30.094 unidades de saúde existentes no país, 64% pertencem à rede pública e 36% à rede privada, oferecendo à população brasileira aproximadamente 501 mil leitos para internações, dos quais 25% estão ligados à rede pública e 75% à privada. Observa-se, ainda, que a taxa de leitos por 1.000 habitantes fica em torno de 3.61, sendo as regiões Norte e Nordeste as mais deficitárias com 1.90 e 1.94, respectivamente.

Na área do Ministério da Saúde, reforça-se o funcionamento do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e do Hospital de Doenças do Aparelho Locomotor, da Fundação das Pioneiras Sociais (HDAL/FPS), tornando-os centros de excelência no país e referência internacional. Fortalece-se a implementação do sistema de co-gestão com o INAMPS nos hospitais da administração direta do MS e da FIOCRUZ. São implantados o Centro de Transplante de Medula Óssea no INCA e o Sistema de Reabilitação, Traumatologia e Ortopedia — SIRTO, na FPS.

Não resta a menor dúvida de que as condições de saúde da população brasileira são insatisfatórias, mormente se a compararmos com o estágio de desenvolvimento econômico atingido no País.

Esta afirmativa pode ser facilmente evidenciada se citarmos alguns indicadores de saúde, a título de exemplo:

Nas regiões Norte e Nordeste, principais bolsões de pobreza do país, há um grande acúmulo proporcional de óbitos nas faixas de menores de 1 ano, em todos os períodos. Da mesma forma, persistem baixas as taxas para a população de 50 anos e mais, não obstante visualizarmos uma tendência de melhoria dos indicadores nestas faixas no decorrer do período 80/86. Assim, no ano de 1980, a mortalidade proporcional para menores de 1 ano que era, respectivamente no Norte e no Nordeste, de 31,7% e 34,7%, passa a 27,1% e 23,9% no ano de 1986. Para os óbitos no grupo de 50 anos e mais, as proporções passam de 34,4% e 39,1% (1980) para 39,2% e 49,8% (1986). Apesar desta evolução, estes últimos achados encontram-se distantes das taxas descritas para as regiões Sudeste e Sul, onde, em 1986, a distribuição da mortalidade proporcional em menores de 1 ano era de 13,1% e 11,7%, respectivamente, e no grupo de 50 anos e mais de 59,5% e 63,5%.

As desigualdades regionais são realçadas, ainda no mesmo plano de análise, para as taxas verificadas na faixa de 1 a 4 anos e nas faixas de 5 a 19 anos. No ano de 86, proporções de 6,5% e 5,4% (1 a 4 anos) nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, contrastam com taxas de 1,9% e 2,0% para as regiões Sudeste e Sul. Estas desigual-

dades são mais significativas se verificarmos que, já no início da década, as regiões Sudeste e Sul mostravam proporções da ordem de 3,2% e 3,4%, menores, portanto, do que estas exibidas pelas regiões Norte e Nordeste. Entretanto, como se pode verificar, o padrão de distribuição da mortalidade proporcional, em qualquer uma das regiões do país, ainda é marcado por forte componente de mortalidade em idades precoces.

O quadro nosológico é bastante coerente com aquele representado pela mortalidade, guardando estreita relação com o nível de desenvolvimento sócio-econômico de cada uma das regiões. Verifica-se uma participação significativa das doenças que ocorrem nos países desenvolvidos — distúrbios cardiovasculares, neoplasias, doenças profissionais, acidentes de trabalho, violência, etc. — sem, no entanto, se ter logrado a redução daquelas que atingem os países em desenvolvimento, como a esquistossomose — 6 milhões de pessoas, doença de Chagas — 8 milhões de casos, malária — 500 mil casos/ano, diferentes graus de desnutrição, assim como as doenças diarréicas na infância, tanto ligadas à desnutrição, como às más condições de habitação e de saneamento básico.

Os recursos aplicados pelo Ministério da Saúde no quinquênio 1985-89 (em valores a preços de maio 1989) totalizaram NCz\$ 5.895,1 milhões, com a seguinte distribuição segundo as Grandes Regiões:

Regiões	NCz\$ Milhões	%
Norte.....	736,2	12,57
Nordeste.....	2.231,6	38,09
Sudeste.....	1.686,4	28,78
Sul.....	540,3	9,22
Centro-Oeste.....	664,6	11,34
Totais.....	5.895,1	100,00

As aplicações relativas às grandes áreas-programas, no mesmo período, compreenderam:

Áreas-Programas	NCz\$ Milhões	%
Implementação do Sistema de Saúde.....	997,8	17,03
Alimentação e Nutrição.....	741,8	12,66
Medicamentos.....	1.938,1	33,08
Combate às Endemias.....	1.027,9	17,55
Saneamento.....	115,1	1,96
Ações de Saúde.....	1.038,3	17,72

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Foram implantados, no período, o programa de Auto-suficiência Nacional em Imunobiológicos, os programas de Controle ao Tabagismo, de Controle de Diabetes — tendo como atividade inicial o Censo Nacional de Diabetes — e as Ações de Combate à AIDS. São ainda incrementados os programas de Controle da Infecção Hospitalar — quando triplica o número de hospitais que possuem comissão de controle e são treinadas mais de 7.000 pessoas —; de Controle do Sangue — que passa a contar com 26 hemocentros, 4 centros regionais e 48 centrais sorológicas; e, de Controle da Hanseníase, que, com a introdução do esquema da poliquimioterapia, consegue reduzir para 1 mês o tempo de transmissibilidade da doença.

O mesmo ocorreu com os programas de distribuição de medicamentos à população carente, havendo variação no número de farmácias básicas distribuídas (de 16 mil a 20 mil) e no número de pessoas atendidas (50 milhões a 60 milhões), em função da flutuação dos recursos destinados.

No terreno da ciência e tecnologia, devem ser ressaltados o isolamento do primeiro vírus da AIDS, no Brasil, em 1987, e a identificação de produto natural que bloqueia a transmissão, em laboratório, da infecção de *Trypanosoma cruzi*, ambos realizados na FIOCRUZ, que também se tornou responsável pelo atendimento de toda a demanda nacional de vacinas contra a meningite meningocócica tipo C, sa-

rampo e em 80% da produção mundial da vacinação de febre amarela. A FIOCRUZ iniciou, ainda, a produção das vacinas contra hepatite tipo B e poliomielite, e dos reagentes para diagnóstico da leptospirose e AIDS.

Neste período, os laboratórios oficiais alcançaram uma produção suficiente para atender a necessidade nacional em soros antiofídicos, o que deu suporte para implementação do programa de Controle de Acidentes por Animais Peçonhentos.

Na assistência médico-hospitalar, o MS presta serviços através de 9 hospitais da administração direta, 9 hospitais e centros de saúde da Fundação das Pioneiras Sociais e Fundação Oswaldo Cruz, 799 unidades de saúde e 58 unidades mistas da Fundação SESP. Esta rede, que dispõe de 6.000 leitos, hospitalizou mais de 2 milhões de pessoas e realizou mais de 10 milhões de consultas ambulatoriais no período, nas especialidades de clínica médica, pediatria, gineco-obstetrícia, oncologia, psiquiatria, tisiopneumologia, cardiologia, doenças transmissíveis, emergência e doenças do aparelho locomotor.

Na área de saúde bucal, foi definida uma política de ação setorial em função dos resultados de uma pesquisa epidemiológica de cobertura nacional, que possibilitou estimar a prevalência da cárie dentária em 11%, uma das mais altas do mundo. Foram incrementados programas preventivos, como a fluoretação da água de consumo público, abrangendo mais de 60 milhões de pessoas e de aumento da faixa preventiva dos produtos dentifrícios no mercado.

Os hemocentros, dentro do Programa de Controle do Sangue, realizaram 612 mil coletas e 600 mil transfusões, cerca de 15% da necessidade total. Aproximadamente 82% das doações provêm de doadores cadastrados e todo o sangue coletado submetido a seguros exames laboratoriais.

No referente à área de atuação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), desenvolveram-se as seguintes ações:

— Suplementação Alimentar, que distribuiu 580 mil toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 10 milhões de crianças, gestantes e nutrízes em 3.500 municípios;

— Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em áreas de baixa renda, que comercializou, a preços reduzidos, 346 mil toneladas de alimentos básicos, através de 4 mil varejistas, em sete capitais do Nordeste; e

— Combate às Carências Nutricionais Específicas que, no período, iodatou 7 milhões de toneladas de sal de cozinha, com vistas ao controle do bócio endêmico e incentivou o aleitamento materno, através de diversas ações, incluindo o estabelecimento de normas de funcionamento e o incentivo à implantação de bancos de leite humano.

As ações na área de saneamento básico realizadas pela Fundação SESP compreenderam a construção de 53 sistemas de abastecimento de água e ampliação de outros 75. No período, foram construídos 79 sistemas de esgoto, ampliados 61 e implantadas 2.700 mil melhorias sanitárias. Além dessas ações, o Ministério da Saúde vem participando do ativamento do Projeto Nacional de Saneamento Rural, em articulação com a SEPLAN/IPEA, sendo a ele cometida, desde 88, a coordenação da política nacional de saneamento básico.

Quanto às principais ações de combate às endemias, foram desenvolvidas as seguintes atividades: 2 milhões de borrifações intradomiciliares anuais no combate à malária; 2,9 milhões de borrifações domiciliares no período 85/88 para combate à doença de Chagas; 60 mil tratamentos de criadouros com moluscicida no combate à esquistossomose; e 15,5 milhões de prédios borrifados no período 85/88 no combate ao *Aedes aegypti*.

Com a finalidade de dinamizar as ações de Controle da Malária na Bacia Amazônica e de Controle das Grandes Endemias no Nordeste, o Ministério da Saúde contratou com o Banco Mundial o financiamento de dois projetos, respectivamente nos valores de US\$ 99 milhões e US\$ 199 milhões, que servirão para suplementar os trabalhos naquelas regiões até 1994.

Na área da Vigilância Epidemiológica, os esforços para a erradicação da pólio e para o controle das principais doenças transmissíveis como sarampo, coqueluche, difteria,

tétano, tuberculose, hanseníase, meningite e AIDS apoiaram-se no aprimoramento do sistema de notificação e investigação de casos, na intensificação da imunização, para as controláveis por vacina, no aperfeiçoamento do controle dos contatos e comunicantes e no tratamento dos pacientes por elas acometidos.

Pólio — em razão do sucesso alcançado pelas campanhas de imunização, o Ministério da Saúde transformou o programa de controle da poliomielite em um projeto mais ambicioso, porém factível, de erradicar totalmente a doença até 1990. Já se conseguiu, com a vacinação, diminuir o número de casos de pólio de uma média anual de 2.300, até 1979, para menos de 200 casos por ano, no período 80/85. Com a queda no percentual de crianças vacinadas, em patamares inferiores a 90%, a partir de 1985, houve um novo aumento do número de casos que atingiu a mais de 600 em 86. O incremento das ações de vacinação, voltando a percentuais superiores a 90%, permitiu nova redução do número de casos, sendo estimado para 1989 menos de 50 casos e para 1990 a erradicação da doença.

Sarampo — a realização de campanhas de vacinação em massa possibilitou a redução da incidência notificada que apresenta tendência decrescente nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Coqueluche — também esta doença tem apresentado tendência decrescente da incidência de números absolutos e dos coeficientes por 100.000 habitantes. Observa-se a partir de 1983 uma diminuição da incidência, associando-se esta melhoria ao aperfeiçoamento da qualidade das vacinas e à regularização da aplicação do esquema básico de 3 doses, além da intensificação da cobertura vacinal.

Tuberculose — a mortalidade por tuberculose vem decrescendo no último decênio, de 7.44 por 100.000 habitantes para 4.38. O aumento de cobertura da população teve grande incremento nos últimos anos, chegando a 95,9%, abrangendo 86,9% dos municípios brasileiros. O melhor exemplo são os mais de 30 milhões de crianças menores de 14 anos vacinadas nos últimos 8 anos, evidenciando uma cobertura vacinal em torno de 70% nessa faixa etária.

Hanseníase — a hanseníase é uma das grandes endemias ainda persistente no Brasil, constituindo grave problema de saúde pública. As estratégias para o aumento de cobertura e melhoria da qualidade da atenção ao paciente hanseniano foram definidas considerando a gradual capacidade de absorção das ações pelos serviços de saúde no próximo quinquênio. Verifica-se, nas áreas de atuação da Fundação SESP, que ocorreu, ao longo dos últimos 4 anos, um incremento no percentual de encerramento por cura.

Meningites — dos quatro grupos das meningites, apenas a meningocócica necessita de medidas de controle imediato, devido à possibilidade de ocorrência de surtos. A doença meningocócica vem aumentando progressivamente nos últimos 4 anos, com predominância do soro-grupo B. Este aumento tem sido controlado com medidas de vigilância epidemiológica.

AIDS — a situação epidemiológica da AIDS, no país, não é animadora. De 1982, quando foram diagnosticados os primeiros casos, até outubro de 1989, 9.003 casos foram notificados ao Ministério da Saúde. Estima-se, entretanto, que este dado representa aproximadamente 70% das ocorrências. Nos últimos 3 anos, o número de casos novos vem duplicando ano a ano, o que nos dá uma sombria perspectiva futura, caso não ocorram fatos novos que redefinam esta tendência. A região Sudeste concentra 80% dos casos e São Paulo atinge taxas cumulativas de 70 casos por 1 milhão de habitantes. Atualmente, não são registrados casos confirmados apenas nos estados de Roraima e Amapá. A transmissão sexual é responsável por 74% dos casos, seguindo-se a transmissão sangüínea com 19% e a perinatal 1%, sendo que 7% dos casos não tiveram sua categoria de transmissão definida. É notório o progressivo aumento proporcional de casos em usuários de drogas de utilização intravenosa, atingindo atualmente 8% do total.

No que concerne ao controle das zoonoses, foram implantados 26 Centros de Controle nas capitais e incrementadas as ações do Programa Nacional de Profilaxia da Raiva, que atingiu, no ano de 1988, a cobertura de 85,9%, vacinando quase 10 milhões de cães e gatos. O resultado é um decréscimo do número de casos de raiva humana, que

passou de 52 em 85 para 37 em 88, com redução acentuada nas capitais, onde ocorreram apenas 3 casos neste último ano.

As ações ligadas ao programa de Controle de Acidentes por Animais Peçonhentos envolveram, desde 1986, um complexo espectro de atividades. O estímulo à produção dos soros antiofídicos resultou no período 86/88 na distribuição às Secretarias de Saúde e Forças Armadas de 1,1 milhão de ampolas.

No controle da infecção hospitalar, o Ministério da Saúde decidiu apoiar as instituições hospitalares, implementando, desde 1984, o projeto de Capacitação de Recursos Humanos no Controle da Infecção Hospitalar. Foram elaborados o Manual de Controle e o Manual de Legislação Brasileira sobre a matéria e os instrumentos educativos para os cursos, realizados por todo o País. De 1985 até hoje, foram treinados 7.083 profissionais de saúde e realizadas várias pesquisas, operacionais e científicas. Alguns destes estudos permitem avaliar satisfatoriamente o andamento do projeto, pois já existem implantadas Comissões de Controle da Infecção Hospitalar em 10% dos 6.000 hospitais brasileiros, em contraste com os 2,3% existentes em 1980.

No campo da vigilância sanitária, o MS é responsável pela normatização da prática de ações correlatas em todo território nacional, com a finalidade principal de controlar a qualidade, eficiência e a segurança dos produtos e bens colocados à disposição do consumidor — alimentos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, medicamentos, drogas e correlatos, produtos saneantes e domissanitários, além das ações destinadas a evitar a importação de doenças e de substâncias que representem risco potencial à saúde da população.

No campo do aperfeiçoamento da infra-estrutura de serviços, estão sendo desenvolvidos o Projeto Ações de Saúde no Nordeste Rural juntamente com o programa de Saneamento Básico no Meio Rural. Dividido em duas etapas, o Projeto de Saúde tem sido financiado com recursos dos governos federal e estaduais — e, em menor escala,

municipais — e também por recursos provenientes do Banco Mundial. Seus objetivos básicos são, além da melhoria da qualidade da atenção prestada à população, auxiliar o reordenamento do setor saúde na região, em conformidade com as orientações emanadas para a implementação do Sistema Único de Saúde.

Na primeira fase — Nordeste I — estão sendo beneficiados os estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte, com uma população alvo de 3,6 milhões de habitantes, distribuída por 176 municípios. Os custos previstos são da ordem de US\$ 129,7 milhões, dos quais US\$ 59,9 milhões financiados pelo Banco Mundial. Iniciada em 87, esta fase se encerrará em 1995, tendo comprometido 20% dos recursos previstos.

Numa segunda etapa, a ser desenvolvida entre 1990/95, serão abrangidos os estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (expansão), estando previstos recursos da ordem de US\$ 600 milhões, dos quais US\$ 275 milhões oriundos de financiamento do Banco Mundial.

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Além das prioridades relacionadas a seguir, foi conferida especial atenção ao programa de Auto-Suficiência Nacional em Imunobiológicos e de incentivo aos Projetos de Saneamento Básico, para os quais se busca financiamento externo:

- continuar obras de construção, reforma e reequipamento de unidades da rede governamental do Sistema Único de Saúde;

- melhorar o atendimento médico e hospitalar integral no âmbito do Sistema Único de Saúde e ampliar as ações de prevenção e assistência odontológica à população de baixa renda; ampliar o serviço de assistência materno-infantil integral;

- combater doenças transmissíveis e endêmicas; ampliar e modernizar a rede nacional de hemocentros e de la-

boratórios de saúde pública; aprimorar o sistema de vigilância epidemiológica;

- promover ações relativas à suplementação alimentar;

- ampliar a produção e a distribuição de medicamentos essenciais e farmácias básicas;

- aperfeiçoar a vigilância sanitária não só através da fiscalização e do controle de qualidade, inclusive da produção, da utilização e do transporte de alimentos, de medicamentos, de produtos psicoativos, de tóxicos e radiativos, bem como da fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras;

- modernizar e expandir as ações de fiscalização da segurança e da saúde do trabalhador, com ênfase na prevenção dos acidentes do trabalho;

- apoiar o desenvolvimento científico-tecnológico na área da saúde, abrangendo reequipamento médico-hospitalar, suprimento de tecnologia e insumos essenciais;

- apoiar ações de proteção à saúde quando afetada por alterações no meio ambiente, inclusive as decorrentes de contingências climáticas;

- apoiar complementarmente ações na área de saneamento básico, através da expansão de sistemas de abastecimento de água e esgoto; e

- dar continuidade à prestação de assistência às comunidades indígenas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

A atuação do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MD) durante os últimos cinco anos teve como principal meta a de ser coordenador da política industrial exercendo o importante papel de interlocutor

com o setor privado. Identificando os obstáculos com que se defrontava o setor industrial para o aumento de seus investimentos, procurou viabilizar os instrumentos disponíveis que possibilitassem a superação das dificuldades encontradas. O destaque é a implantação da Nova Política Industrial, através do Decreto-Lei nº 2.433/88, com o que se busca, principalmente, o aumento da competitividade do parque industrial do País permitindo-o entrar em nova fase de desenvolvimento. Para atingir as metas de facilitar os investimentos produtivos, incentivar o desenvolvimento tecnológico e a liberalização do comércio exterior, conta a nova política industrial com os Programas Setoriais Integrados, os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e os Programas BEFIEX.

Na direção da implementação da política, o MD organizou e coordenou câmaras setoriais, integradas por empresários, entidades de classe, consultores e técnicos do Governo a fim de identificar e propor diretrizes para a solução dos desafios principais impostos à modernização da indústria. Ao mesmo tempo que a política industrial vinha sendo implementada, ocorreram a reforma do sistema tarifário aduaneiro, a simplificação dos procedimentos de exportação, a privatização de empresas industriais sobre controle de governo e a criação de novos mecanismos de apoio à exportação de produtos com participação ainda pouco significativa na pauta brasileira. Paralelamente, desenvolveram-se ações na área internacional visando à divulgação da política industrial, buscando apoio para sua implantação através do intercâmbio comercial e da promoção de investimentos estrangeiros diretos. Procurou-se dar ênfase à integração continental, dentro das linhas de atuação definidas pela Comissão Nacional da ALADI. Contando ainda com o concurso do MRE, foram negociados instrumentos de cooperação internacional, destacando-se o firmado entre o INMETRO e o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial, INTI, da República Argentina, como anexo ao Protocolo nº 4 de Expansão do Comércio. Ações junto aos Estados Unidos da América e à CEE foram desenvolvidas buscando eliminar entraves no bom relacionamento comercial do Brasil com aquelas potências.

Atendendo ainda a orientações ministeriais, procedeu o MD a permanente contato com os demais Ministérios e Poderes Constituídos federais, estaduais e municipais, visando à promoção da integração institucional e programática entre eles.

Para o sucesso das missões atribuídas ao MD, foi desenvolvido um programa de recuperação da condição operacional do Ministério, modernizando sua estrutura básica. No âmbito organizacional, as atividades de modernização administrativa abrangeram estudos e proposições atinentes à estrutura básica do Ministério e das entidades vinculadas.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI)*

O CDI, órgão responsável pela Política Industrial do País, tem na Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial (SDI) sua Secretaria Executiva.

Os principais mecanismos da Política Industrial são:

- Programas Setoriais Integrados (PSI);
- Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI);
- Programas BEFIEX.

Estão formalmente instituídas e instaladas as Câmaras Setoriais encarregadas da elaboração dos Programas Setoriais Integrados para o Setor Siderúrgico, para o Setor Têxtil e para o Setor de Curtume, Couro e Artefatos de Couro, bem como as Câmaras para diagnóstico de 15 (quinze) complexos industriais (Resolução CDI nº 13/89).

A Câmara Setorial do Setor Têxtil já concluiu a elaboração do PSI, apreciado pelo CDI em 8.11.89. No elenco das recomendações, destaca-se a questão da margem de proteção tarifária da indústria nacional, a qual, mediante ampla e árdua negociação, é retratada em alíquotas decrescentes do imposto de importação. Com isso, os setores industriais objeto do PSI acordam no sentido de se exporem à concorrência internacional.

Pode-se afirmar que o PSI, de fato, é o mecanismo para a transição de uma economia regulada para uma economia de mercado.

O estímulo ao desenvolvimento tecnológico ocupa papel de destaque entre as prioridades da nova Política Industrial, à semelhança do que ocorre em outros países. Foram instituídos novos instrumentos de suporte ao desenvolvimento tecnológico industrial, os PDTIs.

Têm eles por finalidade a capacitação tecnológica das empresas por meio da criação e manutenção de estrutura de gestão tecnológica permanente, própria ou mediante associação entre empresas ou vínculo com instituições de pesquisa. A idéia central é estimular o empresário a investir parte dos resultados gerados por sua indústria no desenvolvimento de tecnologia própria.

O Programa BEFIEIX manteve a sua concepção original recebendo aperfeiçoamento para adequá-lo à nova Política Industrial.

O objetivo do Programa BEFIEIX é o incremento das exportações e a obtenção de saldo global positivo de divisas, computados os dispêndios cambiais, a qualquer título, mediante compromissos firmados com a União pelas empresas titulares.

2.2. Programa BEFIEIX

A grande novidade do Programa BEFIEIX é a prioridade conferida às empresas localizadas nas áreas da SUDENE e da SUDAM. Para essas empresas, independentemente do setor a que pertençam ou do montante exportado, os Programas terão isenção do II e do IPI nas importações.

A comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (BEFIEIX) aprovou ao longo do período 1985-89 (jan.-out.) 287 programas.

O total das exportações compromissadas alcançou no período 1985/89 (jan.-ago.) o montante de US\$ 31,8 bilhões, com saldo líquido de divisas de US\$ 19,6 bilhões,

tendo sido concedidos incentivos fiscais no valor de US\$ 2,2 bilhões.

Até outubro deste ano, encontravam-se em execução 488 programas que envolvem compromissos de exportação de US\$ 97,4 bilhões, a serem efetivados, em média, nos próximos 8 anos.

2.3. Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI)

Foram apresentados no período de 1988/89 (jan.-out.), 41 Programas com a previsão de US\$ 347,9 milhões em dispêndios totais. Deste conjunto, foram, até out./89, aprovados 11 programas com US\$ 60,7 milhões em dispêndios totais, distribuídos entre os seguintes setores: Bens de Capital (7) US\$ 33,7 milhões; Metalúrgico (3) US\$ 14,1 milhões e Químico (1) US\$ 12,9 milhões.

2.4. Projetos Industriais

Não obstante as alterações verificadas no âmbito das diretrizes da Política Industrial, deu-se continuidade às aprovações de projetos industriais, em particular àqueles voltados ao Programa Nacional de Petroquímica, à concessão de incentivos às empresas produtoras de aço, com base na Lei nº 7.554/86 e a produtos sujeitos ao controle da Secretaria de Vigilância Sanitária.

As aprovações no período 1985/89 (jan.-out.) perfizeram um total de 716 projetos, com inversões fixas previstas da ordem de US\$ 10,2 bilhões. Desse resultado, 334 aprovações couberam às Indústrias Químicas (incluindo-se os setores de Petroquímica, Farmacêutica, Produtos Intermediários, Não-Metálicos e de Cimento, de Papel e Celulose), seguindo-se as Indústrias de Bens de Consumo com 268 propostas aprovadas.

No decorrer de 1989, foram concedidos incentivos somente às empresas produtoras de aço, com base na Lei nº 7.554/86, atingindo um total de US\$ 119,6 milhões.

2.5. Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)

Como instrumento complementar de política industrial, o Programa das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) foi instituído em julho de 1988, pelo Decreto-Lei nº 2.452, com o objetivo de estimular a industrialização das regiões menos desenvolvidas do País (Norte e Nordeste), aproveitando-se de mecanismos especiais de promoção de comércio exterior.

Em julho de 1989, após aprovação do Decreto-Lei nº 2.452, o Congresso Nacional referendou a Medida Provisória nº 62, transformando-a na Lei nº 7.792, que limita em 10 (dez) o número das Zonas de Processamento de Exportação brasileiras. Esse limite de 10 ZPEs já foi atingido, com a criação de 4 (quatro) organismos da espécie em 1988 e outros 6 (seis) em 1989, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Paraíba, Pará, Sergipe, Tocantins e Bahia.

2.6. Siderurgia

O diagnóstico da situação do setor siderúrgico estatal enfatizou o desequilíbrio das finanças das empresas, em razão do atraso das obras de expansão, com a conseqüente elevação dos custos dos projetos. Ao mesmo tempo, apontou redução persistente da geração interna de recursos em virtude da recessão econômica, principalmente pela política de preços adotada para a venda de laminados de aço no mercado interno.

Diante disso, elaborou-se o Plano de Recuperação da Siderurgia, prevendo, entre outras, as seguintes medidas: capitalização de parte da dívida do Sistema; política de preços abrangente e adequada à cobertura de custos e à remuneração do capital investido; aumento gradativo da eficiência operacional; e manutenção permanente do nível de competitividade, mediante esforço de atualização tecnológica. Este plano, aprovado em janeiro de 1987, está sendo implementado.

A SIDERBRÁS iniciou, em 1985, a efetivação de plano de privatização, visando especificamente às empresas que concorrem com o setor privado, tendo acelerado o processo com a definição de estudos relativos à Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (COSIM) e da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI).

Destaca-se em 1986 o incremento do setor siderúrgico estatal, que, com produção de 13,8 milhões de toneladas, foi o segundo maior grupo do mundo (em 1985 era o quinto), atrás apenas da Nippon Steel. Deu-se continuidade à execução dos projetos de expansão (estágio III da CSN, COSIPA e USIMINAS) e de implantação (metalurgia da AÇOMINAS, Fase I da CST e o Terminal de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole). O destaque principal de 1986 foi a entrada em operação da AÇOMINAS.

Em 1987, foi aprovado o Plano de Saneamento do Sistema SIDERBRÁS, com destaque para:

- capitalização, pelo Tesouro Nacional, de débitos da SIDERBRÁS no montante de US\$ 4.572 milhões, convertendo-se em participação acionária da União na *holding*;
- assunção, por parte da SIDERBRÁS, de dívidas das empresas controladas, no total de CZ\$ 112.913 milhões (cruzados antigos).

Algumas providências previstas no Plano de Saneamento sofreram restrições, criando-se novo déficit no Sistema, agravado por perdas de faturamento da ordem de US\$ 750 milhões, em razão da permanente defasagem de preços. A nova situação de desequilíbrio econômico-financeiro do Sistema indicava a necessidade global de cerca de US\$ 4,3 bilhões para o exercício de 1988. Para solucionar tais necessidades de recursos, várias fontes foram identificadas, destacando-se a capitalização de créditos do Tesouro Nacional, no valor de US\$ 2 bilhões, formalizada em 3.9.88. Para equacionamento do saldo restante, a solução encontrada foi a emissão de títulos da dívida de longo prazo — debêntures não conversíveis — garantidas pela União (Decreto-Lei nº 2.460, de 26.8.88).

No final de 1988, foram acelerados os estudos e concluído o projeto de engenharia básica da Usina Siderúrgica

do Maranhão (USIMAR) e da Usina Siderúrgica do Nordeste (SIDNOR).

O Programa de Privatização foi enfatizado pelo Decreto nº 95.886, de 29.3.88, e no âmbito da SIDERBRÁS foram tomadas medidas concretas em 1988, tais como: encerramento do processo de privatização da COSIM; liquidação da Carbonífera Próspera com sua departamentalização na CSN; limitação da atuação da empresa COBRAPI, no mercado nacional, à prestação de serviços de engenharia básica.

Em 1989, a SIDERBRÁS, por determinação do MD, iniciou a preparação do Plano de Recuperação Financeira da CSN, da COSIPA e da própria *holding*.

A COFAVI teve seu controle acionário adquirido pela DUFERCO TRADING S.A., em leilão realizado em 12.7.89. Por seu turno, a Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) foi adquirida pela empresa TRONCOSUL Administração e Participações Ltda. (Grupo GERDAU) em leilão de 3.10.89. Estão em curso os estudos para a privatização da empresa Aços Finos Piratini, a serem finalizados até dezembro/89.

2.7. Registro do Comércio (DNRC)

A situação atual dos órgãos do Sistema Nacional de Registro do Comércio e dos serviços prestados aos seus usuários apresenta-se de forma bastante distinta daquela verificada em 1985, evidenciando, assim, os resultados alcançados na execução do Programa de Ação Modernizadora, posto em prática a partir daquele ano.

As principais realizações foram:

- a criação do contrato-padrão para Sociedades Limitadas; a implantação da certidão simplificada que atende 90% das solicitações; do registro simplificado de firmas individuais e de sociedades limitadas; do registro por via postal, em fase de testes nos estados do Amazonas e Pará;

- a revisão das normas que disciplinam o registro do comércio, transformando cerca de 130 atos em 25 instruções normativas, atualizadas e simplificadas;

— a reorganização administrativa das Juntas Comerciais dos estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Pará, Sergipe, Espírito Santo, Paraná e Bahia;

— treinamento de recursos humanos do DNRC.

Foram alcançadas metas de informatização das Juntas Comerciais dos estados de RS, PR, SC, GO, MS, MT, PA, CE, PE e do DF, bem como cadastramento, a nível nacional, de cerca de 900.000 atos de constituição, alteração e extinção de empresas no Cadastro Nacional de Empresas.

2.8. Propriedade Industrial (INPI)

Nos países mais industrializados, a proteção aos inventos e inovações tecnológicas é fator decisivo para o desenvolvimento econômico e industrial, com reflexos no âmbito social. No Brasil, o empresariado ainda não está plenamente consciente dos benefícios do sistema de propriedade industrial, principalmente do setor de patentes.

Os dados do período 1985/89 relativos ao INPI podem ser assim visualizados:

	1985	1986	1987	1988	1989 [*]
Depósito de Registro de Marcas	53.389	80.019	81.642	62.414	57.690
Pedidos de Patentes (deferidos)	4.981	3.467	4.856	5.136	4.350
Transferência de Tecnologia (pedidos de averbação e consultas prévias)	2.007	2.036	2.854	2.816	1.844
Programas de Computador (pedidos decididos)	—	—	—	—	27

* Dados de janeiro/outubro/89.

Quanto à documentação tecnológica e à utilização do Banco de Patentes, os números do INPI são os seguintes:

Documentação tecnológica (n.º de cópias):

1985	28.674
1986	119.007
1987	187.522
1988	230.595
1989	169.163 (jan./out./89)

Utilização do Banco de Patentes (fornecimento de cópias de documentos):

1985	126.475
1986	221.635
1987	272.548
1988	293.490
1989	226.311 (jan./out./89)

2.9. *Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial* (INMETRO)

O INMETRO procurou desenvolver esforços no sentido de contribuir para promover o fomento da Metrologia, da Normalização da Qualidade Industrial, fornecendo apoio técnico e gerencial às entidades técnicas e industriais que dele necessitaram.

Nas atividades de Metrologia Científica e Industrial, retomaram-se as obras dos edifícios integrantes do Projeto de Implantação do Laboratório Nacional de Metrologia (LNM), com a conclusão em 1986 do prédio de Mecânica, em 1988 de Eletricidade e prevista para fins de dezembro/89 a do prédio de Óptica e Calor. Foram investidos em equipamentos importados, no período, recursos da ordem de US\$ 7 milhões. Os equipamentos adquiridos e os em fase final de aquisição colocam o LNM em posição equivalente aos grandes núcleos metrológicos dos países desenvolvidos. Propiciou-se treinamento a 12 técnicos no exterior, em instituições de renome internacional (Alemanha, Itália etc.).

No campo de Qualidade Industrial, foram registradas no INMETRO, como integrantes do SINMETRO, 700 entidades públicas e privadas, bem como credenciados 32 laboratórios componentes da Rede Nacional de Laboratórios de Ensaaios.

Na área da Normalização, foram analisados 2.826 textos normativos, com vistas ao seu registro como Normas Brasileiras (NBR), sendo aprovados 2.065 textos. A partir de 1987, deu-se início ao Programa de Extensão Tecnológica em Normalização e Qualidade Industrial, cujo objetivo principal é o de fomentar, a nível de empresa, o uso adequado da Norma Técnica, visando melhores resultados no desempenho técnico e econômico das atividades produtivas.

Nas atividades de Metrologia Legal, o sistema visitou cerca de 940.000 estabelecimentos comerciais/ano e realizou a verificação média de 2.000.000 de instrumentos de medir/ano.

2.10. Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE)

O CEBRAE, sociedade civil sem fins lucrativos, vinculado ao MD, abrange sistema formado por um núcleo central em Brasília e por 27 agentes (CEAGs), distribuídos em todas as capitais do País, contando ainda com mais 70 escritórios espalhados pelo interior do Brasil. Tais agentes constituem-se nas unidades operacionais que atendem o segmento das micro, pequena e média empresas, no apoio, orientação, articulação, treinamento e fomento desses pequenos negócios.

Dada a abrangência do sistema, os programas são desenvolvidos em conjunto com associações e entidades representativas do segmento das MPMEs, com Universidades e Centros Tecnológicos, com o sistema financeiro e com prefeituras municipais.

Durante o período 1985/88, o CEBRAE obteve, através dos seus principais instrumentos de apoio à micro, pequena e média empresa, os seguintes resultados:

-
- empresas atendidas: 226.341 empresas;
 - cursos e eventos: 13.801 eventos diversos;
 - pessoas treinadas: 300.211 participantes;
 - informações prestadas: 408.903 (atendimentos a empresas/pessoas);
 - estudos realizados: 711 estudos.

A partir de 1989, com mudanças realizadas no modelo operacional, foram alteradas as diretrizes de atuação e reorganizados os instrumentos de ação para atendimento às MPMEs.

2.11. *Café (IBC)*

No período 1985/89, a principal função da área de produção do IBC foi o acompanhamento do parque cafeeiro e seu potencial produtivo. A evolução desse parque na última década se manteve estável até 1985, com cerca de 3,5 bilhões de covas de café, acusando crescimento significativo, a partir de então, mediante o plantio de cerca de 1 bilhão de novos cafeeiros, estabilizando-se em 1988/89 com aproximadamente 4,3 bilhões de pés. Esse incremento foi motivado pela elevação de preços, após a estiagem de 1985/86.

O parque cafeeiro atual, com bons tratos e na ausência de fenômenos climáticos adversos, tem potencial de produção de safras médias de 30-32 milhões de sacas/ano, com ciclos de baixas e altas produções anuais na faixa de 20-45 milhões de sacas, conforme foi observado nas últimas safras normais.

Como o universo de cafeicultores está estimado em 320 mil produtores, dos quais 80% de pequenos proprietários, são de fundamental importância os trabalhos de pesquisa e assistência técnica, sendo que estudos demonstram que a falta de orientação a esses produtores acarreta diminuição de produtividade, com perda de até 20% em uma safra normal.

Para a manutenção de estoques reguladores, os armazéns do IBC (114) têm capacidade de armazenagem em torno de 34 milhões de sacas (desde que utilizados apenas

procedimentos manuais, não mecanizados) e uma área construída de 1,7 milhão de metros quadrados.

O cenário da comercialização externa agravou-se sensivelmente em função das expectativas de grandes dificuldades geradas no âmbito da OIC, o que de fato ocorreu, em 4.7.89, a partir da suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, exigindo, por isso, a imediata adaptação dos seus mecanismos ao novo quadro decorrente do regime de livre mercado, através das seguintes medidas:

- alongamento acentuado do prazo referente à abertura de registros para exportação, o qual, agora, contempla um horizonte de seis meses; e

- redução sensível do percentual da Quota de Contribuição incidente nas vendas externas de café verde e do produto solubilizado para o nível de 6%, desde o mês de julho próximo passado.

A assistência técnica prestada aos cafeicultores e suas cooperativas objetivou a execução e acompanhamento dos Planos Anuais de safra cafeeira, incremento da produtividade, melhoria da qualidade, treinamento de mão-de-obra, estímulo à atividade cooperativista e difusão de novas tecnologias.

Em atendimento às necessidades específicas de cada região foram realizadas campanhas, dentre outras, de diversificação de culturas, renovação de lavouras, controle de pragas e doenças e desenvolvimento do cooperativismo.

Ênfase especial foi dada à melhoria da produtividade objetivando a produção de cafés a custos mais competitivos e a elevação do nível (econômico e social) da população empregada diretamente na atividade cafeeira.

Outro aspecto importante nas modificações institucionais por que passou a economia cafeeira, caracterizada pela gradual redução de ingerência governamental no setor, foi a instituição do sistema de leilões de DRDVs, em função do contingenciamento imposto pelas cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, as quais acham-se suspensas no momento em função dos resultados da última reunião do Conselho da OIC.

2.12. Açúcar e Alcool (IAA)

O Governo tem promovido processo de reformulação do IAA, autarquia vinculada ao MD, sobretudo com relativo enxugamento de sua estrutura administrativa e transferência de várias atividades, que antes lhe estavam afetas, para outros órgãos e entidades. Assim, as tarefas relacionadas com pesquisa e tecnologia, conduzidas pelo PLANALSUCAR, foram agrupadas no âmbito do Ministério da Agricultura (Decreto nº 96.023, de 9.5.88); atribuições ligadas à cobrança de contribuições e dívida fiscal das empresas do setor foram deslocadas para o Ministério da Fazenda (Decreto nº 96.022, de 9.5.88, e Decreto-Lei nº 2.471, de 1º.9.88), e a fiscalização da qualidade do açúcar e do álcool transferida para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), órgão do MD (Decreto nº 96.022/88).

A partir de 1º de junho de 1989, ficou vedada a utilização de recursos do Tesouro Nacional nas operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação que, desde aquela data, devem ser realizadas, exclusivamente, por pessoas naturais e jurídicas de direito privado (Decreto-Lei nº 2.437, de 24.5.88).

As exportações de açúcar, álcool, mel rico e mel residual estão disciplinadas pelo Decreto nº 98.054, de 15.8.89.

2.13. PROÁLCOOL

O Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado em 1975, como instrumento de política energética no Brasil, vem enfrentando certas dificuldades de estabilização, em decorrência do crescimento da frota de veículos a álcool e do conseqüente aumento da demanda do combustível, das alterações do mercado de gasolina, da flutuação do preço do petróleo e da falta de recursos financeiros para aplicação no setor sucro-alcooleiro, gerando situação que abala sua credibilidade perante os usuários, pela falta ocasional de álcool e ainda criando instabilidade no próprio setor sucro-alcooleiro.

Em relação à indústria automobilística, no ano de 1985 os veículos a álcool participavam com 84,8% das vendas. A partir daquele ano, sua participação começou a decrescer, chegando em 1988 com 75,7% e no 1º semestre de 1989 este percentual reduziu-se para 63,8%.

2.14. *Turismo (EMBRATUR)*

No Brasil, país continental, as viagens internas caracterizam-se basicamente como viagens transnacionais, se comparadas ao turismo europeu, por exemplo. Esse fator interfere fundamentalmente nas variáveis custos e tempo das viagens, o que dificulta a massificação dos fluxos turísticos, que somente se viabiliza nas viagens de curta duração.

A essa condicionante de ordem geográfica acresce a existência de uma oferta de transporte até certo ponto inadequada em relação às nossas dimensões, por ser basicamente apoiada nos deslocamentos por via rodoviária, bem assim, a concentração do turismo interno nos meses de férias escolares, coincidindo com a alta estação do turismo externo e estrangulando a oferta de equipamentos turísticos.

No tocante ao turismo internacional, o Brasil, desfavorecido pela distância em relação aos principais pólos emissores de turistas, enfrenta os percalços da concorrência em um mercado aguçadamente competitivo, junto ao qual outros países, não tão bem dotados em termos de matéria-prima turística, dispõem de verbas amplas para campanhas promocionais, o que lhes permite a utilização das mais sofisticadas e modernas técnicas de marketing.

a) Turismo Interno

Para sustentar em plena atividade o Turismo doméstico, o primeiro passo foi a criação do Passaporte Brasil, introduzindo pontos de atração para o turista: passagens aéreas com desconto de 20% e seguro de assistência médica.

Na linha de valorização e preservação do patrimônio natural, a EMBRATUR e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), com o apoio da Fundação Pró-Natura, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e de associações de defesa do meio ambiente, lançaram campanha nacional para incentivar e disciplinar o turismo ecológico junto ao público brasileiro.

b) Turismo Internacional

Por ser o turismo um dos mais importantes fatores de divisas do País, trabalha-se no sentido de incrementar significativamente o fluxo turístico estrangeiro, aumentando as gestões nos mercados tradicionais e elaborando estudos para posicionamento de forma competitiva frente a novos mercados.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

A política energética implementada no período 1985/89 esteve condicionada às seguintes diretrizes gerais:

- aumentar a produção interna de energia, com vistas a ampliar a sua participação na oferta global;
- estabelecer estrutura de preços relativos que estimulasse a eficiência econômica e social na utilização das diversas fontes de energia, condicionando a programação dos investimentos a critérios de eficiência econômica e aos seus aspectos sociais; e
- incentivar a conservação de energia, buscando reduzir o consumo de energia por unidade de produto global.

Complementarmente, decidiu-se que a ação governamental apoiar-se-ia na descentralização, sempre que possível, do processo decisório, na adoção de soluções energéticas regionais e na maior atenção aos problemas ambientais. Para melhor compatibilizar essas diretrizes da política

energética com outras políticas setoriais, notadamente dos segmentos de demanda de energia, buscou-se, através da Comissão Nacional de Energia, realizar o planejamento integrado do setor, não só compatibilizando as ações dos diversos subsetores energéticos, como também integrando a oferta e a demanda de energia do País.

Essas diretrizes objetivaram possibilitar o alcance das seguintes metas setoriais:

- aumentar a produção de petróleo de 565 mil barris/dia para 740 mil barris/dia;
- incrementar a produção de gás natural de 5,8 bilhões de m³ para 8,4 bilhões de m³;
- expandir a capacidade de geração de energia elétrica de 44.050MW para 57.600MW;
- implantar 8 mil quilômetros de linhas de transmissão; e
- ampliar a produção de álcool carburante de 8,5 bilhões de litros para 13 bilhões de litros.

Para o setor de mineração foram fixados os seguintes objetivos:

- garantir suprimento do mercado interno;
- ampliar e diversificar a produção mineral; e
- aumentar as exportações.

Para alcançá-los, adotaram-se as seguintes diretrizes:

- promoção do desenvolvimento, resguardado o meio ambiente e os direitos das comunidades indígenas;
- orientação da política tecnológica para o desenvolvimento de técnicas e processos compatíveis com as características dos recursos nacionais;
- contribuição ao esforço de desconcentração regional, integração nacional e atenuação dos desequilíbrios regionais, através do aproveitamento das potencialidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e
- estímulo à iniciativa privada nacional e, especialmente, às pequenas e médias empresas.

Destaca-se a meta de elevar a produção de minério de ferro do Programa Carajás de 15 para 35 milhões de toneladas, alcançando-se a geração anual de divisas da ordem de US\$ 700 milhões.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A dinâmica da transição democrática, as crescentes dificuldades econômicas, tanto interna quanto externamente, e a reestruturação da Nação decorrente da promulgação da nova Constituição — e conseqüentemente da elaboração de legislação complementar e alteração de procedimentos administrativos — constituíram-se no pano de fundo das ações na área de energia e mineração no período 1985/89.

A esses aspectos condicionantes de caráter geral, deve-se acrescentar a questão da situação econômico-financeira das empresas estatais do setor energético. O atendimento das demandas projetadas de energia, mesmo sob ótica conservadora, exigirá investimentos superiores a US\$ 10 bilhões anuais durante os próximos dez anos. A obtenção desses recursos financeiros enfrenta graves dificuldades em decorrência da situação econômica do País. Por um lado, os financiamentos externos enfrentam restrições tanto de natureza econômica quanto questionamentos relacionados a aspectos ambientais. Por outro lado, a utilização de recursos próprios do setor para o investimento na expansão da oferta de energia foi dificultada pela administração de preços ao consumidor dos energéticos, que vêm mostrando queda real durante praticamente toda a década de 80. Apenas recentemente, em 1989, foi adotada uma política de recuperação de preços e tarifas do setor energético — notadamente do setor elétrico — como forma de capitalização das empresas do setor em oposição à política anterior, de contenção do crescimento da inflação através do controle dos preços públicos em índices inferiores aos da inflação. Uma terceira alternativa, por fim, de busca de capitais privados para a expansão da oferta de energia só pôde ser viabilizada em proporção muito pequena e em setores onde a presença do Estado já vinha sendo inexpressiva, tanto por não oferecerem aos preços e tarifas remuneração

atraente, quanto em decorrência dos empecilhos impostos pela legislação e burocracia.

Apesar dessas dificuldades, e a menos de dois casos de escassez de caráter conjuntural, houve um atendimento satisfatório da demanda de energia. A escassez de energia elétrica, notadamente nas regiões Sul e Nordeste, atribuível à conjugação de atrasos de obras com condições climáticas desfavoráveis foi temporariamente contornada. Também a escassez de álcool carburante, conseqüência de um aquecimento da demanda associada a uma queda de produção, está sendo equacionada através de medidas adotadas tanto pelo Governo quanto pela iniciativa privada notadamente pelos produtores de álcool. Não estão, no entanto, afastados os riscos de novos períodos de escassez, notadamente de energia elétrica, caso não sejam adequadamente sanadas as dificuldades para obtenção de recursos financeiros para investimento no setor.

De forma análoga, o setor mineral ressentiu-se da situação econômica, que levou principalmente a uma redução da elaboração de levantamentos geológicos básicos fundamental para a expansão da atividade de extração mineral.

2.1. *Setor Elétrico*

O setor elétrico, no quinquênio 1985/89, continuou atendendo basicamente as solicitações da sociedade brasileira. Afastados os drásticos racionamentos de eletricidade, desde a criação da ELETROBRÁS, apenas em anos recentes foi necessário exercer, episodicamente, controle do consumo para assegurar o fornecimento contínuo de energia elétrica para todas as classes de consumidores.

No Sul e no Nordeste, eventuais dificuldades de suprimento de energia foram contornadas com providências orientadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, com a conclusão de diversas obras importantes, bem como com a aquisição de grupos geradores de médio porte. Outra medida foi o estabelecimento, definitivo por decreto presidencial, do horário de verão diferenciado pe-

las regiões geográficas do País. Com a redução do consumo e deslocamento da concentração de demanda em certas horas do dia, foi possível obter-se uma economia de cerca de 5% de energia.

A ELETROBRÁS continuou a exercer seu papel de coordenadora do planejamento e da operação dos sistemas elétricos, bem como o de principal financiadora interna dos programas de investimentos e negociadora dos empréstimos dos organismos internacionais para o setor elétrico.

O fato mais marcante na área de planejamento do setor foi a realização do Plano Nacional de Energia Elétrica — 1987/2010, o chamado Plano 2010, que estabeleceu a estratégia para o atendimento do mercado para o longo prazo, contemplando revisões anuais de objetivos e um processo decisório relativamente à inclusão das obras de expansão. As principais estratégias estabelecidas se referem à atuação sobre o mercado com políticas de conservação, a manutenção de hidreletricidade como principal fonte de suprimento, ao estabelecimento de um programa de expansão mínimo termelétrico, visando aquisição de tecnologia e capacitação industrial, e ao tratamento a ser dado aos aspectos sócio-ambientais dos empreendimentos.

Neste quinquênio, ainda, foi iniciado e vem se desenvolvendo, com sucesso, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), sob a égide do Ministério das Minas e Energia e do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, visando racionalizar o consumo e obter maior eficiência na utilização dos equipamentos já instalados, bem como conseguir melhores adaptações necessárias à dinamização das atividades vinculadas à gestão do setor para os próximos anos.

Importante fator de equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias dos serviços públicos de eletricidade é o retorno a uma política de tarifas de energia elétrica adequada, inclusive para possibilitar geração de recursos destinados a contribuir para o financiamento de novos investimentos.

No ano de 1989, foram tomadas importantes medidas para que as tarifas de energia elétrica retornem ao valor

necessário para cobrir os custos dos serviços e atender aos demais requisitos que determinem a rentabilidade exigida para estabilidade do setor, bem como proporcionar condições para a continuidade dos investimentos.

Considerando a necessidade de viabilizar plenamente a sistemática vigente de tarifas equalizadas em todo o País, o Governo Federal, após intensas conversações com os organismos interessados, instituiu a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração (RENCOR). Essa reserva visa garantir as transferências de recursos interconcessionários que, embora tenham tarifas equalizadas, têm custos próprios bastante diferenciados, o que repercute na remuneração de seus investimentos, deixando muitas abaixo do mínimo legal de 10%. Essas transferências visam garantir, portanto, essa remuneração mínima legal a todos concessionários.

A elaboração do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS) procurou estabelecer objetivos que visavam, ao longo de um período de 5 anos, chegar-se novamente a se ter remuneração média no setor compatível com os dispositivos legais que regulam a matéria. Com sua aplicação e implementação, que serão realizadas com os ajustes necessários, o Governo espera eliminar as dificuldades financeiras que vêm atingindo o setor elétrico.

Outras iniciativas foram desenvolvidas para estimular a participação da iniciativa privada nos programas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, quer nas regiões de colonização recente, como a do Noroeste do Brasil, englobando os Estados do Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima, quer nas mais adiantadas, quando interessam ao mercado industrial de alto consumo de eletricidade.

No quinquênio 1985/89, os resultados obtidos pelo setor elétrico foram expressivos. Levando-se em conta a situação econômica geral e, em particular, as dificuldades para assegurar recursos financeiros internos e externos, foi, mesmo assim, destacado o nível de atendimento do setor para as necessidades dos consumidores industriais, comerciais, residenciais, rurais e públicos.

O quadro estatístico a seguir resume as principais realizações no setor elétrico no período 1985/89:

	1985	1986	1987	1988	1989 ^(*)
Capacidade geradora (MW)	41.883	42.913	47.243	49.877	54.790
Produção bruta (GWh)	187.164	201.810	208.999	221.724	224.300
Consumo total (GWh)	163.813	177.218	182.015	193.583	199.800
Consumo <i>per capita</i> (KWh)	1.224	1.284	1.274	1.327	1.366
Nº de consumidores (mil)	24.244	25.888	27.191	28.344	30.200
Linha de transmissão (KM)	10.920	11.551	13.309	15.519	17.074

* Estimado.

Com relação a 1984, a capacidade instalada no período foi acrescida em 41%. Destacam-se as novas máquinas em Itaipu, agora a maior usina do mundo, atualmente com 10.500MW, bem como as de Tucuruí, Samuel, Balbina e Itaparica. Percentuais semelhantes se verificaram na quilometragem das linhas de transmissão e de número de consumidores ligados ao sistema elétrico. O consumo *per capita* passou de 1.188KWh para 1.366KWh, significando um aumento de 15%.

Em resumo, importantes obras do sistema de geração e transmissão entraram em operação no período, contribuindo para eliminar ameaças de interrupção de suprimento. Foram implantadas linhas de transmissão em um total de 6.958km de extensão em corrente contínua e alternada, em tensão entre 500 e 750KV. Merecem destaque as ligações Itaipu—Ivaiporã e Itaipu—Ibiúna (2º bipolo), que permitem a transmissão de energia de Itaipu para o Sudeste, e as ligações Tucuruí—Presidente Dutra e Presidente Dutra—São Luís, que contribuíram significativamente para o abastecimento do Nordeste e eliminação do racionamento naquela região.

Foram também instaladas 17 subestações de grande porte — cinco no Sudeste, seis no Sul, quatro no Nordeste e duas no Norte — essenciais para a melhoria do abastecimento e a utilização da energia elétrica gerada.

Ainda no período em análise, foi elaborado pelo Ministério das Minas e Energia um Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), com uma perspectiva de instalação de 1.500MW, o que, ao fim da implantação, reduzirá o consumo de derivados de petróleo para geração de energia.

Dentre as principais ações que deverão ser realizadas até o final de 1989, cabe destacar:

- Início da construção da UHE Manso (MT) (4x53MW), início de operação da UHE Balbina (AM) (5x50MW), da UHE Samuel (RO) (5x44MW), das unidades 9 e 10 da UHE Tucuruí (PA), a cargo da ELETRONORTE;

- Continuação das obras da UHE Xingó (6x500MW), o início de operação das unidades 3, 4, 5 e 6 da UHE Luiz Gonzaga (ITAPARICA) e obras de irrigação na respectiva área e o início de operação das unidades 3 e 4 da UHE Boa Esperança (2x63MW), a cargo da CHESF;

- Prosseguimento das Obras Cíveis e da UTN Angra II (1.300MW), a UHE Serra da Mesa (GO) (3x400MW), e da UHE Corumbá (GO) (3x125MW), a cargo de FURNAS;

- Obras Cíveis e montagens da UTE Jorge Lacerda IV (SC) (350MW), e Jacuí (RS) (350MW), providências para o início da construção da UHE Itá (SC) (6x370MW), estudos e projetos da UHE Machadinho (4x300MW), a cargo da ELETROSUL;

- Continuação do plano de implementação de linhas de transmissão e subestações;

- As concessionárias estaduais têm também significativos programas de obras de ampliação de seus sistemas; inclusive na área de geração, destacando-se as UHE Segredo (4x327MW) da COPEL, Nova Ponte (3x170MW) e unidades de Jaguará, da CEMIG; ampliação de Cachoeira Dourada (2x95MW) da CELG, continuação das obras de Porto Primavera (1.800MW) e Três Irmãos (640MW), montagem das unidades de Rosana (4x80MW) e Taquaruçu (5x100MW) da CESP; UTE Candiota III (350MW) da CEEE.

Além dessas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, foram desenvolvidas atividades

des nas áreas de relacionamento internacional, gestão empresarial, de desenvolvimento tecnológico e nuclear, a seguir comentadas.

2.1.1. Atividades Internacionais

Norteadas pelo propósito de estimular no exterior o desempenho do empresariado privado brasileiro, ligado ao Setor Elétrico, essas atividades tiveram ênfase em duas vertentes: assistência a outros países prestada por técnicos de empresas estatais brasileiras e treinamento de técnicos estrangeiros em cursos em empresas de energia elétrica de nosso País.

Como empreendimentos de interesse binacional ora em fase de planejamento, estão os seguintes estudos:

— Usina Hidrelétrica de Grabi (etapa final 1.800MW), a ser construída em conjunto com a Argentina, no trecho fronteiro do rio Uruguai.

— Usina Termelétrica de Puerto Suarez, de 450MW, a ser alimentada com gás boliviano, devendo sua geração ser consumida no território brasileiro.

— Usina Hidrelétrica Cachuela Esperanza, de 50MW, em projeto na Bolívia, próxima a Rondônia, para suprimento do sistema elétrico regional.

— Usina Termelétrica Camisea, de 600MW, no Peru, em estágio inicial de estudos, com vistas a um fornecimento eventual de energia à região Amazônica.

2.1.2. Gestão Empresarial

Foram iniciados e complementados os estudos relativos à Revisão Institucional do Setor Elétrico (REVISE). Esse programa teve a participação de todas as concessionárias e serviços de eletricidade e de várias entidades governamentais e privadas, objetivando uma ampla revisão dos aspectos institucionais, dos mecanismos e das políticas do Setor de Energia Elétrica. Coube à ELETROBRÁS a Secretaria Executiva da REVISE, cujas recomendações ainda estão em fase de avaliação para decisão quanto à sua implementação.

2.1.3. Desenvolvimento Tecnológico

Dentre os projetos desenvolvidos pela área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, merece destaque a inauguração em outubro de 1988, pela CPFL — Companhia Paulista de Força e Luz — do seu novo Centro de Operação de Sistema (COS), inteiramente fabricado no Brasil pela Micro-lab, com tecnologia desenvolvida pelo CEPEL e pela própria CPFL. Esse novo COS, talvez o primeiro a nível mundial com essas características, substitui um antigo sistema com tecnologia importada, e baseia-se numa moderna arquitetura distribuída de microprocessadores interligados por uma rede local.

Em outubro de 1988, foi inaugurado um novo laboratório de Conservação de Energia Elétrica (LACE), na ilha do Fundão, RJ. Com 200m², o novo laboratório abriga quatro câmaras de ensaio para refrigeração e um colorímetro — equipamento que simula, em condições controladas, o funcionamento de aparelhos de ar condicionado — desenvolvido com a tecnologia mais moderna e que servirá de apoio para que os fabricantes nacionais tornem mais eficientes, em termos de consumo de energia, aqueles produtos que se destinam ao mercado interno ou à exportação.

Na área de aproveitamento das fontes não convencionais de energia elétrica, procurou-se estimular a cogeração por parte da iniciativa privada, tendo o DNAEE criado um grupo de trabalho para elaborar diretrizes de política de incentivos a esta forma de geração. A ELETROBRÁS participou deste trabalho no levantamento do potencial de autoprodução de energia elétrica e no estabelecimento de sugestões à política de incentivos.

Na área de relacionamento com a indústria nacional, deve ser destacada a regulamentação da nova política industrial do País, a partir das diretrizes contidas no Decreto-Lei nº 2.433, de 10.5.88, e legislação complementar. A importância dessa participação pode ser medida pelo montante dos benefícios fiscais envolvidos, que alcançaram cerca de US\$ 240 milhões anuais. Ainda nesta área, tiveram continuidade os entendimentos com a Secretaria de

Desenvolvimento Industrial (SDI), para a implementação dos procedimentos determinados na nova legislação, e com o Ministério da Fazenda, para revisão da Portaria GB nº 06/89, que regula a realização de concorrências internacionais, visando harmonizá-la com os objetivos da nova política industrial.

Na área de controle de qualidade e normalização, dos 181 projetos do Programa de Intercâmbio de Informações e Participações do Setor Elétrico na Normalização (PRONORM), 11 foram concluídos e publicados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 42 encontram-se em fase de publicação e 81 em andamento nas comissões de estudo da ABNT. Em 1988, o PRONORM contou com a participação de 44 empresas de energia elétrica, com cerca de 180 técnicos elaborando projetos.

2.1.4. Área Nuclear

No período de 1985 a 1989, a área nuclear passou por profunda reestruturação institucional, com divisão de responsabilidade da utilização da energia nuclear para fins energéticos. As medidas adotadas foram as seguintes:

- encerramento das atividades da NUCLEBRÁS, através do Decreto nº 96.621, de 31 de agosto de 1988, que também encerrou as atividades da Nuclebrás Enriquecimento Isotópico S.A (NUCLEI) e a Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. (NUCLAM). Ao mesmo tempo este Decreto criou a «Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)» que passou a incorporar também a subsidiária UCLEP.

- a subsidiária NUCLEN passou para o controle da ELETROBRÁS e o setor elétrico assumiu a responsabilidade pela construção das Usinas Nucleares de Angra II e III.

- incorporação das Usinas núcleo-elétricas a Furnas, empresa subsidiária do Grupo ELETROBRÁS.

- a Usina Angra I, que começou a operar em 1985, em regime normal após inúmeros ajustes de projeto e troca de equipamentos de responsabilidade do fabricante. A Usina Angra II teve suas obras continuadas.

2.2. Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Líquidos

O consumo de petróleo revelou-se muito superior às expectativas projetadas em 1985. Embora a produção nacional tenha crescido de forma significativa, chegando a 700 mil barris/dia no final do período 1985/89, a importação voltou a crescer, passando de 393 mil barris/dia para 545 mil barris/dia em 1988, mantendo-se no mesmo nível em 1989. Por esse motivo, a dependência de suprimento externo retornou ao nível de 50% nos últimos 3 anos. Conseqüentemente, a dependência total de suprimento energético externo, que havia chegado a 16,1%, voltou a crescer para atingir 22,1% em 1989. Entre os derivados de petróleo, o maior crescimento continuou a ser de gás liquefeito de petróleo, cujo consumo tem crescido à taxa anual de 8,5%. Também o consumo do diesel vem crescendo, embora com intensidade cada vez menor. As taxas de crescimento foram de 11,0, 5,9, 4,3 e praticamente zero de 1985 a 1989, respectivamente.

2.2.1. Setor Petróleo

No período 1985/1989, a atuação da PETROBRÁS foi orientada no sentido de, prioritariamente, aumentar a produção nacional de óleo e gás natural e de dotar o parque nacional de refino de flexibilidade necessária ao atendimento adequado da demanda interna de derivados de petróleo.

O volume de óleo produzido passou de 530 mil barris/dia no 1º trimestre de 1985 para o nível de 650 mil barris/dia, alcançado em agosto/89, com um crescimento de 22,6%. Até o final de 1989, a produção deverá ultrapassar a 700 mil barris/dia, quando o nível de crescimento ascenderá a 32%.

Dentre os principais empreendimentos implantados na Bacia de Campos nesse período, merece destaque o Sistema de Produção do Pólo Nordeste, com a instalação de sete plataformas fixas nos Campos de Pargo, Carapeba e Ver-

melho, que deverá proporcionar uma produção de 106 mil barris diários em 1992, com a plena operação dos 120 poços.

O aumento da produção de óleo e gás natural ganha maior expressividade quando se constata que as reservas nacionais de hidrocarbonetos evoluíram de 2,5 bilhões de barris equivalentes de óleo, em dezembro de 1984, para 3,5 bilhões de barris em dezembro de 1988, o que significa um crescimento da ordem de 40,0%.

Se computados os volumes de petróleo descobertos nos Campos de Albacora e Marlim, em águas profundas (lâmina d'água acima de 400 metros), as reservas alcançam 8 bilhões de barris, mais do que triplicando o nível de dezembro de 1984.

Nesse período, registram-se como eventos de maior significado:

- a descoberta dos Campos de Marlim e Albacora — primeiros campos gigantes de petróleo no País — que se estendem por cota batimétrica que variam de 200 a 2.000 metros. As reservas de petróleo estimadas para as acumulações já descobertas são da ordem de 1,1 bilhão de barris em Albacora e 3,8 bilhões de barris no complexo de Marlim;

- descoberta de óleo e gás no Médio e Alto Amazonas (Urucu);

- descoberta de ocorrência de óleo e gás na área marítima da Bacia do Paraná;

- o início da produção de óleo no Estado do Amazonas;

- o início da operação dos dois principais gasodutos do País: o Nordeste, que liga Guamaré (RN) à cidade do Cabo (PE) e o gasoduto Rio—São Paulo;

- o aumento da produção de óleo no Rio Grande do Norte, através da implantação dos sistemas dos Campos de Upanema e Canto do Amaro que, ao atingir 102 mil barris por dia, passou a ser o estado de maior produção em terra;

- a PETROBRÁS alcançou produção em profundidade de 492 metros de lâmina d'água no Campo de Marimbá,

na Bacia de Campos. Esse nível indica o desenvolvimento tecnológico que não encontra similaridade no mundo;

— a PETROBRÁS igualmente superou os níveis de descoberta em águas profundas, ao atingir 1.565 metros de lâmina d'água no poço 4-RJS-367, na Bacia de Campos;

— foram executados levantamentos sísmicos de 478 mil km; e perfurações para desenvolvimento da produção de 4 milhões 756 mil metros em 3.751 poços.

O programa de ampliação da capacidade de refinação teve continuidade no período 1985/1989 com o início da ampliação das Refinarias Landulpho Alves, na Bahia, e Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, que adicionarão mais 200 mil barris/dia à capacidade do parque nacional.

Para compatibilizar as estruturas de oferta e de demanda de derivados de petróleo, foram construídas unidades de desasfaltação e de coque em diversas refinarias, de modo a aumentar a oferta de óleo diesel e reduzir a de gasolina e óleo combustível.

As crescentes exigências dos consumidores quanto à qualidade dos produtos levaram a PETROBRÁS a executar um programa de construção de unidades de hidrotratamento, no qual prevê investir cerca de US\$ 1 bilhão.

Nas atividades de transporte marítimo, a empresa vem encomendando aos estaleiros nacionais navios para substituir o afretamento de embarcações estrangeiras, reduzindo o dispêndio de divisas do País nesse item. Foram construídos 11 navios, totalizando mais de 400 mil TPB. Atualmente, estão em construção 17 navios em estaleiros nacionais, com uma capacidade total de 604 mil TPB. No programa de investimentos da Companhia, está prevista a construção de mais 34 navios, no valor de US\$ 2,4 bilhões.

Por outro lado, o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional a partir de novembro do ano passado, o congelamento dos preços internos de 14 de janeiro a 9 de maio do corrente ano e a não recuperação da estrutura de preços, que perdura até hoje, acarretaram perdas expressivas à Companhia, reduzindo os investimentos em exploração e produção, previstos no Plano de Ação para o Setor Petróleo (PASP) para o presente exercício, de cerca de

3,2 bilhões de dólares para 1,6 bilhão de dólares. Todo esforço está sendo feito, dentro do contexto da política econômica, no sentido de recuperar, até março de 1990, os preços dos derivados de petróleo.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, ao longo dos últimos cinco anos, foram muitos os resultados expressivos oriundos das atividades do Centro de Pesquisas da PETROBRÁS (CENPES), com reflexos positivos na economia de divisas correspondente a assistência técnica, compra de projetos e pagamentos de *royalties*, na economia de tempo na solução dos problemas operacionais, na utilização de matérias-primas, equipamentos e materiais fabricados no País e no incentivo à capacitação tecnológica de firmas brasileiras de equipamentos e prestadoras de serviços de consultoria técnica.

São de fundamental importância as atividades em tecnologia de exploração de petróleo, as quais têm permitido incrementar as reservas petrolíferas das bacias sedimentares brasileiras.

Os programas tecnológicos conduzidos pela PETROBRÁS visam estimular a capacitação de entidades do setor de ciência e tecnologia do País.

A engenharia básica, implantada no CENPES em 1974, tem permitido a redução substancial da contratação de projetos de engenharia no exterior. Além disso, as novas unidades da Companhia — plataformas, refinarias, plantas petroquímicas têm seus projetos de engenharia orientados para maximizar a colocação de compras de equipamentos e contratação de serviços no mercado nacional.

As 6 plataformas de produção para os Campos de Carapeba, Pargo e Vermelho foram totalmente projetadas no País, utilizando programas de computador, desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A capacitação tecnológica desenvolvida pela indústria nacional também possibilitou a BRASPETRO, em conjunto com empresas brasileiras de engenharia, exportar 3 plataformas de produção para a ELF — Angola.

Presentemente, a PETROBRÁS está empreendendo o Programa de Capacitação Tecnológica em Sistemas de Ex-

plotação para Águas Profundas (PROCAP). Trata-se de programa de cunho estratégico que mobiliza hoje cerca de 50 entidades brasileiras entre centros de pesquisas, universidades, empresas de engenharia e indústrias de bens de capital, constituindo-se numa oportunidade inédita de inovação tecnológica para as empresas que atuam no Setor Petróleo, com seus reflexos favoráveis no aumento da competitividade da indústria nacional.

2.2.2. Gás Natural

O gás natural é, hoje, um dos combustíveis mais nobres no mundo, embora ainda ocupe posição modesta (1,8%) na matriz energética nacional. Após extensivos estudos elaborados pela Comissão Nacional de Energia, foi aprovado o Plano Nacional de Gás, que estabelece metas de disponibilidade de 24 e 35 milhões de m^3 a serem alcançados respectivamente em 1991 e 1995. O seu uso deverá ser prioritariamente destinado aos setores de transportes, residencial e industrial. Frotas experimentais de ônibus já circulam em Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

No período, a produção de gás teve crescimento modesto, passando de 15 milhões de m^3 /dia para 16 milhões de m^3 /dia, mas o consumo teve aumento de 24% com a redução das perdas, passando de 9,3 milhões de m^3 /dia para 11,5 milhões de m^3 /dia. As reservas foram ampliadas de 92,7 bilhões de m^3 para 112 bilhões de m^3 . A maior parcela de gás existente (80%) é associada ao petróleo. Campos exclusivos de gás natural foram localizados na Bacia de Santos e na Região do Amazonas, particularmente em Juruá. Outras regiões, no Sul do País, têm se revelado promissoras.

O sistema de transportes via gasoduto foi ampliado com o «Nordestão», atingindo as capitais dos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Foi construído também um gasoduto ligando a Bacia de Campos a São Paulo.

O sistema de distribuição em cada Estado está se organizando face às determinações da nova Constituição, que confere aos Estados o direito de distribuição do gás canalizado.

2.2.3. Setor Alcooleiro

O setor alcooleiro, no período compreendido entre 1985 e 1989, passou inicialmente pela consolidação do PROÁLCOOL, atingindo, em média, a produção de 12 bilhões de litros anuais de álcool, volume adequado para a demanda então existente. As projeções feitas indicam a produção de 14,3 bilhões de litros cúbicos na safra 1988/89. Enquanto a capacidade de produção não se expandia e o estoque de segurança foi sendo utilizado, particularmente em decorrência de seu elevado custo de manutenção, o consumo se manteve em expansão. A redução relativa dos preços dos combustíveis, inclusive do álcool, decorrente, em parte, da queda do preço do petróleo no mercado internacional e, por outro lado, das medidas de caráter econômico que levaram ao controle dos preços públicos, fomentou o consumo de combustíveis, que passou a ter índices de crescimento elevados. Como consequência, ocorreu em 1989 um desajuste entre oferta e demanda.

A Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Energia está coordenando as negociações para a compatibilização da oferta e demanda de combustíveis líquidos utilizados no setor de transportes, notadamente gasolina, álcool e óleo diesel. A ação do CNE objetiva prevenir riscos de falta de combustíveis. Ainda este ano deverá ser firmado protocolo entre a PETROBRÁS, a indústria alcooleira, a indústria automobilística, o IBAMA, entre outros, fixando os volumes de combustíveis a serem produzidos nos próximos anos, a proporção de veículos novos para os diversos combustíveis a chegarem ao mercado, e outros aspectos correlatos que evitem crises de abastecimento e assegurem controle dos níveis de emissão e poluição causados pelo uso de combustíveis.

Medidas de curto prazo que estão sendo adotadas compreendem a mistura de 5% de gasolina no álcool hi-

dratado; a redução da proporção de mistura de álcool na gasolina; a revisão do plano de safra para aumento da produção de álcool e a antecipação da safra de cana na região Centro-Sul. Finalmente, foi aprovada a adoção de uma mistura ternária de 60% de etanol, 33% de metanol e 7% de gasolina. Essa mistura tem o mesmo poder calorífico do etanol hidratado e vem apresentando desempenho satisfatório, tanto do ponto de vista dos veículos quanto com relação às emissões.

Para assegurar a eliminação de riscos de escassez de álcool, está sendo negociada a limitação do crescimento da frota de veículos a álcool para 50% do total — que chegou a ocupar a faixa de 90% dos carros novos colocados no mercado interno — bem como o financiamento da lavoura de cana, a concessão de preços adequados ao produtor e o desestímulo ao uso através de preços adequados dos combustíveis.

2.3. *Setor Mineral*

O valor da Produção Mineral Brasileira experimentou um crescimento médio real próximo a 10% ao ano nos últimos dez anos, elevando sua participação relativa no PIB de 2,05% em 1977 para 4,39% em 1985. Nos anos subsequentes, caiu para 2,84% em 1987 e 2,7% em 1988, principalmente devido à queda do preço de petróleo nesses últimos anos.

Os resultados já obtidos são muito animadores quanto à crescente participação da mineração na economia nacional. Contudo, essa evolução continua essencialmente sustentada pela expansão da produção nacional de petróleo, responsável por quase 50% da Produção Mineral Brasileira. Quando o seu valor em 1988 é comparado ao PIB, excluindo-se o petróleo e o gás natural, vê-se que essa relação cai de 2,84% para cerca de 1,5%, praticamente o mesmo nível de 1977.

A balança comercial externa do setor, que apresentava déficits crescentes, agravada principalmente pelas importações de petróleo, carvão metalúrgico, potássio, enxofre e

metais não-ferrosos, modificou essa tendência e o déficit das transações com o resto do mundo passou de US\$ 6,8 bilhões FOB em 1983 para US\$ 2,4 bilhões FOB em 1988. Este é um resultado por demais significativo quando se considera que, a partir de 1983, os não-ferrosos em seu conjunto passaram a apresentar superávit comercial. Contudo, o petróleo e o gás natural correspondem a 80% das importações que, se excluídas da pauta, representariam um superávit da ordem de US\$ 1,1 bilhão.

Entre os resultados setoriais alcançados, merecem destaque os seguintes:

— Em 1988, o Brasil passou a ser o maior produtor mundial de estanho, com produção superior a 400.000t/año. Essa posição deve ser mantida nos próximos anos.

— Em 1985, entrou em operação comercial a mina de ferro de Carajás, com produção, em 1988, de 25 milhões de toneladas, devendo alcançar 35 milhões de toneladas em 1989. Também a mina de manganês do Azul entrou em operação comercial no período, alcançando, em 1988, a produção de 665 mil toneladas de minério.

— No setor de gemas, o Conselho Monetário Nacional baixou resolução que exime os exportadores de pedras preciosas e jóias dos prejuízos decorrentes do diferencial entre as cotações dos câmbios oficial e paralelo, gerando um crescimento da exportação, no período, de 205%. As exportações alcançaram, em 1988, valor de US\$ 75 milhões.

— A produção oficial de ouro apresentou crescimento, no período, de 89%, passando de 29,8t em 1985 para 56,4t em 1988, em virtude da adoção de medidas pelo Governo Federal. A produção real estimada em 1988 foi da ordem de 112t, esperando-se que em 1989 ela alcance 140t.

2.3.1. Levantamentos Geológicos Básicos

Os Levantamentos Geológicos Básicos (LGB), imprescindíveis para o planejamento estratégico governamental, foram retomados a partir de 1985, sob a responsabilidade do DNPM/CPRM.

Os LGB alcançaram quase 300.000km² em 1987 e 1988, em comparação com os 100.000km², nos anos anteriores.

Entre as atividades realizadas no período, destacam-se:

- mapeamentos geológicos e geoquímicos de 216.000km² na escala de 1:100.000 em praticamente todos os Estados da Federação; na escala de 1:250.000 em 219.000km² na região do projeto Grande Carajás; e na escala de 1:500.000 no extremo nordeste da Amazônia;

- cartas metalogenéticas e de previsão de recursos minerais na escala de 1:250.000 em 2,9 milhões de quilômetros quadrados;

- cartas de previsão de águas subterrâneas em 12.000km² do polígono das secas;

- levantamentos aerogeofísicos em 400.000km² na área do Grande Carajás, Tapajós e noroeste do Amazonas;

- treinamento de 3.500 técnicos do DNPM e da CPRM em assuntos ligados a levantamentos geológicos básicos;

- implantação do Sistema de Informações Geológicas e do Sistema de Informações em Geociências e Tecnologia Mineral.

2.3.2. Fomento à Produção e Papel Regulatório

O DNPM atuou no fomento à produção mineral, na realização de estudos de economia mineral e o Departamento tem tido ativa participação no PROANTAR — Programa Antártico Brasileiro, através da integração de técnicos de seu quadro em projetos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e da PETROBRÁS, bem como discussões internacionais para o estabelecimento de um Regimento para Recursos Minerais na Antártica.

Na área de economia mineral, foram concluídos os trabalhos, sob a coordenação do DNPM, que resultou nos documentos relacionados às Diretrizes para uma Política Mineral Brasileira.

2.3.3. Sondagem, Hidrologia e Pesquisa Mineral

a) Sondagem

A CPRM vem realizando para o DNOCS no Vale do Gurguéia, no Piauí, sondagens para água subterrânea, com extraordinários resultados em termos de vazão. Esses trabalhos contribuem para o aproveitamento conjunto dos aquíferos existentes na região, no contexto de um projeto de grande envergadura para suporte da agricultura irrigada.

Além destes trabalhos, pode-se citar a perfuração do poço mais profundo já construído no Brasil para captação de água, em fase de conclusão na cidade de Presidente Prudente (SP), e a retomada das sondagens para pesquisa de urânio, no Estado da Bahia.

b) Hidrologia

O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica contratou a CPRM para instalação, operação e manutenção de 2.515 estações da Rede Hidrometeorológica. A avaliação estende-se por 83% da superfície do território nacional.

Foram realizados ainda estudos para mapeamento de áreas inundáveis, possibilitando zoneamento das regiões ribeirinhas, visando ao estabelecimento de medidas não estruturais para diminuir os prejuízos das enchentes. Tais estudos foram feitos para várias cidades do vale do Rio Itajaí e prosseguem para União da Vitória, no Rio Iguaçu, Estado do Paraná.

c) Pesquisa Mineral

Durante o período, os trabalhos de pesquisa mineral pela CPRM continuaram a se desenvolver em consonância com as seguintes diretrizes básicas:

— criterioso trabalho das áreas anteriormente requeridas ao DNPM, objetivando melhor avaliar o patrimônio mineral da Empresa. Como consequência desse trabalho, o número de títulos minerários da CPRM, em 1988, passou de 1.148 para 779, o que equivale a uma redução de 32%. Essa contração se processou pelo descarte de áreas que não confirmaram potencialidade geológico-econômica, tornando, por conseguinte, o atual acervo mais seletivo e melhor qualificado.

— sustentação das pesquisas próprias em direção a depósitos minerais primários. A aplicação prática dessa diretriz levou a que as novas áreas requeridas contemplassem exclusivamente situações de mineralização em rocha.

— ação interna coordenada entre as áreas de pesquisa mineral e de mapeamento básico, que vem decorrendo de uma atenção crescente para requerimentos de novas áreas em alvos selecionados pelas equipes do Programa Levantamentos Geológicos Básicos.

Em termos de operações de campo, estão em andamento 24 projetos objetivando ouro (6), fluorita (3), cassiterita (3), metais básicos (2), diamantes (2), terras raras (2), metais do grupo da platina (2), turfa (2), fosfato (1) e carvão (1).

d) Serviços no Exterior

Os serviços prestados pela CPRM no exterior representam um potencial de novos mercados para empresas brasileiras de projetos de engenharia, de exportação de equipamentos, e de consultoria, dentre outros. Tendo a África e a América Latina como principais campos de atuação, a CPRM vem desenvolvendo ações na Líbia (interpretação aerogeofísica e petrologia), Angola (pesquisa de aluviões diamantíferos), Moçambique (carvão), Zaire (estudos de reabertura de minas de ouro), Nigéria (poços d'água), Yemen do Sul (instalação de um laboratório de análises minerais), Colômbia e Peru (ouro). A CPRM participou e venceu concorrências internacionais realizadas por empresas e governos de Equador, Peru e Uruguai.

e) Negociações de Direitos Minerários

Através de ofertas públicas, a CPRM transferiu para empresas estatais e privadas, no período em pauta, expressivas oportunidades minerais de sua carteira, com destaque para as seguintes jazidas: Carvão coqueificável de Santa Terezinha-Osório (RS), para o Consórcio CVRD/COPELMI; Ouro de Ipitinga (PA), para a Mineração Transamazônica; Turfa no Vale do Paraíba (SP), com 2.730ha de jazimento, marco importante quanto ao aproveitamento desse energético em uma região altamente industrializada, para a CESP; Calcário de Aveiro (PA), para o Grupo Votorantim.

Outras possibilidades de transferência que despertam maior interesse são os depósitos de turfa de Santo Amaro das Brotas, Sergipe; zinco e associados de Palmeirópolis, Goiás; diamantes de Santo Inácio, Bahia; áreas em pesquisa para platina, em Minas Gerais e Sergipe; ouro no Vale da Ribeira, São Paulo; turfa no sul da Bahia e no Rio de Janeiro.

No momento, está em curso o processo de licitação para a venda de grande jazida de caulim do Rio Capim, no Pará. Até março de 1990, prevê-se, através de ofertas públicas, prosseguir com as operações de transferência das empresas de mineração de áreas de calcário, cobre e associados, turfa, fosfato, entre outros.

2.3.4. Mineração, Produção e Transporte

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tem contribuído para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro atuando em diversas áreas, evoluindo, a par de sua expansão no campo da mineração de ferro, para uma diversificação de atividades, sobretudo no setor minerometalúrgico. A diversificação de suas atividades visa diminuir a vulnerabilidade inerente a investimentos em um único produto e ainda gerar recursos para novos investimentos. A CVRD encontra-se hoje entre os maiores exportadores mundiais de minério de ferro, atuando também nas áreas de alumínio, florestas e celulose, manganês, titânio, ouro e cobre, além de operar ferrovias, portos e atuar em transporte marítimo.

a) Mineração e Metalurgia

A exploração e comercialização do minério de ferro tem sido a principal atividade da CVRD. A participação desta atividade na receita cambial era de 73% em 1985, tendo passado para 56% em 1988. Não obstante, a empresa vem alcançando crescimento expressivo de exportação de minério de ferro de 51,9, 58,2 e 62,7 milhões de toneladas em 1985, 1987 e 1988, respectivamente. A produção de minério cresceu de 69,3 milhões de toneladas para 85,9 milhões de toneladas e a de pelotas passou de 15,9 para 17,9 milhões de toneladas no período de 1985 a 1989.

Atualmente, dois grandes complexos mina-ferrovia-porto são operados pela empresa:

- o Sistema Sul interliga as minas de minério de ferro em Minas Gerais, através da ferrovia Vitória-Minas, com 700km de extensão, às siderúrgicas no mercado interno e aos terminais portuários do Espírito Santo. A capacidade de produção do Sistema Sul passou de 53,6 milhões de toneladas anuais, para 86,6 milhões de toneladas, através da implantação dos projetos Timbopeba e Capanema (19 milhões de toneladas). Ainda no Sistema Sul, encontra-se o complexo de pelletização de Tubarão, com capacidade de produção de 17 milhões de toneladas anuais de pelotas;

- o Sistema Norte, inaugurado em 1985, projetado para 35 milhões de toneladas anuais e voltado basicamente para exportação, objetivando liberar a produção do Sistema Sul para atendimento da demanda do Plano Siderúrgico Nacional.

Em 1986, foi instalada a Eletrovale para produção de 23.500t/ano de ferro-silício, tendo sido ampliada em 1989 para a capacidade de 48.000t/ano.

A CVRD atua em mineração e produção de alumínio e de alumina. A mineração está a cargo da Mineração Rio do Norte S.A., instalada às margens do Rio Trombetas com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas anuais de bauxita lavada e seca. A produção de alumínio em lingotes é feita na Albrás (160 mil toneladas anuais) e da Valesul Alumínio S.A. (90 mil toneladas anuais de lin-

gotes, placas e tarugos). A Albrás foi inaugurada em 1985, atingindo plena capacidade em 1987. Neste mesmo ano, foi iniciada a implantação da segunda fase do Projeto Albrás, permitindo dobrar sua produção a partir de 1991. A elevação da produção de alumínio foi de 99,6 para 262,6 mil toneladas/ano e a de bauxita de 4,2 para 6,1 milhões de toneladas anuais. A produção de alumina deverá ser feita na Alunorte, em Belém do Pará, a partir de 1992.

A CVRD iniciou a produção de ouro em maio de 1984, com o beneficiamento dos rejeitos do minério de ferro em Itabira (MG). Ainda naquele ano, prosseguiu com a implantação em Fazenda Brasileiro (BA) de um projeto de tratamento de minério aurífero. Estes dois projetos proporcionaram, até dezembro de 1988, a produção de 3,6 toneladas de ouro. Em 1988, entraram em operação na Bahia a mina subterrânea para lavra de minério de alto teor e a usina hidrometalúrgica para a produção de ouro. Para 1992, está prevista a produção, nesses projetos, além de outros em implantação, de 12 toneladas anuais de ouro.

Na Serra dos Carajás, a CVRD produz, desde 1985, minério de manganês, com capacidade instalada de um milhão de toneladas anuais. Essa operação aproveita a infraestrutura do projeto Ferro-Carajás, não apenas a ferrovia e o terminal marítimo, como também a usina de beneficiamento de minério de ferro adaptada para o manganês. São produzidos o bióxido natural de manganês, para uso em pilhas eletrolíticas, e o manganês químico, com 51% de manganês, destinado às indústrias químicas e de cerâmica. A produção passou de 210 mil para 800 mil toneladas anuais entre 1985 e 1989.

Desde 1972, a CVRD vem realizando pesquisas geológicas visando o aproveitamento das reservas de anatásio em Minas Gerais. A descoberta de jazida em Maicuru (PA) fizeram com que o País, que tinha reservas inexpressivas de minério de titânio, passasse a ser o detentor das maiores reservas mundiais. Com base em pesquisas de processos desenvolvidas pela CVRD, foi instalada uma usina piloto com capacidade de produção de 15 mil toneladas anuais de concentrado. Em 1986, foi iniciado o projeto industrial pa-

ra produção de 200.000t/ano de concentrado de titânio e, já em 1987, foi dado início à construção do projeto em Tapira, MG.

As pesquisas geológicas realizadas na Serra dos Carajás dimensionaram a existência de reservas de 1,2 bilhão de toneladas de minério de cobre. Em maio de 1986, entrou em operação na área da jazida uma planta piloto com capacidade de processamento de 80t/dia de minério.

b) Pesquisas Tecnológicas

A Superintendência de Tecnologia da CVRD realiza desde 1985 diversos projetos de desenvolvimento tecnológico atendendo a crescente necessidade de apoio aos projetos de diversificação da Companhia. Uma série desses projetos levou ao registro de patentes no Brasil e no exterior. No período, foram realizados trabalhos, principalmente nas áreas de minério de ferro, manganês, ouro, titânio, cobre, bauxita, alumínio e alumina. Para o período de 1989 a 1992, estão programadas pesquisas relacionadas ao minério de ferro, manganês, silício (aprimoramento das tecnologias para a indústria de ferroligas), carvão mineral (desenvolvimento de tecnologias próprias voltadas aos tipos de carvão brasileiro), bauxita, alumina e alumínio, ouro e cobre (obtenção de inovações e aprimoramento das tecnologias já desenvolvidas), nióbio, titânio e potássio.

c) Pesquisas Geológicas

No período entre 1971 e 1987, a Rio Doce Geologia e Mineração investiu US\$ 225 milhões em seu programa de prospecção mineral. Concentrado sobretudo no Pará, Minas Gerais e na Bahia, o programa de prospecção mineral apresentou como resultados a incorporação à CVRD de direitos minerários de bauxita (Pará e Maranhão), cobre (Pará, Bahia e Alagoas), ouro (Bahia, Pará e Minas Gerais), cassiterita (Goiás e Pará), níquel (Piauí), volframita (Pará), fosfato (Pará e Minas Gerais), carvão (Rio Grande do Sul), titânio e nióbio (Minas Gerais e Pará).

2.3.5. Carvão Mineral

No interstício compreendido entre 1985 e 1989, a CAEEB, que respondia pelo setor carvão mineral, realizou e participou de uma série de atividades, notadamente estudos voltados para o aproveitamento do carvão mineral nacional.

Além dos estudos, a CAEEB manteve, também, entre 1985 e 1989 sua atividade de intermediação e comercialização do carvão mineral. Os volumes adquiridos caíram de 3,1 para 2,3 milhões de toneladas/ano, no período. As vendas acompanharam esse ritmo. A partir de 1988, a atividade da CAEEB nesta área foi sensivelmente reduzida, em consequência de decisão do Governo Federal de eliminação do subsídio ao transporte do carvão.

A nova orientação dada ao setor, após estudos pela Comissão Nacional de Energia, foi a eliminação de subsídios ao transporte, modernização do transporte, visando redução de custos, racionalização no uso na indústria de cimento, de modo a preservar a competitividade, estímulo ao uso regional, notadamente, em termelétrica, com enfoque no aproveitamento na boca de mina, e manutenção da relação de preços com o óleo combustível, de modo a preservar seu uso nos segmentos que oferecem vantagens. Em 1988, foi tomada a decisão de retirar a CAEEB da área do carvão, passando os produtores a tratar diretamente com os consumidores, inclusive os de termelétrica, sem a intermediação daquela empresa.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

As funções institucionais do MINTER abrangem o desenvolvimento regional e as migrações internas, a assistência aos municípios e o desenvolvimento urbano, a administração dos Territórios Federais e a defesa civil no combate e prevenção de calamidades públicas, o meio ambiente e a

assistência às comunidades indígenas, acrescentando-se recentemente a assistência social, a habitação e a ação comunitária.

Desse elenco, a principal preocupação do Ministério do Interior diz respeito à melhor distribuição regional do desenvolvimento brasileiro. Para tanto, o MINTER coordena as ações de entidades especializadas, com apoio em instrumentos especiais, objetivando elevar o crescimento econômico e social das regiões periféricas. Tais esforços compreendem as dimensões de natureza econômica, social e política:

- nível econômico: acelerar, em termos quantitativos, o crescimento das regiões mais deprimidas (em particular o Nordeste), objetivando diminuir as disparidades inter-regionais de desenvolvimento;

- nível social: reduzir o grau de pobreza e promover a redistribuição da renda, assim como a melhoria do padrão de vida — habitação, saneamento básico e meio ambiente;

- nível político: descentralizar as decisões no que tange à promoção do desenvolvimento, seja no plano institucional (Estados e Municípios), seja no comunitário.

Nesse sentido, a atuação do Ministério do Interior está centrada na área mais abrangente do desenvolvimento regional, espacial e territorial, complementada com as áreas setoriais mais específicas, relacionadas inicialmente, e que se busca convergir para os mesmos fins.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

As tabelas 1 e 2 mostram os dispêndios realizados em 85/89, segundo macrorregiões e unidades orçamentárias, exclusive Fundos de Investimentos. As lacunas refletem a instabilidade institucional, com as freqüentes transferências, extinções e incorporações de entidades e programas. No conjunto, fica entretanto evidente a prioridade absoluta conferida ao Nordeste no perfil da alocação dos recursos, discriminados a seguir segundo região, unidades e programas de maior relevância.

2.1. Região Norte

As ações da SUCAM encontram-se discriminadas na Tabela 3, destacando-se, dentre os seus resultados concretos, a assistência ao pequeno produtor agrícola (10.320 famílias, via extensão rural para a produção de alimentos) e os levantamentos básicos e estudos econômicos regionais nos campos do planejamento, recursos naturais e meio ambiente (hidrologia). Acrescente-se, ainda, na área dos incentivos fiscais do FINAM, a aprovação, no período 85/89, de 1.263 projetos de colaboração financeira, gerando 48.186 empregos diretos e representando investimentos da ordem de NCz\$ 2.165,2 milhões.

Também na área de promoção de projetos privados, a Tabela 4 dimensiona as realizações da SUFRAMA, na faixa da Amazônia Ocidental.

Integrantes da Região Norte e recentemente elevados à categoria de Estados, os ex-territórios do Amapá e de Roraima permaneceram sob a coordenação do MINTER ao longo de 85/88. Os dispêndios agregados no período foram de NCz\$ 278,7 milhões no Amapá e NCz\$ 268,7 milhões em Roraima. Os principais programas administrados, em ambos os territórios, compreenderam as ações no setor agropecuário, nos serviços de segurança pública, no setor de ensino, no setor de saúde e saneamento e na montagem da infra-estrutura básica.

Compõem ainda os esforços de desenvolvimento da Região Norte duas empresas vinculadas ao Ministério do Interior: a CODEBAR e a SIDERAMA.

A Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR), no Pará, empresa pública instituída pela Lei nº 6.665/79, tem por finalidade dar o suporte infra-estrutural para a instalação do complexo Albrás-Alunorte, envolvendo núcleo urbano, porto, sistema viário, distrito industrial e núcleos rurais. A empresa esteve vinculada ao MINTER desde 24.9.79 (Decreto nº 84.021) até 17.10.81 (Decreto nº 86.417), quando foi transferida para o Projeto Grande Carajás (SEPLAN-PR), retornando à órbita do MINTER em 31.3.87 (Decreto nº 94.159). Nos exercícios de 1987 e 1988,

a CODEBAR contou com recursos de NCz\$ 4.572,7 mil e NCz\$ 4.120,00 mil, respectivamente, sendo de NCz\$ 8.566,8 mil a dotação para 1989. O núcleo urbano de Barcarena, com população em torno de 15 mil habitantes, foi praticamente concluído pela CODEBAR. Já o projeto de assentamento se limitou a 82 famílias, para uma área disponível de quase 5.000ha para núcleos rurais.

A Companhia Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA) encontra-se desde 1973, vinculada ao MINTER, recebendo recursos à conta do FINAM, e passou a integrar, recentemente, o rol das estatais a privatizar. Desde o último aporte de recursos (NCz\$ 146 mil, em janeiro/89), a SIDERAMA vem operando sua unidade de laminação (capacidade de 4.000t/mês) à base de 2.000t/mês. O Governo do Estado do Amazonas manifestou formalmente o interesse em assumir a empresa, já endossado pela Mensagem nº 499, de 6.8.89, ao Poder Legislativo. A intenção do Governo Estadual é a de completar a unidade de aciaria, com investimentos adicionais de US\$ 25 milhões, inclusive com o apoio da iniciativa privada.

2.2. Região Centro-Oeste

As ações da SUDECO na região estão especificadas na Tabela 5. O POLAMAZÔNIA visou ao aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas selecionadas da Amazônia Legal, parte SUDAM, parte SUDECO, propiciando apoio aos colonos e empresários pioneiros. O POLONOROESTE proporcionou apoio à ocupação demográfica da área, através do aumento da produção e da renda, enfatizando, na medida do possível, a preservação do sistema ecológico e a proteção às comunidades indígenas na faixa da BR-364. O POLOCENTRO se destinou a apoiar a ocupação racional e ordenada dos cerrados nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

O PROMAT e o PROSUL traduzem o apoio financeiro compensatório do Governo Federal à redivisão territorial que gerou a criação dos Estados do Mato Grosso e do Ma-

to Grosso do Sul. No primeiro Estado, esse apoio direcionou-se para dinamizar sua economia e melhorar as condições de infra-estrutura, dando prioridade aos setores de transportes, desenvolvimento urbano e rural. No Mato Grosso do Sul foram concluídas, no período, várias obras de complementação da infra-estrutura de suporte às atividades sócio-econômicas.

No último exercício, acrescentou-se a operação similar de apoio à criação do Estado do Tocantins, diretamente sob a responsabilidade do MINTER. Foram aplicados NCz\$ 5.577,6 mil, a preços de maio/89, visando especialmente à elaboração do projeto Agro-Sócio-Econômico da Agricultura do Tocantins e o Zoneamento Ecológico do Estado.

2.3. Região Nordeste

As ações implementadas pela SUDENE constam da Tabela 6. Cerca de 80% dos dispêndios realizados no período 85/89 se concentraram no PAPP que, através de obras de infra-estrutura, assistência técnica e vários projetos concluídos, proporcionou a elevação dos níveis de produção e produtividade, de emprego e renda da população alvo. Em segundo plano, com cerca de 7% dos dispêndios totais, situou-se o PROENE, voltado para a reconstrução de zonas urbanas atingidas pelas enchentes no Nordeste.

Sob a responsabilidade direta do núcleo central do MINTER, destaca-se ainda o Programa Padre Cícero, executado nos exercícios de 1988 e 1989, com dispêndios de NCz\$ 136.414,6 mil e NCz\$ 65.573,2 mil, respectivamente, a preços de maio/89. O programa vem implementando, em pequenas propriedades e comunidades rurais do semi-árido nordestino, uma infra-estrutura hidráulica permanente, para ampliar a oferta de água, mediante tecnologias simples e de baixo custo. Até maio/89, foram concluídos 11.958 cisternas, 800 poços, 32 açudes, 2 unidades de estudos e projetos, 660 unidades de pecuária de pequeno porte e 150ha de reflorestamento. Como objetivo final, o Programa Padre Cícero visa permitir o convívio adequado do homem com as estiagens periódicas, melhorando a qualidade de vida da população rural.

O desempenho do FINOR no período é sintetizado na Tabela 7, em termos de projetos aprovados. Os incentivos fiscais concedidos consistem na modalidade de renúncia de arrecadação, revertendo parte do imposto de renda a ser recolhido pelas empresas em ações de sua titularidade, correspondentes aos investimentos destinados ao Nordeste. A Tabela 7 assinala um apreciável acervo de realizações, com crescente poder de alavancagem da renúncia tributária, de vez que a elevação dos investimentos médios e do custo do emprego foi amenizada pela redução da margem de incentivos concedida.

2.4. Região Sul

As ações da SUDESUL são discriminadas por programas na Tabela 8, relativamente aos dispêndios ao longo do período 85/89. Quanto aos resultados alcançados cabe destacar:

- através do PROMIRIM, foram cultivados 2.000ha de arroz irrigado, 1.300km² de levantamentos aerofotogramétricos, manutenção de 2 barragens, produção de 190 mil girinos e construção de 22km de canais de irrigação;

- no PROLITORAL, destacam-se a recuperação de 63,2ha inundados e a construção de 228,4 mil metros quadrados de barragens, 153m³ de ponte de concreto e 29.500m³ de galerias pluviais;

- no PROGRAP, foram construídos 5.281 açudes e 426 poços e perfurados outros 202 poços; e

- no PRONOROESTE, as realizações totalizam drenagem em 6 municípios, 15.387 produtores assistidos, 31.462m de drenos, 3 barragens construídas, 33.986 horas-máquinas de moto-mecanização, 2,6 milhões de mudas produzidas e uma pesquisa de solos.

2.5. Região Sudeste

Com a extinção da Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE), as ações regionais passaram à alçada direta do MINTER. Entre as realizações sintetizadas na Tabela 9, destacam-se:

— as intervenções no Vale do Jequitinhonha (MG), através do PRODEVALE, visando o desenvolvimento integrado de microbacias hidrográficas;

— as ações complementares à reforma agrária; e

— o atendimento às necessidades básicas das populações de baixa renda. Através do PADVALE—Novo Jequitinhonha, foram assentadas 230 famílias, gerando 7 mil empregos diretos.

No Estado do Rio de Janeiro, deu-se prosseguimento ao PRODENOR, criando empregos e promovendo a valorização econômica e social de comunidades rurais, através de ações de regularização de cursos de água e obras de infraestrutura regional do norte fluminense. Foram ensaiados diversos programas de valorização de microáreas deprimidas, em diversos Estados da região. A exemplo, o programa encetado na bacia do Paraíba do Sul, onde se objetivou a melhoria das condições de vida da população carente e as condições ambientais, apoiando ações complementares em áreas de reforma agrária.

2.6. *Âmbito Nacional*

Assumem abrangência nacional as ações de defesa civil do MINTER e outras funções tradicionais do Ministério, compreendendo: a assistência a municípios (inclusive via mobilização estudantil do Projeto RONDON) e a populações indígenas (FUNAI) e na preservação ambiental (reforçada com a criação do IBAMA), e, por último, as novas funções de caráter social e assistencial assumidas com a incorporação da SEHAC, da FUNABEM e da CORDE, além de atribuições remanescentes do MDU/MBES.

Defesa Civil: Os dispêndios no período são discriminados na Tabela 10, segundo fatores de risco, macrorregiões e exercícios financeiros. Os principais eventos adversos enfrentados foram as secas, as enchentes, os abalos sísmicos e, preventivamente, os riscos do programa nuclear.

As secas atingiram, em 85/89, 3.983 municípios brasileiros, afetando um contingente aproximado de 15 milhões

de pessoas. As enchentes levaram prejuízos praticamente a todos os Estados brasileiros. Ao todo, 2.314 municípios foram atingidos e 2.276.737 casos de desabrigo foram assistidos. No período, registraram-se um total de 89.603 residências destruídas ou danificadas e um total de 1.175 mortes. Além dos auxílios financeiros, foram ainda distribuídas diretamente 29 mil toneladas de alimentos e 328t de medicamentos diversos.

Relativamente aos abalos sísmicos, a ação do MINTER aos municípios de João Câmara (RN), Poço Branco (RN) e Palhanos (CE) consistiu na distribuição de alimentos e abrigos emergenciais e na reconstrução de moradias e prédios públicos.

Relativamente ao Programa Nuclear, foram realizados o cadastramento da população residente no entorno da Usina Angra I, campanhas de esclarecimento, instalação de sistema de alarme e comunicação e aquisição de materiais para abrigos de emergência.

Funções Tradicionais do MINTER: Encontram-se dimensionadas na Tabela 11, comportando os seguintes comentários adicionais:

- no Programa de Apoio a Pequenos Municípios, diretamente a cargo do MINTER, foram assistidas 1.076 unidades de 25 Estados. Essa atuação foi ampliada pelo Programa de Mobilização Estudantil, a cargo da Fundação Projeto Rondon, conforme os resultados apresentados na Tabela 11, nos setores de assistência social, educacional, de saúde e de treinamento profissional a pequenos produtores.

- os dispêndios da FUNAI, no período, resultaram no atingimento das seguintes metas: demarcação de 31 milhões de hectares de terras indígenas (85/88), manutenção de 31 chácaras-ambulatorios em 1987, e de 49 no biênio 1988/89, além da manutenção de projetos comunitários e de frentes de atração. Ao final do período, encontram-se em pleno funcionamento 316 postos indígenas e 400 unidades de enfermagem.

- com a criação do IBAMA, foi possível retomar o elenco das realizações nos três programas destacados na Tabela 11. As ações de Proteção ao Meio Ambiente visa-

ram a consolidação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, a fiscalização de reservas, a implementação do Programa Nacional de Controle da Poluição Ambiental, o apoio à capacitação laboratorial e de recursos humanos em todos os Estados, a implantação do controle da poluição de veículos e a conclusão do Plano Nacional de Meio Ambiente e do Programa Nossa Natureza. Na área do Desenvolvimento Florestal, objetivou-se orientar a exploração e utilização racional dos recursos naturais renováveis do País. Na área do Desenvolvimento da Borracha, foram executadas a formação de 98 mil hectares de seringais de cultivo, a implantação de 6 mil hectares de seringais em áreas de escape e a manutenção do estoque regulador de borracha ao nível de 6 mil toneladas.

Novas Funções Assistenciais: Foram recentemente incorporadas à estrutura do Ministério do Interior a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária, (SEHAC), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Coordenação para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), além de outras atribuições remanescentes do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES).

A SEHAC aplicou quase NCz\$ 2 bilhões, em suas três principais linhas de atuação. O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes beneficia, diariamente, quase 8 milhões de crianças menores de 7 anos. O Programa de Mutirão Habitacional viabilizou, a baixíssimo custo, a construção e melhoria da moradia das populações carentes, beneficiando 2,8 milhões de pessoas. Já o Programa de Ação Comunitária ensejou a implantação de mais de 52 mil projetos comunitários de hortas e pomares, mecanização, telefonia, reparação de escolas, creches, postos médicos, pontes e estradas, beneficiando uma população de 26 milhões de pessoas.

A FUNABEM atendeu, no período 85/89, a média de 680 mil menores por ano, através dos programas de apoio a Juizados, Bom Menino, Educação e Trabalho, Adoção, Saúde, Projeto Rio, Projeto Rural e Integração do Deficiente.

A CORDE, no período 87/89, deu prioridade ao desenvolvimento dos Programas de Conscientização, de Atendi-

mento, de Prevenção e de Inserção no Mercado de Trabalho das pessoas portadoras de deficiências.

Finalmente, no período 1985/89, o MBES aplicou NCz\$ 2.087,9 milhões na construção de habitações populares, implantação e melhoria dos sistemas urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, além de ações no campo da preservação ambiental.

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Para o exercício de 1990, o MINTER contará com os recursos consignados na Tabela 12. A experiência brasileira de intervenção governamental, visando promover o desenvolvimento regional tem mostrado, entretanto, que, em grande parte das medidas adotadas, os resultados estão aquém daqueles desejados.

Vários fatores têm contribuído para essa situação, tais como: a limitação dos recursos financeiro-orçamentários, o inadequado aproveitamento dos recursos naturais, e a multiplicidade de atuação das instituições públicas com elevado grau de complexidade do ponto de vista regional.

Entre os múltiplos fatores que têm contribuído, isoladamente ou associados, para esse desempenho das medidas governamentais adotadas, é possível destacar:

- o nível ainda bastante incipiente do conhecimento científico e técnico sobre a realidade regional;
- o reducionismo da política nacional de desenvolvimento regional, que se tem traduzido em medidas parciais e desarticuladas entre si (incentivos fiscais, investimentos governamentais, programas especiais, etc.); e
- a multiplicidade de instituições com jurisdição deliberativa e executiva nas regiões periféricas.

Nesse contexto, os resultados não poderiam ser satisfatórios, conquanto se tenha ampliado efetivamente a atividade produtiva regional. Por agravante, tem se registrado a dispersão da exploração predatória e assistemática do espaço regional. Problemas que certamente ultrapassam as

competências e recursos com que o MINTER cumpriu sua função no período 85/89 e que tendem a persistir na próxima década.

TABELA 1

MINTER — Ministério do Interior (1)
Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989
Investimentos por Região Geográfica

Região Geográfica	Valores em NCz\$ 1.000 (2)						%
	1985	1986	1987	1988	1989	Total	
1. Região Norte	171.390,9	251.966,3	178.410,6	130.288,6	7.745,6	739.802,0	7,8
2. Região Nordeste	947.700,5	1.490.965,9	422.321,9	588.018,4	147.932,4	3.896.939,1	40,9
3. Região Sudeste	83.127,8	300.380,4	159.697,9	19.611,2	7.144,3	569.961,6	6,0
4. Região Sul	53.243,2	141.488,1	71.681,0	57.016,2	13.153,3	316.581,8	3,3
5. Região Centro-Oeste	148.167,2	225.980,2	91.692,7	212.937,6	46.293,8	725.071,5	7,6
6. Âmbito Nacional (3)	119.876,1	287.926,8	1.308.853,7	938.874,0	618.584,2	3.274.114,8	34,4
TOTAL BRASIL	1.523.505,7	2.698.707,7	2.232.657,8	2.226.746,0	840.853,6	9.522.470,8	100

Fonte: SPF/MINTER.

(1) Incluídos, nesta tabela, os valores informados por SEHAC, FUNABEM CORDE e MBES (computados no item 6 — âmbito nacional).

(2) Valores corrigidos a preços de maio de 1989.

(3) Ações a nível nacional.

TABELA 2

MINTER — Ministério do Interior
Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989
Investimentos por Órgão/Unidade

Valores em NCz\$ 1.000 ⁽¹⁾

Órgão/Unidade	1985	1986	1987	1988	1989	Total	%
1. Núcleo Central	187.106,9	105.311,5	551.190,0	251.988,9	130.957,4	1.227.554,7	12,9
2. SUDAM	13.009,2	18.589,1	7.759,2	13.164,6	7.745,6	60.267,7	0,6
3. SUDECO	116.453,7	130.603,1	45.415,5	191.189,6	40.716,3	524.378,2	5,5
4. SUDENE	775.423,7	1.168.934,6	239.951,8	554.101,2	54.578,2	2.792.019,5	29,3
5. SUDESUL	4.687,1	12.647,8	10.393,6	27.759,9	13.153,3	68.641,7	0,7
6. SUFRAMA	—	—	15.847,9	4.788,7	—	20.636,6	0,2
7. T. F. Amapá	65.776,6	89.924,9	67.105,1	55.908,6	—	278.715,4	2,9
8. T. F. Roraima	86.335,1	97.438,8	44.969,0	39.945,6	—	268.688,5	2,8
9. FUNAI	14.498,9	23.924,9	17.067,2	13.246,0	12.254,2	80.991,2	0,9
10. Proj. RONDON	311,0	276,7	8.422,2	4.309,5	—	13.319,4	0,1
11. IBAMA	—	—	—	13.956,6	27.230,5	41.187,1	0,5
12. SEHAC ⁽²⁾	3.245,5	122.982,9	645.666,3	691.849,7	517.159,9	1.908.904,3	20,8
13. FUNABEM ⁽²⁾	228,2	571,2	6.476,6	27.161,5	23.324,1	57.761,6	0,6
14. CORDE ⁽²⁾	—	—	612,4	5.120,7	13.734,1	19.467,2	0,2
15. MBES ⁽²⁾	256.429,6	927.502,1	571.751,0	332.254,9	—	2.087.937,6	22,0
TOTAL MINTER	1.523.505,7	2.698.707,7	2.232.657,8	2.226.746,0	840.853,6	9.522.470,8	100

Fonte: SPF/MINTER.

(1) Valores corrigidos a preços de maio de 1989.

(2) Fonte: Relatório remetido pelo órgão.

TABELA 3

SUDAM — Superintendência de Desenvolvimento
da Amazônia

Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989

Dispêndios Realizados

Programas	NCz\$ 1.000 de maio/89					
	1985	1986	1987	1988	1989	Total
1. Polos Agropec. e Agromin. da Amaz. (POLAMAZÔNIA)	13.009,2	17.988,0	—	754,1	—	31.751,3
2. Apoio a Projetos de Desenvolvimento Regional	—	601,1	7.759,2	2.306,3	1.104,0	11.770,6
3. Desenvolvimento da Amazônia	—	—	—	10.104,2	291,6	10.395,8
4. Desenvolvimento Rural Integrado do AM (PDRI-Amazônia)	—	—	—	—	6.350,0	6.350,0
TOTAL	13.009,2	18.589,1	7.759,2	13.164,6	7.745,6	60.267,7

Fonte: SPF/MINTER.

TABELA 4

SUFRAMA — Superintendência
da Zona Franca de Manaus

Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989

Investimentos Aprovados

NCz\$ 1.000 de maio/89											
Unidades da Federação	1985		1986		1987		1988		1989 (1)		Total
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	(Valor)
Amazonas	—	58,5	84	214,6	52	463,9	68	3.880,7	20	3.484,3	8.102,0
Rorônia	—	0,6	3	3,1	5	16,7	—	—	1	0,5	20,9
Acre	—	1,0	9	10,5	4	39,4	4	73,3	—	—	124,2
Roraima	—	0,8	4	8,8	8	5,9	3	131,2	2	26,2	172,9
Amapá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	—	60,9	100	237,0	69	525,9	75	4.085,2	23	3.511,0	8.420,0

Fonte: BAP/DEPO.

(1) Janeiro a julho de 1989.

TABELA 5

SUDECO — Superintendência de Desenvolvimento
da Região Centro-Oeste

Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989

Dispendios Realizados

Programas	NCz\$ 1.000 de maio/89					
	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Polos Agropec. e Agromin. da Amaz. (POLAMAZONIA)	3.072,1	5.073,5	1.565,7	0,1	—	9.711,4
Programa de Des. do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)	91.779,4	92.246,1	17.324,4	123.184,7	22.732,1	347.266,7
Programa de Des. dos Cerrados (POLOCENTRO)	3.658,3	5.534,8	3.506,3	2,1	—	12.701,5
Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PROCENTRO) ⁽¹⁾	—	—	—	10.852,8	6.493,2	17.346,0
Construção de Estradas Vicinais (MT) ⁽²⁾	—	—	—	51.940,5	8.266,3	60.206,8
Programa Especial de Des. do Estado de MT (PROMAT)	15.074,6	10.013,8	8.304,4	1.762,1	—	35.154,9
Desenvolvimento do Estado do M. Grosso do Sul (PROSUL)	1.793,2	16.406,6	12.746,1	3.436,6	—	34.382,5
Programa Especial da Região Geo-econ- ômica de Brasília	1.076,1	1.328,3	1.968,6	10,7	—	4.383,7
Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal ⁽³⁾	—	—	—	—	3.224,7	3.224,7
TOTAL	116.453,7	130.603,1	45.415,5	191.189,6	40.716,3	524.378,2

Fonte: SPF/MINTER.

(1) Realizados: 1 ponte de concreto, 1 patrulha mecanizada, 150m de portes de concreto, 1.604m² de Hospitais e 5 poços artesianos.

(2) Construídos 260km de estradas vicinais.

(3) Sucede ao PERGEB, na valorização sócio-econômica da região de influência de Brasília, concentrando-se na infra-estrutura de 11 municípios do Estado de Goiás.

TABELA 6

SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento
do Nordeste

Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989

Dispendios Realizados

Programas	NCz\$ 1.000 de maio/89					Total
	1985	1986	1987	1988	1989	
Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do NE (PAPP)	514.593,3	1.032.216,1	162.682,5	492.509,9	46.961,9	2.249.166,3
Apoio a Organização de Pequ. Prod. Rurais do NE (Prog. S. Vicente)	—	46.123,0	26.814,8	17.678,8	3.224,7	93.841,3
(Projetos Aprovados — nº)	—	—	(2.605)	(1.149)	(3.310)	...
(Famílias Beneficiadas)	—	—	(70.770)	(37.163)	(69.340)	...
Programa de Recuperação de Áreas Atingidas pelas Enchentes (PROENE)	—	92.098,4	49.284,5	43.912,5	4.391,6	189.687,0
TOTAL	514.593,9	1.170.439,5	238.981,8	554.101,2	54.578,2	2.532.694,6

TABELA 7

SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento
do Nordeste

FINOR — Fundo de Investimentos do Nordeste

Projetos Aprovados — 1985 a 1989

Discriminação	NCz\$ Milhões de maio/89					
	1985	1986	1987	1988	1989	Total
<i>Dados Globais</i>						
Nº de Projetos (A)	96	85	107	147	128	562
Investimento Total (B)	1.665,9	949,0	2.827,0	3.917,0	2.206,3	11.565,2
Participação do FINOR (C)	831,4	501,6	893,6	1.051,1	820,4	4.098,1
Empregos Gerados (D)	25.940	21.524	33.703	39.738	26.249	147.154
<i>Indicadores Globais</i>						
Invest. Médio NCz\$ Milhões (B/A)	17,4	11,2	26,4	26,0	17,2	20,6
Custo do Emprego NCz\$ Mil (B/D)	64,2	44,1	83,9	98,6	84,1	78,6
Margem Incentivada (C/B)	49,9%	52,9%	31,6%	26,8%	37,2%	35,4%
<i>Distribuição Setorial (% de B)</i>						
	(2)					
Industrial	85,5%	75,2%	85,6%	85,6%	74,2%	—
Telecomunicações	—	—	1,4%	3,7%	4,8%	—
Turismo	2,1%	3,3%	4,0%	2,4%	1,2%	—
Agroindustrial	0,7%	3,7%	1,8%	2,5%	10,1%	—
Agrícola	4,0%	10,8%	0,3%	4,2%	8,2%	—
Pecuária	6,3%	4,3%	1,6%	1,6%	1,5%	—
Pesca	1,4%	2,7%	5,3%	—	—	—

Fonte: SUDENE.

(1) Até novembro/1989.

(2) Até julho/1989.

TABELA 8

SUDESUL — Superintendência de Desenvolvimento
da Região Sul

Principais Programas e Projetos — 1985 a 1989

Dispendios Realizados

NCr\$ 1.000 de maio/89

Programas	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Programa de Aproveitamento da Lagoa Mirim (PROMIRIM)	843,1	3.672,3	3.257,5	1.556,4	1.067,0	10.396,3
Programa Litoral Sul de SC e Norte do RS (PROLITORAL)	2.130,4	2.767,4	4.640,1	21.435,8	3.816,9	34.790,6
Programa de Construções de Pocos e Acudes (PROGRAP)	320,3	1.959,7	772,6	1.224,5	—	4.277,1
Programa de Controle da Erosão no Noroeste do PR (PRONOROESTE)	1.261,1	1.739,1	939,0	3.160,9	1.621,3	8.721,4
TOTAL	4.554,9	10.138,5	9.609,2	27.337,6	6.505,2	58.185,4

Fonte: SPF/MINTER.

TABELA 9

MINTER — Núcleo Central (anteriormente SERSE)
Principais Programas na Região Sudeste — 1985 a 1989
Dispêndios Realizados

Programas	NCz\$ 1.000 de maio/89					
	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Programa de Desenvolvimento Vale do Jequitinhonha (PRODEVALE)	1.150,7	1.844,9	1.551,3	1.160,3	—	5.707,2
Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha (PADVALE)	—	—	2.041,2	828,8	—	2.870,0
Programa Novo Jequitinhonha (continuidade ao PADVALE)	—	—	—	—	7.144,3	7.144,3
Apoio ao Pequeno Prod. Rural do Norte Fluminense (PRODENORI)	466,5	1.383,7	2.004,5	1.547,0	—	5.401,7
Desenvolvimento Regional da Bacia do Paraíba do Sul	—	—	—	966,9	—	966,9
TOTAL	1.617,2	3.228,6	5.597,0	4.503,0	7.144,3	22.090,1

Fonte: SPF/MINTER.

TABELA 10
MINTER — Defesa Civil
Principais Ações por Macrorregião
Dispêndios Realizados

NCz\$ 1.000 de maio/89

Setores de Risco/Regiões	Anos					Total
	1985	1986	1987	1988	1989	
<i>Secas e Estiagens</i>						
Nordeste	11,7	12.199,6	263.617,4	31.724,9	1.749,0	309.302,6
Sul	—	—	—	552,5	300,0	852,5
BRASIL (soma)	11,7	12.199,6	263.617,4	32.277,4	2.049,0	310.155,1
<i>Enchentes</i>						
Norte	—	610,4	—	8.797,3	1.580,0	10.987,7
Nordeste	699,0	11.104,5	—	16.301,0	22.270,3	50.374,8
Sudeste	4,5	63,1	—	19.187,2	100,0	19.354,8
Sul	—	429,6	16.072,4	816,5	404,0	17.722,5
Centro-Oeste	—	—	92,0	—	450,0	542,0
BRASIL (soma)	703,5	12.207,6	16.164,4	45.102,0	24.804,3	98.981,8
<i>Programa Nuclear</i>						
Área da Usina Angra I	—	1.609,6	1.615,1	8,3	84,5	3.317,5
<i>Terremotos</i>						
Área de João Câmara (RN)	—	—	59,2	339,8	1.250,0	1.649,0
TOTAL	715,2	26.016,8	281.456,1	77.727,5	28.187,8	414.103,4

TABELA 11

MINTER e Vinculados: RONDON, FUNAI e IBAMA

Outros Programas e Projetos — 1985 a 1989

Dispêndios Realizados

Discriminação	NCz\$ 1.000 de maio/89					
	1985	1986	1987	1988	1989	Total
<i>Núcleo Central do MINTER</i>						
Programa Apoio Pequenos Municípios	1.514,6	10.262,8	3.545,9	12.707,5	4.026,3	32.057,1
<i>Fundação Projeto Rondon</i>						
Programa Apoio às Populações Carentes	311,0	276,7	8.422,2	4.309,5	—	13.319,4
(Municípios assistidos)	(253)	(227)	(950)	(984)	—	...
(Estudantes mobilizados)	(29.469)	(26.548)	(20.000)	(18.000)	—	...
<i>Fundação Nacional do Índio (FUNAI)</i>						
Demarcação e Regul. de Terras	1.866,0	305,0	2.371,4	2.941,0	166,5	10.649,9
Desenv. e Assist. a Comun. Indígenas	12.632,9	20.619,9	14.695,8	10.305,0	12.087,7	70.341,3
<i>Int. Bras. de MA e RNRen (IBAMA)</i>						
Proteção ao Meio Ambiente	—	—	—	13.956,6	4.085,8	18.042,4
Desenv. Florestal	—	—	—	—	16.279,6	16.279,6
Desenv. da Borracha	—	—	—	—	6.865,1	6.865,1

Fonte: SPF/MINTER.

TABELA 12

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Orçamento para 1990

Dispêndios Programados

NCz\$ 1.000 de maio/89			
Discriminação	Dispêndio Total	Investimentos	Quadro de Pessoal
A — Orçamento Fiscal e de Seguridade Social	3.658.531	1.345.312	20.291
1. MINTER (Núcleo Central)	624.241	193.956	2.054
2. SEHAC	828.770	2.601	78
3. SUDAM	53.422	24.533	888
4. SUFRAMA (1)	110.284	57.043	372
5. CODEBAR	4.000	2.000	57
6. SUDECO	103.860	90.846	438
7. SUDENE	383.042	201.757	2.770
8. SUDESUL	45.681	20.020	342
9. IBAMA	272.997	53.582	5.822
10. FUNAI	72.335	3.089	4.764
11. FUNABEM	206.100	16.497	2.706
12. Fundo de pesquisa e RN do Nordeste	8.370	173	—
13. FINOR (2)	557.930	474.240	—
14. FINAM (3)	276.630	204.706	—
15. Fundo Nacional de Ação Comun.	110.869	269	—
B — Orçamento de Invest. das Estatais (4)	—	87.756	—
1. CODEBAR	—	(2.000)	—
2. SIDERAMA	—	1.035	—
3. Cia. Águas e Esgotos do AP	—	71.273	(5)
4. Cia. de Desenvolvimento do AP	—	1.776	(5)
5. Cia. de Eletricidade de AP, SA	—	4.365	(6)
6. Cia. Águas e Esgotos de RR	—	1.622	(6)
7. Cia. de Desenvolvimento de RR	—	6.000	(6)
8. Centrais Elétricas de RR, SA	—	1.685	(6)
TOTAIS	—	1.433.068	—

Fonte: Orçamento da União — 1990 — Vol. I-I, p. 39 e 78, Vol. II — p. 202, Vol. III, p. 137 a 144 e Anexo IV.4.

(1) Renúncia total de NCz\$ 1.096 milhões.

(2) Renúncia total de NCz\$ 930 milhões.

(3) Renúncia total de NCz\$ 382 milhões.

(4) Recursos Próprios, exclusive Tesouro (CODEBAR).

(5) 6.142 civis e 917 militares.

(6) 7.062 civis e 926 militares.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

As funções institucionais do Ministério das Comunicações são: estabelecer as diretrizes e metas relacionadas ao desenvolvimento das comunicações no País; promover a implantação e expansão dos serviços públicos de telecomunicações e dos serviços postais; licenciar o funcionamento das estações de rádio e de televisão e fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes das concessões, autorizações e permissões em vigor; estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial de telecomunicações; estabelecer ou aprovar normas técnicas e especificações para os serviços e equipamentos de telecomunicações.

No exercício dessas funções, o Ministério das Comunicações, para o período 1985/89, estabeleceu as seguintes diretrizes de gestão:

- ampliar o acesso da sociedade aos serviços;
- ampliar a implantação de telefones de uso público e de interiorização dos serviços postais e de telecomunicações;
- ampliar a eficiência operacional e os ganhos de produtividade das empresas vinculadas;
- adotar medidas visando o desenvolvimento da capacitação tecnológica e industrial do setor;
- intensificar o relacionamento internacional na área de telecomunicações, principalmente com a América Latina.

No campo das telecomunicações públicas, vale mencionar que o crescimento da rede de telecomunicações, no passado recente, não vinha acompanhando o aumento do tráfego telefônico, como consequência da redução do volume médio de investimentos, havida no período de 1983 a 1985 (investimento anual equivalente a US\$ 876 milhões), em relação às aplicações anuais de US\$ 1.267 milhões feitas no período de 1979 a 1982.

De outro lado, a fixação de tarifas, desde 1978, em níveis sistematicamente inferiores às taxas de inflação teve

como consequência a redução da capacidade de geração de recursos pelo setor.

A conjunção dos fatores — limitação de investimentos e tarifas irreais — resultou na ocorrência de níveis de congestionamento extremamente elevados, deteriorando a qualidade dos serviços.

Para minorar tais efeitos, foi estabelecido um conjunto de medidas (Plano de Descongestionamento da Rede Telefônica) envolvendo ações no âmbito operacional das empresas e contratações prioritárias de ampliações da rede e implantações de novos entroncamentos nos pontos de maior fluxo de tráfego.

Vale ainda mencionar que a aplicação de tarifas diferenciadas ao longo do dia, visando estimular o deslocamento do tráfego telefônico para períodos de menor demanda, tem contribuído para evitar a ampliação do congestionamento da rede interurbana.

A recuperação dos níveis de investimentos do setor, efetivada a partir de 1985 — apresentando um valor médio anual equivalente a US\$ 1.400 milhões anuais, até 1988, e crescendo, em 1989, para US\$ 2.300 milhões — já permitiu reflexos positivos na planta instalada: o número de novos terminais telefônicos em 1988, cerca de 520.000, superou os resultados anuais dos 10 anos anteriores.

A solução do congestionamento da rede, todavia, somente poderá ser obtida em médio prazo, pois, os projetos de telecomunicações possuem uma maturação superior a 30 meses, e desde que sejam mantidos os investimentos em níveis adequados e promovida a recuperação dos valores, ainda defasados, das tarifas telefônicas.

Por outro lado, e como consequência da própria inadequação dos níveis de investimentos em anos anteriores, o setor não tem ainda atendido convenientemente à demanda pelos serviços: enquanto esta cresceu no período 34%, os terminais instalados cresceram apenas 22,4%, apesar da recuperação verificada a partir de 1986. Este fato levou o setor a um grande esforço para viabilizar recursos e investimentos que, além de atenderem ao descongestionamento da rede, propiciassem um melhor atendimento à demanda

telefônica. Os níveis obtidos, particularmente a partir de 1987, devem ser ainda ampliados, de modo que os problemas mencionados não se apresentem novamente no futuro.

Relativamente aos serviços postais, a ECT atingiu a mais elevada qualidade dos serviços de sua história, apresentando um índice de objetos entregues até o dia seguinte à postagem de 76,9%, ao final de 1984 (média anual), esse índice atingiu 87,7% e 86% em 1988 e 1989, respectivamente.

Deve ser ressaltado que a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela ECT apoiam-se basicamente na aplicação de tarifas e investimentos adequados à magnitude dos fatores envolvidos.

Em que pesem os resultados positivos no período, o investimento manteve-se em patamar bastante reduzido (cerca de 2% dos dispêndios globais da Empresa), levando a ECT a operar no limite de sua capacidade.

Ressalte-se que as inversões destinam-se notadamente à infra-estrutura, abrangendo a construção de unidades de atendimento e de tratamento postal e respectivos equipamentos, a substituição e reparo de veículos, bem como a recuperação de seus imóveis.

Nesse sentido, é necessário que o nível de investimentos seja ampliado, evitando-se a deterioração do patrimônio da ECT e mantendo-se a elevada qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Com relação às tarifas postais, não obstante as constantes defasagens ocorridas durante o período, foram promovidas ações no sentido de recuperá-las, alcançando-se, no final de 1989, tarifas reajustadas em níveis próximos à variação do IPC.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Dentre as principais medidas e diretrizes do período destacam-se:

— alteração de dispositivos do regulamento dos serviços de radiodifusão (Decreto nº 91.837, de 25.10.85);

— diretrizes condicionando a certificação de produtos de telecomunicações que adotem projeto desenvolvido no exterior à efetiva transferência tecnológica para o País (Portaria nº 096, de 15.4.86);

— diretrizes para estímulo à produção e ao desenvolvimento de componentes microeletrônicos aplicáveis aos produtos de telecomunicações (Portaria nº 147, de 22.5.86);

— diretrizes relacionadas às transferências do direito de uso das linhas telefônicas (Portaria nº 209, de 6.8.86);

— diretrizes para implantação e operação de estações terrenas a serem interligadas ao Sistema Nacional de Telecomunicações, visando ampliar o atendimento às áreas rurais (Portaria nº 017, de 22.1.88);

— regulamentação do serviço especial de televisão por assinatura (TVA) (Decreto nº 95.744, de 23.2.88, alterado pelo Decreto nº 95.814, de 10.3.88);

— destinação anual às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de fomento industrial, de recursos em montante equivalente a, no mínimo, 2,5% da receita de exploração líquida dos serviços auferida pelo Sistema Telebrás (Portaria nº 053, de 3.3.88);

— regulamentação dos serviços públicos especializados de comunicação de dados da RENPAC (Rede Nacional de Comutação por Pacotes) — (Portaria nº 086, de 11.4.88);

— estabelecimento do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em UHF (Portaria nº 194, de 5.8.88);

— regulamentação dos serviços públicos-restritos (Decreto nº 96.618, de 31.8.88);

— diretrizes para prestação dos serviços de telecomunicações de âmbito interior e internacional pelas empresas vinculadas (Portaria nº 525, de 8.11.88);

— alteração do Regulamento Geral da Lei nº 4.117/62 (Decreto nº 96.057, de 10.11.88);

— regulamentação do serviço de telefonia móvel celular (Portaria nº 006, de 16.1.89);

— diretrizes para certificação de produtos de telecomunicações (Portaria nº 033, de 3.5.89).

Além disso, as tarifas telefônicas interurbanas foram reduzidas a apenas 25% de seu valor normal, após as 23 horas, e as chamadas entre cidades formadoras de regiões metropolitanas, antes tarifadas como interurbanas, passaram a ser cobradas como chamadas urbanas.

Relativamente à radiodifusão, deve ser mencionada a utilização dos satélites BRASILSAT como instrumento de apoio à disseminação da televisão em todo o território nacional, propiciando, mesmo nos pontos mais longínquos, o acesso à informação e ao entretenimento.

Hoje, são mais de 700 estações terrenas de recepção de TV, autorizadas para retransmissão dos programas. As estações terrenas particulares, destinadas exclusivamente à recepção, estão dispensadas do respectivo licenciamento.

Ao assegurar-se o uso dos satélites pelas redes comerciais de TV interessadas, não foi descurado o estímulo à geração local de programas como princípio de preservação da cultura regional no País.

No período, foram outorgados 75 novos canais de televisão ampliando para 240 o número de estações geradoras.

Relativamente à radiodifusão sonora, foram outorgados 920 canais para estações de Ondas Médias (302), FM (612) e de Ondas Tropicais (6). O País passou a contar com 2.840 estações autorizadas, das quais 54,5% correspondem àquelas de ondas médias e 40,3% correspondem às de FM.

2.1 *Sistema Telebrás*

Além das medidas adotadas para reduzir os efeitos do congestionamento da rede pública e a demanda pelos serviços, as ações realizadas pelo setor buscaram priorizar o setor social, beneficiando sobretudo as populações de baixa renda através de dois programas claramente definidos: o de Popularização do Serviço Telefônico e o de Interiorização dos Serviços.

No campo da popularização, o número de telefones públicos à disposição dos usuários passou de 87.300 aparelhos existentes no início de 1985, para 142.700 em 1989.

Relativamente à interiorização, o atendimento a 5.435 novas localidades a partir de 1985, representa um crescimento de 68% em relação àquele ano. Em apoio ao Programa, o número de estações terrenas de comunicações por satélite cresceu de 18 para 40, beneficiando particularmente a região amazônica e o interior do País. Foi também implantada a estação terrena de Mosqueiro (PA) que propiciou ampliação e melhoria dos serviços prestados à Região.

No campo das comunicações internacionais, foi implantada a estação terrena de Morungaba (SP) que permitiu ampliação da capacidade de escoamento do tráfego internacional do Brasil, anteriormente cursado apenas pela estação de Tanguá (RJ) que já se encontrava próxima à saturação.

O crescimento do tráfego telefônico e de telex no período foi o seguinte:

	Tráfego (1989)	Crescimento Médio Anual (%)
<i>Serviço Telefônico</i>		
Local	40 bilhões de impulsos	9,0
Interurbano	2,3 bilhões de chamadas	16,7
Internacional	24 milhões de chamadas	24,6
<i>Serviço de Telex</i>		
Nacional	560 milhões de minutos	9,3
Internacional	16 milhões de minutos	4,9

Relativamente à infra-estrutura instalada, o quadro a seguir apresenta a evolução obtida no período:

Indicadores	Jan. 85	Dez. 89	Crescimento (%)
Telefones	10,5 milhões	13, 5 milhões	28,6
Terminais Telefônicos	6,6 milhões	8,8 milhões	33,3
Telefones Públicos	87.300	230.000	163,5
Localidades Atendidas	7.995	13.430	68,0
Terminais Telex	69.500	135.000	94,2

Os investimentos realizados entre 1985 e 1989 foram equivalentes a cerca de 7.900 milhões de dólares.

Os dispêndios realizados no período estão apresentados no quadro a seguir:

(NCz\$ milhões Maio/89)

Anos	Despesas de Capital		Disp. Global
	Investimento	Outras Desp.	
1985	1.709,89	604,28	4.850,70
1986	2.123,50	579,57	5.462,54
1987	2.310,84	636,65	6.593,85
1988	2.552,95	777,18	8.565,12
1989	2.950,00	348,00	9.058,00

Os investimentos realizados voltaram-se basicamente para a expansão dos sistemas telefônicos locais e dos sistemas interurbanos (que somam cerca de 70% dos recursos aplicados). Os demais programas envolvem:

- sistemas rurais;
- sistemas internacionais;
- sistemas de comunicações de dados e de textos;
- sistemas de apoio;
- pesquisa e desenvolvimento;
- outros.

Além dos programas de cunho social, foram também implantados vários serviços de comunicação de dados e telemáticos, destacando-se a RENPAC — Rede Nacional de Pacotes, o VIDEOTEXTO, inicialmente implantado em São Paulo e mais recentemente em Minas Gerais, o TRANSDATA, o MULTIDATA e o DATAFONE, atendendo, todos, a necessidades específicas de comunicações de dados.

Na área de comunicações de textos, o setor ampliou os serviços Telex em 55% no período, e iniciou estudos para especificação e implantação imediata do Serviço de Tratamento de Mensagens (STM), superior ao Telex em velocidade e facilidades adicionais.

Igualmente, foram concluídos os trabalhos e licitações para a introdução da telefonia móvel cautelar no País e para o lançamento dos satélites BRASILSAT 3 e BRASILSAT 4, indispensáveis à evolução da infra-estrutura básica de telecomunicações neste final de século.

Deve também ser destacada a atenção especial conferida à capacitação tecnológica com destinação específica e assegurados os recursos às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de fomento industrial.

Dentre os principais resultados alcançados nesse campo, ressaltam o projeto e desenvolvimento de equipamentos de transmissão rádio e multiplex digital, centrais de comutação digital da família Trópico, componentes microeletrônicos, telefone digital, equipamento para comunicação de dados via satélite bem como centrais de comutação de pacotes e de texto.

2.2. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

Objetivando a interiorização dos serviços prestados pela empresa, a quantidade de Agências e Postos de Correio evoluiu em 184 unidades e foram criados durante o período 5.500 Postos de Correio Rural. Conseqüentemente, o total de pontos de atendimento, com a inclusão das demais unidades auxiliares, elevou-se de 48.301 para 56.701 em 1989.

A Rede Postal Noturna passou a contar com 49 aeronaves especialmente fretadas para o transporte postal, representando acréscimo de 10 aeronaves em relação ao início de 1985. A quantidade de linhas de transporte de superfície foi também ampliada para cerca de 10.100 linhas com crescimento de 75% em relação às existentes no início do período.

Foi também criada a Rede Postal Fluvial da Amazônia que, através do fretamento de 6 embarcações, irá realizar, com exclusividade, o encaminhamento postal da região.

A quantidade de Centros Operacionais destinados à triagem e distribuição de objetos postais e malotes do SERCA apresentou a expansão de 129 unidades. Hoje encontram-se em operação 384 desses Centros.

O quadro a seguir ilustra a evolução da infra-estrutura postal no período:

Indicadores	(Unidades)					
	Jan./85	Dez./85	1986	1987	1988	1989
Ag. e Postos do Correio	7.246	7.321	7.362	7.396	7.396	7.430
Postos de Correio Rural	—	2.640	4.019	4.702	5.291	5.500
Unidades Auxiliares	41.055	42.461	43.365	44.132	43.162	43.771
Centros de Triagem	57	59	55	57	62	62
Centros Operacionais	65	69	66	68	72	76
Centros de Dist. Domic.	137	151	176	194	221	250

Tal infra-estrutura foi responsável pelo tráfego de 3,9 bilhões de objetos postais representando crescimento médio anual de 8,6% no período. Igualmente, o tráfego telegráfico, com 27,7 milhões de mensagens no ano de 1989 indica crescimento médio anual de 15,4% entre 1985 e o último ano.

De outro lado, orientação especial foi dirigida ao mercado, visando a identificação de novas opções de serviços. Assim, foram criados neste período as modalidades Express Post, Export Post, Sedex a Cobrar e Sedex — VIP para o atendimento das necessidades específicas de cada segmento de usuários. Outro aspecto a ser ressaltado foi a busca de

maior integração entre a ECT e entidades públicas e privadas, cujo principal beneficiário foi o público em geral. Assim, além do apoio logístico concedido aos programas sociais do governo (livro didático, leite para crianças carentes, etc.) e às eleições para cargos públicos (justificação eleitoral), a empresa efetuou convênio com a Caixa Econômica Federal, criando a Poupança Postal.

Relativamente à racionalização do atendimento ao usuário, foram implantados o Comprovante de Franqueamento (selo sem valor facial) e o formulário pré-taxado para telegramas.

Para a consecução destas ações foram movimentados durante o período os recursos abaixo discriminados:

(NCz\$ milhares maio/89)

Despesas de Capital						
Ano	Orçamento Total	Investimentos			Demais Despesas de Capital	Total
		Obras	Equipamentos	Aquisição de Imóveis		
1985	713.693	11.463	9.889	445	2.827	24.624
1986	711.122	5.598	10.231	238	4.879	20.946
1987	883.363	9.054	10.375	414	2.913	22.756
1988	878.826	7.831	9.585	16	1.007	18.439
1989	1.070.860	33.988	19.598	1.802	746	56.134

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Na área de telecomunicações públicas, deverão ter prosseguimento os programas prioritários — de natureza marcadamente social — de popularização de uso do telefone e de telecomunicações rurais.

Cerca de 1954 novas localidades serão integradas ao Sistema Nacional de Telecomunicações e serão instalados mais 27,8 mil telefones de uso público, em todo o território nacional.

Para atendimento da demanda telefônica individual, serão instalados mais 604 mil terminais telefônicos (e contratados mais 680 mil, para instalação em 24 meses). Deverá ainda ser contratado o sistema de telefonia móvel celular para nossas maiores cidades.

Com investimentos previstos da ordem de US\$ 3.500 milhões, o setor deverá também reduzir os níveis atuais de congestionamento expandindo a planta instalada e ampliando o atendimento da demanda pelos serviços.

A densidade telefônica, entretanto ainda estará muito abaixo da capacidade e potencialidade do País, enquanto países em desenvolvimento possuem entre 7 e 10 terminais por 100 habitantes (40 a 70 nos países mais desenvolvidos), o Brasil apresenta uma densidade de cerca de 6,3 terminais por 100 habitantes.

É necessário, portanto, nos anos futuros, a manutenção dos níveis de investimentos em patamares elevados, para se garantir os efeitos catalizadores das telecomunicações na economia e em apoio ao bem estar social.

No que concerne aos correios, além da continuidade aos programas de interiorização, expansão e aprimoramento da infra-estrutura postal e telegráfica, a ECT, a partir de 1990, deverá intensificar a adoção de medidas visando ampliar a qualidade do atendimento prestado nas Agências.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. POLÍTICAS E DIRETRIZES

As políticas e diretrizes, que nortearam as ações do MPAS a partir de 1985, foram estabelecidas em consonância com o processo de mudanças que buscou assegurar a transição democrática do País, visando promover a estabilidade sócio-econômica de sua população.

Nesta ótica e diante da realidade brasileira, foram assim postuladas as políticas e diretrizes gerais do MPAS/SINPAS:

— Democratização da gestão mediante:

- informação a todos os setores integrantes da sociedade brasileira sobre os problemas da previdência, assistência médica e assistência social, no sentido de encontrar, em conjunto, soluções alternativas para a melhoria qualitativa dos serviços prestados aos usuários;

- participação dos trabalhadores, empresários, servidores e usuários, bem como dos demais segmentos representativos da sociedade, na gestão da Previdência, através de mecanismos estratégicos, tais como: Conselho Superior de Previdência e Assistência Social, Conselhos Comunitários, dentre outros;

- co-responsabilidade nos processos de coordenação e gerenciamento dos serviços previdenciários.

— Planejamento participativo, integrado e articulado em todos os níveis da estrutura orgânica do Sistema, desde a menor unidade orgânica de base, até os níveis centrais do SINPAS e o aperfeiçoamento gerencial dos órgãos e entidades a ele vinculados.

— Descentralização programada das ações e recursos de assistência médica e assistência social, criando condições para a participação da população na indicação das ações prioritárias, bem como o seu acesso a esses bens e serviços, com o fortalecimento da autonomia dos Estados e Municípios.

— Humanização e igualização do atendimento mediante:

- eliminação progressiva das discriminações vigentes na prestação dos serviços de previdência social, assistência social e assistência médica;

- ampliação da cobertura dos serviços, em especial aos mais necessitados, e melhoria da qualidade de atendimento aos segurados e seus dependentes, evitando as filas e assegurando à população beneficiária o direito a um tratamento mais humanizado;

- maior concentração de recursos voltados para as áreas e populações de baixa renda, como instrumento de promoção de bem-estar social.

— Melhoria da eficiência e controle gerencial do Sistema mediante:

- reestruturação organizacional e dinâmica de funcionamento e sistematização da informação e dos processos, mecanismos e instrumentos de controle gerencial;

- capacitação dos recursos humanos visando maior engajamento nos processos de modernização;

- fortalecimento dos mecanismos de combate às fraudes, aos vazamentos e desvios na arrecadação e aperfeiçoamento da aplicação de recursos;

- adoção de mecanismos que permitam a elevação do grau de informação da população usuária sobre os serviços prestados e das formas para obtenção dos benefícios.

Situação Inicial

A situação da Previdência Social, em 1985, se caracterizava pela crônica incidência de déficits crescentes, decorrentes da recessão econômica, da extensão de benefícios sem que houvesse os recursos correspondentes para o seu financiamento e da subestimação pelo Orçamento Fiscal da União do aporte de recursos necessários às despesas de pessoal e de administração geral dos órgãos que compõem o SINPAS. Além disso, inexistiam mecanismos eficientes de coordenação entre as entidades do SINPAS, cada uma adotando política e ação próprias, acarretando superposição de esforços e ações por vezes conflitantes.

As disparidades de tratamento entre segurados urbanos e rurais eram agudas e evidenciavam-se no fato de que, do orçamento total do INAMPS para 1985, apenas 3% correspondiam ao programado para atendimentos rurais. As disparidades entre regiões eram igualmente acentuadas.

A ociosidade da rede própria de atendimento médico, no que se refere às consultas ambulatoriais era da ordem de 44%, enquanto a da rede hospitalar aproximava-se de

50%. Ao mesmo tempo em que se verificava crescimento do número de pacientes encaminhados para atendimento em serviços contratados, eram desativadas instalações, equipamentos e recursos humanos do INAMPS.

Na área da Previdência Social, observavam-se também um grande desequilíbrio entre os benefícios urbanos e rurais, além de significativa redução no valor real dos benefícios previdenciários comparativamente aos seus valores na data de concessão.

O equilíbrio financeiro do Sistema, já debilitado pela situação econômica do País, ainda padecia de constantes fraudes que oneravam as despesas e reduziam as receitas.

Prioridades Adotadas

Diante deste quadro, a partir de 1985, foi deflagrado o combate à fraude na Previdência Social com a constituição de uma Comissão de Alto Nível, composta de representantes do IAPAS, da Procuradoria-Geral da República e da Ordem dos Advogados do Brasil e com apoio da Polícia Federal, tendo sido instaurados inúmeros inquéritos e sindicâncias.

A racionalização administrativa e financeira, junto ao combate à fraude, mereceu atenção especial através das seguintes linhas prioritárias de ação:

- reestudo do Sistema de Previdência e Assistência Social, compreendendo a elaboração do Anteprojeto de Lei da Previdência Rural;

- aperfeiçoamento do Sistema de pagamento de benefícios;

- ampliação das Ações Integradas de Saúde, visando a universalização do atendimento médico, inclusive no meio rural, a partir do somatório dos recursos disponíveis nos três níveis de governo; e

- descentralização administrativa e modernização do Sistema, com ênfase para a dinamização dos setores de planejamento e orçamentação em nível regionalizado.

A partir de 1986, foi iniciado o processo de reestruturação da Previdência Social, objetivando torná-la mais jus-

ta, equilibrada e transparente, criando as condições necessárias para a eliminação do tratamento discriminatório dispensado ao trabalhador rural em relação ao empregado urbano, o mesmo acontecendo na relação entre contribuinte autônomo e assalariado.

Na assistência médica, o atendimento rural foi equiparado ao urbano a partir do reforço das Ações Integradas de Saúde, que passaram a alcançar todas as unidades da Federação. Concomitantemente, estabeleceu-se o conceito de universalização do atendimento médico, criando as bases para o Sistema Único de Saúde.

No âmbito da assistência social, ampliou-se o orçamento da área, que havia sido drasticamente reduzido no período de 1981/84.

O ano de 1987 foi marcado principalmente pela extensão dos benefícios da previdência social aos trabalhadores rurais.

Desta forma, particularmente a partir de 1988, as ações governamentais desenvolvidas no âmbito da seguridade social, através do MPAS, estiveram direcionadas para a descentralização de poderes, recursos e responsabilidades, estabelecendo um processo de transferência de atividades e recursos federais para os governos estaduais e municipais, notadamente na área de saúde, através da implementação do SUDS, precursor do Sistema Único de Saúde (SUS) definido pela nova Carta.

Em 1989, o MPAS, orientado pelas novas diretrizes constitucionais, concentrou esforços no sentido de recompor os benefícios de prestação continuada para valores equivalentes ao número de salários mínimos da data de suas concessões e preparar o anteprojeto de lei do Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, de forma a regulamentar os direitos dos benefícios e eliminar as distorções anteriormente verificadas.

Ainda na área da previdência, otimizou-se o pagamento dos benefícios pecuniários, através da utilização de toda a rede bancária.

Procurou-se fortalecer o sistema de arrecadação e fiscalização, através do incentivo à ação fiscal e da informati-

zação do sistema, garantindo o crescimento das receitas previdenciárias no sentido de minimizar o impacto financeiro dos avanços sociais obtidos.

Desempenho Orçamentário-Financeiro

O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) apresentou, no período de 1985/89, resultados que espelham a influência direta da política econômica do Governo, mais precisamente da política salarial, qualificando-o como bom termômetro da situação econômico-social do País. O resultado operacional do SINPAS, obtido pela comparação entre recebimentos (excluídas as aplicações financeiras) e pagamentos, registrou uma queda real em 1985, a qual pode ser atribuída ao início da recuperação do valor dos benefícios previdenciários e aos investimentos na assistência médica. Em 1986, o resultado operacional registra uma recuperação real, considerado o período 1984/86, explicado pelo fortalecimento da economia em 1986, na esteira do «Plano Cruzado». A partir de 1987 e durante 1988, os resultados operacionais registram déficits, espelhando o desaquecimento da economia nacional e a conseqüente compressão da massa salarial. Em 1989, mesmo com um aumento real da arrecadação, indica-se um quadro deficitário a ser equilibrado pela injeção de recursos do tesouro.

Resumidamente estão a seguir apresentados os dados orçamentário-financeiros do SINPAS, no período 1985/89 (valores a preços de maio 1989), segundo grandes regiões e áreas — programas e especificação das receitas utilizadas segundo fontes.

Grandes Regiões	NCz\$ Milhões	%
Norte	3.051,3	2,59
Nordeste	22.743,1	19,32
Sudeste	69.109,8	58,70
Sul	17.771,3	15,09
Centro-Oeste	5.068,3	4,30
TOTAL	117.743,8	100,00

Áreas-Programas	NCz\$ Milhões	%
Adm. e Programa de Apoio	9.182,6	7,80
Saúde	32.454,8	27,56
Previdência Social	73.612,0	62,52
Assistência Social	2.494,4	2,12
TOTAL	117.743,8	100,00

Receitas	NCz\$ Milhões	%
Contribuições	102.163,6	84,46
Transferências da União	5.786,3	4,78
Patrimonial	11.290,8	9,33
Capital	52,1	0,04
Outras	1.675,1	1,39
TOTAL	120.967,9	100,00

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Previdência Social*

O MPAS empreendeu no período 1985/89, através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ações que se direcionaram para a extensão dos benefícios do seguro social a um universo mais abrangente de trabalhadores, dando-lhes também melhores condições de atendimento; na introdução do princípio da seletividade em função da renda; na concessão de benefícios de salário-família, de auxílio-natalidade e auxílio-funeral como instrumento de justiça social; e na recuperação gradativa do valor real das aposentadorias e pensões.

Dentre as ações executadas neste período destacam-se:

— em 1985, os benefícios de duração continuada foram reajustados em bases mais favoráveis que as ditadas

pela política salarial em vigor, ao conceder-se 100% da variação semestral do INPC, para todos os benefícios em manutenção.

— em 1986, com a implantação do Plano Cruzado, o reajuste dos benefícios obedeceu aos mesmos critérios adotados para o pessoal em atividade, havendo, portanto, um aumento que variou de 26,73% a 46,17%, incluído o abono de 8% concedido aos trabalhadores.

— foi estendida a concessão dos benefícios decorrentes de acidente do trabalho a todos os membros da família do produtor rural.

— em julho de 86, foi abolida a contribuição previdenciária de inativos, resultando em aumento real de 3,5% a 5% nos valores das aposentadorias e pensões; começou-se o reaparelhamento da DATAPREV para atender à demanda de serviços requerida por um sistema de massa, com cerca de 28 milhões de contribuintes e mais de 100 milhões de usuários, além da informatização do sistema de pagamentos.

Em 1987, de acordo com os critérios da política salarial (Decreto-Lei nº 2.284/86 e Decreto-Lei nº 2.302/86), os benefícios de duração continuada sofreram as seguintes majorações:

— em 1º de janeiro houve um reajuste automático de 20%.

— em 1º de março, nova data-base de reajuste, os benefícios concedidos até março de 1986 foram reajustados em 41,79%, mesmo índice utilizado para o reajuste do salário mínimo, implicando no ganho real de 4,53%.

A Lei nº 7.604, de 26.5.87 (com efeito a partir de abril), efetivou as seguintes melhorias nos benefícios:

a) Na área urbana

— elevação dos pisos dos benefícios de duração continuada (aposentadoria, auxílio-doença, pensão e auxílio-reclusão) que representavam de 60% a 90% do salário mínimo para 95% do mesmo;

— atualização das perdas sofridas pelos benefícios de duração continuada, durante o período de nov./79 a mai./84, em função dos critérios de reajustes adotados, à época, pela Previdência Social, diferentes daqueles aplicados aos trabalhadores ativos. As perdas estimadas nos valores dos benefícios, em função desse critério, variam de 2 a 19%, atingindo rendas mensais de benefícios superiores a três salários mínimos;

— em maio e junho foi concedido novo reajuste de 20%;

— a partir de setembro, a Previdência passou a fixar os valores mínimos das rendas mensais urbanas em 91,5% do Piso Nacional de Salários (PNS), e não mais em 95% do Salário Mínimo de Referência (SMR).

b) Na área rural

— concessão aos trabalhadores rurais do auxílio-reclusão e do auxílio-doença, no valor de 50% do salário mínimo.

Em 1988, os benefícios de prestação continuada foram reajustados com base na política salarial em vigor, utilizando-se como índice de reajuste a URP, sem o congelamento aplicado aos trabalhadores da ativa nos meses de abril e maio. A partir de março os valores dos benefícios acidentários foram fixados em 75% do PNS em substituição ao SMR.

Considerada a defasagem de 60 dias entre a concessão de um reajuste de benefícios e o seu efetivo pagamento, adotou-se a emissão dos carnês verde (Renda Mensal Vitalícia Rural e Urbana igual a 50% do PNS); amarelo — Aposentadoria Urbana — 91,5% do (PNS), para agilizar o pagamento.

Quanto ao número de benefícios, o Sistema tem mostrado seu dinamismo, pois, enquanto em 1980 o INPS cobria benefícios em manutenção, atendendo a cerca de 8 milhões de brasileiros, em 1985 este número chegou a quase 11 milhões, com despesas globais que representam cerca de dois terços do orçamento da Previdência. O processo de

expansão prosseguiu em ritmo mais lento no ano seguinte, chegando a 1988 com 11,5 milhões de benefícios em manutenção.

Em 1989, a partir de fevereiro, toda a rede bancária do País passou a efetuar pagamentos de benefícios. Até então, apenas 50% das agências efetuavam esses pagamentos, o que ensejava atendimento precário aos beneficiários.

De acordo com a nova Constituição, os benefícios de prestação continuada tiveram os seus valores revistos em abril/89, a fim de restabelecer-se o poder aquisitivo, expresso em salários mínimos da data da concessão, devendo esse critério ser mantido até a implantação do novo Plano de Custeio e Benefícios.

Com a extinção do PNS e do SMR (Lei 7.789/89), a partir de julho, os valores dos benefícios rurais comuns e acidentários vêm sendo fixados em 50% e 75% do salário mínimo, respectivamente.

A partir de agosto, os valores mínimos das aposentadorias e pensões urbanas passaram a ser de 95% do salário mínimo e não mais 91,5% do PNS, como era anteriormente.

Finalmente, seguindo a diretriz de oferecer um melhor atendimento à sua clientela, o INPS investiu na reforma e ampliação de sua rede de prestação de benefícios, em todos os estados da Federação, num total de 285 unidades, em sua maioria postos de benefícios, dentre os quais 15 já informatizados e mais 10 programados para funcionar ainda este ano.

2.2. Saúde

O MPAS, a partir de 1985, estabeleceu como estratégia o reforço das Ações Integradas de Saúde (AIS), uma conjugação de princípios e diretrizes que, a partir da confluência de esforços entre os níveis Federal, Estaduais e Municipais, criou as condições técnico-administrativas e políticas que viabilizaram o aperfeiçoamento do modelo assistencial, baseado principalmente na descentralização e na universalização do atendimento.

Em 1986, após a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, foram criadas as condições para mais um salto de qualidade: a constituição do Programa de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS), pelo Decreto nº 94.657, de julho de 1987.

Com o advento do SUDS, o INAMPS, a partir de 1988, deixou de atuar como órgão responsável, pela execução direta das ações de saúde, repassando gradualmente essas atribuições para os Governos Estaduais e Municipais.

Na área de saúde, foram executadas as seguintes ações básicas, visando a implementação definitiva do SUDS e o atendimento dos usuários de serviços:

- ampliação da co-gestão financeira dos recursos da Previdência entre os órgãos Federal, Estaduais e Municipais através das AIS, quando foi observado um real crescimento na participação do prestador público no total da aplicação dos recursos, que passou de 10,56% em 86 para 26,55% em 87;

- no período 85/89, o MPAS viabilizou estudos promovendo a extensão do uso do mecanismo de Autorização de Internação Hospitalar — AIH aos hospitais contratados para atender a área rural, substituindo o antigo convênio por valor fixo do FUNRURAL;

- definição de uma política de investimentos de forma ampliada, englobando investimentos na manutenção e recuperação da rede física;

- implantação, na área de ciência e tecnologia, de projetos e atividades em áreas prioritárias como no caso dos procedimentos de alto custo, manutenção de equipamentos, fomento, avaliação e incorporação tecnológica e a criação, em julho/86, do Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (PRODETEC);

- criação dos Sistemas Integrados de Alta Tecnologia que podem ser definidos como a parceria do INAMPS com instituições de competência reconhecida no setor específico da saúde, destacando-se os seguintes: Sistema Integrado de Assistência Cárdio-Vascular (SICV), através do trabalho conjunto do INAMPS com o INCOR/SP; Sistema Integrado de Assistência ao Renal Crônico e Transplante Renal

(SIRC-TRANS) articulando o INAMPS com a Escola Paulista de Medicina; o Sistema Integrado de Reabilitação, Traumatologia e Ortopedia (SIRTO), articulando o INAMPS com o Hospital Sarah da Fundação das Pioneiras Sociais do Ministério da Saúde;

— extinção das Superintendências Regionais do INAMPS nos Estados, com a criação dos Escritórios Regionais, que ficaram com a atribuição de acompanhamento e controle das ações desenvolvidas pelas Secretarias Estaduais de Saúde e fiscalização da aplicação dos recursos repassados às mesmas;

— transferência das unidades próprias de atendimento de saúde do INAMPS, de forma gradual e progressiva, para as Secretarias Estaduais de Saúde, visando fortalecer as redes estaduais e permitir um comando único do sistema de saúde em cada estado, como preconizado pelo SUDS.

— em cada ano, foram realizadas, em média, 230 milhões de consultas médicas, 12 milhões de internações hospitalares e 130 milhões de exames de diagnóstico e serviços terapêuticos de apoio.

2.3. *Assistência Social*

O MPAS vem viabilizando meios e condições para efetivação da promoção social do homem, de forma a atender os efeitos adversos da pobreza nas camadas menos favorecidas da população, através da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

A programação da LBA abrange o atendimento às carências básicas da população brasileira, compreendendo ações que beneficiam o indivíduo em todas as faixas etárias, dando ênfase ao atendimento do menor carente e à promoção social do indivíduo/família, em termos de melhoria de renda.

Nessa linha de atuação, destacaram-se no período 1985/89 os seguintes programas:

a) Creche Casulo

Atender de forma integral a criança de 3 meses a 6 anos de idade em creches, proporcionando alimentação, assistência na área de saúde, atividades psicopedagógicas, recreação etc, além das ações dirigidas à família e à comunidade. Essas ações representam hoje o atendimento a cerca de 2,2 milhões de crianças.

b) Apoio Nutricional

Atender crianças de zero a 3 anos, gestantes e nutrízes, pela distribuição mensal de complementos alimentares, acompanhada por ações de controle das imunizações, incentivo ao aleitamento materno, terapia de reidratação oral e acompanhamento do crescimento, representando a assistência a cerca de 1,5 milhão de crianças, gestantes e nutrízes.

c) Microempresa Social

Implantar unidades produtivas com finalidades lucrativas para faixa da população que recebe até dois salários mínimos mensais como rendimento, compreendendo cerca de 120 mil unidades.

d) Saúde e Reabilitação Física e Mental

O programa visa ao atendimento ambulatorial nos Centros Sociais, incluindo consultas, distribuição de medicamentos e ações promocionais e preventivas de saúde e o atendimento às pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental, pelo desenvolvimento de tratamento precoce e terapia de reabilitação. Essas ações representam em média 2 milhões de atendimentos/ano.

e) Atendimento ao Idoso

Aproveitamento do potencial da pessoa idosa de modo a torná-la indivíduo auto-suficiente, permitindo sua inserção/manutenção no meio familiar e comunitário, beneficiando 300 mil idosos.

A FUNABEM, enquanto vinculada ao MPAS, até 1988, cumpriu seu papel de prestar assistência ao menor em situação de risco, como também apoiou, técnica e financeiramente, órgãos e entidades que desenvolvem trabalhos com crianças e adolescentes pertencentes às camadas marginalizadas da população.

2.4. Processamento de Dados

No período 1985/86, foram estabelecidos como prioridade a recuperação da DATAPREV e seu engajamento na modernização e controle da Previdência Social, destacando-se as seguintes etapas:

- instalação de novos equipamentos de grande porte;
- elaboração de cadastro de segurados, empresas e contribuintes individuais;
- otimização do sistema de assistência médico-hospitalar; e
- disseminação de microcomputadores para as entidades do SINPAS e desenvolvimento de sistemas específicos.

Os anos de 1987/88 significaram um grande esforço de investimento, tanto na área de equipamentos quanto na de instalações e treinamento, destacando-se os seguintes projetos:

- Modernização e Informatização da Previdência Social (MIPS).
- Melhoria e Descentralização, Disseminação de Microcomputadores e Desenvolvimento de Sistemas Gerenciais (MD).

Para tanto, foram treinados pela Empresa cerca de 12.787 usuários do SINPAS e instalados 1.193 equipamentos, estando prevista a instalação de 500 equipamentos no corrente exercício.

2.5. Planejamento e Orçamento

Na área de planejamento e orçamento, cabe destacar a elaboração e implantação dos seguintes instrumentos no âmbito do SINPAS:

— elaboração do Programa de Metas Prioritárias 1985/1986, que lançou as sementes de um novo processo de planejamento e orçamento no âmbito do Sistema;

— fixação das Diretrizes Gerais Orientadoras do Processo de Planejamento do MPAS 1987/89;

— em 1988, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Planejamento e Controle Orçamentário (PCO), visando dar suporte aos processos iniciados nos anos anteriores. Este sistema foi projetado com o apoio de uma rede de microcomputadores, instalados em cada uma das representações regionais das entidades do SINPAS, permitindo assim a captação descentralizada de informações e posterior alimentação de dados nas suas Direções-Gerais e na Secretaria-Geral do MPAS.

— o Sistema Descentralizado de Acompanhamento da Execução Física, Orçamentária e Financeira dos órgãos e Entidades do MPAS/SINPAS.

Em 1989, o MPAS participou da Comissão Especial encarregada da elaboração e controle do Orçamento da Seguridade Social para 1990, criada pelo Decreto nº 97.947, de 11.7.89, e integrada ainda pelos Ministérios da Saúde, Trabalho, Educação, Interior e Fazenda.

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

A implantação do conceito de Seguridade Social no Brasil, envolvendo diversos órgãos, lança a Previdência Social em um novo contexto, tendo em vista principalmente o descompasso entre a estrutura atual do estado e aquela delineada pelos princípios da nova Constituição.

A principal ação prevista para o exercício de 1990 na área de Previdência será a implantação do novo Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, visando a eliminação de uma série de distorções ainda existentes.

No que diz respeito às ações mensuráveis, as principais são as seguintes:

— conceder ao segurado da previdência social os benefícios previstos na legislação vigente, correspondendo à

previsão de concessões de 6,6 milhões de aposentadorias, 3,5 milhões de pensões e 4,4 milhões de auxílios, perícias médicas e outros benefícios.

— manter a reabilitação profissional para cerca de 90 mil beneficiários.

— propiciar a reintegração social para cerca de 760 mil segurados.

O Setor Saúde, em cuja abrangência se insere o INAMPS, obteve novo direcionamento a partir da Constituição de 1988, principalmente, no que diz respeito à descentralização e unificação das ações de saúde. Nessa linha e de forma coerente com as ações adotadas pelo MPAS desde 1985, foi inserida na programação do INAMPS para 1990, a descentralização da gerência dos convênios com o sistema ambulatorial privado para o nível municipal. Dessa forma, destacam-se na programação do INAMPS os seguintes pontos:

— no mínimo 12% das transferências ao SUDS serão alocados diretamente aos municípios para manutenção e investimento das redes municipais. Os municípios que já receberam recursos em 1989, através de repasses dos estados, superiores a esse percentual, terão os mesmos mantidos. A partir do 2º semestre de 1990, os recursos destinados ao pagamento da rede ambulatorial privada deverão ser também repassados diretamente aos municípios.

— o INAMPS continuará prestando assistência médica e odontológica em regime ambulatorial e de internação nas clínicas médicas básicas de psiquiatria, oncologia, pneumologia e doenças infecto-contagiosas e parasitárias, através dos Sistemas Estaduais de Saúde e de suas Unidades ainda não transferidas, compreendendo a previsão de 13 milhões de internações hospitalares, 334 milhões de consultas médicas e 586 milhões de atendimentos básicos.

Na área de atuação do IAPAS, cabe:

— promover os meios necessários à administração do patrimônio, através das ações de desmobilização, recuperação, construção e aquisição de imóveis, voltadas a preservar o patrimônio do SINPAS.

— garantir a maximização da receita previdenciária, através de uma ação eficaz de arrecadação, fiscalização e treinamento junto às empresas.

No tocante à LBA está previsto:

— apoio à criança, à pessoa idosa e à pessoa portadora de deficiência, compreendendo a previsão de atendimento de 2,5 milhões de crianças em creches, 370 mil deficientes e 300 mil idosos.

— propiciar a elevação dos níveis de emprego e renda da população de baixa renda, bem como apoiar ações e organizações comunitárias, promovendo o desenvolvimento econômico e social, compreendendo o apoio a 10 mil entidades de assistência social, 120 mil unidades produtivas e treinamento profissionalizante para 1,8 milhão de pessoas.

MINISTÉRIO DA CULTURA

O Ministério da Cultura tem como missão institucional a preservação do patrimônio cultural brasileiro; o estímulo à criatividade artística do povo brasileiro; a defesa à identidade cultural do País; e, a difusão dos bens simbólicos, de forma a democratizar o acesso à cultura nacional.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Lei Sarney*

A Lei 7.505/86, através de incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas, tem constituído um dos meios mais efetivos para o Ministério da Cultura alcançar seus objetivos, contribuindo com recursos financeiros decisivos para a realização de importantes projetos culturais. As aplicações que, em termos reais, significam, hoje, mais de NCz\$ 150 milhões, têm assegurado a 4.419 entidades cadastradas a execução de investimentos nas diversas formas de criação

artística: cinema, música, teatro, artes plásticas, folclore, dança, edições e restauração de bens móveis e imóveis tombados pelo Patrimônio Nacional, totalizando mais de 1.300 projetos já realizados.

O Instituto de Promoção Cultural é o órgão responsável pelo apoio a estudos, projetos e programas culturais, mediante a Lei Sarney. O Fundo de Promoção Cultural, por sua vez, visa corrigir eventuais concentrações dos incentivos fiscais da Lei 7.505/86 nas regiões onde é maior a arrecadação, atendendo projetos culturais das regiões norte e nordeste e grupos experimentais e de vanguarda com dificuldade de encontrar patrocínio através da Lei.

2.2. Apoio à Produção Cultural

O apoio às diversas produções culturais e a projetos desenvolvidos pelos Estados e Municípios tem sido realizado mediante as ações de três fundações em especial:

- Fundação Nacional de Arte FUNARTE;
- Fundação Nacional de Artes Cênicas FUNDACEN;
- Fundação do Cinema Brasileiro (FCB); e
- EMBRAFILME Distribuidora de Filmes S.A.

A valorização da contribuição da cultura negra para a identidade brasileira ganhou expressão com a criação da Fundação Cultural Palmares e com as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura.

A Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Joaquim Nabuco realizaram investigações e pesquisas voltadas à compreensão dos valores sociais e culturais brasileiros.

O setor do livro alcançou nova dimensão com a criação, em 1987, da Fundação Nacional Pró-Leitura, com a responsabilidade de difundir e preservar a produção literária e bibliográfica nacional e apoiar para a instituição do acervo de mais de 50.000 bibliotecas em todo o País. A PRÓ-LEITURA deu especial ênfase ao Plano Nacional de Microfilmagem de periódicos brasileiros e ao Plano Nacional de Restauração de Obras Raras.

2.3. *Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico*

A Política de recuperação e preservação dos bens históricos e artísticos vem se ampliando a partir da criação do Ministério da Cultura. O cuidado com a proteção e a conservação do patrimônio histórico e de bens naturais de interesse cultural, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória, teve a seu cargo trabalhos como a proteção e conservação de cidades, núcleos urbanos de valor histórico, sítios e elementos de valor arqueológico, estudos de tombamento, restaurações de monumentos, etc.

2.4. *Censo Cultural Brasileiro*

Com o propósito de gerar uma base de dados capaz de referenciar os diferentes segmentos e manifestações da cultura brasileira, o MinC desencadeou, em 1989, a execução do 1º Censo Cultural Brasileiro. Além de se constituir na principal fonte de informação para o planejamento das atividades culturais no âmbito federal, o censo permitirá a publicação do 1º Anuário Estatístico de Cultura. O Plano Tabular encontra-se em fase de definição, levando em conta as demandas de informações de organismos nacionais e internacionais.

Além do papel de instrumento de planejamento que será atribuído ao Censo, sua execução permitirá consolidar, na América Latina, uma experiência inédita no uso de novas tecnologias na coleta e tratamento dos dados culturais. Tal experiência, transferida a outros países da região, permitirá a criação de uma rede de informações culturais na América do Sul e no Caribe.

2.5. *Intercâmbio com o Exterior*

Considerado uma forma de enriquecimento de nossa cultura e de afirmação de nossa presença no cenário internacional, o intercâmbio com o exterior mereceu atenção especial nos últimos anos.

Em 1989, realizou-se o 1º Encontro dos Ministros da Cultura e de Responsáveis pelas Políticas Culturais dos Países da América Latina e do Caribe e, também, o Encontro dos Presidentes dos Países de Língua Oficial Portuguesa de três continentes — África, Europa e América.

Os Ministros da América Latina e do Caribe reuniram-se com o objetivo de incrementar as relações culturais da região realizando, ao mesmo tempo, um intercâmbio de experiências e pontos de vista voltados para a formação de iniciativas conjuntas e coordenação de esforços comuns. A iniciativa receberá continuidade nos próximos anos em diferentes países do continente e do Caribe.

Tendo em vista a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o Ministro da Cultura reuniu-se com governantes e a intelectualidade de seis países de expressão portuguesa: uma da Europa e cinco da África. O Instituto terá como objetivo a promoção e a defesa da língua portuguesa como patrimônio de todos os países e povos que a utilizam como língua oficial ou materna, cabendo-lhe, também, a difusão da língua portuguesa como veículo da cultura e a promoção de cooperação, da pesquisa e do intercâmbio de especialistas nos campos do vernáculo e da cultura.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia da Presidência da República (SCT/PR) é hoje instrumento efetivo de diálogo, debate, formulação e execução de uma política científica e tecnológica a serviço dos interesses nacionais, buscando o bem-estar da sociedade e maior competitividade da indústria brasileira.

Em 1958, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), criado pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, atravessava uma séria crise financeira e institucional. Por iniciati-

va de um grupo formado por cientistas, industriais, economistas e políticos, procedeu-se ao debate sobre a necessidade de um instrumento efetivo de condução da política nacional de C&T. Preconizava-se não só a criação de um fundo específico de amparo à pesquisa, então inexistente, como a criação de um ministério da ciência e tecnologia.

A premissa básica era de que o desenvolvimento da indústria automobilística, com a importação pura e simples de tecnologia, estava a exigir um correspondente desenvolvimento científico e tecnológico para atendimento específico das necessidades nacionais. A posterior crise do petróleo e a alternativa do PROÁLCOOL demonstraram o acerto daquela tese. No ambiente do intenso debate verificado em 1962-63, foi elaborado, no CNPq, o anteprojeto de lei prevendo a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ao se instalar o atual governo, em 15 de março de 1985, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo Decreto nº 91.146, posteriormente modificado pelo Decreto nº 91.582, de 29 de agosto de 1985. Posteriormente, o Ministério foi transformado em Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia da Presidência da República através da Lei nº 7.740, de 16 de março de 1989, com a finalidade de zelar pelo patrimônio científico e tecnológico e seu desenvolvimento e de estabelecer a política de cooperação e intercâmbio concernente a esse patrimônio. Fixou também a Lei a incumbência de definição, por parte da SCT, das seguintes políticas: informática, cartografia, biotecnologia, química fina, novos materiais, mecânica de precisão, meteorologia, tecnologia mineral e outros setores de tecnologia avançada.

À estrutura da SCT/PR estão agregados os seguintes órgãos colegiados:

- Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT);
- Comissão de Cartografia (COCAR); e
- Comissão Nacional de Meteorologia (CONAME).

Integram-na ainda, os seguintes órgãos autônomos:

- Secretaria Especial de Informática (SEI);
- Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE);

-
- Instituto Nacional de Tecnologia (INT), e
 - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, (INPA).

A SCT/PR coordena, ainda, as atividades das seguintes fundações: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Centro Tecnológico para a Informática (CTI), bem como a empresa pública Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A grande alavanca do governo Sarney ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia foi a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e, depois, da SCT/PR, demonstrando a percepção de sua importância para a retomada do processo desenvolvimentista, ou seja, para a recuperação da capacidade de pesquisa no País.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

2.1. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)*

Entre as ações de maior importância do Ministério da Ciência e Tecnologia no período 1985/89, destaca-se o Programa de Bolsas de Estudo do CNPq, que beneficia o maior contingente de pós-graduandos do País, em todos os níveis e em todas as áreas de conhecimento. Este programa tem propiciado a formação qualificada de recursos humanos para o exercício de funções decisivas à melhoria do ensino superior e à capacitação científica e tecnológica nacional.

Durante este governo, as bolsas oferecidas pelo CNPq aumentaram em número e em valores, representando o triplo do que o mesmo órgão aplicou no quinquênio anterior.

De 1951, quando o CNPq foi criado, até 1984, foram concedidas 90.408 bolsas para estudantes de pós-graduação no Brasil e no exterior. Já no período 1985/89, foram concedidas 98.346 bolsas, sendo que somente em 1989, até setembro, foram concedidas 25.600 no Brasil e 3.500 no exterior.

Com a inclusão das bolsas concedidas no último trimestre, o total de bolsas chegará, em 1989, a 44.110, o que marca um novo recorde para o setor.

Outra medida importante nestes cinco anos, no âmbito da área de fomento, foi o atrelamento do valor das bolsas aos salários dos docentes das Universidades Federais, fator decisivo para a recuperação do valor da remuneração recebida pelo pesquisador. Em 1985, no início deste governo, o valor médio das bolsas correspondia a 48 por cento do valor médio vigente em 1978/79. Atualmente, esta relação é de 92 por cento.

Dois terços do orçamento total do CNPq são destinados ao programa de bolsas, que contemplam inclusive as áreas estratégicas de Biotecnologia, Novos Materiais, Mecânica de Precisão, Informática e Química Fina, além das áreas tradicionais do conhecimento. É importante registrar que, no período 1985/89, a comunidade científica e tecnológica teve participação ampliada na gestão do CNPq, democratizando a destinação dos recursos de fomento pela atuação autônoma dos Comitês Assessores e do Conselho Deliberativo.

Ainda no âmbito do CNPq, destaca-se a criação e a implantação, já iniciada, do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, em Campinas, SP. Trata-se de um projeto avaliado em 70 milhões de dólares, em área de 380 mil metros quadrados cedida pelo governo do Estado de São Paulo. Somente oito países desenvolvidos, entre eles os Estados Unidos, França, Inglaterra e Japão, possuem ou estão construindo laboratórios semelhantes. Neste Laboratório, estarão abrigados três aceleradores de elétrons e um acelerador linear para realização de pesquisas básicas e aplicadas e geração de novas tecnologias e processos industriais, abrangendo as áreas de Física, Química, Engenharia Química, Biologia Molecular, Engenharia Genética, Microeletrônica e Medicina.

Trata-se do primeiro laboratório do gênero em todo o hemisfério sul. Seus equipamentos estão sendo desenvolvidos por técnicos brasileiros, com tecnologia inteiramente

nacional, viabilizando inclusive o desenvolvimento tecnológico de empresas nacionais nos campos metal-mecânico e eletroeletrônico.

Outro fato que merece destaque, ainda no âmbito das unidades de pesquisas do CNPq, é referente ao Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), do Rio de Janeiro, onde se desenvolve o embrião de um moderno centro de supercomputação.

A partir de 1987, o CNPq tem investido no projeto Estação Ciência, um complexo e dinâmico museu de ciências concebido em bases modernas, situado em São Paulo, SP. A Estação Ciência é um projeto de divulgação cultural que proporciona a crianças e adolescentes uma ampla visão do passado e as perspectivas do futuro científico do País e da humanidade.

2.2. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Se, de um lado, o CNPq vem garantindo a formação de recursos humanos para gerir o nosso desenvolvimento, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) garante os recursos, atuando como autêntico banco de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico do País. A FINEP é a alavanca que interliga as prioridades coordenadas pela SCT/PR ao setor produtivo, transferindo resultados de pesquisas com o objetivo de gerar o progresso industrial e conseqüente extensão de seus benefícios sociais.

A evolução do orçamento FINEP/FNDCT apresentou, no governo Sarney, em termos reais, uma significativa recuperação invertendo a série decrescente dos anos anteriores e chegando ao patamar de NCz\$ 1.681 milhões em 1988 (valores constantes de setembro de 1989), o segundo maior valor de toda a história do órgão, superado apenas pelo destinado em 1975, de NCz\$ 1.921 milhões. O período do governo atual caracterizou-se pelo esforço sistemático de superação do atraso científico e tecnológico do País, possibilitando a infra-estrutura básica para a atividade de pesquisa necessária a uma rápida aceleração do processo de desenvolvimento.

Entre os projetos financiados pela FINEP, podem-se destacar o primeiro automóvel inteiramente nacional, o BR-800, fabricado pela Gurgel Veículos; o avião de treinamento Tucano, da EMBRAER, as 400 primeiras turbinas do SPEY-MK-8078 que equiparão o Caça Bombardeio AMX, também da EMBRAER, bem como esforços de institutos brasileiros que pesquisam a cura para a AIDS.

Em todo o mundo, são poucas as agências de fomento equipadas para apoiar financeiramente projetos desde a fase de investigação científica até a etapa de industrialização. Com recursos da FINEP, importantes laboratórios e centros de pesquisa puderam ser criados, modernizados e reaparelhados, novas indústrias surgiram na área de tecnologia de ponta e renomados institutos de pesquisas receberam aportes financeiros, como o IPT, o IPEN, o CTA, o Instituto de Manguinhos e outros.

Empresas como a AVIBRÁS (chips e fibras óticas), QUARTZOTEC (beneficiamento de quartzo), ELEBRA (fundições de silício), Heliodinâmica (obtenção de silício eletrônico), COESTER (aeromóvel), Cataguases Leopoldina (tecnologia de filmes finos para microeletrônica), Metal Leve (cerâmica de alta condutividade), CELMA (turbinas a jato), EMBRATEL (sistema digital para microondas), ROMI (tornos com comando numérico), BIOFILL (pele artificial para queimados), Consub Equipamentos (robôs de prospecção em águas profundas), PETROBRÁS (Plataformas) e INPE (combustível para lançamento de satélites) são clientes da FINEP, que opera como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável pela gestão desses recursos.

Dos recursos destinados à FINEP desde sua criação, em 1970, destaca-se o crescimento real de 170% conquistado no período de 1985 a 1988. Em 1988, os números só podem ser comparados aos de 1975.

Evolução do Orçamento — FINEP/FNDCT — 1970/89
Valores constantes — preços de setembro de 1989
(IGP — NCz\$ Mil)

Anos	Recursos		Total(**)
	FNDCT	FINEP	
1970	115.173	45.895	161.068
1971	165.634	69.178	234.812
1972	302.087	68.906	370.993
1973	482.030	202.680	684.710
1974	659.882	251.265	911.147
1975	1.017.625	902.949	1.920.574
1976	544.157	505.027	1.049.184
1977	934.881	436.186	1.371.067
1978	731.067	676.586	1.407.653
1979	597.053	589.510	1.186.563
1980	651.029	466.542	1.117.571
1981	443.695	402.233	909.420
1982	433.268	393.721	871.250
1983	295.060	273.670	685.763
1984	225.412	239.685	632.379
1985	269.747	285.841	690.371
1986	415.806	398.769	985.659
1987	429.230	944.050	1.572.314
1988	538.257	1.322.292	1.860.549
1989(*)	113.701	243.803	447.180

(*) Valores correntes — Recursos autorizados até 30.9.89.

(**) Engloba a partir de 1981, o orçamento do PME e de 1984 o do PADCT.

2.3. Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) e Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE)

Seguindo as prioridades determinadas pelo presidente José Sarney, a SCT/PR, através do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), de São José dos Campos-SP, participa ativamente do programa «Nossa Natureza». Concomitantemente, especial atenção foi dedicada ao Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), que, além de seus recursos orçamentários, recebeu recentemente uma injeção de NCz\$ 4,7 milhões para desenvolvimento de 25 projetos de pesquisa.

Esses recursos foram obtidos junto à Fundação Banco do Brasil, graças à ação coordenada da SCT e da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN). Entretanto, o fato relevante na Amazônia foi a implantação do sistema de monitoramento, por satélites vigiados pelo INPE/SP, que possibilita a detecção de queimadas e desmatamentos da região. A conjunção desses esforços viabiliza a reversão, para níveis consideravelmente menores, do processo de desmatamento da Amazônia, com resultados notáveis já a partir de 1989.

O INPE inaugurou, durante o governo Sarney, o centro de rastreio e controle de satélites da missão espacial completa brasileira, em São José dos Campos-SP. A inauguração deste centro representa mais uma etapa importante dentro da missão, que prevê a construção e o lançamento, pelo Brasil, de quatro satélites, desenvolvidos com tecnologia nacional. Dois desses satélites servirão para a coleta de dados ambientais e dois para sensoriamento remoto.

Investimentos significativos também foram feitos na área de Meteorologia, onde especialistas têm trabalhado na implementação de sistemas de hardware e software para vigilância meteorológica do tempo, através de satélites.

O Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do INPE, teve um impulso marcante, com a autorização de abertura de concorrência pública internacional para a aquisição de sistema computacional, incluindo um supercomputador capaz de realizar de 200 a 300 milhões de operações matemáticas por segundo, permitindo a simulação da atmosfera em todo o planeta e gerando previsões de tempo de alta confiabilidade por vários dias. As obras do CPTEC, que vai revolucionar a previsão do tempo no País, estão em andamento em Cachoeira Paulista-SP, e a sua instalação plena deverá ocorrer no próximo ano.

As tecnologias desenvolvidas pelo INPE têm possibilitado um intenso intercâmbio com a indústria nacional. O INPE tem fornecido placas de circuito impresso de alta qualidade para aviões como o caça AMX e o turboélice CBA-123, da EMBRAER. Indústrias aeronáuticas, eletrônicas, de informática e automobilísticas se utilizam regularmente

da infra-estrutura do Laboratório de Integração e Testes de Satélites do INPE para testes de qualificação de seus produtos.

Ainda com vistas à Amazônia, a SCT/PR coordenou, ao lado do IBAMA, o «Workshop Internacional sobre áreas a serem Conservadas na Amazônia», realizado em Manaus-AM, no período de 11 a 21 de janeiro de 1990, com a participação da Fundação Alton Jones (USA) e do Banco Mundial, que aportaram recursos para o evento.

A 44ª Assembléia Geral da ONU vai escolher, em dezembro, o País que sediará a «II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento», em 1992. O Brasil apresentou candidatura, através da SCT e do Itamaraty, para sediar a conferência. Ao mesmo tempo, Canadá e Suécia também se interessaram, mas retiraram suas candidaturas em prol da reivindicação brasileira.

Na «VI Reunião Ministerial da América Latina e do Caribe sobre o Meio Ambiente», realizada em Brasília, fixou entre outros, o ponto de vista consensual dos ministros em reconhecer a necessidade urgente de se encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento sócio-econômico e a proteção e conservação ambiental. Ao mesmo tempo, a declaração reafirmou o princípio soberano de cada Estado administrar livremente seus recursos naturais.

A SCT/PR participou ativamente do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), integrando a Comissão de Cooperação Amazônica, que reúne os países signatários do Tratado: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname. Em fevereiro de 1989, a Comissão Especial de Ciência e Tecnologia, integrada por representantes daqueles países, reuniu-se com a finalidade de incentivar, coordenar e supervisionar a execução de projetos regionais na Amazônia.

Durante este governo, foram realizadas reuniões com os EUA, URSS, Itália e Alemanha com o objetivo de intensificar possibilidades de cooperação no desenvolvimento equilibrado da região amazônica. Com a Grã-Bretanha está sendo desenvolvido o projeto intitulado «Anglo-Brazilian Amazonian Climate Observational Study». Trata-se de um

projeto de pesquisa conjuntural entre instituições brasileiras (CENA, IBAMA, INPE e INPA) e britânicas, com o objetivo de estudar as relações entre a floresta e o clima.

2.4. *Áreas Estratégicas*

No momento em que os países desenvolvidos superam a revolução pós-industrial, agigantando-se em recursos e pesquisas para enfrentar a fase científico-tecnológica do terceiro milênio, três grandes tendências mundiais complicam o quadro brasileiro como potência emergente. A automação reduz, com intensidade crescente, os efeitos competitivos da mão-de-obra barata, a engenharia de materiais e a otimização dos sistemas podem reduzir a procura de matérias-primas tradicionais e, finalmente, a passagem dos países avançados para estágios ainda mais avançados de Ciência e Tecnologia torna o saber, obrigatoriamente, e o conhecimento externo, em certas áreas, cada vez mais caros e de acesso cada vez mais restrito.

Ciente desta realidade, a SCT/PR vitalizou em sua estrutura de ação a prioridade para a pesquisa e o fomento em áreas estratégicas como a Informática, a Biotecnologia, a Mecânica de Precisão, a Química Fina e os Novos Materiais. Será através do domínio de novas tecnologias nessas áreas que lograremos alcançar o caminho para o pleno desenvolvimento. Assim, cumpre relatar os progressos conquistados em cada um desses setores:

a) Informática

O Brasil informatizado que conhecemos hoje deve esse esforço ao empreendimento e arrojo de empresários e trabalhadores do setor que confiaram nas diretrizes coordenadas pela Secretaria Especial de Informática (SEI), criada para executar a Política Nacional de Informática. É do Governo Sarney o I Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN), estabelecido através da Lei nº 7.463 de 17 de abril de 1986.

O PLANIN possibilitou o nascimento do parque industrial do setor de informática, que hoje emprega mais de 130 mil pessoas em 454 novas empresas. Desse total de trabalhadores, 53%, ou seja, 69 mil, estão no segmento industrial e os outros 47% — 61 mil — foram absorvidos pelo segmento de Serviços Técnicos de Informática.

O desempenho das empresas de bens e serviços que atuam no Setor de Informática tem sido expressivo, apresentando uma taxa anual média de crescimento da ordem de 27%. O faturamento bruto total do setor registrou, em 1988, o significativo valor de US\$ 5,9 bilhões, prevendo-se que em 1990 atinja, US\$ 7 bilhões. No segmento industrial, as empresas brasileiras de capital nacional têm elevado sua participação no mercado, passando de 33% do total faturado em 1980 para um valor da ordem de 67% do faturamento bruto total, cujo volume de negócios alcançou, em 1988, US\$ 4,4 bilhões.

A prestação de Serviços Técnicos de Informática em proveito de terceiros, no País, tem apresentado valores crescentes de faturamento, com taxa média de crescimento de 16% ao ano, contribuindo em 1988 com US\$ 1,4 bilhão.

A partir do I Plano Nacional de Informática e Automação (PLANIN), o País definiu como áreas prioritárias no processo de informatização os seguintes setores sociais: Saúde, Educação, Abastecimento, Justiça e Segurança Pública. Nesse contexto, cabe ressaltar o avançado estágio de informatização da Previdência Social, os projetos de Informática na Educação e a informatização do Sistema Penitenciário em alguns Estados.

b) Biotecnologia

Sob a coordenação da SCT/PR, estão se desenvolvendo estudos para um programa de Kits de Diagnóstico para Vírus Vegetais. Ao mesmo tempo, atualizam-se dados sobre instituições de pesquisa e empresas que atuam em biotecnologia e viabilizam-se apoios financeiros para instituições atuantes na área, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se desenvolvem projetos de biotecnologia.

logia para a agropecuária. Na Universidade Federal do Paraná, a SCT/PR apóia projetos de técnicas biotecnológicas para a produção de adubos orgânicos e piscicultura. Na escola Técnica de Química Federal do Rio de Janeiro, formam-se alunos do 2º grau para trabalhos técnicos no setor, enquanto, na Universidade Federal de Alagoas, desenvolve-se o projeto de bioconversão de citosterol para produção de corticóides. Em cooperação com a Argentina, o País desenvolve projetos entre os quais se destacam a produção de enzimas por fermentação em meio sólido e produção de interferon por engenharia genética. Também neste governo, foi criada a Escola Brasileiro-Argentina de Biotecnologia, que já ministrou seis cursos para alunos do Brasil e da Argentina. Entendimentos estão sendo mantidos também com a Alemanha, Itália, Japão, França entre outros.

No programa de Biotecnologia para a América Latina e o Caribe, a SCT/PR divulga e seleciona candidatos para eventos e cursos internacionais e também participa das reuniões para seleção de projetos a serem apoiados pelo programa. Na reunião deste ano, foi aprovado o projeto «Produção Massiva de Anticorpos Monoclonais», do Instituto Butantã, São Paulo, SP, no valor de US\$ 300.000.

c) Novos Materiais

Diversos projetos nos segmentos de quartzo, silício, cerâmicas avançadas, compósitos, polímeros e materiais metálicos estão sendo viabilizados no País com o apoio e suporte da SCT/PR. Mediante o Subprograma de Novos Materiais, integrante do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), o setor terá um aporte de US\$ 66 milhões por um período de cinco anos — de 1990 a 1994 — para a viabilização de prioridades na área. Até o momento, a SCT/PR já apoiou o estudo sobre o mercado de Biomateriais no Brasil, que está identificando o que é feito internamente e o que é importado. A partir desse conhecimento, será possível a realização de projetos de pesquisa com o objetivo de capacitar o País a produzir aquilo que hoje se importa.

b) Mecânica de Precisão

A SCT/PR apoiou a realização do 1º Simpósio Brasileiro de Mecânica de Precisão, com a participação do Sindimaq/Abimaq, e a realização do 1º Encontro Internacional de Mecânica de Precisão, com a participação do SENAI. Promoveu ainda a 1ª edição do Catálogo Brasileiro de Fabricantes de Componentes e Sistemas Prestadores de Serviços em Mecânica de Precisão, documento informativo sobre 240 empresas industriais e instituições de ensino superior, técnico e de pesquisas. Foi também elaborado o documento «Diretrizes e Ações para o Desenvolvimento da Mecânica de Precisão», preparado com base em estudos e diagnósticos sobre o setor. Foram concluídos estudos regionais compreendendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, com levantamento de potencial, necessidades e linhas de ação a desenvolver nestas regiões.

c) Química Fina

O documento «Programa de Ação em Química Fina» foi a primeira ação da SCT/PR no setor e traz indicativos que possibilitam, entre outras, as seguintes ações: convênios para estudos de listagem de produtos estratégicos de Química Fina com as Universidades Federais do Rio de Janeiro e da Paraíba e estudos e avaliação para infraestrutura de laboratórios e elaboração de temas prioritários de química fina. No atual governo, foram consolidados e viabilizados meios para a implantação da 1ª Escola de Química Fina, que contará com a participação de 12 professores especialistas do exterior e 20 profissionais argentinos. Estão em andamento proposições de atividades de cooperação internacional com a Argentina, URSS, Itália e China, ministradas reuniões com a CACEX e com a CPA para viabilizar importações de equipamentos necessários às pesquisas e assessoria ao Ministério da Educação para implementação e renovação do acordo Brasil-Leste Europeu.

2.5. *Articulação com o Setor Produtivo*

O desafio da arrancada científico-tecnológica do País implica num somatório de esforços do Governo e, tam-

bém, do setor produtivo. Tendo em vista esta realidade, a SCT/PR priorizou em seu Programa de ação atividades que buscam sensibilizar os empresários para somarem esforços na tarefa de investir na pesquisa e no fomento de novas tecnologias. Assim, a SCT/PR criou uma Secretaria com esta finalidade, que, entre outras ações, já se integrou ao Conselho de Desenvolvimento Industrial e à Fundação Banco do Brasil, através de seus conselhos curador e técnico, tendo obtido desde o início expressivo respaldo empresarial.

Entre as principais ações desenvolvidas pela coordenação de integração com o setor produtivo, destacam-se os subsídios fornecidos ao Senado, transformados em Projeto de Lei nº 231/89, que propõe a concessão de incentivos fiscais para a Ciência e Tecnologia. Esse projeto, se aprovado, abrirá amplas perspectivas de investimentos do setor produtivo na área. A SCT/PR também subsidiou o projeto que tramita na Câmara dos Deputados criando o Código de Defesa do Consumidor.

Destaca-se, ainda, a participação da SCT/PR no Seminário «Ação para Capacitação Tecnológica do País», realizado em Nova Friburgo-RJ, no Simpósio Nacional de Novas Energias, realizado em Curitiba-PR e no II Simpósio de Agroindústria, em Brasília-DF. Nesses eventos, foram reunidas centenas de empresários interessados em investir na área.

A SCT/PR participa também do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva e da reorganização das atividades relacionadas com o Fundo de Amparo à Tecnologia, FUNAT.

Merece destaque, ainda, a coordenação do Programa de Transferência e Absorção de Tecnologia ótica entre o Brasil e a República Democrática Alemã; a montagem de programa, com o CNPq, para formação e capacitação de recursos humanos especializados para o setor produtivo, tais como federações, associações, sindicatos e centros tecnológicos e, ainda, o início da montagem de sistema de informações sobre atuação e disponibilidade de tecnologias em órgãos do Governo.

Vale registrar, ainda, que a SCT/PR participou ativamente junto aos governos estaduais na viabilização das propostas que conquistaram, nas Constituintes Estaduais, mais recursos para a área de Ciência e Tecnologia. A exemplo da Constituição Federal, os estados estabeleceram garantias constitucionais de verbas que oscilam entre 1% e 3% de seus orçamentos para a pesquisa e a formação de recursos humanos na área. Também junto aos estados, foi possível assessorar projetos de financiamento para o Parque de Alta Tecnologia de São Carlos-SP, o Parque Tecnológico da Paraíba e o Pólo de Informática de Santa Catarina, bem como a implantação do Pólo de Biotecnologia do Rio de Janeiro. Em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, encontram-se em fase adiantada estudos visando identificar vocações locais e definir projetos para implantação de pólos de alta tecnologia.

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Com a ativa participação da SCT/PR, encontra-se em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um aporte imediato de recursos da ordem de US\$ 100 milhões para a FINEP, seguido de um plano integrado de 5 anos, de cerca de 200 milhões de dólares anuais, além da contrapartida nacional, com aportes de recursos para a FINEP e para bolsas internacionais, através do CNPq, aliado a um programa nacional de apoio a centros de excelência e a centros potenciais de excelência no âmbito das universidades. Esse programa envolve a construção de edifícios, aquisição e instalação de equipamentos e capacitação de recursos humanos para pesquisadores e técnicos. É vital para o sistema de Ciência e Tecnologia a continuidade desses projetos e que os aportes para a FINEP sejam feitos como injeções de capital.

Encontra-se, também, em negociação com o Banco Mundial uma segunda fase do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de 330 milhões de dólares, além da igual contrapartida nacional, em cinco anos.

Estudos sobre o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, efetuados com base nos recursos envolvidos e no total de publicações mostram que, em todo o mundo, ao longo dos últimos 300 anos, o volume de conhecimentos científicos e tecnológicos duplicou a cada 15 anos. Isso explica a importância crescente da Ciência e da Tecnologia nas sociedades modernas e mostra o risco de atraso irreversível que correm os países que não adotarem uma política adequada de desenvolvimento neste campo.

Tendo essa realidade como pano de fundo e a consciência de que as ações de C&T devem primar pela continuidade, a SCT/PR elaborou e articulou com segmentos representativos da comunidade científica e tecnológica do País um documento intitulado «Subsídios para uma Política Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia». Esse documento encerra premissas fundamentais para o futuro de C&T no País e foi encaminhado a todos os integrantes do Congresso Nacional e, também, aos candidatos à Presidência da República. O documento foi discutido com o Fórum de Secretários Estaduais de C&T, Academia Brasileira de Ciências, Federação Nacional de Engenheiros, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, FINEP, CNPq e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que o subscreveram, após participarem da redação final.

Se, por um lado, a inspiração para a criação de um órgão de articulação nacional da política de C&T nasceu sob a égide da democracia, democráticas foram também as diretrizes encerradas no documento, que será, sem dúvida, um ponto de apoio fundamental para a ação do futuro governo, tendo em vista os desafios que o País enfrentará para ingressar, com eficiência, autonomia e capacitação na grande realidade científica e tecnológica do próximo século, para conseguir melhor qualidade de vida para o conjunto de seu povo.

Principais Programas e Projetos — MCT/SCT/PR

Instituição	Programa/Projetos	NCz\$ 1.000 ⁽¹⁾				
		85 (*)	86 (*)	87 (*)	88 (*)	89 (*)
CNPQ	Bolsas de Estudo	89,258	98,308	192,444	264,139	640,234
Fomento/Auxílios	Fomento a Pesquisa Aplicada a Pesquisa Fundamental	41,985	44,673	45,315	49,548	49,851
LNLS	Laboratório Nacional de Síncrotron	—	—	9,022	4,287	6,690
FNDCT/FINEP	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	100,143	159,454	133,005	119,522	150,129
ASTEN/AUSC/ FINEP	—	106,052	116,625	292,545	178,723	253,062
INPE	Desenvolvimento de Prev. de Tempo e Estudos Climáticos (CEPTEC)	—	—	—	—	4,622
INPE	Desenv. a Centros Aplicação Satélites Ambientais (ICASA)	—	—	—	—	1,036
INPE	Satélite Sino-Brasileiro (CBERS)	—	—	—	—	35,135
CTI	Circuitos ínteg. em Micro-Eletrônica	—	—	14,982	15,785	54,111
PLANIN/SEI	Política Nacional de Informática	—	554,003	10,696	6,840	10,543
INPA	Desenv. Científico e Tecnológico da Amazônia Legal	—	—	—	—	1,035
SCT/PR ⁽²⁾	Coord. das Ações em Pesq. e Desenv. de Tecnologias de Ponta	—	—	12,737	7,785	6,502
TOTAL		337,437	973,064	710,746	648,629	1.213,150

(*) Dotação final.

Observações:

(1) Preços de maio de 1989.

(2) As secretarias de áreas estratégicas, biotecnologia, química fina, novos materiais e mecânica de precisão, A/C de 1990 apresentam orçamentariamente nova configuração.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado Maior das Forças Armadas, órgão de assessoramento do Presidente da República, destina-se, principalmente, a proceder aos estudos para a fixação de política, estratégia e doutrina militares, bem como elaborar e coordenar os planos e programas decorrentes.

No período de 1985 a 1989, a ação do EMFA foi planejada de modo que as despesas decorrentes observassem a austeridade que a conjuntura econômica impunha, de acordo com as diretrizes Governamentais Adotadas.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

As atividades, trabalhos e estudos foram desenvolvidos consensualmente entre as três Forças Armadas, e dentre estes projetos, podemos destacar:

— Comissão de Implantação do Sistema Militar de Comunicações por Satélite (CISCOMIS): foram construídos os prédios de três estações terrestres, instaladas antenas parabólicas, contratação de equipamentos de telecomunicações, e feitos entendimentos com outros órgãos da Administração visando a implantação do CISCOMIS, o que produziu a celebração de diversos convênios e contratos.

Para a execução dos projetos, foram alocados, nesse período, os seguintes recursos, em NCz\$ milhões de maio/89:

- 1986 — 7,7
- 1987 — 6,2
- 1988 — 5,6
- 1989 — 3,8

— Comissão de Assessoramento de Assuntos Tecnológicos das Forças Armadas (COMASSE): promoveu o apoio a pesquisas e desenvolvimento dos projetos constantes dos programas de mísseis, guerra eletrônica, explosivos e propelentes, detecção, sistema digital de controle e de processos, sistemas inerciais e simuladores.

Para a execução destes projetos, foram alocados, no período, os seguintes recursos, em NCz\$ milhões de maio/89:

- 1985 — 6,0
- 1986 — 10,7
- 1987 — 6,1
- 1988 — 2,2
- 1989 — 1,3

— Comissão Brasileira de Atividades Especiais (COBAE): o principal projeto é o da Missão Especial Completa Brasileira (MECB), objetivando o desenvolvimento, construção e colocação em órbita de um conjunto de quatro satélites, utilizando combustível propelente sólido, de tecnologia nacional.

Os principais resultados físicos obtidos no MECB foram: a realização do subprojeto Satélite e Segmento Solo; contratação de assessoria francesa para apoio na organização e nas especificações do primeiro satélite de coleta de dados; ampliação da pista de pouso de Alcântara, construção de casas e alojamentos no Núcleo de Apoio de lançamento de Alcântara; execução de base e imprimação de 50km da rodovia MA-106 (ligando Alcântara-Itaúna), dentre outros projetos;

— conclusão dos estudos relativos ao primeiro satélite de coleta de dados; instalação de um centro de controle de satélites em São José dos Campos; construção das instalações do Centro de Lançamento na Barreira do Inferno; 112 casas; duas escolas; dois postos de saúde; cinco casas de forno e demais infra-estruturas; realocação de 112 famílias nas agrovilas; além da pavimentação de 35km da rodovia MA-106;

— primeiro ensaio em voo de foguete equipado com sistemas especiais de controle e do terceiro ensaio em voo da SONDA IV. Foram também implantados equipamentos de produção de propulsores bobinados, inaugurado o Laboratório de Integração e Testes de Satélites; realizados serviços de terraplanagem em 603.500m² da Vila Residencial de Tapireí, construindo-se 200 casas nas Agrovilas, a estrada de contorno de Alcântara, implantações técnicas do Sítio da Raposa e 15 casas para o efetivo do NUCLA, dentre outros;

— conclusão dos testes do modelo térmico do satélite de coleta de dados e o Centro de Missão de Coleta de Dados em Cachoeira Paulista. Foram recebidos os sistemas de rastreamento e controle de satélites para Cuiabá e Alcântara e

implantada a infra-estrutura da fabricação de complementos de foguetes em materiais compostos. Promoveram-se mais de 1.000 (um mil) ensaios de sistemas de foguetes e terminada a fabricação e qualificação dos envelopes motores do 1º e 2º estágio do quinto protótipo de uma SONDA IV;

— início da ampliação da pista de pouso de Alcântara para 2.600m (concluindo-se 2,56km de sua estrada de contorno), e das instalações técnicas do Centro de Lançamento de Alcântara e 1.217m² do alojamento do NUCLA;

— conclusão dos modelos de qualificação e de vôo dos equipamentos do satélite de coleta de dados e integração da rede de comunicação de dados do Segmento Solo. Foi iniciada a fabricação dos equipamentos do segundo satélite de coleta de dados e vários ensaios em vôo do SONDA IV e do veículo lançador de satélite em escala reduzida.

Foram, ainda, fabricados foguetes SONDA II e III para utilização na qualificação operacional do Centro de Lançamento de Alcântara; implantada a torre de integração e realizados ensaios dinâmicos do VLS. Concluíram-se as instalações do Sítio da Raposa (radar de precisão); e a ampliação da pista de pouso de Alcântara. Fabricou-se um barco de passageiros para transporte entre Alcântara e São Luís; implantaram-se 99km de linhas de transmissão de energia elétrica entre Três Marias e Alcântara, além de 34km da rede de dutos eletroeletrônicos. Concluiu-se, também, a ala técnica do Centro Técnico do CLA.

Os recursos aplicados neste período na MECB foram, em NCz\$ milhões de maio/89:

— 1985 — 96,6

— 1986 — 117,8

— 1987 — 99,7

— 1988 — 101,3

— 1989 — 152,3

— Escola Superior de Guerra (ESG): A ESG acolheu, no período 85/89, em seu corpo de estagiários, 4.127 militares

e civis recrutados de diferentes profissões e oriundos de todo o País, e os recursos aplicados atingem NCz\$ 13,0 milhões, a preços de maio/89.

— Hospital das Forças Armadas (HFA): foram adquiridos diversos equipamentos médico-hospitalares e realizadas inúmeras obras e serviços visando a melhoria no atendimento dos pacientes, resultando em uma aplicação global de recursos da ordem de NCz\$ 119,5 milhões, a preços de maio/89.

O EMFA efetuou a formulação, revisão e atualização de manuais e projetos de lei sobre Política, Estratégia e Doutrinas Militares de interesse comum às três Forças. Foram também promovidas reuniões internacionais pertinentes à área de Informações Estratégicas.

Cabe menção, ainda, à atuação da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), à qual compete a coordenação, a direção e representação do Brasil em competições desportivas nacionais e internacionais, além da ação do Programa de Apoio Social Especial Integrado (PASEI) que criou e expandiu seus pólos em diversos estados, beneficiando 32 localidades altamente carentes de atendimento de saúde.

3. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Para o ano de 1990, prevê-se o prosseguimento das ações atualmente desenvolvidas, dentro das limitações orçamentárias que se impõem, cabendo destacar:

— a qualificação dos equipamentos e da equipe operacional do Centro de Lançamento de Alcântara, com a realização do 1º lançamento de um foguete SONDA III; construção do porto de Alcântara; realização do 5º voo de um foguete SONDA IV, com a qualificação final do sistema de controle nos dois estágios;

— revisão da legislação de interesse comum às Forças Armadas;

— a realização de exercícios operacionais.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN/PR) tem como áreas de competência:

- a elaboração de planos (anuais e plurianuais) e programas (nacionais, regionais e setoriais) de desenvolvimento, das diretrizes orçamentárias, da proposta orçamentária anual e de créditos adicionais referentes aos orçamentos (fiscal, de investimento de empresas estatais e da seguridade social);

- o acompanhamento da execução de planos e programas de desenvolvimento e dos orçamentos da União;

- o financiamento interno e externo de programas de desenvolvimento;

- o desenvolvimento de recursos humanos para a administração federal;

- a modernização e informatização da administração federal;

- o desenvolvimento e coordenação do Sistema Estatístico Nacional;

- a realização e promoção de estudos e pesquisas sócio-econômicos; e,

- a coordenação das medidas referentes à política de desenvolvimento econômico e social, do Sistema de Planejamento Federal, do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, do Sistema de Serviços Gerais e de assuntos afins e interdependentes que interessem a mais de um Ministério.

As atividades desenvolvidas pela SEPLAN/PR podem ser resumidas como se segue.

Planejamento

No período 1985/1989, a área de planejamento viu-se prejudicada pelas crises política, econômica e social que

vêm afetando o país. As questões de curto prazo tiveram necessariamente que prevalecer sobre as demais.

Analisaram-se questões tais como modelos, instrumentos e aspectos técnicos e metodológicos do planejamento. Paralelamente, procurou-se criar um fórum de debates que possibilitasse à SEPLAN/PR engajar-se, de forma permanente e atual, nas questões de Governo, Estado e Sociedade e nos grandes temas do planejamento e desenvolvimento econômico.

Com este propósito, foi criada na estrutura da SEPLAN/PR, em 1988, a Secretaria de Planejamento Econômico e Social (SEPES), que passou a responsabilizar-se pela coordenação e supervisão de todas as atividades de planejamento, especialmente no que tange à elaboração e acompanhamento dos planos plurianuais e da vinculação destes com os orçamentos anuais, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Além dos órgãos que constituem a estrutura básica da Secretaria de Planejamento e Coordenação, esta contou com a participação do IPEA na discussão e formulação de políticas de governo, de caráter global, setorial e regional, na definição e elaboração de programas prioritários; e na promoção de estudos e pesquisas para subsidiar o processo de planejamento.

Foram elaboradas e desenvolvidas metodologias para o acompanhamento e avaliação de políticas macroeconômicas, cabendo destacar: o modelo multisetorial para a avaliação de políticas sobre o crescimento econômico e os endividamentos interno e externo do setor público; e o modelo de indicadores de atividade econômica (PIB, Formação Bruta de Capital Fixo, com apuração trimestral, etc).

Efetuaram-se o acompanhamento e avaliação sistemáticos do comportamento de variáveis macroeconômicas básicas, de programas especiais de governo e de projetos vinculados ao Banco Mundial e ao BID.

A interrupção da entrada voluntária de capitais externos agravou o financiamento do déficit público, levando o governo a recorrer às fontes internas. Isso acarretou um aumento das despesas com juros, que, em conjunto com a

perda de receita do Governo Federal, traduziram-se nos principais responsáveis pela crise fiscal brasileira.

Nesse contexto, dentre as principais ações desenvolvidas no período destacam-se:

- análise do comportamento da folha de salários da União e da política salarial e avaliação do impacto da nova Constituição sobre o déficit público;

- modificações relevantes no exame de prioridades, com o desenvolvimento de nova sistemática para avaliação dos níveis de endividamento e da capacidade de pagamento da Administração Direta dos Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

- aprimoramento dos mecanismos de preços, de intervenção e de preços mínimos em apoio à agropecuária, e redefinição do PROAGRO como instrumento de estímulo ao aumento da produção e da produtividade agrícolas;

- sistematização das projeções anuais do balanço de pagamentos e das análises da política cambial, como reavaliações mensais realizadas em conjunto com o Banco Central do Brasil;

- desenvolvimento de metodologia para análise das pressões do caixa do Tesouro Nacional e do Banco Central sobre o financiamento interno e as taxas de juros do mercado;

- acompanhamento dos planos de estabilização econômica (Planos «Cruzado», «Bresser» e «Verão»), em especial quanto aos problemas de abastecimento e de preços, e de indicadores da conjuntura econômica interna;

- apoio ao aperfeiçoamento e fortalecimento dos instrumentos de planejamento estadual, em especial nas áreas de orçamento, modernização administrativa, informações para o planejamento, treinamento de recursos humanos e pesquisas econômicas e sociais; e,

- apoio a programas e projetos voltados para a implementação ou fortalecimento de instrumentos gerenciais de saneamento financeiro e modernização do setor público estadual e municipal.

Orçamento

A SEPLAN/PR, através de sua Secretaria de Orçamento e Finanças e com a colaboração de outros órgãos de sua estrutura básica, definiu parâmetros utilizados na elaboração dos orçamentos anuais e diretrizes orçamentárias, bem como coordenou e supervisionou a elaboração dos orçamentos fiscais, inclusive das operações oficiais de crédito e da seguridade social.

A nova ordem constitucional impôs ao Poder Executivo algumas restrições à sua competência decisória. A prerrogativa dada ao Congresso Nacional em matéria orçamentária e financeira foi responsável pelo início de nova fase no relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Entre as principais ações desenvolvidas no período, destacam-se:

- apoio aos trabalhos da Constituinte e aperfeiçoamento das relações com o Congresso Nacional, sobretudo com a Comissão Mista de Orçamento;

- participação e/ou promoção de atividades de adaptação das funções de planejamento e orçamento à nova ordem constitucional, através da elaboração de anteprojetos de leis complementares e ordinárias;

- estudo e proposição ao Congresso Nacional de mecanismo de indexação orçamentária, como forma de evitar distorções à programação inicialmente aprovada e racionalizar os trabalhos de execução orçamentária;

- participação nas discussões e decisões sobre o processo de unificação orçamentária a partir de 1985, com a transferência de contas do Orçamento Monetário para o Orçamento Fiscal da União;

- implantação da unificação orçamentária, oferecendo ao Legislativo e aos contribuintes uma visão clara da situação fiscal do Governo Federal;

- implantação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, incluindo os desembolsos e ingressos de operações de crédito e da comercialização e aquisição de produtos agropecuários;

— atendimento à determinação constitucional de inclusão de todas as despesas do Governo Federal no Orçamento, resultando na participação das despesas de amortização da dívida pública mobiliária federal no mesmo;

— elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conforme estabelecido na Constituição de 1988;

— elaboração do primeiro projeto de lei de orçamento anual após a promulgação da Constituição, compreendendo os Orçamentos fiscal, da seguridade social e dos investimentos das empresas estatais, atendendo os requisitos constitucionais e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

— desenvolvimento, implantação e treinamento de sistema de processamento de dados, Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), inclusive *on line* (SIDOR II), para atendimento ao processo de elaboração e execução orçamentária, com a interveniência de todos os participantes do processo; e,

— elaboração dos Orçamentos da União e acompanhamento e controle da execução orçamentária, inclusive com preparação de projetos de lei e decretos de abertura de créditos adicionais.

Financiamento do Desenvolvimento

O financiamento a programas e projetos de desenvolvimento para o País continuou a ser uma das principais áreas de atuação da SEPLAN/PR. Com aportes de curto, médio e longo prazos, esse financiamento efetivou-se através do Sistema BNDES, do Programa PIN/PROTERRA, de Encargos Gerais da União, da Reserva do Fundo Especial e do Programa Grande Carajás, como fontes internas, e de recursos externos do BIRD e BID, principalmente.

Sistema BNDES

O Sistema BNDES é formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e por suas duas subsidiárias: FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial e BNDESPAR-BNDES Participações S.A.

O BNDES tem como atribuição básica apoiar os investimentos prioritários para o desenvolvimento nacional. Atua em estímulo à iniciativa privada nacional sem prejuízo do apoio a empreendimentos a cargo do setor público sendo vedado ao BNDES, por lei, financiar empresas multinacionais.

Nestas condições, o Sistema BNDES busca três objetivos institucionais permanentes: a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social; o fortalecimento da empresa privada de efetivo controle nacional; e a atenuação dos desequilíbrios sociais e regionais de renda.

As aplicações no período atingiram o valor de NCz\$ 9.968,90 milhões (a preços de maio de 1989), dos quais 79,8% alocados ao setor privado e 20,2% ao setor público.

Os desembolsos para o setor industrial se mantiveram estáveis, representando cerca de 30% do total do orçamento de investimentos.

O setor de infra-estrutura teve sua participação reduzida de 33% do total dos desembolsos, em 1985, para 15% em 1989, em função do contingenciamento no setor público e da estratégia do Sistema BNDES de diminuir seu risco junto a esse setor.

O segmento das pequenas e médias empresas teve sua participação quase que duplicada de 1985 a 1989, crescendo de 17% para 29% dos desembolsos.

No período, o Sistema BNDES intensificou suas ações no sentido de fortalecer a competitividade da economia brasileira e consolidar sua atuação nas áreas social e de meio ambiente, criando os seguintes programas: Programa de Racionalização de Energia (PROEN); Programa Especial de Apoio ao Setor de Informática (PROINFO); Programa de Desenvolvimento Tecnológico; Programa de Automação Industrial; Programa Empresa Pró-Creche; Programa de Tratamento do Lixo Urbano; e Programa de Preservação do Meio Ambiente.

Recursos Diversos da União

Em termos do Orçamento da União, destaque-se os financiamentos concedidos através de recursos do PIN/

PROTERRA, de Encargos Gerais da União e da Reserva do Fundo Especial.

Dos recursos do PIN/PROTERRA (Lei nº 7.545/85), que devem ser extintos ao final de 1990, foram financiados projetos de infra-estrutura econômica e social nas regiões abrangidas pela SUDENE e SUDAM, no valor de NCz\$ 4.409,83 milhões (preços de maio de 1989), no período 1985/1989. Dentre os programas e projetos financiados, por sua importância regional, merecem destaque: Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE); Calha Norte; e infra-estrutura de transportes em vários estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De Encargos Gerais da União, foram concedidos financiamentos aos Estados, Distrito Federal e Municípios no montante de NCz\$ 843,85 milhões, no período.

Da Reserva do Fundo Especial, foram repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios recursos no valor de NCz\$ 537,56 milhões. Esses recursos foram utilizados em projetos de infra-estrutura, construção e recuperação de prédios públicos, equipamentos urbanos, modernização administrativa e aquisição e recuperação de máquinas rodoviárias.

Além disso, diversas entidades do setor educacional, de saúde e de assistência social receberam auxílios no valor de NCz\$ 80,68 milhões, no período.

Programa Grande Carajás

O Programa Grande Carajás (PGC) criado pelo Decreto-Lei nº 1.813, de 24.11.80, objetiva promover e executar ações com vistas ao desenvolvimento de uma área de 895.000km² nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, aproveitando os recursos naturais da região, em especial o potencial da província mineral de Carajás.

De sua criação até 1989, o PGC aprovou 57 projetos, dos quais 40 implantados ou em implantação.

Os projetos aprovados envolvem investimentos da ordem de US\$ 14 bilhões e a geração de mais de 212.000 empregos diretos e indiretos na região. Nos empreendimentos já implantados ou em implantação, foram investidos mais de US\$ 13 bilhões e gerados aproximadamente 105.000 empregos diretos e indiretos. A exportação de produtos dos projetos integrantes do Programa (minério de ferro, manganês beneficiado, alumínio e ferro-gusa) deve gerar, em 1989, receita superior a US\$ 1,0 (um bilhão).

No período 1985/1989, foram aprovados 33 projetos industriais, de médio porte, todos sob controle do capital privado nacional. Aprovaram-se somente dois projetos agropecuários, um de avicultura e um de pesquisa e lavra de ouro. Dos empreendimentos industriais, 13 são de ferro-gusa, 3 de ferro-ligas, 2 de mineração e beneficiamento (manganês e bauxita), 4 de agroindústrias, etc.

Grande ênfase foi dada à articulação institucional, com a participação dos governos estaduais no Conselho Interministerial e contatos com os órgãos de atuação na Região.

Recursos Externos de Organismos Multilaterais (BIRD e BID)

No período 1985/1989, foram assinados 39 contratos de financiamento com o BIRD, num total de US\$ 6,016 bilhões de empréstimos para projetos brasileiros. O custo total dos projetos foi de US\$ 11,965 bilhões, correspondendo a uma contrapartida do Governo brasileiro de US\$ 5,945 bilhões.

Atualmente, encontram-se em execução 70 projetos financiados pelo BIRD, que somam um total de empréstimos de US\$ 8,592 bilhões, dos quais US\$ 4,381 bilhões já desembolsados.

Em 1989, houve significativa redução do nível de novas contratações, que caíram de uma média anual de US\$ 1,452 bilhão, no período 1983/88, para US\$ 707,0 milhões. Há projetos já negociados e pendentes de aprovação no valor de US\$ 1,131 bilhão e projetos em preparação no valor de US\$ 3,686 bilhões.

Encontram-se em execução 23 projetos financiados pelo BID, no valor de empréstimos de US\$ 2,072 bilhões, dos quais US\$ 1,182 bilhão já desembolsados.

No período, foram contratados com o BID US\$ 1,218 bilhão, sendo que em 1988 não houve qualquer negociação de empréstimo com aquele banco. No mesmo período, o Governo brasileiro aportou US\$ 2,085 bilhões como recursos de contrapartida. Para 1990, estima-se um volume de US\$ 1,149 bilhão, dos quais US\$ 443,6 milhões já foram negociados.

No campo da cooperação técnica internacional, no período, através do Fundo Fiduciário do Progresso Social — FFPS do BID, foram desenvolvidos projetos para populações de baixa renda no valor de US\$ 32,8 milhões, dos quais US\$ 18,0 milhões do BID, em caráter não reembolsável e US\$ 14,8 milhões a título de contrapartida brasileira.

Foram ainda desenvolvidos 125 projetos de cooperação técnica no valor de NCz\$ 53,0 milhões, distribuídos pelos programas de Cooperação Técnica do Exterior (CTR), de Cooperação Técnica Nacional (CTN) e de Cooperação Técnica com os Países em Desenvolvimento (CTPD).

Empresas Estatais

Através de sua Secretaria de Orçamento e Controle de Empresas Estatais (SEST), a SEPLAN/PR coordenou e supervisionou a elaboração dos orçamentos de investimentos e de outros dispêndios de empresas estatais, acompanhou a sua execução e emitiu parecer sobre o grau de prioridade de programas e projetos dessas empresas, inclusive entidades da administração indireta dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

Na elaboração dos orçamentos das estatais, os gastos foram restringidos às fontes efetivamente disponíveis, sendo os recursos alocados prioritariamente em programas e projetos já em andamento e com menores prazos de maturação, de forma a manter a atividade econômica do País em ritmo compatível com sua capacidade de crescimento.

Foi implantado em 1985 o Sistema Integrado SISEST 2, contendo o Orçamento SEST, o Acompanhamento Trimestral e o Cadastro das Empresas Estatais. Foram promovidas profundas mudanças nos sistemas de processamento, através da simplificação e racionalização na coleta de dados das empresas.

Em 1987, foi iniciado o desenvolvimento do projeto «Índices Físicos de Produtividade», implementado em 1988, que objetiva medir a evolução dos ganhos (perdas) específicos de produtividade e da eficácia na produção ou prestação de serviços das principais empresas ou grupo de empresas do Setor Produtivo Estatal, bem como comparar a performance dessas empresas com congêneres de outros países.

A partir de 1989, foi ampliada a rede de microcomputadores da SEST, tendo em vista a necessidade de desenvolvimento de dois outros novos sistemas: o de acompanhamento do Programa de Desmobilização, centrado na alienação das participações societárias das empresas estatais, e o Orçamento de Investimentos para 1990, em cumprimento à Constituição de 1988.

Foram concluídos os projetos de auditoria/consultoria operacional, como parte integrante do Programa de Saneamento das Estatais, nas seguintes empresas: Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), Cia. de Navegação do São Francisco (FRANAVE), Empresa de Navegação da Amazônia S. A. (ENASA), e Cia. Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA). Os trabalhos desenvolvidos nessa área têm servido de subsídio para o Programa Federal de Desestatização.

Foi elaborada e submetida ao Congresso Nacional a proposta do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 1990, que compreende 181 entidades, das quais 17 são instituições financeiras oficiais federais.

No período, os investimentos das empresas estatais, exclusive as instituições financeiras, evoluíram de 3,06% do PIB, em 1985, para aproximadamente 2,70%, em 1989, estimando-se essa participação em torno de 3,19% para 1990.

Reordenamento da Administração Pública

Administração de Pessoal

Pelo Decreto nº 93.211, de 3.9.86, foi extinto o DASP e criada, em substituição, a Secretaria de Administração Pública (SEDAP), como órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República.

A Medida Provisória nº 39, de 15.2.89, transformada na Lei nº 7.739, de 16.3.89, reorganizou os órgãos da Presidência da República, incorporando à SEPLAN/PR a SEDAP, representada pelas SRH, SEMOR e SESG (Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria de Modernização Administrativa e Secretaria de Serviços Gerais).

Em 1989, a atuação da SEPLAN/PR na administração de pessoal se orientou prioritariamente para: modernização da gestão de recursos humanos; política de pessoal; aperfeiçoamento da legislação de pessoal; e, auditoria de pessoal.

No período 1985/1989, foram desenvolvidas as seguintes ações principais:

- editou-se o Decreto-Lei nº 2.280, de 16.12.85, objetivando regularizar a situação de aproximadamente 110.000 (cento e dez mil) servidores, contratados pelos órgãos da Administração Federal para desempenho de atividades de caráter permanente;

- anistia a servidores, através da Emenda Constitucional nº 26/86, possibilitando que os mesmos fossem reclassificados nos respectivos órgãos de origem;

- instituição do Cadastro Nacional do Pessoal Civil (CNPC), através do Decreto nº 93.213, de 3.9.86, possibilitando a coleta de dados atualizados e fidedignos sobre os servidores públicos civis, ativos, inativos e pensionistas;

- controle e fiscalização de atividades de administração de pessoal no âmbito do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) na forma de auditoria interna, com base no Decreto nº 93.215, de 3.9.86;

- criação das Carreiras de Orçamento e Finanças e Controle através dos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, ambos de 1987;

— isonomia das Instituições Federais de Ensino com a criação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) (Lei nº 7.596, de 1987);

— supressão de cargos vagos de lotação da Administração Federal, objetivando a redução de custos com pessoal, através dos Decretos nºs 95.682 e 95.781/88, totalizando 358.918 cargos;

— reorganização da SRH de modo a permitir maior integração do órgão central com os órgãos setoriais de pessoal pertencentes ao SIPEC;

— elaboração de proposta sobre a organização do Sistema de Carreiras e do Regime Único do Funcionalismo Civil da União, conforme disposto no art. 39 da Constituição Federal, resultando em Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional em 24.10.89;

— elaboração de proposta de projeto de lei do novo Estatuto dos servidores públicos da União;

— promoção de estudos sobre a política de remuneração do funcionalismo público, que levaram à edição da Medida Provisória nº 95, de 24.10.89;

— elaboração de estudos sobre a sistemática de controle de frequência dos servidores públicos; e,

— instituição da Comissão de Acumulação de Cargos, em obediência ao Decreto nº 97.595/89, com o objetivo de levantar e apurar os casos de acumulação ilícita de cargos e empregos públicos. Foram examinados 16.102 casos em 240 órgãos, promovendo-se 925 demissões, em 96 órgãos.

Modernização Administrativa

Através de sua Secretaria de Planejamento e Modernização Institucional (SEMOR), a SEPLAN/PR procurou administrar e promover o processo de modernização e reforma do aparato institucional do governo.

Entre os principais produtos e serviços apresentados, encontram-se o Cadastro da Administração Federal (CAF), Titulares e Endereços, consultoria e assistência técnica na área de modernização e reforma administrativa, normas

técnicas para orientar e uniformizar procedimentos relativos a edifícios públicos, materiais, comunicações administrativas, transportes e informática.

Dentre as principais ações desenvolvidas, destacam-se:

- aplicação do Programa de Racionalização Administrativa em vários órgãos dos governos federal, estadual e municipal;

- implantação do Cadastro Nacional de Veículos Oficiais;

- análise e elaboração de projetos da Estrutura Básica e Regimento Interno de 17 órgãos e entidades da Administração Federal;

- análise e elaboração de projetos de reestruturação de vários ministérios e órgãos do Governo Federal;

- anteprojeto de lei que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social (Art. 59 das Disposições Constitucionais Transitórias); e,

- elaboração de anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal em substituição ao Decreto-Lei 200/67.

Privatização de Empresas

Após registrar prejuízo no exercício de 1987, o BNDES apresentou significativo lucro líquido em 1988, resultado que terá se repetido em 1989, quando o lucro alcançado pelo Banco pode ser considerado o maior da história da instituição.

Estes resultados foram possíveis, em grande parte, graças a uma postura pragmática da Administração do Sistema BNDES que optou, em consonância com as diretrizes do governo, por desmobilizar ativos onerosos, devolvendo ao setor privado empresas controladas pelo Sistema.

No período, através, da BNDESPAR, foram privatizadas 11 empresas a saber: Cia. Nacional de Tecidos Nova América, Máquinas Piratininga do Nordeste S/A, Máquinas Piratininga S/A, Siderúrgica N. S. Aparecida, Eletrosiderúrgica Brasileira S/A (SIBRA); Aracruz Celulose S/A, Cia.

Guatapar de Celulose e Papel (CELPAG), Caraíba Metais S/A, Cimetal Siderurgia S/A, Cia. Brasileira de Cobre (CBC) e Cia. de Celulose da Bahia (CCB), além da Cia. Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), as operações em que a BNDESPAR atuou como agente de privatiza da SIDERBRÁS.

Ressalte-se que a subsidiária do Banco conseguiu reverter o elevado comprometimento de seus recursos em empresas controladas, quando esta parcela se reduziu de 69% do investimento total da BNDESPAR, em 1985, para apenas 1% registrado no acumulado até setembro/1989.

Estatística e Estudos para o Desenvolvimento

No campo estatístico, a SEPLAN/PR desenvolveu suas atividades através da Funda Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A esta cabe a coordena e o desenvolvimento, em todo o território nacional, das atividades técnicas do Plano Geral de Informas Estatísticas e Geográficas.

Dentre as principais aes desenvolvidas no período 1985/1989, destacam-se:

- realiza do Censo Econômico (Indústria, Comércio e Serviços) e Agropecuários de 1985, dentro do plano geral de pesquisas do IBGE, que prevê a periodicidade qun-qunal para essa categoria de levantamentos;

- produ das Contas Nacionais, sob responsabilidade da Funda Getúlio Vargas até 1986, dentro de um moderno sistema de contas estruturado segundo procedimentos metodológicos internacionais adaptados às características da economia brasileira;

- conclus, em 1989, da nova Pesquisa de Orçamentos Familiares, gerando uma estrutura de pondera atualizada para servir de base ao cálculo dosndices de preços ao consumidor, elaborados pelo IBGE;

- prepara, desde o início de 1988, de criterioso planejamento com vistas  realiza do 10 Recenseamento Geral do Brasil, compreendendo os censos demográficos, agropecuário, industrial, comercial e dos serviços;

— aplicação no Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal de novo sistema de previsão e acompanhamento de safras agrícolas, com a utilização de métodos probabilísticos e técnicas de sensoriamento remoto por satélite;

— reformulação da Pesquisa Industrial Mensal, ampliação da divulgação dos indicadores regionais dessa pesquisa, implantação da Pesquisa Anual do Comércio, organização de um sistema contínuo de acompanhamento de indicadores sociais, implantação da Pesquisa Sindical e revisão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Em termos de estudos e treinamento para o desenvolvimento, através do IPEA, merecem destaque as seguintes realizações principais no período:

— pesquisas sobre o comportamento do gasto público e determinantes do seu crescimento a longo prazo; sobre estimativas trimestrais das contas correntes e de capital do Governo Federal e suas empresas; sobre estimativas dos juros sobre a dívida mobiliária federal, bem como as atividades de apoio e avaliação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

— estudos sobre a dívida externa e a ação dos organismos multilaterais de crédito; atividades de modelagem macroeconômica sobre as perspectivas da economia internacional e o desempenho do Balanço de Pagamento do Brasil; elaboração de indicadores de competitividade das exportações brasileiras e estudos sobre a política de importações;

— pesquisa nas áreas de energia, transporte, agricultura, política industrial e tecnológica e na área social (investimentos públicos em regiões urbanas e sobre economia invisível); e

— realização de 277 eventos na área de desenvolvimento de recursos humanos, entre cursos, seminários, encontros e *work-shops*, abrangendo um total de 17.362 (dezoito mil e trezentos e sessenta e dois) participantes (CENDEC).

SECRETARIA DE ASSESSORAMENTO DA DEFESA NACIONAL

1. COMPETÊNCIA

A Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional — SADEN, criada em 1988, tem como competência assessorar o Presidente da República na hipótese de declaração de guerra e de celebração de paz, na decretação de estado de defesa, de sítio e intervenção Federal e na utilização de áreas indispensáveis à segurança nacional, especialmente na faixa de fronteira. Compete, ainda, à SADEN assessorar o Conselho Superior de Política Nuclear.

2. PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Dentre as ações desenvolvidas no período 1985/89, merecem destaque:

— os estudos, as propostas, a implantação e coordenação do Programa Calha Norte, com a cooperação da SEPLAN, do MRE, dos Ministérios Militares e do MINTER (FUNAI), visando basicamente a integração e o desenvolvimento da faixa de fronteira ao norte da calha do Rio Solimões/Amazonas, o aumento da presença do Governo na área e a vivificação da nossa fronteira norte;

— a reformulação da política para o material de emprego militar, abrangendo toda a área de defesa e visando o apoio às atividades de pesquisa, produção e exportação, de forma a minimizar as dificuldades por que passam as empresas nacionais, em virtude da retratação dos mercados externos e da inexistência de um mercado interno compensador;

— o estabelecimento das bases para a formulação de uma política para os setores de química fina e biotecnologia, a fim de propiciar o estímulo à pesquisa e à independência tecnológica e de expandir a fatia do mercado interno destinada às empresas nacionais;

— a expedição da política e das diretrizes governamentais para a Mobilização Nacional, assim como a refor-

mulação da legislação sobre o assunto, de modo a atualizá-la e adequá-la à nova Constituição Federal;

— a avaliação, os estudos e a coordenação das ações que resultaram na revisão de todo o Programa Nuclear Brasileiro, com vistas a permitir uma ampla participação da comunidade científica e da iniciativa privada no setor, a dar transparência ao Programa e, sobretudo, a trazer unidade à Política Nuclear Brasileira, unindo em um só o Programa Autônomo e o ligado ao Acordo Brasil—República Federal da Alemanha;

— a implantação do Programa Nossa Natureza, visando atender uma aspiração inadiável da sociedade brasileira de reverter-se o processo de degradação dos ecossistemas de todo o País, em particular da Amazônia, inclusive com a criação do Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélites (SIMARN);

— a criação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (PROFFAO), com a finalidade de integrar e desenvolver a faixa de fronteira que se estende de Tabatinga, AM a Cáceres, MT, bem como de incrementar o intercâmbio com os países vizinhos;

— a participação na coordenação do Programa de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI);

— a continuidade do Programa de Auxílio Financeiro dos Municípios da Faixa de Fronteira.

3. PROGRAMAS ESPECÍFICOS

3.1. *Projeto Calha Norte*

A integração da Região Norte ao restante do País tem sido uma das principais metas do Governo. No contexto desta filosofia de integração surgiu, a partir de 1985, a idéia de uma concentração de esforços na região situada ao norte da calha do Rio Solimões/Amazonas, em especial junto à linha de fronteira, onde se constata a existência de um grande vazio, com débil presença brasileira, inclusive a do Governo.

A essência do Projeto Calha Norte é, pois, a vivificação dos espaços vazios de nossa fronteira setentrional, com base na presença pioneira das Forças Armadas. A experiência histórica demonstra que grande parte dos núcleos populacionais que caracterizam o contorno territorial do Brasil desenvolveram-se ao redor e com a proteção e o apoio logístico das instalações militares. Pretende-se, assim, levar a presença governamental brasileira àquela vasta área, proporcionando as condições básicas para o seu desenvolvimento sócio-econômico por intermédio de ações integradas dos órgãos federais, estaduais e municipais.

Os resultados já se fazem sentir: as populações que ali habitam, até então praticamente abandonadas e desassistidas, passaram a contar com hospitais e postos de saúde fixos e volantes, barcos sanitários, infra-estrutura urbana, viária, aeroportuária e de saneamento, áreas e postos indígenas e uma série de recursos sociais antes inexistentes, beneficiando inclusive e especialmente as comunidades indígenas. Novas instalações militares vieram somar-se às poucas existentes, que eram insuficientes para a vigilância e a segurança daquela imensa faixa onde o território brasileiro se limita com nada menos do que seis países estrangeiros. As relações com estes países foram também incrementadas, com a instalação de novos consulados e com o desenvolvimento de projetos binacionais de integração.

3.2. *Programa Nossa Natureza*

O Programa Nossa Natureza tem por objetivo mobilizar a nação brasileira para conjugar esforços no sentido de criar as condições necessárias para utilização de seus recursos naturais renováveis e não renováveis, de modo a promover o desenvolvimento nacional em harmonia com a conservação do meio ambiente.

Trata-se, portanto, de um programa de cunho desenvolvimentista e conservacionista que, num primeiro estágio, dá prioridade à Amazônia Legal, sem contudo deixar de incluir as ações que se fizerem necessárias para a conservação do Pantanal Mato-grossense e da Mata Atlântica.

O programa lançado em outubro de 1988, tem os seguintes objetivos:

- conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- estruturar o sistema de proteção ambiental;
- desenvolver o processo de educação ambiental;
- disciplinar a ocupação e a exploração racionais dos recursos naturais, fundamentadas na ordenação territorial;
- e
- proteger as comunidades indígenas, ribeirinhas e as envolvidas no processo extrativista.

O resultado dos trabalhos refletiu-se na elaboração de nove decretos baixados pelo Governo dispondo sobre medidas destinadas a: regulamentar a exportação de madeira; restringir a importação de mercúrio metálico e outras substâncias que comportem risco à vida; desenvolver as atividades de garimpagem sob forma associativa; criar florestas nacionais; proteger a fauna; combater incêndios florestais; obrigar a apresentação de Estudos de Impacto Ambiental (RIMA) para execução de projetos que possam ter reflexos nos ecossistemas; regulamentar o Código Florestal; e, suspender temporariamente os incentivos fiscais e projetos na Região Amazônica. Foram expedidos, também, memorandos aos Ministros de Estado para que desenvolvessem as ações necessárias à implementação dos decretos.

Desse modo, o Brasil hoje tem uma nova lei de agrotóxicos; uma Comissão Coordenadora de Programas de Pesquisa para a Região Amazônica; um Conselho Superior de Meio Ambiente; encarregado de elaborar a Política Nacional de Meio Ambiente; uma legislação regulando as atividades de garimpo; um fundo nacional para apoiar os projetos relativos ao meio ambiente; crédito especial para prevenção de incêndios e queimadas; e legislação específica determinando áreas de preservação em todo o território nacional.

A SADEN coordenou as ações de planejamento do Programa Nossa Natureza e a sua execução tem no Ministério do Interior, particularmente no Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o seu principal vetor de atuação para a consecução das metas destinadas a possibilitar um desenvolvimento harmônico com os ecossistemas.

3.3. Programa de Proteção do Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI)

O PMACI é destinado a conservar o meio ambiente ao longo da BR-364 (Porto Velho/Cruzeiro do Sul) bem como a dar condições aos assentamentos extrativistas e à delimitação de áreas e colônias indígenas no Acre, Rondônia e Amazonas. Tem também como um dos seus principais objetivos promover a ordenação territorial no Estado do Acre.

O programa prevê financiamento externo por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contrapartida nacional.

3.4. Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite (SIMARN)

O Programa foi instituído com o propósito de prover as informações necessárias à proteção ambiental e auxiliar na ordenação territorial, através do sensoriamento remoto por satélite. O escopo do sistema é reunir todos os recursos humanos e materiais existentes no País, de modo a fornecer informações para a tomada de decisão sobre a melhor forma de atender aos reclamos da sociedade.

Quando da assinatura do decreto que instituiu o SIMARN, foram assinados contratos de financiamento entre o Núcleo de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite (NUMARN) da EMBRAPA e o Banco do Brasil, com vistas a atender ao Projeto Monitoramento da Amazônia (Vigilância de Queimadas, Monitoramento da Ocupação Territorial e Análise de Modelagem Ambiental).

3.5. Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira

O objetivo do Programa é implementar ações que concorram para o desenvolvimento sócio-econômico da região

e o bem-estar das populações localizadas na faixa de fronteira, observada a importância estratégica dessa área.

Foram estabelecidos como setores prioritários para o programa o saneamento básico, a urbanização e pontes e estradas vicinais e, no período, as aplicações de recursos atingiram NCz\$ 5,3 milhões, a preços de maio/89.

3.6. *Programa Nuclear Brasileiro*

A revisão total do Programa Nuclear Brasileiro, com a reestruturação e o enxugamento da ex-NUCLEBRÁS, agora Indústrias Nucleares Brasileiras, a extinção de algumas de suas subsidiárias, a redução de seu quadro de pessoal e a abertura de várias de suas atividades à participação da iniciativa privada. Estes atos foram complementados por uma série de bons resultados:

- a conquista pelo Brasil do domínio completo do ciclo do combustível nuclear, com o acesso às tecnologias de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação, de produção de água pesada e de grafite nuclearmente puro;
- o implemento da produção de hidróxido e carbonato de lítio, essenciais para a refrigeração de urânio enriquecido, por empresa brasileira de capital nacional; e
- as inaugurações do Centro Experimental de Amar e do primeiro reator genuinamente nacional, no Instituto de Pesquisas Nucleares e Energéticas (IPEN).

4. AÇÕES PREVISTAS PARA 1990

Para 1990 está prevista a continuidade das ações desenvolvidas, tendo presente as limitações impostas pelo orçamento fiscal, cabendo ressaltar:

- a implantação definitiva do novo modelo do Programa Nuclear Brasileiro;
- o estabelecimento de uma legislação que atualize e aprimore o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro;

— a conclusão da Via da Amizade e de outros empreendimentos já em andamento, além da demarcação e melhoria da infra-estrutura de áreas indígenas, dentro do Projeto Calha Norte; e

— o prosseguimento das ações referentes à educação ambiental, à saúde nos garimpos e prevenção e combate a queimadas, no que se relaciona ao Programa Nossa Natureza.

IV — APÊNDICE ESTATÍSTICO

2

3

4

5

6

7

TABELA I

Evolução de alguns Indicadores Macroeconômicos
1981-1989

(Variação %)

Período	Inflação ⁽¹⁾	Produto Real ⁽²⁾		Desemprego ⁽³⁾	Massa de Salários Reais na Indústria Paulista ⁽⁴⁾		Nível de Utilização da Capacidade Instalada ⁽⁵⁾
		Total	Per Capita		Salário Médio Real	Massa de Salários	
1981	92.7	-4.4	-6.6	7.9	8.5	1.0	77
1982	103.3	0.6	-1.6	6.3	11.8	6.3	75
1983	164.4	-3.5	-5.6	6.7	-6.6	-13.9	74
1984	208.9	5.1	2.8	7.1	7.1	6.8	74
1985	233.7	8.3	6.0	5.3	12.8	22.3	78
1986	62.4	7.6	5.3	3.6	14.1	25.4	83
1987	366.0	3.6	1.4	3.8	-8.0	-5.2	81
1988	933.6	-0.3	-2.3	3.9	7.7	5.5	78
1989	1764.9	3.5	1.4	3.4	3.4	6.3	80

Fontes: Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e FIESP.

- (1) Até 1985, taxas de inflação a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pela Fundação IBGE. A partir de 1986, taxas de inflação oficiais segundo o IPC.
- (2) Taxas de Crescimento anuais.
- (3) Taxa média desemprego em relação à População Economicamente Ativa (PEA) nas seis principais regiões metropolitanas do País. Dados de 1989 até novembro.
- (4) Taxa de crescimento anual da massa de salários reais da indústria de transformação no Estado de São Paulo. Utilizou-se como deflator o Índice de Preços ao Consumidor de São Paulo, elaborado pela FIPE. Dados de 1989 até setembro.
- (5) Nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação no Brasil, estimado pela Fundação Getúlio Vargas. Para 1988 e 1989 utilizou-se como 'proxy' os dados da FIESP.

TABELA II
Indicadores de Produção Industrial
1981-1989

(Variação %)

Item	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989 (*)
TOTAL	-10.2	-0.2	-5.2	7.4	8.5	10.9	0.9	1.1	2.5
Extrativa Mineral	-2.5	7.1	15.3	29.9	11.5	3.7	0.7	1.4	2.8
Indústria de Transformação	-10.4	-0.4	-6.1	6.1	8.3	11.3	1.0	1.0	2.5
<i>Por Gêneros</i>									
Minerais Não-Metálicos	-5.2	-2.8	-16.4	-0.1	7.9	18.2	2.3	0.3	2.0
Metalúrgicos	-17.0	-3.7	-2.6	13.8	7.3	11.8	0.5	3.3	5.2
Mecânica	-19.7	-17.7	-13.0	18.6	10.3	21.6	4.1	2.2	2.9
Material Elétrico de Comunicações	-15.4	2.9	-10.8	2.0	19.3	22.2	-2.3	3.9	5.1
Material de Transportes	-22.9	-3.0	-6.6	4.6	11.7	12.5	-10.1	-1.6	-2.4
Papel e Papelão	-6.9	7.2	1.6	6.8	6.5	10.5	3.6	6.8	7.3
Borracha	-14.6	-6.0	7.4	6.6	8.4	14.1	4.0	-1.2	-0.8
Química	-1.2	8.0	-2.2	9.6	6.2	1.6	5.4	-1.6	-0.1
Farmacêuticas	2.6	0.9	-7.5	8.8	5.2	22.3	3.6	-1.9	2.0
Perfumaria, Sabões e Velas	1.4	3.5	1.3	-1.1	12.9	22.0	12.8	7.9	9.4
Produtos de Materiais Plásticos	-20.9	7.7	-9.9	4.0	11.7	21.7	-4.2	12.7	13.5
Têxtil	-13.7	4.9	-10.7	-3.8	13.6	13.5	-0.6	-0.1	1.5
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	-0.7	3.0	-12.6	2.2	6.8	6.4	-9.8	0.9	1.9
Produtos Alimentares	2.7	1.3	2.6	-0.8	0.2	0.2	7.0	-1.3	-0.5
Bebidas	-7.6	-2.5	-5.1	-0.5	11.2	23.2	-0.3	12.2	14.4
Fumo	4.1	4.4	-1.7	3.3	11.7	7.4	2.1	3.4	4.5
<i>Por Categorias de Uso</i>									
Bens de Capital	-19.4	-14.9	-19.2	14.8	12.8	21.6	-1.8	-0.5	-0.1
Bens Intermediários	-11.1	2.7	-2.5	10.2	7.2	8.4	1.1	0.8	2.3
Bens de Consumo	-3.9	3.1	-4.3	0.3	9.2	11.0	0.2	1.5	3.2
Durável	-24.9	8.0	-0.9	-7.5	15.4	20.3	-5.4	3.0	2.9
Não-Durável	1.2	2.1	-5.0	2.0	7.8	8.9	1.6	1.1	3.2

Fonte: IBGE.

(*) Últimos 12 meses terminados em novembro.

TABELA III
Brasil — Indicadores Setor Externo
1983 a 1989

Itens	US\$ Milhões						
	1983	1984	1985	1986	1987	1988 ⁽¹⁾	1989 ⁽²⁾
1. Exportações	21.899	27.005	25.639	22.393	26.225	33.786	34.392
2. Importações	12.429	13.916	13.153	14.044	15.052	14.605	18.281
3. Balança Comercial (1-2)	6.470	13.089	12.486	8.349	11.173	19.181	16.111
4. Juros (líquidos)	-9.555	-10.203	-9.659	-9.093	-8.792	-9.832	-10.000
5. Outros Serviços e Transferências	-3.057	-2.369	-2.525	-3.284	-3.193	-4.538	-5.670
6. Saldo em Conta Corrente (3+4+5)	-6.142	517	302	-4.028	-812	4.904	441
7. Conta Corrente/PIB (%)	-3.0	0.2	0.1	-1.5	-0.2	1.4	0.1
8. Investimentos Diretos (líquidos)	664	1.076	720	-108	531	2.266	280
9. Hiato de Recursos (6-4+8)	4.077	11.796	10.681	4.957	8.511	17.002	10.721

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Preliminar.

(2) Previsão.

TABELA IV
Necessidade de Financiamento do Setor Público
conceito operacional
1987-1989

Discriminação	NCz\$ mil				
	1987		1988 ⁽¹⁾		1989 ^(*)
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Programação % (PIB)
I — Governo Central ⁽²⁾	354.722	2.77	3.114.000	3.3	3.4
II — Governos Estaduais e Municipais	197.696	1.55	140.000	0.2	0.5
III — Empresas Estaduais	134.344	1.05	347.000	0.4	0.0
IV — Agências Descentralizadas	-17.675	-0.14	-18.000	0.0	0.0
V — Previdência Social	29.719	0.23	377.000	0.4	—
TOTAL	698.806	5.46	3.960.000	4.3	3.9

Fonte: Banco Central.

(*) Refere-se a programação de Política Fiscal para 1989.

(1) Preliminar.

(2) Inclui Previdência Social em 1989.

TABELA V

Taxa de Desemprego, Médias Anuais Abertas
por Regiões Metropolitanas

1983-1989

Ano	Recife	S. Paulo	Regiões Metropolitanas				Média
			P. Alegre	B. Horizonte	Salvador	R. Janeiro	
1983	7.98	6.79	6.73	7.77	5.57	6.18	6.70
1984	8.58	6.80	6.98	8.30	7.75	6.76	7.12
1985	7.21	5.02	5.02	5.72	6.04	4.86	5.25
1986	4.39	3.34	3.34	3.71	4.54	3.49	3.59
1987	5.27	3.84	4.00	3.98	4.09	3.32	3.81
1988	5.56	4.02	3.63	4.02	4.63	3.09	3.65
1989 ^(*)	5.47	3.58	2.62	3.47	4.42	2.78	3.44

Fonte: Fundação IBGE.

(*) Média até novembro.

TABELA VI

Indicadores de Endividamento Externo

1981-1989

(US\$ milhões e porcentagem)

Anos	Dívida Bruta Registrada	Reservas Internacionais	Dívida Líquida	Serviço da Dívida			Exportações	Serviço da Dívida/Exportações (%)	PIB (Em Bilhões Dólares)	Dívida Líquida/PIB (%)
	(A)	(B)	(C=A-B)	Amortizações	Juros Líquidos	Total	(G)	(H=F/G)	(I)	(J=C/I)
				(D)	(E)	(F=D+E)				
1981	61.411	7.507	53.904	7.496	9.161	16.657	23.293	71,5	275,9	19,5
1982	70.398	3.994	66.204	8.215	11.353	14.568	20.175	72,2	283,1	23,4
1983	81.319	4.563	76.756	5.294	9.555	14.849	21.899	67,8	208,3	36,8
1984	91.091	11.996	79.095	2.866	10.203	13.069	27.005	48,4	211,1	37,5
1985	95.587	11.608	84.249	2.394	9.598	13.983	25.639	46,7	227,0	37,1
1986	101.759	6.760	94.999	3.164	9.093	12.257	22.393	54,7	271,4	35,0
1987	107.514	7.458	114.972	3.105	8.792	11.897	26.225	45,4	325,0	35,4
1988	102.982	9.140	93.842	7.355	9.832	17.387	33.786	51,5	353,0	26,6
1989 ⁽¹⁾	98.672	7.000	91.672	5.524	10.000	15.524	34.392	45,1	365,4	25,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

(1) Previsão.

(2) Conceito de Liquidez Internacional, definido como: reservas em ouro + DES + Posição no FMI + Divisas Conversíveis.

(3) Não inclui amortizações refinanciadas, a partir de 1983.

(4) Convertido pela taxa média de câmbio. Não reflete o poder paritário de compra.

TABELA VII
Exportações, Importações e Saldo Comercial
1985-1989

(US\$ milhões e porcentagem)

Discriminação	1985		1986		1987		1988		1989 (*)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Exportações	25.639,0	100,0	22.393,5	100,0	26.224,0	100,0	33.786,0	100,0	34.392,0	100,0
Produtos										
Industrializados	16.821,3	65,6	14.895,0	66,5	18.023,0	68,7	24.094,4	71,3	24.403,3	71,0
Café em Grão	2.639,3	10,3	2.005,9	9,0	1.959,0	7,5	2.003,7	5,9	1.606,5	4,7
Minerais										
Metalúrgicos	1.795,7	7,0	1.721,0	7,7	1.718,1	6,6	2.065,1	6,1	2.444,2	7,1
Outros prod. básicos	4.382,7	17,1	3.771,6	16,8	4.523,9	17,3	5.622,8	16,6	5.938,0	17,3
Importações	13.153,5	100,0	14.044,3	100,0	15.051,7	100,0	14.605,0	100,0	18.281,0	100,0
Petróleo e Derivados	5.749,2	43,7	3.004,8	21,4	4.117,7	27,4	3.545,8	24,1	3.825,0	20,9
Trigo	591,1	4,5	248,4	1,8	249,6	1,7	97,0	0,7	209,0	1,1
Demais importações	6.813,2	51,8	10.791,1	76,8	10.684,4	71,0	10.962,2	75,2	14.247,0	77,9
Saldo Comercial	12.485,5		8.349,2		11.172,3		19.181,0		16.111,0	

Fonte: CACEX, CIEF/MF.

(*) Preliminar.

***Este trabalho foi realizado
pela Imprensa Nacional,
SIG – Quadra 6 – Lote 800
70.604 Brasília, DF,
em fevereiro de 1990***